

Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista.

PROJETO DE AMPLIAÇÃO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Volume 2 – Relatório Técnico

dezembro 2022

Nota de Apresentação

A empresa Engisaúde – Ambiente, Saúde e Formação, Lda., apresenta o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, localizada em Monte do Boi - Portela, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, concelho de Viseu e distrito de Viseu.

Do presente estudo fazem parte as seguintes peças:

- Resumo Não Técnico
- Relatório Técnico (correspondente ao presente volume), constituído por:
 - Capítulo 1 – Introdução
 - Capítulo 2 – Metodologia Geral e Estrutura do Estudo de Impacte Ambiental
 - Capítulo 3 – Objetivos e Justificação do Projeto
 - Capítulo 4 – Descrição do Projeto
 - Capítulo 5 – Descrição da Situação Atual do Ambiente
 - Capítulo 6 – Identificação e Avaliação dos Impactes
 - Capítulo 7 – Análise de Riscos
 - Capítulo 8 - Impactes Cumulativos
 - Capítulo 9 - Medidas de Minimização dos Impactes Identificados
 - Capítulo 10 – Matriz Síntese de Impactes
 - Capítulo 11– Monitorização
 - Capítulo 12 – Lacunas de Conhecimento
 - Capítulo 13 - Conclusão
- Anexos Técnicos
- Peças Desenhadas

Viseu, dezembro 2022

Índice

1	Introdução.....	11
1.1	Identificação do Projeto.....	11
1.2	Proponente.....	12
1.3	Entidade licenciadora.....	12
1.4	Responsáveis pela elaboração do EIA.....	13
1.5	Enquadramento legal.....	13
2	Metodologia Geral e Estrutura do Estudo de Impacte Ambiental.....	14
2.1	Estrutura do Estudo de Impacte Ambiental.....	16
3	Objetivos e Justificação do Projeto.....	18
3.1	Justificação da Necessidade do Projeto.....	18
3.2	Objetivos do Projeto.....	19
3.3	Antecedentes do Projeto.....	19
3.4	Projetos complementares ou subsidiários.....	20
3.5	Alternativas Consideradas.....	20
3.5.1	Alternativa a localização.....	20
3.5.2	Alternativas na conceção do projeto.....	21
3.5.3	Alternativas de tecnologia.....	21
3.5.4	Alternativas em dimensão e escala.....	21
4	Descrição do Projeto.....	21
4.1	Localização do Projeto.....	21
4.1.1	Localização do Projeto.....	21
4.1.2	Áreas Sensíveis.....	23
4.1.3	Avaliação da Conformidade do Projeto com os Instrumentos de Gestão Territorial.....	23
4.1.4	Condicionantes, Servidões e Restrições de Utilidade Pública.....	23
4.2	Descrição do Projeto.....	25
4.2.1	Características da Instalação.....	26
4.2.1.1	Infraestruturas construídas.....	26
4.2.1.2	Infraestruturas a construir.....	28
4.2.1.3	Síntese do projeto.....	30
4.2.2	Infraestruturas básicas.....	30
4.2.3	Processo Produtivo – Plano de Produção.....	31
4.3	Consumo de Matérias-primas e Recursos.....	37
4.3.1	Consumo de Água.....	38
4.3.2	Consumo Energético.....	38
4.3.3	Ração.....	39
4.3.4	Material da Cama.....	39
4.3.5	Consumo de Biomassa.....	39
4.4	Principais tipos de efluentes, Resíduos e Emissões previsíveis.....	40
4.4.1	Águas residuais.....	40
4.4.2	Emissões atmosféricas.....	40
4.4.3	Ruído.....	40
4.4.4	Resíduos/subprodutos.....	41
4.5	Tráfego Gerado.....	42
4.6	Programação temporal estimada.....	42
4.6.1	Fase de construção.....	42
4.6.2	Fase de Exploração.....	44
4.6.3	Fase de Desativação.....	44
5	Descrição da Situação Atual do Ambiente.....	45
5.1	Introdução.....	45
5.2	Clima e Alterações Climáticas.....	46
5.2.1	Clima.....	46

5.2.1.1	Temperatura do ar	47
5.2.1.2	Precipitação	48
5.2.1.3	Nevoeiro	49
5.2.1.4	Evaporação	50
5.2.1.5	Geadas	50
5.2.1.6	Solo Coberto de Neve	50
5.2.1.7	Vento	50
5.2.1.8	Humidade Relativa do Ar	52
5.2.1.9	Classificação climática	52
5.2.1.10	Síntese das condições climatológicas / Situação de referência	52
5.2.1.11	Conclusões.....	53
5.2.2	<i>Alterações Climáticas</i>	53
5.2.2.1	Introdução	53
5.2.2.2	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas	57
5.2.2.3	Alterações Climáticas em Portugal.....	58
5.2.2.4	Emissões de Gases com efeito de estufa	61
5.3	Geologia	64
5.3.1	<i>Enquadramento Geológico</i>	64
5.3.2	<i>Geomorfologia</i>	64
5.3.3	<i>Geologia da área em Estudo</i>	66
5.3.4	<i>Litologia</i>	69
5.3.5	<i>Tectónica e Sismicidade</i>	70
5.4	Solos e Capacidade de Uso do Solo	73
5.4.1	<i>Classificação dos solos da Área em Estudo</i>	73
5.4.2	<i>Capacidade de Uso do Solo</i>	74
5.4.3	<i>Riscos de erosão dos solos na área em estudo</i>	76
5.4.4	<i>Ocupação do Solo</i>	77
5.5	Recursos Hídricos e Qualidade da Água	77
5.5.1	<i>Introdução e Metodologia</i>	77
5.5.2	<i>Recursos Hídricos Superficiais</i>	78
5.5.2.1	Caracterização do Sistema Hidrográfico	78
5.5.3	<i>Recursos Hídricos Subterrâneos</i>	79
5.5.3.1	Enquadramento Regional	79
5.5.4	<i>Qualidade da Água</i>	82
5.5.4.1	Enquadramento Legislativo	82
5.5.4.2	Qualidade das Águas Superficiais.....	83
5.5.4.3	Qualidade química das Águas Subterrâneas	86
5.5.4.4	Origens e consumos de água na Instalação Avícola.....	91
5.6	Qualidade do Ar	92
5.6.1	<i>Inventário distrital das Emissões Gasosas</i>	93
5.6.2	<i>Caracterização local da qualidade do ar</i>	98
5.6.2.1	Concentração de PM10 no ar ambiente	99
5.6.2.2	Concentração de NO2 no ar ambiente	100
5.6.2.3	Concentração de O3 no ar ambiente	100
5.6.2.4	Concentração de NOx no ar ambiente	101
5.6.3	<i>Fontes Emissoras de Poluentes Atmosféricos</i>	101
5.6.4	<i>Recetores Sensíveis</i>	103
5.7	Ambiente Sonoro	103
5.7.1	<i>Introdução</i>	103
5.7.2	<i>Enquadramento legal</i>	103
5.7.3	<i>Procedimentos, Normalização e Ensaios Realizados</i>	104
5.7.4	<i>Condições Atmosféricas</i>	104
5.7.5	<i>Local das Medições e Fontes Sonoras</i>	105
5.7.6	<i>Caracterização do Ambiente Sonoro Atual</i>	106
5.7.6.1	Período Diurno	106
5.7.6.2	Período Entardecer	106
5.7.6.3	Período Noturno	107
5.7.7	<i>Determinação do Nível Sonoro Médio de Longa Duração</i>	108
5.8	Sistemas Ecológicos	109

5.8.1	<i>Flora</i>	109
5.8.1.1	Metodologia.....	109
5.8.1.2	Vegetação potencial	109
5.8.1.3	Vegetação Atual	110
5.8.2	<i>Fauna</i>	112
5.8.2.1	Metodologia e critérios de avaliação	112
5.8.2.2	Identificação dos principais habitats existentes.....	112
5.8.2.3	Elenco faunístico	113
5.9	<i>Paisagem</i>	115
5.9.1	Metodologia.....	115
5.9.2	Descrição Geral da Paisagem.....	115
5.9.3	Unidades da Paisagem.....	116
5.9.4	Qualidade e capacidade de Absorção.....	118
5.10	<i>Património</i>	120
5.10.1	Introdução	120
5.10.1.1	Entidades Contatadas	120
5.10.1.2	Conformidade com a Legislação em Vigor.....	120
5.10.1.3	Descrição do projeto	121
5.10.2	Metodologia da Intervenção.....	121
5.10.2.1	Etapas	123
5.10.2.2	Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	123
5.10.2.3	Trabalho de Campo	124
5.10.2.4	Registo e Inventário	125
5.10.3	Caraterização da Situação Atual.....	126
5.10.4	Enquadramento Histórico-Arqueológico	127
5.10.5	Trabalhos de Campo: Caracterização da área e Resultados da Prospeção.....	128
5.10.6	Ocorrências Patrimoniais Identificadas	128
5.11	<i>Socioeconomia</i>	129
5.11.1	Introdução.....	129
5.11.2	Enquadramento regional.....	129
5.11.3	Estrutura e dinâmica populacional.....	131
5.11.4	Principais Atividades Económicas	140
5.11.5	Empresas, Sociedades e Volume de Negócios	142
5.11.6	Grau de instrução e as Taxas de atividade	144
5.11.7	Saúde Pública e Proteção civil.....	149
5.11.7.1	Possíveis Impactes na saúde humana	150
5.11.8	Rede Viária e Acessibilidade	154
5.12	<i>Áreas Regulamentares</i>	155
5.12.1	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL).....	155
5.12.2	Plano Diretor Municipal (PDM).....	159
5.12.2.1	Carta da Reserva Agrícola Nacional	161
5.12.2.2	Carta da Reserva Ecológica Nacional	162
5.12.2.3	Carta de outras condicionantes	163
5.12.3	Rede Nacional de Áreas Protegidas	163
5.13	<i>Gestão de Resíduos</i>	164
5.13.1	Introdução e Metodologia	164
5.13.2	Enquadramento Legal.....	164
5.13.3	Sistemas de gestão de Resíduos na Área em Estudo.....	165
5.13.4	Resíduos e Subprodutos Gerados na Instalação Avícola.....	167
6	Identificação e Avaliação dos Impactes	169
6.1	<i>Definições</i>	169
6.2	<i>Clima</i>	170
6.2.1	Fase de Construção e Exploração.....	170
6.2.2	Fase de Desativação.....	170
6.2.3	Alterações Climáticas.....	170
6.3	<i>Geologia</i>	172
6.3.1	Fase de Construção	172
6.3.2	Fase de Exploração.....	173
6.3.3	Fase de Desativação.....	173

6.4 Solos e Capacidade de Uso do Solo	173
6.4.1 Fase de Construção	173
6.4.2 Fase de Exploração	174
6.4.3 Fase de Desativação	175
6.5 Recursos Hídricos e Qualidade da Água	175
6.5.1 Fase de Construção	175
6.5.2 Fase de Exploração	176
6.5.3 Fase de Desativação	177
6.6 Qualidade do Ar	178
6.6.1 Aspetos Gerais	178
6.6.2 Fase de Construção	178
6.6.3 Fase de Exploração	179
6.6.4 Fase de Desativação	182
6.7 Ambiente Sonoro	182
6.7.1 Fase de Construção	182
6.7.2 Fase de Exploração	183
6.7.3 Fase de Desativação	183
6.8 Sistemas Ecológicos	183
6.8.1 Fase de Construção	183
6.8.2 Fase de Exploração	184
6.8.3 Fase de Desativação	184
6.9 Paisagem	184
6.9.1 Fase de Construção	184
6.9.2 Fase de Exploração	185
6.9.3 Fase de Desativação	185
6.10 Património	185
6.11 Socioeconomia	185
6.11.1 Fase de Construção, Exploração e Desativação	185
6.12 Áreas Regulamentares	186
6.12.1 Plano Regional de Ordenamento Florestal de Centro Litoral	186
6.12.2 Plano Diretor Municipal (PDM)	186
6.12.3 Carta da Reserva Agrícola Nacional (RAN)	187
6.12.4 Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN)	188
6.12.5 Carta de Condicionantes e servidões	188
6.12.6 Rede Nacional de Áreas Protegidas	188
7 Análise de Riscos	188
7.1 Identificação de riscos	192
7.1.1 Riscos Naturais	192
7.1.1.1 Ondas de Calor	192
7.1.1.2 Secas	194
7.1.1.3 Cheias e Inundações	196
7.1.1.4 Sismos	197
7.1.1.5 Movimentos de massa em vertentes	198
7.1.1.6 Radioatividade Natural	200
7.1.1.7 Nevões	201
7.1.1.8 Vagas de frio	203
7.1.2 Riscos Mistos	204
7.1.2.1 Riscos de incêndios florestais	204
7.1.2.2 Riscos de degradação e contaminação dos solos	207
7.1.3 Riscos relacionados com Atividades Humanas/Riscos Tecnológicos	208
7.1.3.1 Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas	208
7.1.3.2 Acidentes industriais graves;	209
7.1.3.3 Incêndios urbanos;	210
7.1.3.4 Acidentes rodoviários;	211
7.1.3.5 Acidentes no transporte de substâncias perigosas;	212
7.1.3.6 Acidentes aéreos;	214
7.1.3.7 Cheias e inundações por rotura de barragens.	215
7.1.4 Riscos Específicos da Instalação	215

7.2	Meios de deteção e alarme.....	219
7.3	Riscos sobre a instalação associados às alterações climáticas	222
7.4	Medidas de Prevenção e Minimização de Riscos e Atuação em situação de Emergência.....	222
8	Impactes Cumulativos	223
9	Medidas de Minimização dos Impactes Identificados	223
9.1	Clima	223
9.2	Geologia.....	223
9.3	Solos e Capacidade do Uso do Solo	224
9.4	Qualidade da Água.....	224
9.5	Qualidade do Ar.....	225
9.6	Ambiente Sonoro.....	226
9.7	Sistema Ecológicos	227
9.8	Paisagem.....	227
9.9	Património	227
9.10	Socioeconomia	228
9.11	Ordenamento do Território.....	229
9.11.1	Plano de Ordenamento Florestal Do Centro Litoral	229
9.11.2	Plano Diretor Municipal.....	229
9.11.3	Reserva Agrícola Nacional (RAN).....	229
9.11.4	Carta de Reserva Ecológica Nacional (REN).....	229
9.11.5	Carta de Condicionantes.....	229
9.11.6	Rede Nacional de Áreas Protegidas	229
10	Matriz Síntese de Impactes.....	229
11	Monitorização	235
12	Lacunas de Conhecimento.....	235
13	Conclusão.....	235
14	Referências Bibliográficas	238

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1:	Identificação da equipa técnica responsável pela elaboração do EIA.....	13
Tabela 2:	Conformidade do Projeto com os Instrumentos de Gestão Territorial.....	23
Tabela 3:	Síntese das características dos pavilhões existentes.....	28
Tabela 4:	Síntese das características do pavilhão a construir	29
Tabela 5:	Síntese das características de todos os pavilhões e casas de apoio	30
Tabela 6:	Listagem e respetivos destinos dos subprodutos produzidos na exploração avícola	41
Tabela 7:	Listagem e respetivos destinos dos resíduos produzidos na exploração avícola	41
Tabela 8:	Resumo do tráfego de veículos gerados pelo projeto avícola	42
Tabela 9:	Temperatura média, mínima e máxima	47
Tabela 10:	Valores da precipitação (IPMA, 1981-2010)	48
Tabela 11:	Caracterização climática mensal das regiões de acordo com a fórmula de Gaussien (IPMA 1981-2010)	49
Tabela 12:	Número de dias com nevoeiro	49
Tabela 13:	Valores de Evaporação (mm) IPMA, 1971-2000	50
Tabela 14:	Valores de Geadas (nº de dias) INMG, 1971-2000	50
Tabela 15:	Valores de Solo coberto de Neve (nº de dias) INMG, 1971 - 2000	50
Tabela 16:	Valores do vento registados na Estação de Viseu em função da velocidade, (INMG, 1971 - 2000)	51
Tabela 17:	Valores da Humidade Relativa do Ar (%), (INMG, 1971 - 2000).....	52
Tabela 18:	Síntese das condições climatológicas, (Fonte: INMG, 1991;IPMA,1970-2010).....	53
Tabela 19:	Categorias de Fonte de emissão (Fonte: Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho 2015, 2017 e 2019: Gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas, metais pesados, poluentes orgânicos persistentes e gases com efeito de estufa, APA, 2021)	62

Tabela 20: Quantidade de GEE emitida por setor no Município em 2017	62
Tabela 21: Quantidade de GEE emitida por setor no Município em 2019	63
Tabela 22: Classes de Capacidade de Uso do Solo existentes em função da utilização agrícola .	75
Tabela 23: Características físicas das bacias hidrográficas da zona em estudo (Fonte: DGRAH, 1981)	79
Tabela 24:Carateristicas da Estação Hidrométrica de Castro Daire	81
Tabela 25: Classe de critérios para a avaliação da qualidade das águas superficiais (anexos do D.L. n.º 236/98, de 1 de agosto)	83
Tabela 26: Localização da estação de Fail	83
Tabela 27: Classes de Classificação da Qualidade da Água (INAG, 1999).	83
Tabela 28: Classificação por parâmetro (INAG, 1999)	84
Tabela 29: Parâmetros considerados na estação de Fail (10J/52), VMA no Anexo XXI do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto, valor médio dos parâmetros considerados (Fonte: sítio do SNIRH, INAG, dados de 2019) e avaliação da qualidade da água de acordo com a metodologia definida pelo INAG.	85
Tabela 30: Caracterização da Estação mais próxima do local em análise.	86
Tabela 31: Qualidade química das águas subterrâneas da área em estudo	87
Tabela 32: Classes de vulnerabilidade segundo o método da EPPNA	88
Tabela 33: Descrição dos parâmetros DRASTIC e índice típico para a zona em estudo	89
Tabela 34: Carga rejeitada pelas diferentes atividades sub-bacia hidrográfica do Dão.....	89
Tabela 35: Emissões totais de poluentes segundo o setor para o distrito de Viseu, 2019 (APA, 2021)	95
Tabela 36: Emissões totais de poluentes segundo o setor para o concelho de Viseu, 2019 (APA, 2021)	97
Tabela 37: Caracterização da Estação da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte (https://qualar1.apambiente.pt (2019)).	99
Tabela 38: Valores registados na Estação da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte (https://qualar1.apambiente.pt (2021)).	99
Tabela 39: Número de excedências na concentração de PM10 no ar ambiente, observadas na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte, relativamente ao valor limite para proteção da saúde humana (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).	99
Tabela 40: Valores anuais (base diária) da concentração de PM10 no ar ambiente, observados na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar do Fornelo do Monte (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).	100
Tabela 41: Número de excedências na concentração de NO ₂ no ar ambiente, observadas na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte, relativamente ao valor limite para proteção da saúde humana (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).	100
Tabela 42: Valores anuais da concentração de NO ₂ no ar ambiente, observados na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar do Fornelo do Monte (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).	100
Tabela 43: Número de excedências na concentração de O ₃ no ar ambiente, observadas na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar do Fornelo do Monte, relativamente ao limiar de alerta e limiar de informação (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).	101
Tabela 44: Número de excedências na concentração de O ₃ no ar ambiente, observadas nas Estações de Monitorização da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte, relativamente ao valor alvo para proteção da saúde humana. (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro)	101
Tabela 455: Concentração média anual de NO _x no ar ambiente, observada na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte, relativamente ao valor crítico para árvores, outras plantas ou ecossistemas naturais (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).	101
Tabela 46: Ensaio realizados e documento de referência	104
Tabela 47: Equipamentos utilizados	104
Tabela 48: Localização do local de medição e principais fontes sonoras	105
Tabela 49: Som total período diurno dB(A).....	106
Tabela 50: Resultados – Critério de Incomodidade Período Diurno.....	106
Tabela 51: Som total período entardecer dB(A)	106
Tabela 52: Resultados – Critério de Incomodidade Período Entardecer	107
Tabela 53: Som total período noturno dB(A)	107
Tabela 54: Resultados – Critério de Incomodidade Período Noturno	107
Tabela 55: Resultados Som total- Períodos Diurno, entardecer e noturno	108
Tabela 56: Resultados – Valor Limite de exposição dB(A).....	108

Tabela 57: Evolução da População Residente no período 2011 e 2021 e Densidade populacional em 2011 e 2021.	131
Tabela 58: Repartição da população empregada, por setores de atividade 2011 e 2021 (INE, 2011 e 2021)	141
Tabela 59: Distribuição das empresas do concelho de Viseu, por setor de atividade, no ano de 2020.	142
Tabela 60: Dados do Concelho de Viseu, relativamente a número de Farmácias/Postos Farmacêuticos Móveis, Centros de Saúde, Extensões de Saúde e Incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória (INE, 2011 a 2020)	150
Tabela 61: Níveis de ruído toleráveis.....	153
Tabela 62: Ocupação do solo por Sub-região homogénea. Fonte: ICNF-IFN6	157
Tabela 63- Usos do solo por Sub-região homogénea. Fonte: ICNF-IFN6.....	157
Tabela 64: Resíduos gerados na fase de exploração.....	167
Tabela 65: Subprodutos gerados na fase de exploração	168
Tabela 66: Emissões provenientes da queima de biomassa nas caldeiras de aquecimento	171
Tabela 67: Fórmulas e Fatores de Emissão de Poluentes Atmosféricos	171
Tabela 68: Emissões provenientes da atividade biológica dos frangos	171
Tabela 69: Emissões de Gases com Efeito de Estufa (t) provenientes da instalação	172
Tabela 70: Emissões de Gases com Efeito de Estufa (t) reportados no ano de 2019 para o concelho de Viseu.....	172
Tabela 71: Consumo de água previsto na Exploração Avícola	176
Tabela 72: Resumo do tráfego de veículos gerados pelo projeto avícola	181
Tabela 73: Definição dos riscos analisados.....	189
Tabela 74: Graus de probabilidade	190
Tabela 75: Graus de gravidade.....	190
Tabela 76: Matriz de risco – Grau de risco	191
Tabela 77: Riscos Passíveis de existirem na exploração	192

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Localização da instalação avícola	22
Figura 2: Localização da instalação avícola em termos geomorfológicos.....	65
Figura 3: Extrato da carta geológica 17 - A com a implantação da área em estudo	67
Figura 4: Carta extrato da carta litológica com a instalação avícola em análise (Atlas do Ambiente: http://sniamb.apambiente.pt/atlas/)	69
Figura 5: Mapa de Intensidade Sísmica.....	71
Figura 6: Extrato do mapa de solos do Atlas do Ambiente	73
Figura 7: Extrato da Carta de uso de solos do Atlas do Ambiente (http://sniamb.apambiente.pt/atlas/)	75
Figura 8: Mapa das Unidades hidrogeológicas.....	80
Figura 9: Localização dos pontos de água inventariados	91
Figura 10: Local das medições (P1)	105
Figura 11: Extrato da cartografia n.º 45 (DGOTDU, 2004)	117
Figura 12: Enquadramento geográfico nacional à esquerda e distrital à direita.....	126
Figura 13: Área envolvente de 2km	127
Figura 14: Enquadramento regional do concelho de Viseu –	130
Figura 15: Localização Geográfica da freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, no concelho de Viseu – Fonte: sitio web: https://cm-viseu.pt/pt/municipio/freguesias/	131
Figura 16: Infeções sexualmente transmissíveis notificadas em 2017	151
Figura 17: Municípios que compõem a AMRPB	166
Figura 18: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de ondas de calor.....	193
Figura 19: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de seca.....	195
Figura 20: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de sismos	198
Figura 21: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de deslizamentos de massa.....	199
Figura 22: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de deslizamentos de massa.....	201
Figura 23: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de vagas de frio.....	203
Figura 24: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de Incêndios rurais.....	205
Figura 25: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de Colapso de pontes e túneis.....	209
Figura 26: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de acidentes rodoviários.	212
Figura 27: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de acidentes com matérias perigosas em rodovia	213
Figura 28: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de aéreos.	214

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

Foto 1: Tipologia da Ocupação dos Solos na envolvente da área em estudo	77
Foto 2: Tipologia da Ocupação dos Solos no local de construção do pavilhão 2.	77
Foto 3: acesso à avícola	110
Foto 4: Pavilhão 1 - existente.....	110
Foto 5: Pavilhão 3 - existente.....	110
Foto 6: Local de implementação do Pavilhão 2 – a construir	111
Foto 7: Envolvente da Instalação Avícola	111
Foto 8: Vista do local onde será implementado o pavilhão novo.....	112
Foto 9: Mancha de eucaliptos existe no local onde irá ser construído o pavilhão 2.....	113
Foto 10: Ocupação do solo na envolvente próxima da implantação do projeto	116
Foto 11: Vista geral da área de implementação do projeto.	119
Foto 12: Vista da área de implementação do projeto dos pontos de acesso mais próximos.....	119

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Temperaturas médias, máximas e mínimas do ar para a estação de Viseu	47
Gráfico 2: Distribuição da precipitação na estação de Viseu.....	48
Gráfico 3: Frequência e velocidade média dos ventos para cada rumo, estação Viseu.	51
Gráfico 4: Escoamento médio mensal	82
Gráfico 5: Pirâmide etária para a Sub-Região Viseu Dão Lafões, ano de 2011	132
Gráfico 6: Pirâmide etária para a Sub –Região Dão Lafões, para o ano de 2021	133
Gráfico 7: Pirâmide etária para o concelho de Viseu para o ano de 2011	134
Gráfico 8: Pirâmide etária para o concelho de Viseu para o ano de 2021	135
Gráfico 9: Pirâmide etária para a freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto para o ano de 2011 ...	136
Gráfico 10: Pirâmide etária para a freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, para o ano de 2021 .	137
Gráfico 11: Taxa de Natalidade para Portugal, Sub-região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto (INE 2014 e 2021).....	138
Gráfico 12: Taxa de Mortalidade para Portugal, Sb-região Viseu Dão Lafões, concelho Viseu e freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto (INE,2014 e 2021).....	139
Gráfico 13: Saldo fisiológico para Portugal, Sub-região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto (2014 e 2021).....	140
Gráfico 14: Repartição da população empregada, por setores de atividade, para o concelho de Viseu (INE,2011).....	140
Gráfico 15: Repartição da população empregada por setores de atividade, para a freguesia de S.Cipriano (INE,2011)	141
Gráfico 16: Volume de negócios (€), por atividade, no concelho de Viseu (INE, 2020).....	143
Gráfico 17: Grau de escolaridade dos indivíduos residentes na Sub-região Dão Lafões e em Portugal, ano de 2021 (INE,2021).....	145
Gráfico 18: Grau de escolaridade dos indivíduos residentes no concelho de Viseu e na freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, para o ano de 2021(INE, 2021).	146
Gráfico 19: Taxa de Analfabetismo para Portugal, Sub-região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto (INE 2011 e 2021).....	147
Gráfico 20: Taxa de Atividade para a Sub- região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, em 2011 e 2021(INE,2021)	148
Gráfico 21: Taxa de Desemprego para Portugal, Região Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, para os anos de 2011 e 2021.	149

1 Introdução

O presente documento constitui o Relatório Final do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de Execução da Ampliação da Exploração Henrique Hugo Figueiredo Baptista, para produção intensiva de frangos de carne, sita em Monte do Boi-Portela, freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, concelho de Viseu e distrito de Viseu, dando cumprimento ao regime jurídico da avaliação de impacte ambiental.

O projeto em estudo enquadra-se no sector da avicultura, no âmbito do Novo Regime do Exercício da Atividade Pecuária (NREAP), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, regulamentado pela Portaria n.º 79/2022, de 3 de fevereiro, e pela Portaria n.º 637/2009, de 9 de junho, relativo à gestão de efluentes pecuários e à produção avícola, respetivamente.

Nos termos da legislação suprarreferida, esta instalação passa a enquadrar-se na Classe 1, por possuir mais de 260CN.

Dada a tipologia do Projeto, o mesmo encontra-se sujeito a procedimento de avaliação de impacte ambiental (AIA) nos termos da alínea b), do nº 23, do anexo I, do Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 152-B/2017, de 11 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA). O presente EIA visa, portanto, dar cumprimento a este requisito legal que condiciona o licenciamento da atividade à realização de uma AIA.

1.1 Identificação do Projeto

O Relatório Técnico do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) que agora se apresenta é relativo ao Projeto de Ampliação da Exploração Henrique Hugo Figueiredo Baptista, Lda localizada em Monte do Boi-Portela, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, concelho e distrito de Viseu.

O presente EIA integra um processo de regularização do licenciamento da atividade ao abrigo do Regime Excecional de Regularização de Atividades Económicas (RERAE).

A exploração avícola é atualmente, constituída por 2 pavilhões (identificados como pavilhão 1 e pavilhão 3), com uma área útil de 2.127m², licenciada para uma produção de 39.900 frangos de carne/ciclo (vide Título de exploração n.º 761/2013). O projeto em análise pretende ampliar a capacidade de produção avícola através do melhor aproveitamento dos pavilhões existentes (capacidade passará para 57.500 frangos de carne/ciclo) e da construção de um novo pavilhão, pavilhão n.º 2, com uma área total de 2.398m² e capacidade para 59.000 frangos de carne/ciclo.

Pretende-se, assim, licenciamento para uma exploração com 116.500 frangos de carne/ciclo.

O EIA foi elaborado com o intuito de identificar e analisar os possíveis problemas ambientais e níveis biofísicos, quando associados à implementação prevista do projeto de ampliação da exploração avícola.

Na sequência da avaliação de impactes, são identificadas as principais medidas a serem implementadas para que os efeitos negativos sejam resolvidos, atenuados ou compensados, potencializando os efeitos positivos nas fases de construção e exploração.

Pretende-se, de igual modo, definir medidas adequadas no combate à poluição recorrendo-se as Melhores Técnicas Disponíveis (MTD's) e medidas que conduzam à racionalização do consumo e utilização das matérias e da energia.

O EIA tem por finalidade última facultar aos decisores a informação necessária para a tomada de decisão sobre o projeto.

O projeto está abrangido pelo regime de prevenção e controlo integrados da poluição uma vez que ultrapassa o limiar de 40.000 lugares para aves de capoeira. O procedimento de AIA decorre em simultâneo com o pedido de licença ambiental (LA).

O projeto encontra-se atualmente na fase de Projeto de Execução.

1.2 Proponente

O proponente do Projeto de Ampliação da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, é Hugo Henrique Figueiredo Baptista, com número de identificação de Fiscal (NIF) 245294899, sede social em São Cipriano, 3510-736, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, no concelho de Viseu, distrito de Viseu.

A instalação avícola por sua vez localiza-se em Monte de Boi/Portela, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, concelho e Distrito de Viseu.

1.3 Entidade licenciadora

A entidade coordenadora da atividade em causa é a Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC), nos termos do Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho, que aprovou o Novo Regime de Exercício de Atividade Pecuária.

A Câmara Municipal de Viseu detém as competências de licenciamento de obras de construção civil dos vários edifícios (Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, e respetiva regulamentação específica).

A autoridade de AIA é a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-Centro).

1.4 Responsáveis pela elaboração do EIA

A equipa técnica responsável pela elaboração do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto da Ampliação da Exploração Henrique Hugo Figueiredo Baptista é a que se apresenta na tabela n.º 1.

A recolha, tratamento e análise da informação relevante para o Estudo de Impacte Ambiental teve início em abril de 2022, concluiu-se a elaboração do EIA em finais de dezembro de 2022.

Tabela 1: Identificação da equipa técnica responsável pela elaboração do EIA

Orlando Paiva	Coordenação de EIA
Orlando Paiva	Clima e Meteorologia Recursos Hídricos e qualidade da Água Caracterização Socioeconómica
Teresa Costa	Geologia e Geomorfologia Qualidade do ar Paisagem e Ordenamento do Território Gestão de Resíduos e subprodutos
Luís Simões Ana Custodio	Ambiente Sonoro
Teresa Costa	Solos e Uso atual dos solos Ecologia
Artur Fontinha Hugo Gomes João Silva Mariana Fafiães	Património Arqueológico
Teresa Costa Luís Simões Mariana Fafiães Artur Fontinha	Cartografia

1.5 Enquadramento legal

O REAP (definido pelo Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de junho), através do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 29º, determina que as alterações efetuadas à atividade pecuária encontram-se sujeitas a novo licenciamento quando delas resultar a ultrapassagem dos limiares estabelecidos no RJAIA ou a verificação de outras condições previstas no referido regime jurídico que determinem a necessidade de AIA.

O atual regime jurídico de AIA encontra-se definido no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/52/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente. O n.º 3 do Artigo 1.º do referido diploma e o ponto 1 do Anexo II, alínea e), obriga à apresentação de EIA para instalações de pecuária intensiva.

O conteúdo do presente EIA teve, ainda, em consideração o estabelecido no Anexo II da Portaria n.º 398/2015, de 5 de novembro, que estabelece os elementos que

devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único Ambiental, para a atividade pecuária.

De acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, que estabelece o regime jurídico de prevenção e controlo integrados da poluição (PCIP), a instalação encontra-se abrangida pela categoria 6.6 - Instalação para a criação intensiva de aves de capoeira com mais de 40 000 lugares.

A exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, encontra-se licenciada para um efetivo de 39.900 frangos. A ampliação prevista corresponde ao aumento do efetivo dentro dos pavilhões existentes (que passaram dos 39.900 frangos de carne/ ciclo para 57.500 frangos de carne/ciclo) e à construção de um novo pavilhão com a capacidade para um efetivo de 59.000 frangos de carne. Assim sendo, o proponente pretende aumentar a sua capacidade para um efetivo de 116.500 frangos de carne em cada ciclo de produção.

Nestes termos, o presente EIA tem enquadramento em ambos os regimes legais, configurando-se simultaneamente como um requisito formal e um elemento instrutório a apresentar à entidade licenciadora no âmbito do novo processo de licenciamento da atividade a que o proponente é obrigado, em cumprimento do estipulado na Secção I, do Anexo III, do REAP.

Assim sendo, para além de do projeto estar abrangido pelo atual RJAIA, esta pretensão de ampliação, por ter mais de “40.000 lugares para aves de capoeira” encontra-se abrangida pelo Regime da Prevenção e Controlo Integrados de Poluição (Regime PCIP), em conformidade com o atual Regime de Emissões Industriais (REI) estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Neste contexto, a instalação está obrigada a proceder ao pedido de licenciamento ambiental enquadrando-se na alínea a) do ponto 6.6 do Anexo I do referido diploma.

2 Metodologia Geral e Estrutura do Estudo de Impacte Ambiental

A estrutura e conteúdo do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) foram definidos de acordo com o estabelecido no Anexo II da Portaria n.º 398/2015, de 5 de novembro, que estabelece os elementos que devem instruir os procedimentos ambientais previstos no regime de Licenciamento Único de Ambiente (LUA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2015, de 11 de maio, para a atividade pecuária.

O Resumo Não Técnico (RNT) foi elaborado de acordo com o estipulado nos “Critérios de Boas Práticas para a Elaboração e Avaliação de Resumos Não Técnicos” publicado pelo ex-Instituto de Promoção Ambiental (atual Agência Portuguesa de Ambiente (APA)), considerando a revisão preconizada pela APAI – Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes em parceria com a APA, cuja versão final foi concluída em 2008. Tem ainda em conta a elaboração de documentos AIA destinados a divulgação na Internet, constantes do site da APA.

De forma a que o EIA possa identificar, caracterizar e avaliar o conjunto de ocorrências suscetíveis de provocarem desequilíbrios benéficos ou adversos no ambiente decorrentes do Projeto, bem como apresentar as respetivas medidas capazes de os minorar ou majorar, aplicou-se a seguinte metodologia:

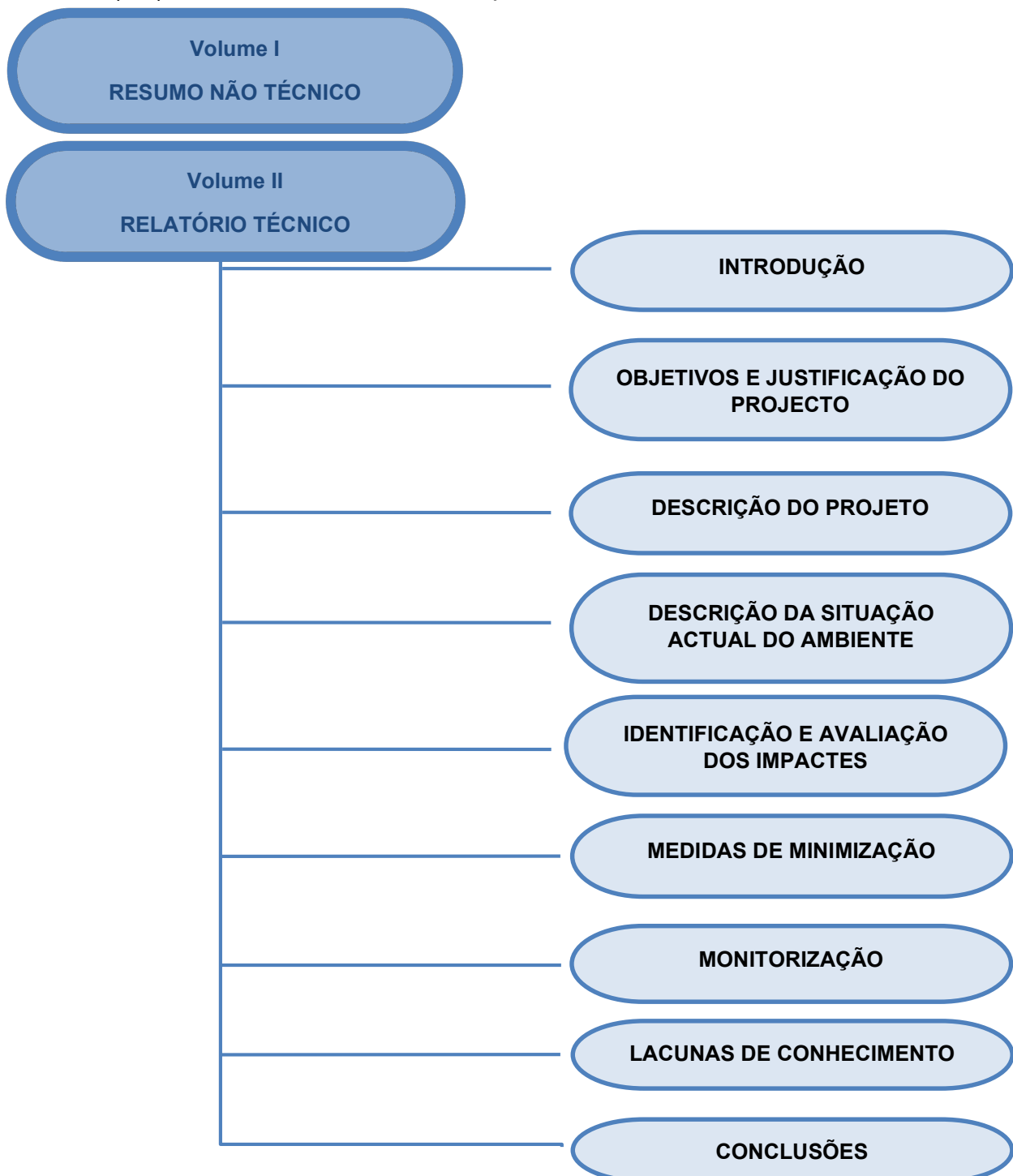
- Descrição geral das principais características do Projeto, com particular incidência nos aspetos mais suscetíveis de provocar consequências ambientais durante a atividade, a sua localização e características funcionais, justificação e objetivos, antecedentes e enquadramento nos instrumentos de gestão territorial vigentes;
- Identificação e caracterização do atual estado do ambiente na área afeta ao Projeto e sua envolvente, sendo que os descritores ambientais englobados nesta caracterização têm diferentes aprofundamentos de análise, tendo em atenção a especificidade da instalação – foi dispensada maior atenção e detalhe aos aspetos onde se prevê que venham a detetar-se maiores repercussões. A metodologia geral aplicada nesta etapa consistiu, fundamentalmente, na recolha de informação, pesquisa bibliográfica e consulta a entidades e organismos com competências nestas matérias, consolidada e comprovada pela análise dos dados e informações recolhidas nos trabalhos de campo e visitas ao local realizados para todos os descritores definidos: Clima, Geologia e Geomorfologia, Solos, Flora e Vegetação, Fauna, Ordenamento do Território, Uso do Solo, Paisagem, Socioeconomia,, Resíduos, Recursos Hídricos e Qualidade da Água, Património Histórico e Arqueológico, Qualidade do Ar e Ambiente Sonoro;
- Previsão da evolução ambiental do local com a presença do Projeto, identificando, antecipando e avaliando os impactes ambientais expectáveis durante a atividade. Os impactes identificados foram divididos considerando a fase temporal em que é estimada a sua ocorrência e o descritor afetado, onde este se manifesta. Foram igualmente considerados os impactes cumulativos;
- Definição de medidas minimizadoras e/ou compensatórias dos impactes avaliados, adequadas aos efeitos previstos de forma a garantir a manutenção de níveis aceitáveis de qualidade ambiental. Os impactes que se prevejam positivos são igualmente objeto de análise de forma a promover e expandir a sua magnitude;
- Proposta de ações de acompanhamento e de monitorização da qualidade ambiental do local, bem como da efetivação das respetivas medidas minimizadoras;
- Identificação de lacunas técnicas ou de conhecimento verificadas na elaboração do presente estudo;
- Compilação e elaboração, objetiva e sintética, da informação anteriormente explicitada sob a forma de um Relatório Síntese, que será acompanhado do Resumo Não Técnico (RNT), peça obrigatória do EIA.

Esta metodologia, sendo interativa e reativa entre os seus diversos níveis permite, sempre que se justifique, a reavaliação da informação de cada nível em função da informação referente aos níveis seguintes.

2.1 Estrutura do Estudo de Impacte Ambiental

A estrutura do EIA baseia-se no definido na legislação específica comunitária e nacional, em vigor sobre Avaliação de Impacte Ambiental, nomeadamente, a Diretiva n.º 2011/92/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, transposta para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 151- B/2013 (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro), designado ao longo deste estudo como Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental – RJAIA.

O presente EIA compreende o Resumo Não Técnico (RNT), o Relatório Síntese de EIA (RS), e os Anexos relevantes ao processo.



Volume III
ANEXOS TÉCNICOS

O RNT é apresentado no Volume I do EIA, tendo como principal objetivo resumir e traduzir em linguagem simples e acessível, o essencial das várias informações difundidas no relatório do EIA, permitindo que o público em geral se familiarize com as principais questões relacionadas com o projeto. Naquele documento, segue a estrutura imposta pela Portaria n.º 398/2015, de 5 de novembro (que estabelece os elementos a incluir no Estudo de Impacte Ambiental e no Resumo Não Técnico, para a atividade pecuária) e os Critérios de Boa Prática para a elaboração e Avaliação de Resumos Não Técnicos” publicados pelo IPAMB, bem como, as orientações produzidas pela Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes e pela Agência Portuguesa do Ambiente.

O Relatório Técnico é o relatório principal do EIA e reúne toda a informação recolhida sobre o projeto, sobre a situação atual do ambiente e do território de inserção, e a respetiva avaliação de impactes. Este encontra-se dividido em vários capítulos que abordam de forma integrada toda a informação recolhida e a respetiva avaliação, incidindo nos seguintes pontos:

- **Introdução** – identificação do projeto e dono do projeto, enquadramento legal e dos responsáveis pela elaboração do estudo.
- **Objetivos e justificação do Projeto** - descrição dos objetivos e da necessidade da ampliação da unidade, análise dos antecedentes ao projeto e da conformidade com os instrumentos de gestão territorial;
- **Definição do Projeto** - localização e acessibilidades do local, descrição das principais atividades associadas ao abate e transformação de aves, breve descrição do projeto de ampliação, indicação das estratégias de gestão ambiental adotadas pelo proponente e análise das alternativas consideradas;
- **Caracterização da Situação de Referência** - definição da área de estudo para caracterização dos descritores ambientais considerados mais relevantes tendo em conta as características do projeto nomeadamente:
 - Fatores Biofísicos Naturais (topografia, clima, geologia, litologia, geomorfologia e hidrologia, solos, recursos hídricos, recursos biológicos);
 - Fatores Biofísicos Antrópicos (uso do solo, paisagem, património, ruído, qualidade do ar);
 - Fatores socioeconómicos (demografia e atividades económicas);
 - Ordenamento do Território (análise do regulamento do PDM da área de influência do projeto de ampliação da unidade industrial e de outros instrumentos de ordenamento de território considerados relevantes);
- **Identificação e Avaliação dos Impactes Ambientais** - referente aos descritores acima supracitados, e efetuada, quando aplicável, para as fases de construção, exploração e desativação da unidade industrial de abate e transformação de aves;
- **Medidas de minimização dos impactes ambientais** - elaboradas, quando aplicável, para cada um dos potenciais impactes ambientais avaliados como significativos e para as fases de construção, exploração e desativação da unidade industrial;

- **Programas de Monitorização e de Medidas de Gestão Ambiental** – elaboração do processo de observação e recolha sistemática de dados sobre os efeitos ambientais considerados significativos, decorrentes da exploração do centro de abate e transformação de aves e descrição periódica desses efeitos através de relatórios, com o objetivo de permitir a avaliação da eficácia das medidas de minimização previstas no EIA;
- **Lacunas de conhecimento** - resumo das lacunas técnicas ou de conhecimento verificadas na elaboração do EIA;
- **Bibliografia;**

O Volume III contém os Anexos que correspondem à informação relativa a estudos setoriais específicos preparados durante a realização do EIA e, que serviram de base e/ou apoio à informação presente no Relatório Síntese.

Este volume inclui, entre outros, cartografia, trocas de correspondência relevante com entidades (caso necessário), plantas do projeto, aspetos metodológicos e legislativos referentes às diversas componentes em análise, etc.

O presente Estudo de Impacte Ambiental foi elaborado num período aproximado entre os meses de abril de 2022 e dezembro de 2022.

3 Objetivos e Justificação do Projeto

3.1 Justificação da Necessidade do Projeto

De uma forma geral, o projeto é justificado pela crescente procura do mercado pela carne de aves e pelo défice de produção atualmente existente, o qual é determinado pela inadequação de muitas unidades de produção (normalmente de pequena dimensão) existentes ou entretanto desativadas e falta de capacidade de investimento em novas unidades de produção construídas com recurso às MTD do setor.

Este setor de atividade apresenta especificidades técnicas muito exigentes, tanto ao nível higio-sanitário e como ao nível dos instrumentos de gestão territorial, que condicionam fortemente a escolha da sua localização. Especificidades estas que conduzem à necessidade de compromisso entre o cumprimento das respetivas regras e parâmetros construtivos (impostos pelos instrumentos de gestão territorial) e as regras específicas do setor, designadamente, afastamentos ou áreas de segurança sanitária.

O promotor pretende ampliar a sua atividade, concretizando o seu projeto numa área de interior fortemente ruralizada e com os normais constrangimentos de desenvolvimento inerentes aos concelhos mais interiores da Região Centro.

Ao mesmo tempo, procura aproveitar um local com boas condições de implantação e suficientemente afastado de zonas habitadas ou de outras explorações, em relativa harmonia com o espaço existente e com a natureza do terreno.

Acresce que o local proposto não apresenta constrangimentos ao nível sanitário, nem de saúde pública, e cumulativamente não apresenta restrições de índole territorial, nomeadamente em matéria de PDM e condicionantes.

Do ponto de vista ambiental e da atividade, toda a conceção do projeto e futura exploração baseia-se na adoção das MTD do setor, garantindo uma resposta adequada aos objetivos do NREAP e também da prevenção e controlo integrados de poluição, procurando dar resposta a todas as saídas de processo, passíveis de produzir poluição.

A existência da instalação avícola em apreço potencia a economia local e regional, não só por via da expansão da atividade e logo dos níveis de faturação da empresa, como pelas relações comerciais diretas e indiretas estabelecidas com várias empresas associadas ao funcionamento da instalação e a toda a atividade de produção de carne de aves.

Com esta intervenção o proponente pretende desenvolver a atividade avícola promovendo o desenvolvimento da região, criação de postos de trabalho diretos e indiretos, o que nesta altura de pós -pandemia e crise consequente da Guerra Rússia x Ucrânia, será uma mais-valia para os munícipes de Viseu.

3.2 Objetivos do Projeto

Os objetivos gerais definidos são os seguintes:

- Aumentar a capacidade instalada atual do Estabelecimento Avícola, de 39.900 frangos de carne/ciclo para 116.500 frangos de carne/ciclo através de:
 - Construção de um novo pavilhão de produção (pavilhão 2);
 - Melhor aproveitamento dos dois pavilhões já existentes

Os objetivos propostos para esta exploração avícola refletem a necessidade de dar cumprimento à regulamentação aplicável à atividade de produção avícola e reunir condições para obter a Autorização para o Exercício da Atividade Avícola da Classe 1 ao abrigo do Decreto-Lei n.º 214/2008. Pretende-se de igual modo construir e adaptar o estabelecimento avícola às exigências da legislação ambiental em vigor e adoção das melhores técnicas disponíveis.

De acordo com o atual Regime Jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental (RJAIA), o projeto em análise enquadra-se na alínea b) do n.º 3 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, o qual remete para o Anexo II – ponto e) a obrigatoriedade de sujeição a Avaliação de Impactes Ambientais (AIA) à instalações pecuárias intensivas com um efetivo animal igual ou superior a 85.000 frangos.

3.3 Antecedentes do Projeto

Não existem antecedentes relacionados com o presente procedimento de AIA.

O projeto de execução em análise constitui um processo simples que não envolve a utilização de produtos perigosos ou processos tecnológicos de risco elevado, pelo que o EIA não foi objeto de Proposta de Definição de Âmbito.

A exploração avícola em estudo encontra-se numa área total de 71.398,82m² (vide certidão predial nos Anexos técnicos). A atual exploração é composta por dois pavilhões avícolas, construídos em 2012, com a área total de 2.292,35m² e licenciado para uma capacidade de 39.900 frangos de carne/ciclo (vide Título de exploração 761/2013 nos Anexos Técnicos). A exploração avícola existente apresenta uma só marca de exploração embora estes sejam considerados dois núcleos distintos uma vez que se encontram separados fisicamente por um caminho publico.

O atual projeto pretende a aplicação da capacidade produtiva da exploração avícola através do aumento da capacidade instalada nos dois pavilhões já construídos que irão passar de uma capacidade de 39.900 frangos de carne para 57.500 frangos de carne e através da construção de um terceiro pavilhão com uma capacidade para 59.000 frangos de carne.

Pretende-se, assim, o licenciamento para 116.500 frangos de carne/ciclo.

3.4 Projetos complementares ou subsidiários

Tendo em conta que se trata de uma ampliação de uma exploração existente e em exploração, verifica-se que já existem no local as principais infraestruturas disponíveis, pelo que não existem projetos complementares ou subsidiários.

3.5 Alternativas Consideradas

3.5.1 Alternativa a localização

Não foram contempladas quaisquer alternativas, uma vez que o atual projeto consiste na ampliação de uma exploração existente desde 2012. Alterar a localização da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, seria incomportável técnica e financeiramente devido ao investimento já feito no local, nas estruturas fixas de edificado e infraestruturas internas.

Na prática, a sua deslocalização implicaria a construção de raiz de todo o edificado com um aproveitamento incerto da maioria dos equipamentos que não são vocacionados para serem desmontados e remontados. Simultaneamente, na localização original, todo o edificado seria demolido por falta de capacidade para reconversão.

Do ponto de vista social, atendendo aos trabalhadores serem predominantemente de residência local, a sua deslocalização seria sempre de difícil implementação.

3.5.2 Alternativas na conceção do projeto

Nesta fase não foram consideradas quaisquer alternativas na conceção do projeto, dado que se trata de uma ampliação de uma exploração existente e em pleno funcionamento. O projeto em análise foi desenvolvido em consonância com a integração do novo pavilhão com os pavilhões já existentes e em produção. Para além da análise dos projetos anteriores, o atual projeto teve em conta todos os critérios por forma ao mesmo ser mais adaptado ao local onde se enquadra.

3.5.3 Alternativas de tecnologia

Nesta fase não foram consideradas quaisquer alternativas tecnológicas, dado que de acordo com a informação veiculada pelo promotor, as mesmas já estão implementadas e devidamente apuradas e adaptadas à realidade local, sendo as mais modernas e eficientes em termos económicos e ambientais.

Os materiais e as técnicas utilizadas para a futura construção, as suas dimensões e acabamentos interiores e exteriores, foram concebidos para se adequarem à função prevista para este edifício, não provocando grande impacto visual e respeitando os limites do PDM para este local, tanto como os pavilhões já existentes. A edificação ficará paralela com as edificações já existentes, e será construída através de métodos tradicionais, com acabamentos adequados e simples. A cobertura será em painel sandwich de cor branca e as paredes exteriores serão em chapa ou painel branco. Os vãos exteriores serão em chapa branca, sendo as janelas complementadas com uma grade de proteção de cor branca. A inserção urbanística existente não afetará a envolvente, que tal como já referido, estas construções são cercadas maioritariamente por uma zona florestal. Também a sua volumetria e os acabamentos exteriores são facilmente integrados no meio envolvente, visto ficar numa zona rodeada principalmente por eucaliptos. Para minimizar o impacto visual das edificações, as mesmas serão envolvidas com árvores de folha perene.

3.5.4 Alternativas em dimensão e escala

A dimensão apresentada no atual projeto vai de encontro com as atuais ambições e possibilidades do promotor. É de referir que a dimensão e escala da exploração avícola em análise encontra-se condicionada ao que se encontra definido no n.º 1 do artigo 46.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor.

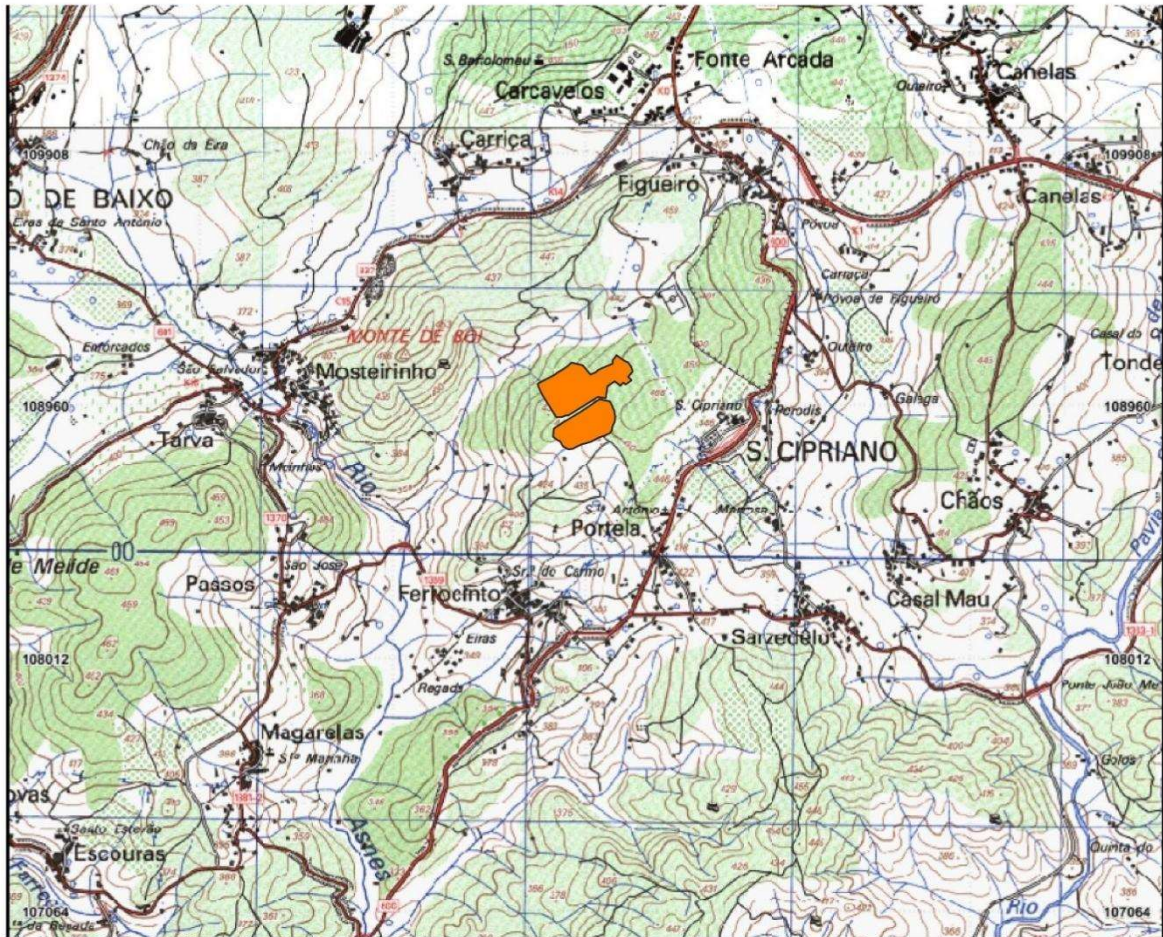
4 Descrição do Projeto

4.1 Localização do Projeto

4.1.1 Localização do Projeto

O projeto em análise localiza-se em Monte de Boi/Portela, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, concelho e Distrito de Viseu, em território integrado na NUT II - Região Centro e NUT III - Dão Lafões, cuja área se localiza na carta Militar de

Portugal, do Instituto Geográfico do Exército, na folha n.º 177 - Vouzela e n.º 188 - Vila Chã de Sá (Viseu) na escala 1:25 000 (vide Figura n.º 1 e Carta 01 – Enquadramento local e regional).



1:25 000

 Exploração avícola Hugo Henrique Figueiredo Baptista

Extrato Carta Militar n.º 177 e n.º 188

Figura 1: Localização da instalação avícola

O acesso à exploração pode ser feito pelo IP3 em direção a Viseu, sai-se na saída 25 para a N2 em direção a Ponta da Gonta/S.M. Outeiro. No cruzamento, segue-se as indicações para S.M Outeiro e vira-se para a N2. Segue-se pela N337 que irá convergir com a Rua Capitão Leitão. Após 3,7 km irá continuar para a EM 600 em direção a São Cipriano. Após 270m terá que virar à esquerda em direção à Rua Santo António que dá acesso à propriedade da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista.

4.1.2 Áreas Sensíveis

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro define “Áreas Sensíveis” como:

- Áreas Protegidas, classificadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho
- Sítios da Rede Natura 2000, zonas especiais de conservação e zonas de proteção especial, classificadas nos termos do Decreto-lei n.º 140/99, de 24 de Abril; no âmbito das diretivas n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril de 1979, relativa à conservação das aves selvagens, e 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio de 1992, relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagem
- Zonas de proteção dos bens imóveis classificados eu em vias de classificação definidas nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

A área em estudo não se insere nem está próxima de qualquer área com estatuto de proteção ou conservação segundo a definição do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 152-B/2017 de 11 de dezembro.

4.1.3 Avaliação da Conformidade do Projeto com os Instrumentos de Gestão Territorial

No âmbito do presente estudo, foi analisada a conformidade do projeto com todo o quadro estratégico de planos e /ou programas de Ordenamento e Planeamento do Território.

A área de inserção do projeto encontra-se abrangida por um conjunto de instrumentos de gestão territorial, de âmbito regional e municipal, apresentando-se na Tabela 2 os que se afiguram de maior relevância, no âmbito da avaliação ambiental que se apresenta no presente documento.

Tabela 2: Conformidade do Projeto com os Instrumentos de Gestão Territorial

Instrumento de Gestão Territorial	Âmbito Territorial	Conformidade do projeto com o instrumento de gestão territorial
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VISEU	Municipal	A instalação avícola em análise encontra-se implementada em Espaços Florestais de Produção (área a intervencionar) e Espaço Agrícola de Produção
PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) DO CENTRO-LITORAL	Regional	Localiza-se na sub-Região Floresta da Beira Alta
PLANO DE GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS QUE INTEGRAM A REGIÃO: REGIÃO HIDROGRÁFICA 4 (RH4) – PGBH DO VOUGA MONDEGO E LIS	Regional	O projeto não contraria as diretrizes estratégicas de gestão.

4.1.4 Condicionantes, Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Neste ponto identificam-se as condicionantes, servidões e restrições de utilidade pública que ocorrem na área envolvente do projeto e que possam condicionar a

concretização das principais ações previstas, referindo-se a compatibilização das intervenções com este tipo de fatores.

Esta inventariação baseou-se na Carta de Reserva Agrícola Nacional (RAN), Carta de Reserva Ecológica Nacional (REN) e Carta de Condicionantes, do Plano Diretor Municipal de Viseu, que se apresentam nas peças desenhadas Carta n.º 07 a 10. O Plano Diretor Municipal de Viseu encontra-se publicado no D.R n.º 188, Série II de 30/09/2013, no Aviso n.º 12115/2013. Este foi alterado em 2019 tendo sido novamente publicado no Aviso n.º 14954/2019. A alteração consiste, na adequação do plano diretor municipal ao Decreto-lei 80/2015 de 14 de maio. Através do Aviso n.º 7466/2021 foi aprovado a Prorrogação do prazo para alteração do Plano Diretor Municipal com adequação ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. De acordo com o Aviso 15307/2022, de 3 de agosto a proposta de alteração do Plano Diretor Municipal foi aprovada, encontrando-se em consulta pública de 11 de agosto a 17 de outubro de 2022.

Genericamente o PDM estabelece uma estrutura espacial para o território do município, a classificação dos solos, os perímetros urbanos e os indicadores urbanísticos, tendo em conta os objetivos de desenvolvimento, a distribuição racional das atividades económicas, as carências habitacionais, os equipamentos, as redes de transporte e comunicações e as infraestruturas.

Através deste verifica-se um plano de ocupação do solo respeitante e compatível com planos, projetos e critérios de natureza geral ou setorial e de âmbito supramunicipal e se conforma com as leis e os regulamentos em vigor.

Em termos de ordenamento de território, segundo a carta de ordenamento do Plano Diretor Municipal de Viseu, a exploração localiza-se em espaço classificado como espaços florestais de produção e espaço agrícola de produção. A área de intervenção do projeto apenas incide no espaço florestal de produção.

A construção destina-se à criação de frangos de engorda em cativeiro.

O terreno apresenta boas condições de edificabilidade, com necessidade de fazer algum movimento de terras. As infraestruturas básicas serão executadas pelo requerente.

Neste documento, verifica-se, ainda, a conformidade formal do PDM de Viseu com as demais disposições legais e regulamentares em vigor, designadamente com as das Reserva Agrícola e Ecológica Nacionais.

A RAN no concelho de Viseu foi aprovada juntamente com o respetivo PDM e, como tal, encontra-se delimitada na planta de condicionantes do Plano Diretor Municipal (Carta n.º 09). Os terrenos da RAN encontram-se definidos com o que se encontra disposto nos Decreto-Lei nº 73/2009, de 31 março, alterado pelo Decreto-Lei nº 199/2015, de 16 de setembro.

Através da análise da Carta n.º 08, é possível verificar que a área de estudo não intercepa as áreas incluídas em RAN.

A delimitação da REN do concelho de Viseu foi aprovada e publicada pelo Aviso n.º 14954/2019 de 25/09/2019.

Relativamente às áreas de Reserva Ecológica Nacional, pode observar-se na Carta n.º 07 que a área de estudo não interceta as áreas incluídas em REN.

Concretamente e da análise da carta de condicionantes do PDM de Viseu, verifica-se que o projeto avícola em análise não se localiza em áreas de RAN e REN.

Ainda através da análise da carta de condicionantes do PDM, verifica-se na zona em estudo (incluindo o recinto da instalação e sua envolvente num raio de 1000 metros) a existência das seguintes condicionantes legais:

- Zona de contrato de prospeção e pesquisa de recursos geológicos
- Pedreira
- Sistema de tratamento de águas
- Reservatórios de água
- Árvores de interesse público
- Posto de Transformação
- Vértice geodésico
- Corredor IP3/A24

O projeto de avicultura existente não incide diretamente nestas condicionantes legais.

4.2 Descrição do Projeto.

O projeto em análise refere-se à ampliação de uma exploração avícola, título de Exploração 761/2013, Processo 017892/02/C, com a atividade de produção intensiva de frangos no solo (produção de carne de aves), que o requerente Hugo Henrique Figueiredo Baptista, pretende levar a efeito na parcela de terreno denominada “Monte de Boi/Portela”, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, concelho de Viseu.

A atual pretensão consiste na implantação de 1 pavilhão avícola, para a criação de frangos de carne, numa exploração já existente, com dois pavilhões avícolas, na propriedade “Monte de Boi/Portela”, cuja área total é de 71.398,82m².

No ano de 2012 o proponente procedeu ao licenciamento da exploração existente, constituída por 2 pavilhões, sendo considerado apenas uma marca de exploração, embora sejam considerados dois núcleos distintos, uma vez que se encontram separados fisicamente por um caminho público. O licenciamento foi para uma capacidade instalada de 39.900 frangos de carne.

Atualmente pretende-se a alteração da capacidade de alojamento (aumento do nº de aves e das cabeças normais CN) da exploração avícola de produção intensiva de carne de frangos, licenciada com a Marca de Exploração PTHW4Y9-V, em nome de Hugo Henrique Figueiredo Baptista (nif. 245294899), e a construção de um novo pavilhão.

Estando autorizada a capacidade de 39.900 frangos (239,4CN), pretende-se o

aumento do efetivo para 116.500 frangos de carne em cada ciclo de produção, correspondentes a 699CN.

A Empresa proprietária da exploração avícola é de natureza familiar.

4.2.1 Características da Instalação

4.2.1.1 Infraestruturas construídas

A atual exploração é composta por dois pavilhões avícolas, construídos em 2012, com a área total de produção de 2.127,82m² e preparados para a produção de frangos de carne. A exploração avícola existente apresenta uma só marca de exploração embora estes sejam considerados dois núcleos distintos uma vez que se encontram separados fisicamente por um caminho publico.

A propriedade localiza-se fora do aglomerado urbano e não existem casa de habitação num raio de 200m.

O pavilhão 1, construído em 2012, é um pavilhão de um único piso, com uma área de implementação de 1.345m². As paredes exteriores até 1,10m de altura foram executadas em alvenaria de blocos de cimento, e revestidas a reboco de argamassa hidráulica com aditivo hidrófugo, e, ainda, interiormente e exteriormente, levou um revestimento em painel isotérmico do tipo “sanduíche”, material de fácil lavagem e de grande resistência térmica.

As paredes divisórias foram executadas em alvenaria de tijolo, rebocadas e pintadas.

As paredes da instalação sanitária levaram acabamento em azulejo decorativo até ao teto.

Os tetos foram executados em chapa isotérmica vermelha do tipo “sanduíche”.

O pavimento da instalação sanitária foi executado em mosaico cerâmico anti derrapante e o dos arrumos em cimento afagado á colher.

O pavimento do pavilhão foi executado com enrocamento de brita, massame e cimento com aditivo hidrófugo, devidamente afagado com “helicóptero”, de modo a dotar o mesmo liso, resistente e de fácil lavagem.

A cobertura foi executada em estrutura metálica e revestida a chapa isotérmica de cor vermelha do tipo “sanduíche”.

As janelas (vãos de iluminação e arejamento) são dotadas de rede mosquiteira e painéis de chapa acrílica que visam garantir, tanto a proteção solar como o controlo de temperatura e ventilação.

As portas são executadas em painel “sanduiche” de cor branco.

No topo do pavilhão, contígua à área de produção, existe uma área de apoio com 97,3m². Neste local encontra-se as instalações sanitárias, os autômatos dos sistemas de gestão do pavilhão, nomeadamente dos sistemas de aquecimento/arrefecimento, bebedouros e comedouros e nebulização, e ainda o local de armazenamento de biomassa. O acesso ao interior do pavilhão efetua-se através desta área de apoio, estando a mesma dotada de pedilúvio.

O pavilhão n.º 3, também construído em 2012, tal como o pavilhão 1, é um pavilhão de um único piso, com uma área de implementação de 1.050m². As paredes exteriores até 1,10m de altura foram executadas em alvenaria de blocos de cimento, e revestidas a reboco de argamassa hidráulica com aditivo hidrófugo, e, ainda, interiormente e exteriormente, levou um revestimento em painel isotérmico do tipo “sanduíche”, material de fácil lavagem e de grande resistência térmica.

As paredes divisórias foram executadas em alvenaria de tijolo, rebocadas e pintadas.

As paredes da instalação sanitária levaram acabamento em azulejo decorativo até ao teto.

Os tetos foram executados em chapa isotérmica vermelha do tipo “sanduíche”.

O pavimento da instalação sanitária foi executado em mosaico cerâmico anti derrapante e o dos arrumos em cimento afagado á colher.

O pavimento do pavilhão foi executado com enrocamento de brita, massame e cimento com aditivo hidrófugo, devidamente afagado com “helicóptero”, de modo a dotar o mesmo liso, resistente e de fácil lavagem.

A cobertura foi executada em estrutura metálica e revestida a chapa isotérmica de cor vermelha do tipo “sanduíche”.

As janelas (vãos de iluminação e arejamento) são dotadas de rede mosquiteira e painéis de chapa acrílica que visam garantir, tanto a proteção solar como o controlo de temperatura e ventilação.

As portas são executadas em painel “sanduiche” de cor branco.

No topo do pavilhão, contígua à área de produção, existe uma área de apoio com 97,3m². Neste local encontra-se as instalações sanitárias, os autômatos dos sistemas de gestão do pavilhão, nomeadamente dos sistemas de aquecimento/arrefecimento, bebedouros e comedouros e nebulização, e ainda o local de armazenamento de biomassa. O acesso ao interior do pavilhão efetua-se através desta área de apoio, estando a mesma dotada de pedilúvio.

O sistema de aquecimento atualmente existente é constituído por 2 caldeiras de biomassa a estilha com uma potência de 580kW cada, localizado em nas área de apoio de cada pavilhão.

Estes equipamentos são alimentados a estilha, sendo que esta é armazenada no anexo de apoio existente.

Cada pavilhão dispõe de dois silos de fibra para o armazenamento de ração com capacidade para 20m³, no pavilhão 1, e 15m³ no pavilhão 3, de onde se procede ao abastecimento das linhas de alimentação.

O sistema de ventilação dos pavilhões em produção é composto por ventiladores de parede com persiana e grelha e janelas de abertura e fecho automático. Todas as janelas estão seladas através de rede de malha estreita a fim de impedir a entrada de pássaros ou outros animais estranhos à exploração.

Para complementar o sistema de ventilação existe um sistema de nebulização com bicos distribuídos por todo o pavilhão para o controlo mais eficaz da temperatura interior do pavilhão. Este método é utilizado em média apenas durante os meses mais quentes, em julho e agosto.

O atual projeto contempla o aumento do efetivo dentro dos pavilhões existentes através do melhor aproveitamento da área útil (de produção) existente. Não será feita qualquer alteração na estrutura dos pavilhões existentes, havendo apenas a construção de um novo pavilhão e a programação dos ciclos produtivos de acordo com o Plano de Produção.

No quadro que se segue, apresentamos uma síntese das áreas produtivas construídas e capacidade instalada até à atual data e a capacidade a instalar com devido ao melhor aproveitamento dos pavilhões:

Tabela 3: Síntese das características dos pavilhões existentes

Edifício	Área total de implantação (m ²)	Área de apoio (m ²)	Área Útil de produção (m ²)	Capacidade instalada (n.º de aves)	Capacidade a instalar (n.º de aves)
Pavilhão 1	1.345	97,3	1.198,31	22.472	32.500
Pavilhão 3	1.050	97,3	929,51	17.428	25.000
Total	2.395	194,60	2.127,82	39.900	57.500

4.2.1.2 Infraestruturas a construir

O projeto, em análise, contempla a construção de um terceiro pavilhão, denominado pavilhão n.º 2.

O pavilhão 2 terá uma área total de implantação de 2.398m². A edificação ficará paralela com o pavilhão 3, já existente, e será construída através de métodos tradicionais, com acabamentos adequados e simples. As paredes exteriores até 0,50m de altura serão executadas em alvenaria de blocos de cimento, e revestidas reboco de argamassa hidráulica com aditivo hidrófugo, exteriormente, levará revestimento em painel isotérmico do tipo “sanduíche”, material de fácil lavagem e de grande resistência térmica.

As caixilharias exteriores serão executadas em alumínio termolacado cor “branco”. As paredes divisórias serão executadas em alvenaria de tijolo, rebocadas e pintadas.

A cobertura será executada em chapa isotérmica de cor branco com a espessura de 8 cm, assente em perfis metálicos.

O pavimento do pavilhão destinados á criação será executado com enrocamento de brita, massame e cimento com aditivo hidrófugo, devidamente afagado com “helicóptero”, de modo a dotar o mesmo liso, resistente e de fácil lavagem. A cobertura será executada em estrutura metálica e revestida a chapa isotérmica de cor branco, do tipo “sanduíche”.

As janelas (vãos de iluminação e arejamento) serão dotadas de rede mosquiteira e painéis de chapa acrílica ou material similar, que visam garantir, tanto a proteção solar como o controlo de temperatura e ventilação. As portas serão executadas em painel “sanduiche” de cor branco.

No pavilhão a construir não existirão instalações sanitárias e apenas será colocado um lavatório, a entrada do pavilhão, para lavagem e desinfeção das mãos. A água destina-se a lavagem das instalações, a qual será feita com mangueiras a partir de um poço existente, atendendo que no local não existe rede pública de abastecimento de água.

Tal como os pavilhões anteriores, o pavilhão a construir terá dois silos de fibra para o armazenamento da ração com capacidade para 22m³.

Como acontece nos pavilhões já construídos, o sistema de ventilação será composto por ventiladores de parede com persiana e grelha e janelas de abertura e fecho automático. Todas as janelas serão seladas através de rede de malha estreita a fim de impedir a entrada de pássaros ou outros animais estranhos à exploração.

Para complementar o sistema de ventilação existirá um sistema de nebulização com bicos distribuídos por todo o pavilhão para o controlo mais eficaz da temperatura interior do pavilhão. Este método será utilizado apenas durante os meses mais quentes, em julho e agosto.

No quadro que se segue apresentamos uma síntese das áreas produtivas a construir:

Tabela 4: Síntese das características do pavilhão a construir

Edifício	Área total de implantação (m ²)	Área de apoio (m ²)	Área Útil de produção (m ²)	Capacidade instalada (n.º de aves)	Capacidade instalada (CN)
Pavilhão 2	2.398	5,67	2.195	59.000	354
Total	2.398	5,67	2.195	59.000	354

Em termos de acessibilidades, a propriedade é servida pela EM600 que liga à EN337. Na exploração existe uma báscula de pesagem. A exploração avícola apresentará uma só marca de exploração embora estes sejam considerados dois núcleos distintos uma vez que se encontram separados fisicamente por um caminho publico. A entrada para o interior de cada um dos núcleos da exploração está equipada com um pórtico de desinfeção. O piso de acesso à báscula de pesagem e a entrada para a exploração é pavimentado em cubo de granito. Os acessos internos aos pavilhões e aos locais de abastecimento de matérias-primas são pavimentados com “tout-venant”.

A implantação da exploração apresenta-se na Carta n.º 04

Prevê-se que os pavilhões funcionem autonomamente, designadamente quanto ao sistema de alimentação e controlo ambiental.

4.2.1.3 Síntese do projeto

Após a ampliação proposta a Exploração de Hugo Henrique Figueiredo Baptista, será formada por 3 pavilhões de produção e apresentará uma área útil total de produção de 4.322,82 m².

No quadro seguinte apresenta-se a síntese final do edificado do projeto existente com a ampliação proposta.

Tabela 5: Síntese das características de todos os pavilhões e casas de apoio

Edifício	Área total de implantação (m ²)	Área de apoio (m ²)	Área Útil de produção (m ²)	Capacidade instalada (n.º de aves)	Capacidade instalada (CN)
Pavilhão 1	1.345	97,3	1.198,31	32.500	195
Pavilhão 2	2.398	5,67	2.195	59.000	354
Pavilhão 3	1.050	97,3	929,51	25.000	150
Total	4.793	200,27	4.322,82	116.500	699

4.2.2 Infraestruturas básicas

Já existe rede elétrica na exploração e será executada de acordo com a legislação em vigor.

Na eventualidade da empresa distribuidora de eletricidade não garantir temporariamente o fornecimento, estão instalados dois geradores de emergência, com a potência adequada, de modo a garantir o abastecimento de energia elétrica, e assim, substituindo-se desta forma o operador de modo a manter as necessidades dos animais.

Todos os equipamentos elétricos serão devidamente protegidos por disjuntores de máxima contra sobrecargas e equipamento diferencial contra contatos diretos e indiretos (perigo de eletrocussão). Será feita a manutenção e ensaio dos equipamentos de proteção de acordo com a legislação e programa de manutenção.

A água será proveniente de uma captação subterrânea existente no terreno (furo artesiano), equipado com grupo hidropressor que garanta a captação e adução até ao pavilhão, através de tubos de PVC rígido. O aviário possuirá um reservatório. Deste reservatório será feito o abastecimento automático através de tubo PVC rígido para os bebedouros automáticos. Serão realizadas análises periódicas da água consumida.

Como referido, a água é proveniente de uma captação subterrânea, por não existir rede pública de distribuição, sendo da responsabilidade do proprietário as análises periódicas e, se necessário, o tratamento da água.

Não existe tubagem de vapor e como legislação em vigor, a tubagem de água quente sobretudo das instalações sanitárias, será isolada e, em caso de panos de paredes, a mesma seguirá em nível superior à canalização de água fria de acordo com o devido projeto da especialidade a apresentar

Os efluentes provenientes da lavagem do pavimento e paredes interiores do aviário, serão recolhidos em dreno de pavimento (canaletes) inserido junto às paredes exteriores, de onde serão canalizados através de tubo rígido de PVC, para os ramais de descarga e caixas de visita exteriores e daí até às fossas estanques, onde se manterão em retenção durante um período de 90 dias.

As instalações sanitárias e balneários são equipados com compartimentos individuais para base de chuveiro e outra para sanita; ficando em espaço único o lavatório, armários duplos e caixa para primeiros socorros facilmente acessível.

Os esgotos provenientes das instalações sanitárias do pavilhão 1 e pavilhão 3 são canalizados em tubo rígido de PVC com os respetivos acessórios para as fossas estanques seticas já executadas.

Nos balneários e instalações sanitárias, há chuveiro com água quente e fria. O balneário tem cabides, banco e armários duplos (roupa de uso pessoal e de trabalho) com chave. Junto ao lavatório existe dispositivo de sabão, toalhetes de papel, cesto de lixo. O lavatório também possui água quente e fria. O aquecimento de água será feito por cilindro elétrico. A água a utilizar será da captação subterrânea (furo artesiano) em virtude de não existir rede pública de distribuição de água neste local.

Todo o perímetro do terreno afeto à exploração avícola será objeto de colocação e fixação de vedação composta por postes de betão e rede apropriada para o efeito que atingirá uma altura mínima de 2m.

Em complemento com esta vedação será criada uma barreira arbórea constituída por árvores de folha perene ao longo de toda a vedação em rede.

Existe um único acesso à via pública, sendo que o acesso à mesma é efetuado a partir de um portão que só é aberto, pelos operadores, após identificação pessoal.

4.2.3 Processo Produtivo – Plano de Produção

O processo produtivo desenvolve-se em pavilhões equipados com um quadro automatizado que faz a gestão, com a máxima eficiência térmica e elétrica de todos os equipamentos, nomeadamente:

- Sistemas de controlo das condições ambientais:
 - Sistemas de aquecimento, através da gestão dos sistemas de aquecimento de ar
 - Regulação da temperatura e humidade do ar, através da gestão dos sistemas de arrefecimento do ar e ventilação
- Iluminação interior e exterior
- Sistema de fornecimento de comida e água
- Sistema de proteção para todos os equipamentos instalados

- **Sistema de alarme por sirene e telecomunicação**

Em fase de plena exploração da instalação, é esperada a realização de 6 ciclos produtivos completos por ano, traduzindo-se na receção de um total de 699.000 pintos, considerando a capacidade máxima instalada de 116.500 aves/ciclo. O regime de exploração segue a estratégia típica de “tudo dentro tudo fora”.

A produção inicia-se com a entrada, em simultâneo nos três pavilhões, de um bando de pintos com um dia de vida e são retirados para abate aos 28, 32 e 40 dias. Terminado o tempo de produção, decorre a apanha dos frangos e estes são encaminhados para o matadouro.

A população máxima será de 116.500 aves (equivalente a 699CN), que são sujeitas a um primeiro desbaste aos 28 dias de 34.950 aves com um peso vivo médio de 1,2 kg, aos 32 dias, um segundo desbaste de 24.465 aves, com um peso médio de 1,4kg e após os 40 dias a retirada das restantes 57.085 aves, com um peso vivo médio de 2,2kg.

No fim do ciclo de criação será realizada a limpeza do pavilhão com a retirada da cama, lavagem com água sob pressão e desinfeção do pavilhão, seguindo-se um vazio sanitário por um período de 15 dias, após o que entra novo bando.

Em todos os procedimentos e regras de manejo seguem-se os princípios de “criação protegida” e “sentido único” mantendo o rigoroso controlo sanitário, quer dos animais, quer das instalações.

Por ano são, em regra, efetuados 6 ciclos por pavilhão, do tipo “tudo dentro, tudo fora”.

A exploração implica a alimentação e abeberamento das aves, iluminação e climatização dos pavilhões a que se associam consumo de ração, água e energia com origem de subprodutos decorrentes da criação ou morte das aves e, no final de cada ciclo, pela limpeza das instalações.

Cada ciclo inicia-se com a preparação dos pavilhões de acordo com o procedimento que a seguir se apresenta, findo o qual as aves, com cerca de um dia (aves do dia), dão entrada nos pavilhões onde permanecem até ao final do ciclo, sendo criadas de acordo com os princípios técnicos expressos no Manual das Boas Práticas para a Criação de Aves.

- **Preparação do pavilhão**

No início do ciclo produtivo, o pavilhão é previamente preparado com cama de fitas de madeira.

São desenvolvidas atividades para adequar as condições existentes à receção dos pintos, das quais se destacam:

- Espalhamento de fitas de madeira no solo do pavilhão numa camada de aproximadamente 2,5cm de espessura, criando uma cama com condições adequadas para o desenvolvimento das aves;

- Aquecimento dos pavilhões avícolas, através da caldeira de produção de água quente, até que se atinja a temperatura adequada à receção dos pintos;
- Divisão da área útil para as aves de cada pavilhão em 3 partes relativamente iguais.

A fita de madeira é recepcionada sob a forma de fardos, os quais são retirados dos veículos de transporte e colocados diretamente no interior do pavilhão, minimizando assim eventuais desperdícios e a emissão de partículas para a atmosfera.

- **Receção dos pintos e processo produtivo**

Previamente à descarga dos pintos, são estabilizadas as condições de temperatura e humidade.

A receção dos pintos com um dia de vida é efetuada em caixas com cerca de 100 pintos, sendo estes espalhados no interior dos pavilhões, ocupando, nesta fase inicial, apenas 1/3 da área útil.

Após a entrada e estabilização dos pintos no pavilhão, as aves são vacinadas.

A alimentação é efetuada por linhas de comedouros automáticos, abastecidos por silos de armazenamento de ração contíguos aos pavilhões (dois por pavilhão). O abeberamento é garantido por bebedouros de pipeta.

- **Sistema de regulação da temperatura**

É fundamental manter uma temperatura adequada no interior dos pavilhões de forma a otimizar o processo metabólico das aves e, por consequência, o processo produtivo.

Neste intuito, existem nas paredes laterais janelas de tela de lona verticais, cuja abertura é regulada em função das necessidades de ventilação no interior dos pavilhões e são auxiliadas por ventiladores axiais de parede para ventilação forçada. Estas são protegidas por redes de malha de modo a impedir o acesso de outras aves e/ou animais.

O aquecimento dos pavilhões é efetuado a partir de duas caldeiras de biomassa, com uma potência térmica de 580 kW cada, alimentada a biomassa (estilha), que é armazenada num silo metálico localizado junto da casa das máquinas. A biomassa utilizada é estilha, sendo que se prevê um consumo de 34 t/ciclo deste material para o aquecimento dos pavilhões.

A exploração possui, para o caso de ser necessário, uma caldeira de emergência a gasóleo agrícola de 395 kW, acoplada com um queimador a gasóleo.

O aquecimento, é um fator essencial ao desenvolvimento das aves, devendo a temperatura ser uniforme no interior dos pavilhões e adaptada à idade (Quadro 1).

Quadro 1: Temperaturas ótimas para a produção de frangos

Frangos (Idade/dias)	Temperatura do pavilhão (°C)
0 – 3	28
4 – 6	27
7 – 9	26
10 – 12	25
13 – 15	24
16 – 18	23
19 – 21	22
22 – 24	21
> 25	20

○ **Ventilação**

A ventilação é muito importante no crescimento das aves, na medida em que permite controlar a temperatura, assim como os níveis de amoníaco e de humidade existentes no interior das zonas de engorda.

Os pavilhões avícolas apresentam uma ventilação transversal com 96 entradas de ar (pavilhão 1 possui 54 entradas de ar e o pavilhão 3 possui 42 entradas de ar) e 54 ventiladores (Pavilhão 1 possui 18 ventiladores, pavilhão 2 irá possuir 22 ventiladores e pavilhão 3 possui 14 ventiladores).

○ **Iluminação**

As lâmpadas utilizadas na exploração são LED e informaticamente reguladas consoante as necessidades das aves.

Os períodos de obscuridade adequados à idade (Quadro 2) permitem o descanso das aves, melhorando assim as suas capacidades de resistência e diminuindo a natural taxa de mortalidade associada ao processo.

Quadro 2: Relação Idade/Tempo de Obscuridade(durante o período noturno)

Idade (Dias)	Tempo de Obscuridade/dia
0 – 3	1 h escuro
4 – 10	4 h escuro
11 – 25	4 h escuro/2 h luz/4 h escuro
26 – fim	4 h escuro

Os fatores referidos anteriormente, nomeadamente a humidade e a temperatura, exercem grande influência nas diferentes fases de desenvolvimento das aves, podendo um único fator colocar em risco o crescimento e a quantidade e qualidade dos frangos produzidos.

Os frangos permanecem na instalação até aos 40 dias de vida, atingindo, nesta fase final, um peso médio de 2,2 kg.

No final do processo produtivo, as aves são apanhadas e colocadas no interior de contentores que são depois colocados de forma mecânica no interior das viaturas

de transporte que têm como destino um dos Centros de Abate da empresa integradora.

Depois de esvaziados, os contentores são devidamente lavados, desinfetados e reutilizados. A lavagem dos contentores e das viaturas de transporte são apenas realizadas no Centro de Abate de destino

- **Desinfecção e limpeza dos pavilhões**

Após a saída das aves, o estrume composto por fitas de madeira e dejetos das aves é retirado do interior do pavilhão avícola diretamente para os veículos de transporte, sem nunca ser colocado no exterior, sobre o solo, ou armazenado na instalação. O estrume das aves (subproduto) é recolhido e encaminhado para compostagem pela empresa Euroguano (vd. Declarações em anexo).

Nesta fase procede-se também à remoção dos restos de ração que sobrou das linhas de alimentação e dos silos, ensacando-os e armazenando-os na exploração. Toda a ração que se apresente sobre a forma de pasta, bolorenta ou granulosa, é removida juntamente com a cama.

Todo o equipamento portátil dos pavilhões é lavado e desinfetado fora do mesmo. Os equipamentos são escovados num banho de imersão com detergente, e devolvidos ao pavilhão após a lavagem e desinfecção.

Posteriormente à remoção do estrume, o piso dos pavilhões é limpo a seco através de varreduras mecânicas e manuais, para que todas as partículas sólidas sejam devidamente removidas. Os pavilhões são lavados com água sob pressão, e o procedimento é efetuado da zona superior para a zona inferior, lavando-se primeiro os tetos, depois as paredes e por último o piso. É dada especial atenção às superfícies de difícil acesso tais como chaminés dos ventiladores, partes não visíveis das condutas, vigas, saliências, junções, linhas de água entre outros.

As linhas de água, os bebedouros e comedouros são limpos, por forma a prevenir eventuais contaminações, muito usuais neste tipo de processo.

As águas da lavagem dos pavilhões são encaminhadas para fossas estanques, com capacidade de 12,025m³; 23,408m³ (duas fossas de 11,704m³ cada) e 9,66m³, onde sofrem decantação e depuração anaeróbia por um período superior a 90 dias. Posteriormente, esta água é encaminhada para a rega de terrenos de cultivo pertencentes ao operador.

A limpeza dos silos é também feita à saída de cada bando, iniciando com o seu esvaziamento total, abrindo-se as tampas de carga e descarga de forma a arejar. De seguida, limpam-se as paredes internas, batendo nas paredes exteriores.

Aquando à limpeza dos pavilhões é feita uma inspeção cuidadosa aos mesmos de modo a certificar que estes são à prova de pássaros; verifica-se também se existem buracos em seu redor, pois se existirem poderão surgir problemas com roedores e outros animais.

São verificadas e colocar caixas para isco dos ratos no exterior dos pavilhões, em locais estratégicos, de acordo com o plano de desratização implementado.

Por fim, desinfeta-se os pavilhões com os desinfetantes apropriados e devidamente homologados e nas concentrações corretas.

Após as fases anteriores, a instalação permanece em vazio sanitário por um período nunca inferior a 15 dias, garantindo as condições higio-sanitárias adequadas.

Todas as operações de limpeza das instalações serão registadas em impresso próprio, assumindo grande importância na determinação de causas de eventuais infeções, que poderão estar relacionadas com o grau de limpeza efetuado.

Todos os dias, três vezes ao dia, é efetuada uma vistoria ao pavilhão sendo que as aves mortas são recolhidas e encaminhadas para a arca congeladora. No final do ciclo produtivo, o operador contata a entidade transportadora (Cuniverde, Lda) que irá proceder à recolha dos cadáveres e encaminhá-los para a UTS (ITS, Lda). No entanto, caso haja uma mortalidade maior, o operador solicita à transportadora uma nova recolha de cadáveres.

O número de dias que os cadáveres permanecem armazenados varia em função da mortalidade e da idade da morte. Normalmente, os cadáveres são enviados para o destino final (ITS, Lda), no final de cada ciclo produtivo, ou seja, é efetuada uma recolha por bando. No entanto, caso haja uma mortalidade maior, o operador solicita à transportadora uma nova recolha de cadáveres.

Refira-se ainda que na antecâmara de cada pavilhão, através da qual é efetuado o acesso ao interior, existe um pedilúvio para desinfeção do calçado, sempre que são efetuados acessos de/e para o interior dos pavilhões.

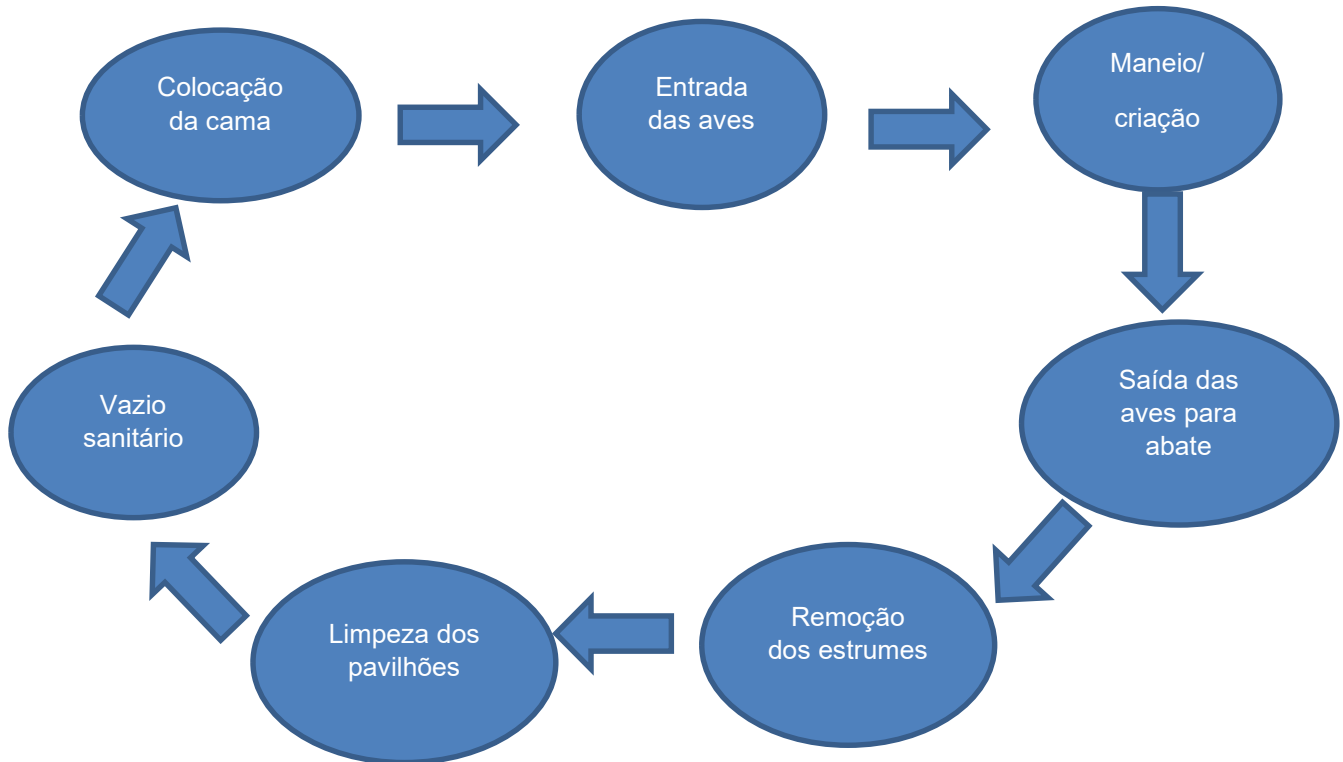
Durante todo o ciclo é efetuada uma inspeção periódica, de diversos parâmetros, no intuito de assegurar o melhor desempenho do processo produtivo. Por conseguinte, são inspecionadas com regularidade todas as infraestruturas e o respetivo funcionamento bem como os comedouros e bebedouros. Estas operações são efetuadas pelo dono da instalação que verifica frequentemente o peso e a mortalidade das criações para avaliar o estado de desenvolvimento das aves que, na eventualidade de ocorrência de qualquer anomalia no bando, são imediatamente comunicadas ao médico veterinário responsável para avaliar se há necessidade de efetuar algum tratamento e qual o tratamento mais indicado.

As criações de frango de engorda apresentam, regra geral, mortalidades baixas, ocorrendo, maioritariamente, nos primeiros dias do ciclo produtivo. Estima-se uma mortalidade acumulada máxima (desde o início até ao final do ciclo) em cerca de 2% do total do bando. Os cadáveres de aves são recolhidos diariamente e colocados numa arca frigorífica e, posteriormente, enviados, através da transportadora (Cuniverde, Lda) para a Unidade de Transformação de Subprodutos (UTS) ITS, Lda.

Sem prejuízo de tratamentos pontuais e extraordinários, administrados normalmente através da ração de alimento, as criações são sujeitas a um maneio

sanitário que consiste num programa de vacinação. As vacinas são administradas através da água para abeberamento.

O ciclo produtivo pode ser esquematizado de acordo com o fluxograma seguinte:



No fim de cada ciclo, é feita a limpeza com retirada das camas, lavagem e desinfecção da área de produção e respetivos equipamentos, seguindo-se um vazio sanitário de 15 dias, até à entrada de novo bando. Neste plano de produção estão previstos 6 ciclos de produção anuais.

A exploração implica a alimentação e abeberamento das aves, iluminação e climatização do pavilhão, a que se associam consumos de ração, água e energia.

Ao longo do ciclo ocorre a produção de subprodutos, decorrentes da morte de aves e camas de aves com dejetos sendo estes últimos retirados apenas no final do ciclo produtivo. As aves mortas são retiradas diariamente pelo dono da exploração e armazenadas em arca congeladora, sendo posteriormente encaminhadas para uma Unidade de Transformação de Subprodutos, devidamente licenciada, para adequado processamento.

4.3 Consumo de Matérias-primas e Recursos

Os recursos consumidos na exploração avícola são:

- Água
- Ração
- Energia elétrica
- Biomassa de aquecimento
- Camas

4.3.1 Consumo de Água

Na instalação avícola em apreço, a água é utilizada para os seguintes fins:

- ◆ Para o abeberamento dos animais
- ◆ Para lavagem dos pavilhões
- ◆ Nas instalações sanitárias

No que toca ao consumo de água para o abeberamento dos frangos de carne, considerou-se que o consumo de água para o abeberamento será de 0,25l/dia/ave. Tendo em conta que o número máximo de aves a serem alojadas na instalação avícola será de 116.500 aves, e o tempo máximo de recria de 40 dias, prevê-se que o consumo de água para o abeberamento será de $0,25l \times 40 \text{ dias} \times 116.500 \text{ frangos} = 1.165.000l/\text{ciclo} \times 6 \text{ ciclos} = 6.990.000l/\text{ano}$ ($6.990m^3/\text{ano}$).

A limpeza do pavilhão de recria será realizada após a saída de cada bando. Numa primeira fase, esta será efetuada a seco, através de varreduras mecânicas e manuais. Estas serão seguidas de uma lavagem com água sobre pressão e desinfetante, ficando em vazio sanitário de pelo menos 15 dias.

Na lavagem do pavilhão, e tendo em conta as técnicas de limpeza adotadas, é utilizada um total máximo de $21,61m^3/\text{ciclo}$. Perfazendo um total anual de $129,67m^3/\text{ano}$.

Para o cálculo das estimativas de consumo de água nas instalações sanitárias, considerou-se que os consumos serão de aproximadamente 80l/dia/ciclo. Tendo em conta que a instalação terá ciclos de 40 dias, estima-se que o consumo de água das instalações sanitárias será de $80l/\text{dia} \times 40 \text{ dias} = 3.200L \times 6 \text{ ciclos} = 19.200l/\text{ano}$ ($19,2 m^3/\text{ano}$).

O consumo de água total será de $7.138,87 m^3/\text{ano}$.

O abastecimento de água será realizado a partir de uma captação de água subterrânea localizada na instalação, e devidamente licenciada para o efeito.

4.3.2 Consumo Energético

O abastecimento de energia elétrica é efetuado a partir da rede pública de distribuição já existente, de acordo com as normas e regulamentos em vigor, com circuitos independentes para tomadas e iluminação.

Face ao histórico já existente, podemos estimar um consumo médio de $56.400kW/\text{ano}$.

A instalação possui dois geradores de emergência (um junto ao pavilhão 1 e um junto ao pavilhão 3) de 80 KvA cada, que entrarão em funcionamento em caso de falha da rede de distribuição pública. O gerador existente junto ao pavilhão 3 irá fornecer energia ao pavilhão a construir (pavilhão 2), não sendo por esse motivo adquirido um terceiro gerador.

4.3.3 Ração

A principal matéria-prima consumida na instalação é a ração. A ração é armazenada em silos de fibra situados no exterior dos pavilhões. Os silos serão enchidos diretamente através da descarga dos camiões e alimentam umas tremonhas que estão diretamente ligadas aos comedouros.

A alimentação será feita à base de água e concentrado comercial próprio para o modo de produção, distribuído de forma automática no pavilhão a partir dos silos com extrator, prevendo-se consumo médio de 3,5 kg/ave/ciclo, pelo que se estima um consumo de concentrado total de 2.446,50 t/ano.

No recinto existem 4 silos de fibra, que se encontram junto dos pavilhões existentes (Pavilhão n.º 1, e 3) com capacidade para 20m³, no pavilhão 1, e 15m³ no pavilhão 3. Prevê-se, com a construção do novo pavilhão (Pavilhão 2), a instalação de um silo de fibra com a capacidade de 22m³.

O equipamento de distribuição de ração nos pavilhões é e será dimensionado e programado para fornecer às aves a quantidade de nutrientes que se entende adequada em cada fase do ciclo de crescimento, de acordo com as “Melhores Técnicas Disponíveis” para esta atividade.

4.3.4 Material da Cama

A quando à entrada das aves, é colocada a cama nos pavilhões, esta é constituída por aparas de madeira que são espalhadas no chão dos pavilhões até atingirem a espessura de 5cm. Prevê-se, após a ampliação, um consumo de 41,5ton/ciclo, de fitas ou aparas de madeira para as camas das aves. Considerando que se prevê 6 ciclos produtivos o consumo será um total de 249 ton/ano.

4.3.5 Consumo de Biomassa

O sistema de aquecimento, na exploração avícola em análise, é constituído por 2 caldeiras a biomassa (estilha, serrim, pellets, outra) com capacidade calorífica de 580kWh cada. O pavilhão 1 é alimentado por uma caldeira, tal como o pavilhão 3 (pavilhões já existentes). O aquecimento do pavilhão 2 será efetuado com recurso à caldeira existente no pavilhão 3.

Em caso de emergência ou de necessidade de um maior aquecimento nos pavilhões, existe junto dos pavilhões 2 e 3, uma caldeira de emergência a gásóleo agrícola de 395 KW acoplada com o queimador de gásóleo.

Prevê-se após a ampliação um consumo de 204 ton de biomassa/ano (34t/ciclo).

A biomassa para o aquecimento dos pavilhões é armazenada em dois silos com 20m³.

4.4 Principais tipos de efluentes, Resíduos e Emissões previsíveis

Durante a fase de exploração da instalação avícola em estudo são gerados diversos tipos de efluentes, resíduos e subprodutos e emissões atmosféricas com origens diversas, conforme descrito seguidamente.

4.4.1 Águas residuais

Na instalação avícola em apreço, as águas residuais provem dos seguintes fins:

- De origem doméstica (geradas nas instalações sanitárias)
- Resultantes de lavagens do pavilhão de recria;
- De origem pluvial.

As águas residuais domésticas são atualmente encaminhadas para duas fossas sépticas estanques, com volume útil de 5,88m³ cada.

Da lavagem e desinfecção dos pavilhões são originadas águas residuais, equiparadas a efluentes pecuários (chorume), enviados para duas fossas estanques com 12,025m³ e 9,660m³ de capacidade útil e que recolhem as águas das lavagens provenientes dos pavilhões 1 e 3, respetivamente. Irá ser construída duas terceira fossa estanque, com 11,704m³ de capacidade cada, e que irão recolher as águas provenientes da lavagem do pavilhão 2. Posteriormente, e após um período de retenção mínimo de 90 dias, prevê-se a sua retirada por cisterna e encaminhamento para valorização agrícola nos terrenos do operador, através de fertirrigação, de acordo com o definido no PGEP.

4.4.2 Emissões atmosféricas

Na instalação avícola em apreço, as emissões atmosféricas provêm dos seguintes fins:

- Emissões difusas provenientes do estrume das aves.
- Emissões provenientes das caldeiras de aquecimento.

4.4.3 Ruído

As principais fontes de ruído são os ventiladores, alimentadores mecânicos, e a entrada e saída de camiões associados à exploração avícola, que não se afiguram significativos.

No entanto, todas as máquinas e equipamentos são sujeitos a manutenção adequada. O acréscimo potencial de ruído decorrente da circulação de camiões associados à exploração não irá contribuir para a incomodidade exterior, dadas as características da área envolvente ao local.

Aquando da aquisição de equipamentos necessários ao funcionamento da instalação avícola, são exigidas aos fornecedores informações relativas à potência sonora do respetivo equipamento, para que possam ser tomadas as respetivas precauções de modo a evitar incómodos.

4.4.4 Resíduos/subprodutos

Na tabela (tabela 6) que se segue apresentam-se os subprodutos gerados no estabelecimento e respetiva gestão.

Tabela 6: Listagem e respetivos destinos dos subprodutos produzidos na exploração avícola

Categoria	Designação	Quantidades produzidas/ano	Destino	Transporte	Local de armazenamento temporário
2	Estrume	1.160 ton	Euroguano	Euroguano	Não aplicável
2	Aves mortas	13.980 aves	ITS SA	Cuniverde, Lda	Arca congeladora
2	Chorume	129,68 m ³	valorização agrícola	próprio	Fossa estanque

O estrume têm como destino unidade técnica de gestão de efluentes pecuários externa (Euroguano) (Vd. Declaração em Anexos Técnicos).

Relativamente ao chorume, este permanece nas fossas por um período mínimo de 90 dias, período após o qual é utilizado em fertirrigação, ou seja, em valorização agrícola na exploração, de acordo com o definido no PGEP.

No que reporta aos cadáveres das aves estes são recolhidos diariamente e o seu armazenamento temporário é efetuado numa arca congeladora, sendo, posteriormente, encaminhados, pela Cuniverde para a Unidade de Transformação de Subprodutos (UTS) da ITS SA. (vd. Declaração em Anexos Técnicos).

Na tabela 7 apresentam-se os resíduos gerados no estabelecimento e respetiva gestão.

Tabela 7: Listagem e respetivos destinos dos resíduos produzidos na exploração avícola

Cód. LER	Designação	Origem	Armazenamento	Local de deposição	Destino final	Temp máx. armazenamento
10 01 01	Cinzas da caldeira	Caldeira de aquecimento	Contentor metálico de 1000Kg	Parque de armazenamento de resíduos - P1	Utilizado na valorização agrícola na exploração	1 ano
15 01 0 10 (*)	Embalagens de PUVs e MV	Exploração: cuidados veterinários	Contentor em PVC	Parque de armazenamento de resíduos - P1	Carbovete	1 ano
15 01 10 (*)	Embalagens de detergentes e desinfetantes	Exploração: Desinfecção dos pavilhões	Caixa em PVC	Parque de armazenamento de resíduos - P1	Carbovete	1 ano
15 01 02	Embalagens de plástico – garrafas de água	Instalações complementares	Caixa em PVC	Parque de armazenamento de resíduos - P1	CESPA	1 ano
20 01 36	Resíduos de equipamentos elétricos, lâmpadas LED	Instalações complementares	Caixa em PVC	Parque de armazenamento de resíduos - P1	CESPA	1 ano

No topo do edifício dos pavilhões 1 e 3, foi segregada uma área dedicada para o armazenamento temporário dos resíduos produzidos, sendo utilizados contentores dedicados, por resíduo. Para os cadáveres existe já uma arca congeladora.

O regime laboral da empresa é de segunda a sexta-feira, durante 8 horas diárias, e aos fins de semana, durante 4 horas por dia.

Outros serviços necessários ao bom funcionamento da Exploração, nomeadamente acompanhamento veterinário e ambiente serão supridos através de mecanismos de produção integrada ou com recurso a serviços externos.

4.5 Tráfego Gerado

Atualmente circulam cerca de 180 veículos pesados por ano, devido à Exploração avícola.

A ampliação da exploração avícola levará a um aumento da circulação dos veículos pesados nas redes viárias locais e de acesso à exploração. Na tabela (tabela 8) que se segue, apresentamos um resumo do tráfego previsto a ser gerado e o número total de veículos pesados associados para provimento das necessidades gerais da exploração.

Tabela 8: Resumo do tráfego de veículos gerados pelo projeto avícola

Atividades	Previsão de n.º de veículos pesados/ano
Entradas de matérias-primas: ração, material de cama, biomassa de aquecimento	126
Entrada e saída de aves	90
Saídas de resíduos e subprodutos	54
Total	270

Globalmente, estima-se que esta exploração gerará um total de cerca de 270 veículos pesados por ano, com uma média aproximada de 5 veículos pesados por semana.

4.6 Programação temporal estimada

A análise deste projeto realizar-se-á de acordo com três fases: fase de construção, fase de exploração e fase de desativação.

A fase de construção engloba a desmatção e a movimentação de terras (incluindo a terraplanagem, a escavação e a construção propriamente dita). É uma fase onde se verifica alguma movimentação de veículos pesados, com maquinaria afeta à obra, como camiões de transporte de materiais de construção.

A fase de exploração consiste nas atividades inerentes à exploração avícola.

A fase de desativação corresponde a uma fase em que se procede ao encerramento da atividade proporcionada por este empreendimento, incluindo a remoção das infraestruturas existentes, procedendo-se após esta fase a um enquadramento paisagístico da área afetada.

4.6.1 Fase de construção

O presente projeto implica a ampliação da referida exploração com a construção de um novo pavilhão de produção avícola (pavilhão 2).

Prevê-se que esta intervenção ocorra entre o final do ano de 2022 e o 1.º semestre de 2023, ainda que com caráter indicativo, e que tenha uma duração aproximada de 5 meses.

Pode-se considerar que nesta fase ocorrem as seguintes operações, com o seguinte tempo de execução:

Designação do trabalho	Meses				
	1	2	3	4	5
Terraplanagens (regularização da plataforma de implantação)	■				
Construção da rede interna de saneamento e tratamento de águas residuais		■			
Construção da rede interna de abastecimento e distribuição de águas		■			
Colocação de painéis sandwich e chapa de cobertura (implantação do pavilhão)			■		
Implantação do silo, instalação elétrica e acabamentos gerais				■	
Instalação de todos os equipamentos afetos aos pavilhões					■

Durante a fase de construção será utilizado um estaleiro que se localizará à entrada da exploração avícola, junto ao portão da entrada.

Para a fase de construção, a avaliação será feita para toda a exploração, integrando as seguintes intervenções:

- Circulação de veículos ligeiros e pesados – entrada e saída de pessoas, matérias-primas e produtos;
- Tráfego de matérias-primas;
- Sistemas de ventilação dos pavilhões;
- Produção, recolha e tratamento de dejetos de aves e aves mortas;
- Limpeza e manutenção, a seco, dos pavilhões;
- Lavagem dos pavilhões.

As operações de desmatção e limpeza do terreno têm como objetivo deixar toda a zona de intervenção limpa, de modo a que o solo fique liso e acessível, para que se procedam às atividades de construção discriminadas de seguida.

A terraplanagem deverá ser executada de forma a preservar, sempre que possível, a camada de terra vegetal existente, tendo em conta o seguinte:

- decapagem da terra vegetal, armazenagem e posterior espalhamento: a terra vegetal poderá ser armazenada (caso não esteja contaminada) para futura reutilização;
- escavação de terras: será necessário proceder à escavação dos terrenos para a implantação das infraestruturas associadas ao projeto. É de salientar que as escavações serão de porte reduzido.

Quanto aos eventuais resíduos produzidos durante a fase de construção (entulho, óleos e massas, peças contaminadas, RSU, entre outros), estes serão recolhidos e armazenados, em local adequado, no estaleiro de obra. Posteriormente, serão entregues a empresas licenciadas para efeitos de operadores de gestão de resíduos, de acordo com a legislação vigente.

A movimentação de solos corresponde, maioritariamente, a operações de regularização da superfície do terreno sujeito à intervenção, nomeadamente, para a construção dos pavilhões e dos acessos aos pavilhões. Desta forma, o

quantitativo de terras escavado corresponde, na sua totalidade, ao quantitativo de terras utilizado nos aterros a efetuar dentro da propriedade.

As terras retiradas dos locais de construção serão utilizadas para regularizar o terreno, nomeadamente em situações de depressão localizadas na envolvente dos futuros pavilhões. Por forma a minimizar os impactos negativos no coberto vegetal, estas serão armazenadas em locais previamente definidas e desprovido de coberto vegetal, em pargas com 1 a 1,5m, nomeadamente próximo da área de estaleiro por ser a que atualmente se apresenta mais degradada.

Relativamente à ocorrência de terras sobrantes que origemem escombreliras, não se prevê a sua existência, visto que todo o material retirado das áreas de empréstimo será reutilizado na regularização do terreno.

Prevê-se que o horizonte de vida útil do projeto seja de 50 anos, embora seja difícil definir com exatidão este horizonte, na medida em que o período de vida útil depende do tipo e periodicidade das operações de manutenção e modernização que vierem a ser realizadas.

4.6.2 Fase de Exploração

Após a fase de construção, a exploração ficará dimensionada para vir a produzir, em fase pleno funcionamento, cerca de 116.500 aves/ciclo, considerando 6 ciclos de produção/ano, o que perfaz um total de 699.000 aves/ano.

Nesta fase, as atividades que são suscetíveis de gerar alguns impactos potenciais, são os seguintes:

- Presença física das infraestruturas e dos equipamentos associados;
- Aumento do tráfego rodoviário (intermitente);
- Taxa de mortalidade das aves (no máximo até 2% do total).

A exploração da própria instalação possui ações que, também poderão ter impactos, sejam eles positivos ou negativos, os quais serão identificados no decorrer do Estudo de Avaliação de Impacte Ambiental

Durante a exploração, anualmente ocorrerão as seguintes fases: durante, em média, 40 dias os pintos serão mantidos nos pavilhões avícolas, sendo que são efetuados dois desbastes intermédios aos 28 e 32 dias, após esse período, haverá uma paragem para o chamado “vazio sanitário” de cerca 15 dias. Após o vazio sanitário proceder-se-á à preparação dos pavilhões para o início do novo ciclo, através da colocação da cama e receção dos pintos, dando início ao ciclo.

4.6.3 Fase de Desativação

A desativação da instalação não se encontra prevista pelo proponente. No entanto, em âmbito de EIA, considerou-se esta fase, pelos seus possíveis impactos no ambiente envolvente. A fase de desativação está compreendida entre o encerramento e a desativação dos pavilhões da exploração avícola.

Nesta fase será necessário demolir e remover todas as infraestruturas existentes, bem como assegurar a requalificação do local. Esta requalificação compreende a parte ambiental e paisagística, tendo sempre em conta o seu enquadramento.

Todos os materiais residuais resultantes da desativação do aviário deverão ser removidos do local de forma que não se constituam como depósitos de resíduos.

Deverá ser dado um tratamento e um destino adequado a todos os resíduos.

5 Descrição da Situação Atual do Ambiente

5.1 Introdução

Para a caracterização do ambiente, é abordado um conjunto de fatores ambientais potencialmente influenciados pela Ampliação da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, com o objetivo de descrever, de forma tão detalhada e precisa quanto possível, o estado do ambiente, considerando a perspetiva evolutiva do local, sem o projeto em estudo.

Como já foi amplamente afirmado atrás, a caracterização da situação de referência/atuais, a nível dos vários descritores ambientais, reportar-se-á essencialmente à fase de exploração do projeto, pelo fato deste estabelecimento se encontrar em funcionamento e laboração, sem prejuízo de uma avaliação da fase de construção para os novos elementos construídos propostos.

Na análise específica, será tratado o conjunto de descritores correspondentes aos elementos ambientais mais relevantes, considerando o local de inserção do projeto e a sua tipologia, e tendo em vista uma abordagem multidisciplinar e integrada das matérias de ambiente e ordenamento do território.

Os fatores ambientais definidos na legislação para avaliação correspondem aos seguintes, os quais terão um desenvolvimento diferente, em face da sua relação com a tipologia específica do projeto em análise, sendo, contudo, uma preocupação, a identificação segura de todos os fatores condicionantes e importantes para a avaliação ambiental do projeto:

- Clima e alterações climáticas
- Geologia e geomorfologia;
- Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos;
- Solos e Uso do Solo;
- Ordenamento do Território;
- Fatores Biológicos e Ecológicos;
- Paisagem;
- Qualidade do Ar;
- Ambiente Sonoro;
- Socioeconomia e Saúde Humana
- Património Cultural e Arqueologia.

A caracterização do ambiente foi efetuada com recurso às informações recolhidas a partir de visitas ao local, de trabalhos de campo nos domínios das componentes

em que tal se justificou, de estudos técnicos, de documentação e bibliografia existente e de estudos efetuados para a região. Complementarmente, foram ainda consultadas as entidades locais e regionais no sentido de recolher toda a informação disponível.

5.2 Clima e Alterações Climáticas

5.2.1 Clima

O conhecimento do clima predominante numa região é fundamental para o planeamento e gestão de atividades socioeconómicas e para ter a consciência dos riscos climáticos que podem afetar essas mesmas atividades. Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), o clima é caracterizado pelos valores médios dos vários elementos climáticos num período de 30 anos, designando-se como valor normal de um elemento climático, o valor médio correspondente a um número de anos suficientemente longo para se admitir que representa o valor predominante daquele elemento no local considerado (IPMA, agosto 2018).

Procedeu-se a uma abordagem climatológica da área afeta ao projeto, visando a caracterização dos principais elementos do clima da região em estudo, quer a nível local, quer em termos de alterações microclimáticas.

A nível da caracterização regional a metodologia a seguir, consistiu nos seguintes passos:

- Localização das estações meteorológicas e recolha de dados de base;
- Análise das condições climáticas com base nas variações mensais e anuais dos meteoros pertinentes (temperatura, precipitação, radiação solar e evaporação potencial, velocidade e direção do vento, e outros);
- Análise dos fenómenos específicos associados a condições meteorológicas particulares (ventos fortes, temporais, chuvadas torrenciais neblinas, nevoeiros, geadas, trovoadas, etc.).

Para a caracterização climatológica da área onde se insere o projeto em estudo, recorreu-se a dados de parâmetros climatológicos registados pelas estações meteorológicas pertencentes à rede oficial do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). Assim sendo, foram utilizados os registos publicados pelo INMG, de 1991 e IPMA, relativos ao período de 1970 a 2010 para a estação climatológica de Viseu, estação que se considerou melhor caraterizar as condições climáticas do local.

Assim, a análise dos elementos climáticos considerados, será baseada na informação obtida por esta estação, localizada à latitude, longitude e altitude do solo a seguir discriminadas.

Estação	Latitude	Longitude	Altitude do solo
Viseu	40.7148°N	7.8959°W	644,4m

5.2.1.1 Temperatura do ar

A temperatura média anual registada na Estação Climatológica Viseu é de 13,7°C, sendo a temperatura média do mês mais frio de 3,8°C, em janeiro, e a do mês mais quente de 28°C, em agosto.

As médias das temperaturas máximas mensais variam entre 10,4°C e 28°C, em janeiro e agosto, respetivamente e as temperaturas médias mínimas registadas nesta estação são de, respetivamente, 3,8°C, no mês de janeiro, e de 15,3°C, em agosto.

O número registado de dias com temperatura mínima inferior a 0,0°C é de 9,7 e com temperatura máxima superior a 25,0°C de 81,1 dias.

Tabela 9: Temperatura média, mínima e máxima

Mês	Temperatura média diária (°C)	Temperatura máxima diária (°C)			Temperatura mínima diária (°C)			Número médio de dias com:				
		Média	Menor Valor	Maior Valor	Média	Menor Valor	Maior Valor	Temp max > 35 °C	Temp max > 30 °C	Temp max > 25 °C	Temp min > 20 °C	Temp min < 0°C
Jan	7.1	10.4	0.8	19.5	3.8	-4.2	10.9	0.0	0.0	0.0	0.0	3.5
Fev	8.4	12.3	2.0	21.3	4.5	-4.5	12.2	0.0	0.0	0.0	0.0	2.6
Mar	11.0	15.5	5.4	25.8	6.4	-6.8	14.8	0.0	0.0	0.1	0.0	1.2
Abr	11.8	16.4	6.0	28.3	7.1	-1.2	18.6	0.0	0.7	1.9	0.0	0.1
Mai	14.5	19.4	8.5	33.2	9.6	1.8	22.0	0.0	4.6	5.1	0.4	0.0
Jun	18.7	24.4	13.0	35.4	13.0	5.6	22.7	0.2	10.6	14.5	1.1	0.0
Jul	21.1	27.6	14.3	39.4	14.5	7.3	25.1	1.9	11.5	21.9	3.4	0.0
Ago	21.6	28.0	15.9	38.6	15.3	7.6	25.9	2.2	3.7	22.8	4.2	0.0
Set	18.5	23.8	12.7	37.0	13.2	5.8	24.2	0.2	0.0	12.6	1.0	0.0
Oct	14.5	18.4	6.4	29.4	10.7	2.2	18.5	0.0	0.0	2.1	0.0	0.0
Nov	10.0	13.3	2.0	23.4	6.7	-0.9	14.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.4
Dez	7.7	10.7	2.5	19.0	4.6	-2.9	12.6	0.0	0.0	0.0	0.0	1.9
Média	13.7	18.3	0.8	39.4	9.1	-6.8	25.9	4.4	31.1	81.1	10.0	9.7

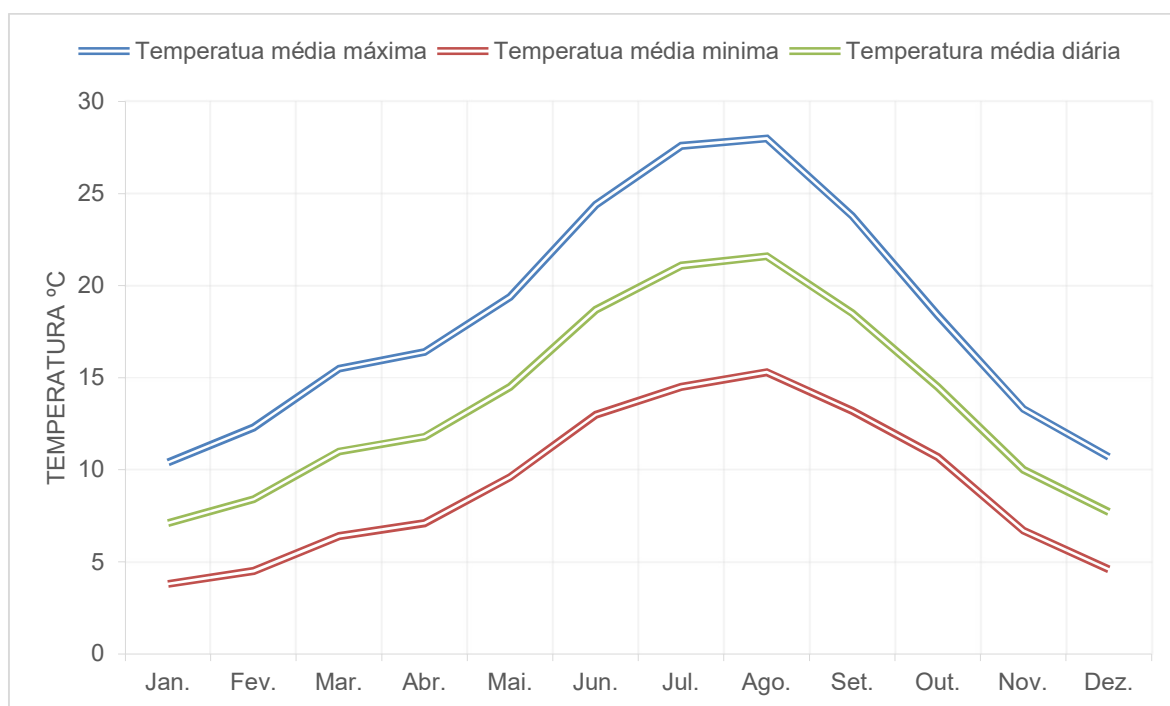


Gráfico 1: Temperaturas médias, máximas e mínimas do ar para a estação de Viseu

5.2.1.2 Precipitação

Para a caracterização da precipitação, foram utilizados os dados também da estação meteorológica de Viseu, para o período de 1981 a 2010, por se encontrar mais próxima do local em estudo.

O mês de maior precipitação é o de dezembro com 201 mm, enquanto Julho, com 19,5 mm, corresponde ao mês de menor precipitação (vd. Tabela 10).

Tabela 10: Valores da precipitação (IPMA, 1981-2010)

MÊS	PRECIPITAÇÃO R (mm)		NÚMERO MÉDIO DE DIAS COM			
	Total	Máx. (diária)	P>1 mm	P>10 mm	P>20 mm	P>30 mm
Jan.	183,2	84,3	12,1	5,9	3,2	1,9
Fev.	103,5	60,3	8,8	3,4	1,7	0,7
Mar.	98,2	67,4	8,3	3,5	1,5	0,7
Abr.	118,7	61,3	11,1	4,1	1,5	0,6
Mai.	98,2	74,6	10,4	3,6	1,0	0,3
Jun.	37,6	70	4,6	0,8	0,5	0,3
Jul.	19,5	38,4	2,6	0,7	0,1	0,1
Ago.	28,5	40,8	3,1	1,1	0,4	0,1
Set.	60,4	61	5,9	1,8	0,9	0,4
Out.	173,7	71,5	11,7	5,6	3,5	1,8
Nov.	161,8	82,8	11,6	5,2	2,9	1,5
Dez.	201	86,5	12,8	6,4	3,4	2,0
Ano	1 284,2	86,5	103,1	42,2	20,8	10,5

Em média, foram registados 103 dias com precipitação superior ou igual a 1 mm, maioritariamente registados em dezembro e janeiro, embora não se notem diferenças significativas, com exceção dos meses de verão (junho, julho, agosto e setembro). Em 42 dias foram registados volumes de precipitação superiores a 10 mm e em 21 dias valores superiores a 20 mm. Em aproximadamente 11 dias foram registados volumes de precipitação superiores a 30 mm. O gráfico seguinte permite visualizar a distribuição da precipitação ao longo dos anos, registados na estação de Viseu (vd gráfico 2).

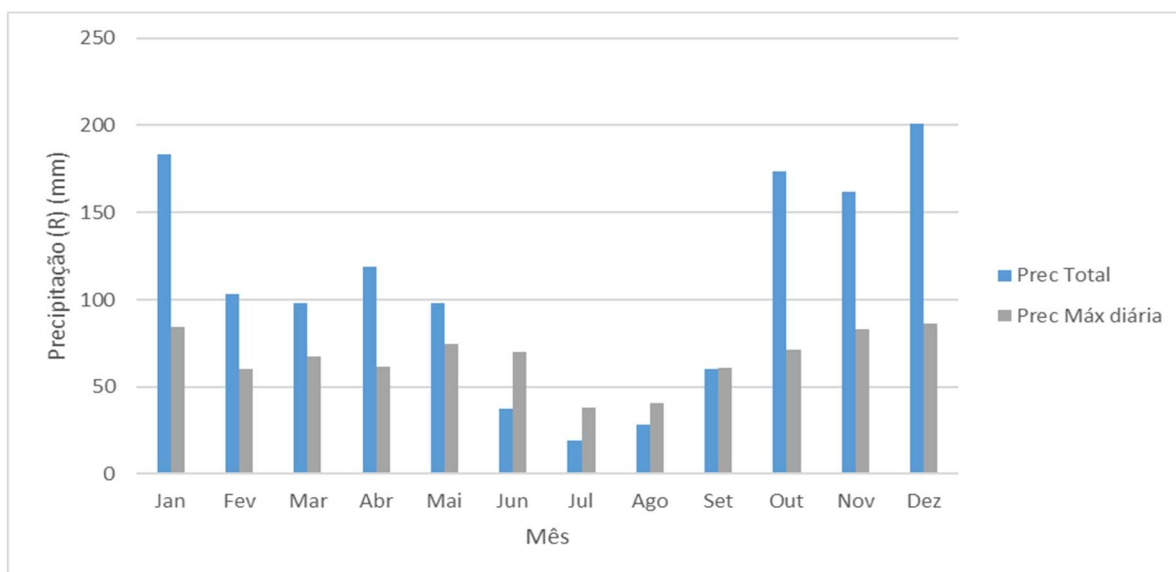


Gráfico 2: Distribuição da precipitação na estação de Viseu

Como se pode constatar pela observação do gráfico anterior, a precipitação não se distribui de forma regular ao longo do ano, sendo que a maior precipitação ocorre de outubro a maio. A intensidade de precipitação em termos anuais é em 1.284,2mm.

Os meses mais chuvosos, com um total de precipitação superior a 150mm, são os meses de outubro a janeiro.

Os meses de fevereiro e abril atingem valores superiores a 100mm, enquanto os meses de março e maio atingem valores superiores a 65mm. O mês de julho não atinge os 25mm de precipitação.

As precipitações máximas diárias registaram-se, em média, em dezembro, com cerca 86,5mm.

Na época de Verão, a precipitação registada pode-se considerar baixa.

De acordo com a fórmula de Gaussen, os meses secos caracterizam-se por apresentarem precipitações mensais $P < 2T$, os meses sub-húmidos, $2T < P < 3T$ e os meses húmidos $P > 3T$.

P = Precipitação Total Mensal T = Temperatura Média Mensal

Na tabela (tabela 11) que se segue, efetua-se a caracterização climática de acordo com a fórmula de Gaussen.

Tabela 11: Caracterização climática mensal das regiões de acordo com a fórmula de Gaussen (IPMA 1981-2010)

	MÊS											
VARIÁVEIS CLIMÁTICAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
<i>Período Seco</i>							x	x				
Período sub-húmido						x						
<i>Período Húmido</i>	x	x	x	x	x				x	x	x	x

De acordo com a fórmula de Gaussen, conclui-se facilmente que se está perante uma região muito húmida, com período húmido de 9 meses, um mês sub-húmido e apenas dois meses de período seco. (vd. Tabela 11).

5.2.1.3 Nevoeiro

Os dados relativos ao número médio de dias com nevoeiro, foram obtidos da estação climatológica de Viseu, reportam ao período 1971-2000, e apresentam-se na tabela seguinte.

Tabela 12: Número de dias com nevoeiro

Número de dias com nevoeiro													
Estação	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Viseu	1,3	1,0	0,9	0,9	1,1	1,9	2,0	1,9	1,2	1,0	1,0	0,7	14,9

Verifica-se, de um modo geral, pela análise da tabela anterior, uma média de cerca de 15 dias de nevoeiro por ano, sendo mais frequente nos meses de junho, julho e agosto.

5.2.1.4 Evaporação

Os valores de Evaporação registados na estação climatológica de Viseu, apresentam-se na tabela seguinte e referem-se ao período de 1971-2000.

Tabela 13: Valores de Evaporação (mm) IPMA, 1971-2000

Evaporação (mm)													
Estação	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Viseu	40,5	48,4	77,2	77,9	87,7	111,1	143,3	138,4	103,9	66,7	43	41,3	979,4

A evaporação média anual é de 979,4mm, os valores mínimos registaram-se em janeiro (40,5mm) e dezembro (41,3mm), enquanto os valores máximos ocorreram em Julho (143,3 mm).

5.2.1.5 Geadas

Os valores de geada registados em número de dias na estação climatológica de Viseu apresentam-se na tabela seguinte.

Tabela 14: Valores de Geadas (nº de dias) INMG, 1971-2000

Geadas													
Estações	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Viseu	10,3	5,7	2,5	0,8	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	3,9	7,9	31,3

Tendo por base a estação de Viseu (tabela 14), verifica-se a ocorrência de geada durante oito meses do ano, sendo que é em dezembro e janeiro que ocorre em maior número de dias (entre 8 e 10 dias).

5.2.1.6 Solo Coberto de Neve

Os valores de solo coberto de neve registados em número de dias nas estações climatológicas em estudo apresentam-se na tabela que se segue.

Tabela 15: Valores de Solo coberto de Neve (nº de dias) INMG, 1971 - 2000

Solo Coberto de Neve													
Estações	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Viseu	0,4	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,8

Pela observação da tabela anterior, verifica-se que o n.º de dias de solo coberto de neve é de 0,8 dias/ano.

5.2.1.7 Vento

Os valores do vento que se apresentam de seguida (vd tabela 16), foram registados em função da velocidade média para cada rumo, na estação climatológica em estudo, relativamente aos anos de 1971 a 2000.

Tabela 16: Valores do vento registados na Estação de Viseu em função da velocidade, (INMG, 1971 - 2000)

Viseu																		Calma (%)
Frequência (%) e Velocidade média (Km/h) do vento para cada rumo																		
	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW			
Janeiro	6,8	6,3	12,7	5,8	19,0	6,9	5,6	5,1	11,9	6,6	7,7	4,9	14,3	8,2	3,3	5,4	18,7	
Fevereiro	6,4	6,8	11,3	6,5	16,5	8,0	5,7	5,0	10,9	6,3	10,2	4,3	20,3	8,0	4,6	4,3	14,0	
Março	9,0	6,9	11,4	7,6	20,2	9,1	4,7	5,0	9,6	6,5	8,2	4,0	18,5	7,6	7,2	3,9	11,2	
Abril	8,8	6,7	15,6	5,8	15,4	8,7	6,2	6,1	10,1	7,4	5,9	3,8	24,1	8,3	6,5	3,9	7,3	
Maio	8,4	5,9	10,1	5,5	13,0	8,4	5,8	6,4	12,5	6,7	8,7	3,8	27,6	7,4	7,7	3,9	6,2	
Junho	9,3	5,5	12,7	5,3	13,3	7,9	6,0	5,3	10,6	5,9	7,2	4,2	29,1	6,5	4,9	3,6	6,8	
Julho	10,9	5,6	13,8	5,5	13,2	7,1	4,4	4,9	8,5	5,6	6,9	4,1	28,0	6,1	5,2	4,1	9,0	
Agosto	10,7	6,2	8,9	6,5	12,9	7,9	5,2	6,4	11,1	5,9	5,6	3,8	29,5	6,6	4,5	3,8	11,5	
Setembro	10,4	6,9	9,6	5,4	14,3	7,7	5,7	5,2	11,2	6,1	5,9	3,8	27,3	7,1	3,4	3,6	12,2	
Outubro	6,7	7,6	11,5	5,8	17,0	7,7	5,7	4,8	12,8	7,2	5,5	3,0	22,3	6,8	3,4	4,1	15,0	
Novembro	7,1	6,3	11,5	5,6	19,8	6,9	5,4	4,3	11,0	7,0	4,9	5,0	17,4	7,9	2,7	4,2	20,2	
Dezembro	5,2	6,4	15,0	6,5	20,8	6,3	6,3	4,8	11,7	7,3	6,5	4,6	15,0	8,3	2,2	3,8	17,4	
Ano	8,5	6,4	11,9	5,9	16,0	7,7	5,5	5,3	11,0	6,5	6,9	4,1	23,4	7,2	4,7	4,0	12,1	

O gráfico (gráfico 3) seguinte representa de forma esquemática a frequência e a velocidade média dos ventos por rumo para a estação Climatológica de Viseu.

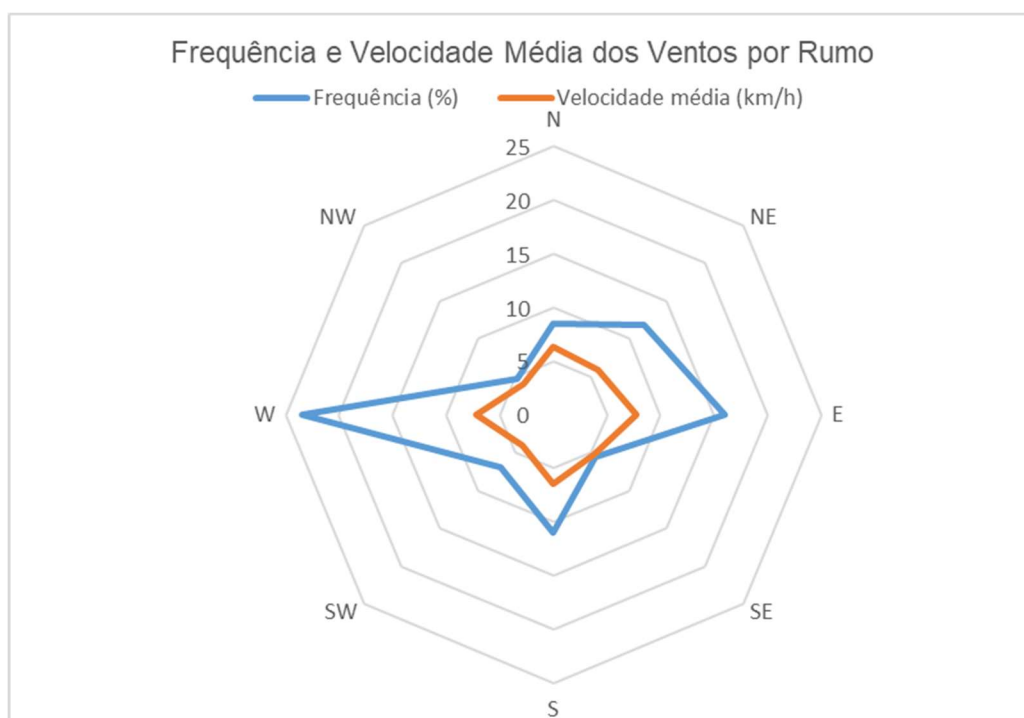


Gráfico 3: Frequência e velocidade média dos ventos para cada rumo, estação Viseu.

A direção do vento predominante é oeste, com uma frequência de 23,4% (vd tabela 16). Os ventos registados nesta região são considerados fracos pelo IPMA, tendo sido registadas velocidades abaixo dos 15 km/h. As velocidades mais elevadas foram de ventos provenientes do este, com velocidade média de 7,7 km/h, e do oeste, com velocidade média de 7,2 km/h. (vd tabela 16). Foram registados períodos de pausa em 12,1% do ano, tendo a maior frequência sido registada em novembro (20,2%), em janeiro (18,7%) e em dezembro (17,4%).

5.2.1.8 Humidade Relativa do Ar

Os valores de Humidade Relativa do Ar registados na estação climatológica de Viseu apresentam-se na tabela seguinte.

Tabela 17: Valores da Humidade Relativa do Ar (%), (INMG, 1971 - 2000)

		Humidade Relativa do Ar (%)												
		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
Viseu	9 Horas	85	82	74	73	72	67	64	65	71	81	84	85	75

A humidade relativa média do ar, observada na estação considerada, apresenta valores médios anuais de 75%, de manhã, as 9 h.

Os valores médios mais elevados da humidade relativa do ar ocorrem nas manhãs de outubro a fevereiro (U> 80%).

5.2.1.9 Classificação climática

Atendendo ao climograma (gráfico 4) para a estação climatológica de Viseu, de acordo com os limites fixados por Koppen (40 mm para a precipitação e 18°C para a temperatura média do ar), o ano pode dividir-se nos seguintes períodos:

Períodos do Ano

Chuvoso Frio

Seco Frio

Chuvoso Quente

Seco Quente

Meses de Duração

Janeiro a Junho e Outubro a Dezembro

Setembro

Julho a Agosto

De acordo com a classificação de Koppen, o clima da região é do tipo mesotérmico temperado húmido, com estação seca no Verão. É um clima tipicamente mediterrânico, com influência oceânica.

Os dados climáticos descritos anteriormente, permitem constatar que, na época estival, existe uma confluência de todos os fatores atrás descritos, que têm influência no aparecimento e desenvolvimento dos incêndios.

Os dados revelam que a temperatura é mais elevada precisamente nos meses de Verão, ou seja de Junho a Setembro. É portanto natural, que os combustíveis nesta época se apresentem mais secos, logo mais sensíveis ao fogo.

Ao inverso da temperatura, a humidade relativa regista os seus valores mais baixos no Verão, tal como a precipitação, criando portanto, condições ótimas para o aparecimento dos incêndios.

Outro fator que contribui para o desenvolvimento e alastrar dos incêndios, é o vento, pois os seus valores mais altos são exatamente no Verão.

5.2.1.10 Síntese das condições climatológicas / Situação de referência

De acordo com os dados recolhidos junto da Estação Climatológica de Viseu, apresenta-se de seguida (vd Tabela 18) uma síntese dos valores determinados.

Tabela 18: Síntese das condições climatológicas, (Fonte: INMG, 1991;IPMA,1970-2010)

Parâmetros		Valores registados
Temperatura média (°C)	Média	13,7
	Máxima	28
	Mínima	3,8
Vento	Direcção predominante	W
	Velocidade média anual (km/h)	7,2
Precipitação (mm)	Total anual	1.284,2
	Máxima diária	86,5
Nevoeiro (nº de dias)	Total anual	14,9
Geadas (nº de dias)	Total anual	31,3
Solo coberto de neve (nº de dias)	Total anual	0,8
Evaporação (mm)	Total anual	979,4
Humidade relativa do ar (%)	9 Horas	75

5.2.1.11 Conclusões

A região considerada interior beneficia de uma posição privilegiada pela penetração das massas de ar marítimo através do corredor da bacia hidrográfica do Rio Vouga e Douro e dos seus afluentes Arda e Paiva. Para efeitos climáticos, considera-se inscrita na Região Atlântica Norte ou Setentrional “Beira-Alta”.

É uma região com um clima mesotérmico temperado húmido, que se caracteriza por possuir clima chuvoso e moderadamente quente com chuvas predominantes no Inverno. A precipitação média anual pode exceder os 1.200mm e as temperaturas médias mensais variam entre os 7,1 °C em Janeiro e 21,6°C em agosto. A temperatura média anual é da ordem dos 13,7°C.

5.2.2 Alterações Climáticas

5.2.2.1 Introdução

A urgência da ação climática tem vindo a ser assinalada pela sociedade em resultado da evidência científica que confirma que as alterações climáticas são um fenómeno do presente, com origem nas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) resultantes da atividade humana. Esta tendência tende a agravar-se se não houver uma ação climática imediata e efetiva.

O Acordo de Paris, alcançado em 2015, estabeleceu objetivos de longo prazo de limitação do aumento da temperatura média global a um máximo de 2°C acima dos níveis pré-industriais, com o compromisso por parte da comunidade internacional de prosseguir todos os esforços para que esse aumento não ultrapasse 1,5°C, valores que a ciência define como máximos para se garantir a continuação da vida no planeta sem alterações demasiado disruptivas.

A temperatura média global tem registado uma tendência crescente, com os anos de 2015 a 2018 a registarem as temperaturas mais altas de sempre e a atingirem cerca de 1°C acima dos níveis pré-industriais. Por sua vez, as concentrações de dióxido de carbono na atmosfera continuam a aumentar.

Em 2018, o Relatório Especial do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC) «Aquecimento Global de 1,5°C» concluiu que um aumento da temperatura média global superior a 1,5°C terá consequências mais graves e

mais cedo do que o inicialmente esperado, apelando à redução urgente das emissões de GEE para a atmosfera. Em 2019, as alterações climáticas foram identificadas como a terceira causa do declínio de biodiversidade e colapso dos ecossistemas.

Foi aprovado por 195 países, no dia 4 de abril de 2022, o Relatório para Decisores do Grupo de Trabalho (WG) III, do Painel Intergovernamental da ONU para as Alterações Climáticas (IPCC), com o título "Alterações Climáticas 2022: Mitigação das Alterações Climáticas.

Neste relatório foram identificados caminhos para manter o aquecimento global em 1,5°C, entre outros limites de temperatura e avaliada a viabilidade, eficácia e os benefícios de diferentes estratégias de mitigação.

Algumas das principais conclusões retiradas deste relatório são as seguintes:

- As emissões globais de GEE continuaram a aumentar no período 2010-2019, mas para limitar o aquecimento a 1,5°C, é necessário limitar o crescimento em 2025
- Não deverá haver novas infraestruturas baseadas em combustíveis fósseis;
- Existem opções em todos os setores para reduzir pelo menos metade das emissões até 2030, nomeadamente expandir o uso de energia limpa, investir na inovação para descarbonizar a indústria, incentivar construções verdes, redesenhar as cidades e fazer a transição para carbono zero, conservar ecossistemas naturais e melhorar os sistemas alimentares.
- Mudanças de comportamento e estilo de vida têm um papel fundamental na mitigação das alterações climáticas. Assim sendo, de acordo com o relatório IPCC, deverá ser promovido o acesso universal à energia moderna com enfoque nas populações mais pobres; mudar os padrões de consumo entre os mais ricos e definir políticas que tornem as mudanças de comportamento e estilo de vida menos disruptivos, como por exemplo subsidiar tecnologias de baixa emissão e taxar as de alta, estabelecer padrões que exijam maior eficiência energética.
- É evidente que manter o aumento da temperatura global em 1,5°C ainda é possível, mas apenas se agirmos imediatamente. Será necessário atingir o pico das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) até 2025, reduzir essas emissões em metade até 2030, atingir o zero líquido até meados do século e, ao mesmo tempo, assegurar uma transição justa e equitativa.

Por forma a contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), foi publicada a Resolução de Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho, que aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050); a Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto, que aprova o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) e a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020 de 10 de julho que aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050) define oito princípios para a concretização do objetivo principal:

- ✓ Promover a transição para uma economia competitiva, circular, resiliente e neutra em carbono, gerando mais riqueza, emprego e bem-estar;

- ✓ Identificar vetores de descarbonização e linhas de atuação subjacentes a trajetórias para a neutralidade carbónica em 2050;
- ✓ Contribuir para a resiliência e para a capacidade nacional de adaptação às vulnerabilidades e impactos das alterações climáticas;
- ✓ Estimular a investigação, a inovação e a produção de conhecimento em áreas-chave para a concretização do objetivo da neutralidade carbónica;
- ✓ Garantir condições de financiamento e aumentar os níveis de investimento;
- ✓ Assegurar uma transição justa e coesa que contribua para a valorização do território;
- ✓ Garantir condições eficazes de acompanhamento do progresso alcançado rumo ao objetivo da neutralidade carbónica (governança) e assegurar a integração dos objetivos de neutralidade carbónica nos domínios setoriais;
- ✓ Envolver a sociedade nos desafios das alterações climáticas, apostando na educação, informação e sensibilização, contribuindo para aumentar a ação individual e coletiva.

Por forma a atingir um balanço neutro entre as emissões de poluentes e o sequestro de carbono pelo uso do solo e florestas, o RNC 2050 estabelece como objetivos a redução de emissões de GEE entre 85% e 90% até 2050, face aos valores de 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45% e 55% até 2030, e entre 65% e 75% até 2040, face aos valores de 2005, estabelecendo vários vetores e linhas de atuação:

- ✓ Descarbonizar a produção de eletricidade, eliminando a sua produção a partir do carvão até 2030 e prosseguindo com a total descarbonização do sistema electroprodutor, apostando nos recursos endógenos renováveis;
- ✓ Concretizar a transição energética, aumentando muito significativamente a eficiência energética em todos os setores da economia, apostando na incorporação de fontes de energia renováveis endógenas nos consumos finais de energia, promovendo a eletrificação e ajustando o papel do gás natural no sistema energético nacional;
- ✓ Apostar numa agricultura sustentável, através da expansão significativa da agricultura de conservação e da agricultura de precisão, reduzindo substancialmente as emissões associadas à pecuária e ao uso de fertilizantes e promovendo a inovação;
- ✓ Fomentar o sequestro de carbono, através de uma gestão agrícola e florestal ativa e promovendo a valorização do território;
- ✓ Alterar o paradigma de utilização dos recursos na produção e no consumo, abandonando o modelo económico linear e transitando para um modelo económico circular e de baixo carbono;
- ✓ Prevenir a produção de resíduos, aumentar as taxas de reciclagem e reduzir muito significativamente a deposição de resíduos em aterro.

O Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC) tem com objetivo implementar medidas de adaptação, particularmente ao nível de intervenções físicas com impacto direto no território.

De acordo com o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas, são definidos como os principais impactos e vulnerabilidades do território às alterações climáticas, o seguinte:

- ✓ Aumento da frequência e da intensidade de incêndios rurais;
- ✓ Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor;
- ✓ Aumento da frequência e da intensidade de períodos de seca e de escassez de água;
- ✓ Aumento da suscetibilidade à desertificação;
- ✓ Aumento da temperatura máxima;
- ✓ Aumento da frequência e da intensidade de eventos de precipitação extrema;
- ✓ Subida do nível das águas do mar;
- ✓ Aumento de frequência e da intensidade de fenómenos extremos que provocam galgamentos e erosão costeiros.

Por forma a dar resposta aos principais impactes e vulnerabilidades identificadas, no documento referido (P-3AC) foram apresentadas 9 linhas de ação concretas de intervenção direta no território e nas infraestruturas:

- ✓ Prevenção de incêndios rurais – intervenções estruturantes em áreas agrícolas e florestais;
- ✓ Implementação de técnicas de conservação e de melhoria da fertilidade do solo;
- ✓ Implementação de boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e de escassez;
- ✓ Aumento da resiliência dos ecossistemas, espécies e habitats aos efeitos das alterações climáticas;
- ✓ Redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima;
- ✓ Prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas e invasoras, de doenças transmitidas por vetores e de doenças e pragas agrícolas e florestais;
- ✓ Redução ou minimização dos riscos associados a fenómenos de cheia e de inundações;
- ✓ Aumento da resiliência e proteção costeira em zonas de risco elevado de erosão e de galgamento e inundação;
- ✓ Desenvolvimento de ferramentas de suporte à decisão, de ações de capacitação e sensibilização.

O Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030), o principal instrumento de política energética e climática nacional para a década de 2021-2030, rumo a um futuro neutro em carbono, sendo que é nesse período que se devem concentrar os maiores esforços de redução de emissões de GEE.

O PNEC 2030 visa o estabelecimento de metas, objetivos e respetivas políticas e medidas em matérias de redução de emissões de GEE, incorporação de energias e fontes renováveis, eficiência e segurança energéticas, mercado interno e investigação, inovação e competitividade, bem como uma abordagem clara para o alcance dos referidos objetivos e metas.

Tem como visão estratégica para Portugal para o horizonte 2030 “Promover a descarbonização da economia e a transição energética visando a neutralidade carbónica em 2050, enquanto oportunidade para o país, assente num modelo democrático e justo de coesão territorial que potencie a geração de riqueza e uso

eficiente de recursos”.

A concretização da visão estabelecida para o PNEC 2030 assenta nos seguintes objetivos:

- i) descarbonizar a economia nacional;
- ii) dar prioridade à eficiência energética;
- iii) reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética do País;
- iv) garantir a segurança de abastecimento;
- v) promover a mobilidade sustentável;
- vi) promover uma agricultura e floresta sustentáveis e potenciar o sequestro de carbono;
- vii) desenvolver uma indústria inovadora e competitiva;
- viii) garantir uma transição justa, democrática e coesa.

5.2.2.2 Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas

O Plano Intermunicipal de Adaptação às alterações Climáticas de Viseu Dão Lafões (PIAAC-VDL) promovido pela Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões (CIMVDL), entre fevereiro e dezembro de 2017, visou promover a integração da adaptação às alterações climáticas no planeamento intermunicipal e municipal e, dessa forma, criar uma cultura de adaptação transversal aos vários setores e atores, reforçando a resiliência territorial e preparando esta comunidade para os significativos desafios que as mudanças do clima estão/irão criar.

A resposta ao problema das mudanças climáticas estrutura-se através da redução dos Gases com Efeito de Estufa (GEE) e através da preparação das sociedades e dos territórios para lidarem com a mudança do clima. A adaptação consiste num processo pelo qual os indivíduos, as comunidades e os países procuram relacionar-se com as consequências das alterações climáticas, incluindo a sua variabilidade, com vista a minimizar danos e a explorar as oportunidades benéficas.

O PIAAC-VDL, apresenta-se assim como um instrumento fundamental para preparar a comunidade de Viseu Dão Lafões e os seus atores estratégicos para o caminho adaptativo que é necessário iniciar, começando pela adaptação à variabilidade climática de curto prazo e aos eventos extremos que já afetam este território com consequências muito severas, com vista reduzir a vulnerabilidade às mudanças climáticas a longo prazo.

O PIAAC-VDL visa facilitar o planeamento no âmbito municipal através da sistematização de informação, da análise prospetiva do conhecimento climático, da definição de abordagens de adaptação intermunicipais, da sinalização das formas de integração da adaptação no planeamento local, da capacitação dos técnicos municipais e das sensibilização e mobilização da comunidade para as mudanças.

Em síntese, este plano visa reduzir a vulnerabilidade climática na sub-região de Viseu Dão Lafões e promover a adaptação, nomeadamente:

- Identificando as vulnerabilidades atuais e futuras;
- Definindo e priorizando as opções e as medidas de adaptação;
- Identificando os meios e as ações necessárias à adaptação;

- Definindo as medidas para a integração da adaptação nas políticas setoriais;
- Estabelecendo o processo de monitorização continuado do Plano;
- Sensibilizando os diversos atores para a necessidade de promover a adaptação.

O PIAAC-VDL tem como objetivos específicos:

- Identificar os impactes climáticos, avaliar as vulnerabilidades atuais e futuras e identificar a capacidade adaptativa sub-regional, de modo a criar um leque de opções e medidas de adaptação setorial relevantes;
- Desenvolver investigação sobre as alterações climáticas na sub-região e promover inovação na adaptação, recolhendo, produzindo, sistematizando e analisando informação relevante que possibilite análise setoriais e especializadas, contribuindo para uma avaliação abrangente e sistemática das vulnerabilidades atuais e futuras;
- Criar condições técnicas para a integração da adaptação no ordenamento do território e na gestão dos recursos hídricos ao nível intermunicipal e municipal;
- Elaborar um instrumento de planeamento intermunicipal, consubstanciado num programa de medidas e ações a desenvolver pela CIMVDL e pelos municípios de Viseu Dão Lafões;
- Capacitar técnicos dos municípios para a elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, dotando-os das ferramentas metodológicas e dos conhecimentos técnicos e científicos necessários para o desenvolvimento e implementação desses instrumentos;
- Dotar a CIMVDL de um plano de comunicação e divulgação do PIAAC-VDL, que contribua para sensibilizar os atores para as vulnerabilidades e impactes das alterações climáticas e para a necessidade de adotar medidas adaptativas.

5.2.2.3 Alterações Climáticas em Portugal

5.2.2.3.1 Temperatura do ar

De acordo com o boletim anual 2021 do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, o ano de 2021, em Portugal Continental, classificou-se como quente e seco.

Nesse ano, e de acordo com esse instituto, o valor médio anual da temperatura média do ar em 2021, 15,67°C, foi superior em 0,41°C ao valor normal 1971-2000. Valores de temperatura média do ar superiores aos registados em 2021 ocorreram em cerca de 30% dos anos desde 1931.

Durante o ano de 2021, em Portugal e de acordo com o boletim anual 2021:

- Os valores médios de temperatura máxima do ar são superiores ou próximos ao valor normal, exceto em janeiro, sendo de realçar os meses de abril, outubro e dezembro com as anomalias mais altas (2,1 °C, 2,5 °C e 1,8 °C respetivamente).
- Valores médios da temperatura mínima do ar com alguma variabilidade, destacam-se por um lado os meses de fevereiro, abril e dezembro com anomalias superiores a 1,6 °C e, por outro lado, o mês de novembro com uma anomalia de -2,1 °C.

No ano de 2021, ocorreram 3 ondas de calor em Portugal continental, em agosto (nos dias 10 a 17 e abrangeu as regiões do Interior Norte e Centro, Vale do Tejo e Alentejo), outubro (nos dias 10 a 15 e abrangeu as regiões de Vale do Tejo e Alentejo) e dezembro (nos dias 26 de dezembro a 3 de janeiro e abrangeu as regiões do Interior Norte e Centro). A ocorrência de ondas de calor é um fenómeno que podendo verificar-se em qualquer época do ano, é mais notório e por vezes com impactos adversos (por exemplo na saúde) nos meses de verão.

5.2.2.3.2 Precipitação

No ano de 2021, de acordo com o boletim anual 2021 do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, o valor médio de precipitação total anual, 684,6 mm, corresponde a 78% do valor normal.

Ao longo de 2021, apenas os meses de fevereiro e setembro registaram valores de precipitação superiores ao normal. Nesse mesmo ano, nos meses de novembro e dezembro ocorreram anomalias negativas.

Como consequência das alterações climatológicas, ocorreram em Portugal os seguintes eventos relevantes:

- Depressão “Hortense” – 21 e 22 de janeiro: precipitação intensa, fortes rajadas de vento, superiores a 100 Km/h nas regiões do Norte e Centro, em especial nas terras altas. Os maiores valores de rajadas foram registados no Caramulhão (1003 m), 124 Km/h e em Pampilhosa da Serra (836 m), 123.1 Km/h.
- Episódio de neve – 9 de janeiro: ocorrência de neve no interior em cotas muito baixas, da ordem de 250/300 m, em especial no Alentejo.
- Tempo muito frio em janeiro (1 a 19): situação de frio generalizado a todo o território com valores da temperatura máxima e mínima do ar muito inferiores ao valor normal climatológica:
 - Persistência de vários dias consecutivos com temperaturas negativas (+ de 10 dias consecutivos em 1/3 das estações) em particular nas regiões do interior Norte e Centro.
 - Ultrapassados os menores valores de temperatura mínima do ar nas estações de Chaves, Braga e Covilhã (estações com séries com início após 1990), nas quais, este episódio de frio terá sido mais intenso pois foram registados novos valores extremos: -8.3 °C, -7.0 °C e -6.4 °C, respetivamente.
 - Onda de frio: apesar de ter ocorrido uma de onda de frio, esta foi relativamente localizada e verificou-se em cerca de 10 % das estações meteorológicas.
 - Desconforto térmico associado às baixas temperaturas do ar (em alguns dias potenciado pela intensidade do vento).
- Fevereiro o 5º mais quente desde 1931: o valor médio da temperatura média do ar foi +1.68 °C superior à normal. O valor médio da temperatura mínima do ar foi o 3º mais alto desde 1931, com anomalia de +2.35 °C.
- Precipitação intensa em fevereiro:
 - Dias 4 e 5 - algumas situações depressionárias originaram precipitação intensa na região Sul, acompanhada de trovoadas. Foram ultrapassados os maiores valores diários (00-24h) nas estações meteorológicas de Portel e Faro.

- Dias 9 e 20 fevereiro - precipitação frequente, intensa e generalizada no território em especial nas regiões do Norte e Centro; valores diários muito elevados, tendo sido ultrapassados os maiores valores (00-24h) em algumas estações do Norte e Centro do território. No dia 20, a passagem de uma superfície frontal fria de forte atividade associada à tempestade Karim, originou rajadas da ordem de 100 km/h no litoral e de 110 km/h nas terras altas.
- Tempo quente em março: valores diários de temperatura máxima do ar muito altos entre 14 e 18 e a partir de dia 22, onde destaca o período de 28 a 31 com desvios superiores a 6 °C em relação à normal:
 - No dia 31 foram ultrapassados os maiores valores de temperatura máxima em algumas estações meteorológicas da região Norte e interior Sul, sendo de destacar Elvas (30.1 °C) e Aveiro (29.8 °C), estações com séries longas, desde 1941 e 1981, respetivamente.
 - Nos dias 29 a 31 foram ultrapassados os maiores valores de temperatura mínima do ar para o mês de março nas estações de Cabril, Macedo de Cavaleiros, Coimbra, Tomar, Alvega, Almada, Sines e Odemira.
- Depressão “Lola” - 23 a 28 de abril: ocorrência de precipitação intensa, localmente forte, por vezes acompanhada de granizo e trovoadas.
- Maio com valores diários da temperatura mínima muito baixos: os valores diários da temperatura mínima do ar foram quase sempre inferiores ao valor médio mensal; no dia 2 foram ultrapassados os menores valores de temperatura mínima do ar em algumas estações meteorológicas, sendo de destacar Alvega (1.2 °C), Elvas (3.4 °C) e Neves Corvo (4.0 °C) estações com séries longas, desde 1949, 1941 e 1981, respetivamente.
- Aguaceiros fortes, granizo e trovoadas no dia 31 de maio: região nordeste do território em especial na região de Montemuro- Alvão-Castro – Lamego, tendo sido registado 15.1 mm numa hora no Pinhão.
- Fenómenos meteorológicos severos em junho: ocorrência de precipitação forte entre os dias 11 e 20, em especial nas regiões do Norte e Centro, acompanhada de granizo, trovoadas e rajadas de vento convectivas fortes. Registaram-se rajadas localmente intensas na ordem de 50 a 70 km/h em alguns locais do interior dessas regiões. No Pinhão foram registadas rajadas entre 79 e 103 km/h no dia 15.
- Tempo muito quente 10 a 17 agosto:
 - Devido a um transporte de ar quente e seco para o território, ocorreram valores de temperatura máxima do ar muito altos, em especial nos dias 13 a 15 com cerca de 10 a 20 % das estações meteorológicas a registarem valores superiores a 40 °C (dias extremamente quentes); o maior valor da temperatura máxima ocorreu em Reguengos, 44.3 no dia 14.
 - Noites tropicais (valores de temperatura mínima do ar ≥ 20 °C) em mais de 10 % das estações no período de 13 a 17 em particular na região Sul, nomeadamente no Algarve, onde se destaca o dia 14 com mais de 30% das estações.
 - Onda de calor com duração entre 6 e 9 dias nas regiões do interior Norte e Centro, Vale do Tejo e em alguns locais do Alentejo.
- Aguaceiros fortes, granizo e vento forte em setembro: verificaram-se condições de instabilidade sobre o território continental, com a ocorrência de aguaceiros por vezes fortes e acompanhados de trovoadas, assim como rajadas de vento

localmente intensas, com maior frequência e intensidade na região Centro e alguns locais da região Sul.

- Tempo quente em outubro: persistência de valores de temperatura máxima do ar quase sempre acima do valor normal, sendo de realçar os períodos de 6 a 15 e 18 a 21. Ocorreu uma onda de calor com duração entre 6 e 10 dias em alguns locais das regiões do Vale do Tejo e do Alentejo.
- Precipitação intensa - 29 e 31 de outubro: precipitação, por vezes, persistente e forte a muito forte nas regiões Norte e Centro e no dia 30 nas regiões Centro e Sul. Foram ultrapassados os maiores valores diários de precipitação nalgumas estações da região Centro. O vento soprou por vezes forte no litoral, com rajadas até 95 km/h nas estações do Cabo da Roca e da Fóia.
- Dezembro muito quente: 4º dezembro mais quente desde 1931; temperatura máxima do ar, a 2ª mais alta desde 1931. De destacar o dia 31, excecionalmente quente, tendo sido ultrapassados ou igualados os respetivos anteriores máximos de dezembro em cerca de 10 % das estações do Continente. Zambujeira registou o valor de 26.4 °C que é um novo máximo para esta estação e constitui um novo extremo para o mês de Dezembro em Portugal continental desde 1941.
- Seca Meteorológica: entre abril e final de agosto, aumento gradual da área e da intensidade da seca meteorológica. A 30 de setembro diminuição da área em seca, terminando o ano hidrológico com 43% do território em seca meteorológica. Nos meses de novembro e dezembro verificou-se um novo aumento da área e da intensidade da seca, terminando o ano com 94 % do território em situação de seca meteorológica (58 % seca fraca, 27 % seca moderada e 9 % em seca severa).

5.2.2.4 Emissões de Gases com efeito de estufa

A Agência Portuguesa do Ambiente publicou, em 2021, o relatório “Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho 2015, 2017 e 2019: Gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas, metais pesados, poluentes orgânicos persistentes e gases com efeito de estufa”. Este relatório apresenta a distribuição espacial das emissões de poluentes atmosféricos no âmbito da Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância (CLRTAP) e de gases com efeitos de estufa no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC) ao nível do concelho.

As emissões são calculadas por gás poluente e por setor emissor. A nomenclatura de gases e setores utilizada é a do NFR6 do EMEP7 /EEA8, acrescida das categorias relativas à nomenclatura CRF9 do IPCC10, que não são abrangidas na nomenclatura NFR (vide Tabela 19).

Tabela 19: Categorias de Fonte de emissão (Fonte: Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho 2015, 2017 e 2019: Gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas, metais pesados, poluentes orgânicos persistentes e gases com efeito de estufa, APA, 2021)

Grupa NFR	Categoria de fonte de emissão (códigos)
A_PublicPower	Produção de energia eléctrica e calor (1A1a); inclui incineração municipal de resíduos e combustão biogás com aproveitamento energético
B_Industry	Às Refinação de Petróleo (1A1b), Combustão Indústria Transf. (1A2a, 1A2c, 1A2d, 1A2e, 1A2f, 1A2gviii), Produção Industrial: Cimento (2A1), Cal (2A2), Vidro (2A3), Ácido Nítrico (2B2), Outra Indústria Química (2B10a), Ferro e Aço (Siderurgias) (2C1), Aplicações de Revestimento (2D3d), Gases Fluorados (2F), Pasta e Papel (2H1), Alimentar e de Bebidas (2H2), Processamento de Madeira (2I), Outra Produção (2L)
C_OtherStationaryComb	Combustão: Serviços (1A4ai), Doméstica (1A4bi), Agricultura e Pescas (1A4ci)
D_Fugitive	Emissões Fugitivas (1B2)
E_Solvents:	Uso de Produtos: uso doméstico de solventes (2D3a), Asfaltamento de estradas (2D3b), Aplicações de Revestimento (2D3d), Desengorduramento (2D3e), Limpeza a seco (2D3f), Produtos Químicos (2D3g), Impressão (2D3h), Outros usos de solventes (2D3i), Outros usos de produtos (2G)
F_RoadTransport	Transportes Rodoviários (1A3b)
G_Shipping.	Navegação Nacional (1A3dii)
H_Aviation	Aviação internacional e doméstica LTO/civil (1A3ai(i), 1A3aii(i))
I_Offroad	Transporte Ferroviário (1A3c), Combustão Agricultura e Pescas (1A4cii, 1A4ciii), Aviação militar (1A5b)
J_Waste	Deposição de resíduos no solo e queima biogás sem aprov. energético (5A), Compostagem e Digestão Anaeróbia (5B), Incineração de Resíduos sem aproveitamento energético (5C), Gestão de Águas Residuais (5D), Outros: incêndios áreas urbanas (5E)
K_AgriLivestock	Fermentação Entérica (3A), Gestão de Efluentes pecuários (3B)
L_AgriOther	Cultivo do arroz (3C) Produção de culturas e solos agrícolas (3 D), Queima de resíduos agrícolas no campo (3F), Aplicação Correctivos calcários (3G), de Ureia (3H) e de Outros fertilizantes contendo carbonatos (3I)
N_Natural	Incêndios Florestais (11B)

Segundo o Relatório sobre Emissões de Poluentes por Concelho do ano 2021, elaborado pela APA, I.P., o município de Viseu emitiu, em 2019, cerca de 211.049,37t de CO₂eq de GEE (CO₂, CH₄, N₂O e Gases Fluorados) (vide tabela 21). De acordo com este documento, em 2017 foram emitidos, no município de Viseu, 255.539,45t de CO₂eq de GEE, constata-se que em 2019 foram emitidos, no município menos 44.490,08t do que o registado em 2017 (Vide tabela 20 e 21).

Tabela 20: Quantidade de GEE emitida por setor no Município em 2017

	CO₂ (ton)	CH₄ (ton)	N₂O (ton)	Gases Fluorados (ton)	Total (ton)
A_PublicPower	0	0	0	0	0
B_Industry	6734,91	0,38	0,18	29984,87	36.720,35
C_OtherStationaryComb	44355,78	82,19	3,88	0	44.441,85
D_Fugitive	0,086	4,45	0	0	4,53
E_Solvents:	1928,24	0,66	1,25	0	1.930,14
F_RoadTransport	132335,18	7,89	4,37	0	132.347,44
G_Shipping	0	0	0	0	0
H_Aviation	0	0	0	0	0
I_Offroad	2453,11	0,16	0,94	0	2.454,21
J_Waste	0	393,33	5,85	0	399,19
K_AgriLivestock	0	192,24	4,74	0	196,98
L_AgriOther	239,27	3,98	21	0	264,26
M_Other	0	0	0	0	0
N_Natural	36634,87	143,65	1,98	0	36.780,50
Total	224681,45	828,94	44,19	29984,87	255.539,45

Tabela 21: Quantidade de GEE emitida por setor no Município em 2019

	CO2 (ton)	CH4 (ton)	N2O (ton)	Gases Fluorados (ton)	Total (ton)
A PublicPower	0	0	0	0	0
B Industry	3795,25	0,244	0,12	32287,28	36.082,90
C OtherStationaryComb	31768,21	80,32	3,44	0	31.851,96
D Fugitive	0,10	5,17	0	0	5,27
E Solvents:	2201,54	0,53	1,51	0	2.203,57
F RoadTransport	137167,61	7,32	4,67	0	137.179,60
G Shipping	0	0	0	0	0
H Aviation	0	0	0	0	0
I Offroad	02970,92	0,18	1,14	0	2.972,24
J Waste	0	324,71	5,82	0	330,53
K AgriLivestock	0	197,20	4,80	0	202
L AgriOther	174,68	3,99	21,42	0	200,09
M Other	0	0	0	0	0
N Natural	21,11	0,10	0,001	0	21,21
Total	178099,39	619,77	42,93	32287,28	211.049,37

Em 2017, o setor que mais contribuiu para as emissões do concelho de Viseu foi o F, relativo ao dos Transportes Rodoviários com 51,79% das emissões, seguido do setor C, relativo a atividades como Combustão: Serviços, Doméstica, Agricultura e Pescas, com 17,39% das emissões totais, e do setor N, que inclui as emissões diretas e indiretas provenientes dos Incêndios Florestais.

No que reporta ao ano de 2019, constata-se que houve um aumento dos poluentes emitidos do setor F, relativo ao dos Transportes Rodoviários, que passou a contribuir para 65% das emissões, seguido do setor B, relativo às indústrias, que emitiu nesse ano cerca de 17,1 % das emissões totais registadas.

No geral verifica-se que, no ano de 2019, no município de Viseu foram emitidos menos 44.490,1 ton de Gases com efeito de estufa em relação ao ano de 2017. Assim sendo, considerando a diminuição da quantidade de GEE emitidos para a atmosfera entre 2017 e 2019, conclui-se que essa deve a tendência atual no concelho de Viseu, passando a contribuir cada vez menos para o agravamento das Alterações Climáticas.

No entanto, e muito embora existam já várias políticas climáticas em vigor, as mesmas são bastante recentes e ainda não estão devidamente aplicadas e consciencializadas. Caso isso aconteça, a situação futura irá evoluir de forma bastante positiva, com notável diminuição da emissão de GEE e do consumo de recursos, como a água e os combustíveis fósseis. Neste cenário, será possível controlar o aumento da temperatura média e o concelho não sofrerá de forma tão gravosa os efeitos das alterações climáticas.

Caso o agravamento das Alterações Climáticas se mantenha, e as projeções apresentadas se tornem uma realidade, as consequências serão bastante significativas essencialmente ao nível do aumento da temperatura e da diminuição da precipitação, e ao nível de todos os impactos associados.

5.3 Geologia

A caracterização geológica da região onde se insere a instalação avícola foi realizada com base na Carta Geológica de Portugal, à escala 1:500 000, complementada pela consulta de elementos bibliográficos considerados relevantes para o estudo em referência, nomeadamente, a Carta Geológica de Portugal, publicada pelos serviços Geológicos de Portugal, na escala 1:50.000 (Folha 17-A - Viseu, retirada do sítio https://geoportal.ineg.pt/pt/dados_abertos/cartografia_geologica/cgp50k/17-A).

5.3.1 Enquadramento Geológico

Do ponto de vista geológico, o território português continental faz parte do conjunto da Península Ibérica ou Hispânica, da qual não se pode separar, principalmente, no que respeita aos terrenos antemesozoicos. De fato, grande extensão do País, cerca de sete décimas partes é formada por terrenos pertencentes ao Maciço Hespérico (meseta Ibérica) núcleo rígido que constitui a ossatura central da península.

Assim sendo, o território Português compreende:

- Terrenos antigos, antemesozóicos (Precâmbrico e Paleozoico) formados, essencialmente, por rochas eruptivas, metamórficas e sedimentares, de idades diferentes; constituem o bordo ocidental do Maciço Hespérico e ocupam a maior parte da área do País.
- Terrenos mesoceno-zóicos, formados, principalmente, por rochas calcárias, argilosas e areníticas, acompanhadas por algumas eruptivas, intrusivas ou extrusivas, constituintes das chamadas orlas ocidental e meridional do País.
- Terrenos modernos, ceno-antropozoicos, de cobertura, representados, em grande parte, por aluviões fluviais, depósitos de terraços e de praias antigas, entre os quais se destacam os extensos enchimentos detrítico-sedimentares da grande bacia do Tejo e do Sado, as arcoses, argilas e cascalheiras da beira Baixa, do Alentejo e Trás-os-Montes.

5.3.2 Geomorfologia

A região onde se localiza a instalação avícola encontra-se incluída no Maciço Antigo ou Maciço Hespérico ou Ibérico. Esta unidade geológica é a que ocupa a maior extensão de Portugal e é constituída essencialmente por rochas eruptivas e metassedimentares. As litologias correspondentes são habitualmente designadas por rochas cristalinas ou rochas duras, ou ainda rochas fracturadas ou fissuradas.

O Maciço Hespérico é constituído por formações ante mesozóicas, consolidadas desde o fim da orogenia hercínica, cobertas aqui e além por pequenos retalhos de formações continentais terciárias e quaternárias, e por vezes do final do Mesozóico.

A análise tectono-estratigráfica do Maciço Hespérico permite distinguir as suas principais unidades geoestruturais. Foram-se somando algumas formações de variadas origens e em diferentes lapsos de tempo da era Paleozoica, em consequência de processos tectónicos convergentes, ligados ao fecho do Mar de Tethys. O Maciço Hespérico é constituído por formações ante mesozóicas,

consolidadas desde o fim da orogenia hercínica, cobertas aqui e além por pequenos retalhos de formações continentais terciárias e quaternárias, e por vezes do final do Mesozóico.

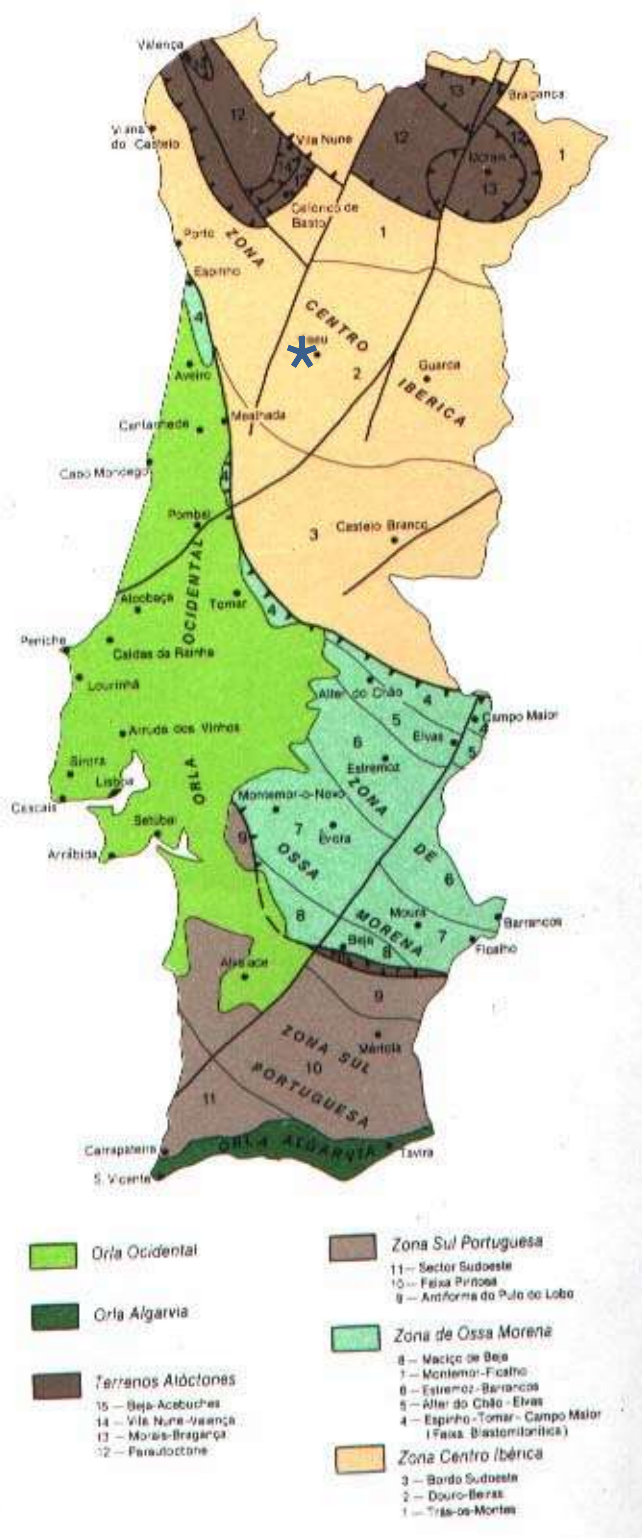


Figura 2: Localização da instalação avícola em termos geomorfológicos.

★ Localização da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista

A área de estudo inclui-se na Zona Centro Ibérica (vd. Figura 2).

A zona Centro Ibérica é caracterizada pela grande extensão que ocupam as rochas granitóides, seguida pelos xistos afetados por graus de metamorfismo variável. É de salientar também os quartzitos que formam alguns dos relevos importantes.

Do ponto de vista paleogeográfico, a zona Centro Ibérica apresenta uma discordância do quartzito armoricano sobre uma sequência de tipo “Flysch” (Câmbrico e pré-câmbrico superior), chamada Complexo Xista-Grauváquico, o que implica a presença de uma fase de deformação sarda, que é de natureza epirogénica. O metamorfismo regional é plurifacial e abarca os tipos Barroviano e de Baixa-Pressão; o tipo de metamorfismo está intimamente ligado aos níveis das intrusões dos granitóides. O tipo de Baixa-Pressão intermédia segue as estruturas da segunda fase de deformação, com as faces mais profundas no interior das anteformas desta fase, que são ocupadas pelas intrusões mezonais da zona da silimanite, por vezes acompanhadas de migmatização. Em direcção ao exterior, sucedem-se as isogradas da estaurolite + andaluzite, almandina, biotite e clorite.

A área em estudo situa-se nas bacias de drenagem dos rios Vouga e Paiva e o seu relevo consiste sobretudo em altas colinas. Os pontos mais altos encontram-se a oeste, onde São Macário atinge a altitude de 1.053m, em corneanas e quartzitos ordovícicos. O ponto mais baixo (160m) situa-se a sul de São Pedro do Sul.

A paisagem é definida por três elementos morfológicos:

- longas cristas NW-SE de estratos ordovícicos inclinados
- suaves colinas arredondadas em granito e xisto;
- Montes fortemente escarpados em xisto, na parte ocidental da área (Serra da Gralheira).

O granito porfiróide, existente na zona em estudo, forma por ação da erosão, largos domos e blocos arredondados. Os outros tipos de granito quando erodidos dão blocos angulosos.

As áreas graníticas produzem um solo mais fértil que as áreas xistentas, e como tal são áreas cultivadas.

5.3.3 Geologia da área em Estudo

L.J.Schemerhorn e Oen Ing Soen, desenvolveram estudos na região de Viseu, onde se insere a exploração em estudo, apresentando uma sistematização dos granitóides presentes na área, subdividindo-os em Older Granites e Younger Granites, classificação esta que seria posteriormente estendida a outras regiões de Portugal. Assim, definiram os Older Granites como mesozonais, essencialmente concordantes com as estruturas hercínicas e as zonas de metamorfismo regional, e os Younger Granites como granitos geralmente epizonais, alóctones, discordantes em relação às estruturas regionais e rodeadas por auréolas de metamorfismo de contacto variável.

Os Older granites, com uma idade absoluta de 298 ± 10 M.A., reporta-se-iam ao Vestefaliano Superior, enquanto que os Younger Granites se atribuiriam ao Estefaniano superior/Pérmico inferior, com idade de cerca de 280 ± 11 M.A

Com base nas folhas das Cartas Geológicas de Portugal à escala 1: 50.000 da Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos que afetam a região, nomeadamente a folha da carta geológica 17-A, elaborámos a caracterização geológica da área de estudo.

Recorrendo a essa mesma cartografia (vd. Figura 3), verifica-se que a área em estudo é caracterizada por uma sequência de granitos de idade tardi-paleozóica.

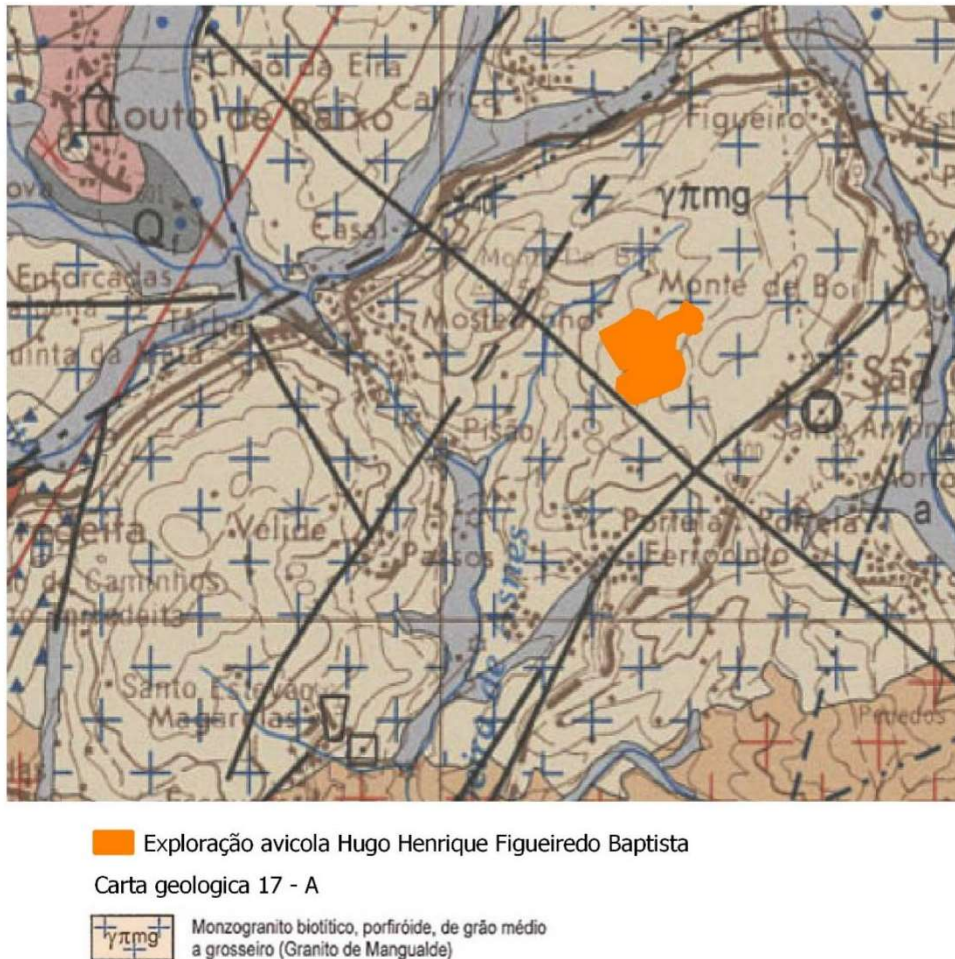


Figura 3: Extrato da carta geológica 17 - A com a implantação da área em estudo

A área correspondente à Folha 17 – A Viseu, compreende essencialmente formações graníticas de idade hercínica, metassedimento do Neoproteroxóico-Paleozóico, depósitos de cobertura plioplístocénicos e aluviões atuais.

As expressões metassedimentares ocupam o setor norte e noroeste da carta, uma mancha isolada na região de Montebelo e pequenos retalhos dispersos nos granitos.

Os depósitos de cobertura ocorrem, quer preservados em depressões tectónicas, quer como terraços fluviais essencialmente ligados aos grandes rios que cortam a região: Vouga, Paiva e Dão.

A exploração avícola encontra-se no grupo dos Granitóides Hercínicos, sub-grupo Tardi a pós – tectónicos com plagioclase cálcica, enquadrada na zona dos granitos de Mangualde (*ynmg*).

Na designação genérica de "granitóides" incluem-se granitos s.l. e também as rochas de composição intermédia a básica associadas aos granitos, todas rochas de idade hercínica. Na cartografia consideraram-se os critérios clássicos de identificação e caracterização das diferentes fácies, nomeadamente a mineralogia, a textura, a granulometria e a estrutura. As fácies granitóides identificadas são enquadradas com a deformação das rochas encaixantes, tendo como referência a 3ª fase de deformação hercínica, com a qual os granitos da região estão relacionados. Assim, consideram-se duas categorias de granitóides: sintectónicos (relativamente a D3); e tardi a póstectónicos (relativamente a D3). Seguindo a classificação proposta por Ferreira et al. (1987), em função da composição mineralógica são ainda considerados dois grupos em cada uma destas categorias: o grupo dos que têm duas micas e o dos que têm plagioclase cálcica.

Os granitóides sintectónicos com duas micas são dominantes no sector noroeste da carta, e a sua instalação está condicionada a um grande anticlinal de 38 fase com orientação NW-SE, que corresponde ao eixo Porto- Viseu (Ferreira et al. 1987). Têm deformação de orientação NW-SE, com foliação bem marcada, e os contactos entre as diferentes fácies subordinam-se ao alinhamento geral deste eixo. Das duas micas, a moscovite é, geralmente, dominante. Os sintectónicos com plagioclase cálcica são porfiróides biotíticos e apresentam igualmente condicionamento da D3 hercínica, exibindo deformação generalizada de matriz NW-SE.

As fácies tardi a pós-tectónicas dos granitóides com duas micas apresentam deformação menos acentuada que os sintectónicos, e, embora expressem ainda condicionamento ao alinhamento geral, intersectam as estruturas definidas pelas fácies destes.

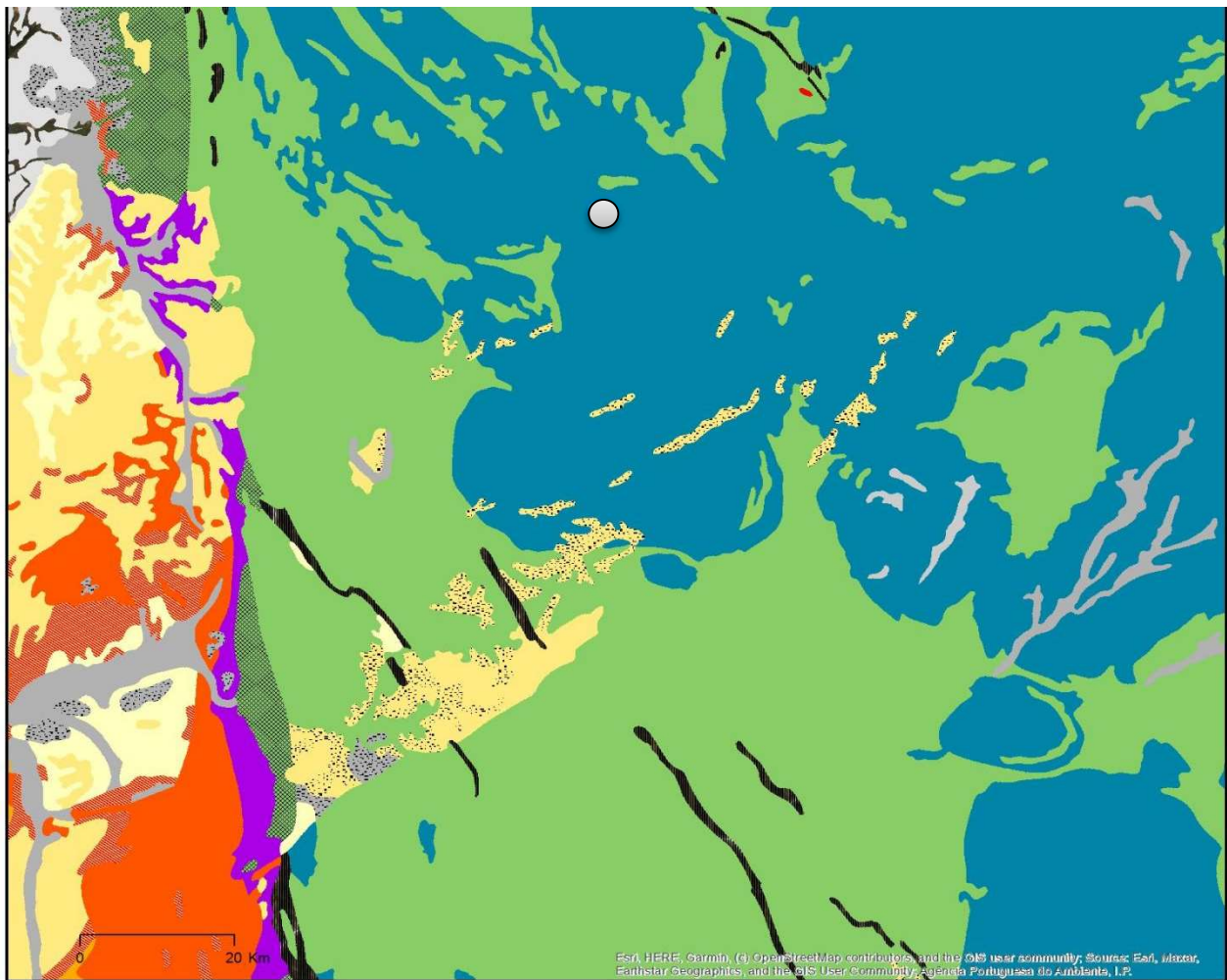
Os granitóides tardi a pós-tectónicos com plagioclase cálcica são porfiróides, geralmente biotíticos ou com biotite dominante, e distribuem-se por todo o sector sudeste da carta. A deformação é, geralmente, fruste. Exibem, por vezes, lineação de fluxo magmático, geralmente paralela aos contactos com as rochas encaixantes e marcada pelo alinhamento de megacristais de feldspato. São rochas com grande variedade textural e composicional; rochas de composição intermédia a básica associam-se localmente a granitos.

O granito que aflora na região de Mangualde é um monzogranito biotítico, porfiróide, de grão médio a grosseiro. Distribui-se por duas grandes manchas: uma no sector este da carta, estendendo-se, desde Santo Amaro, para norte até às povoações de Vila Corça e Pindo; outra na região de Mosteirinho, assentando nesta mancha parte da cidade de Viseu. A mancha de Mosteirinho situa-se na bordadura norte do batólito granítico das Beiras. O contacto com o granito de Farminhão- S. João de Lourosa é, por vezes, gradativo, em faixas com algumas dezenas de metros. A fácies granítica dominante é de grão médio a grosseiro, com megacristais de feldspato abundantes e desenvolvidos, de dimensão média 3,5 cm, frequentemente róseos. Os megacristais apresentam, por vezes, orientação paralela ao contacto com as rochas encaixantes, ou seguem orientações que

sugerem estruturas de fluxo magmático. A rocha incorpora grande número de encraves microgranulares de composição granodiorítica a diorítica e dimensões milimétricas a métricas, e também encraves metassedimentares, ainda que menos frequentes que os anteriores; os encraves são geralmente de forma arredondada e têm orientação local que sugere direcções de fluxo. A meteorização da rocha desenvolve mantos de alteração espessos, formados por saibros onde ocorrem blocos com formas arredondadas.

5.3.4 Litologia

Segundo o atlas do ambiente, a exploração avícola em apreço localiza-se no complexo litológico de rochas eruptivas plutónicas (vd. Figura 4).



Sistema de Referência: PT-TM06/ETRS89



31-10-2022

Figura 4: Carta extrato da carta litológica com a instalação avícola em análise (Atlas do Ambiente: <http://sniamb.apambiente.pt/atlas/>)

○ Localização da instalação avícola em apreço

■ Complexo litológico de Rochas Eruptivas Plutónicas com a designação de Granitos e afins

As rochas eruptivas resultam do arrefecimento do magma derretido ou semiderretido. O processo de solidificação é complexo e nele podem distinguir-se a fase ortomagmática, a fase pegmatítica-pneumatolítica e a fase hidrotermal. Estas rochas são compostas de feldspato (59,5%), quartzo (12%), piroxênios e anfíbolitos (16,8%), micas (3,8%) e minerais acessórios (7%). Ocupam cerca de 25% da superfície terrestre e 90% do volume terrestre, devido ao processo de génese.

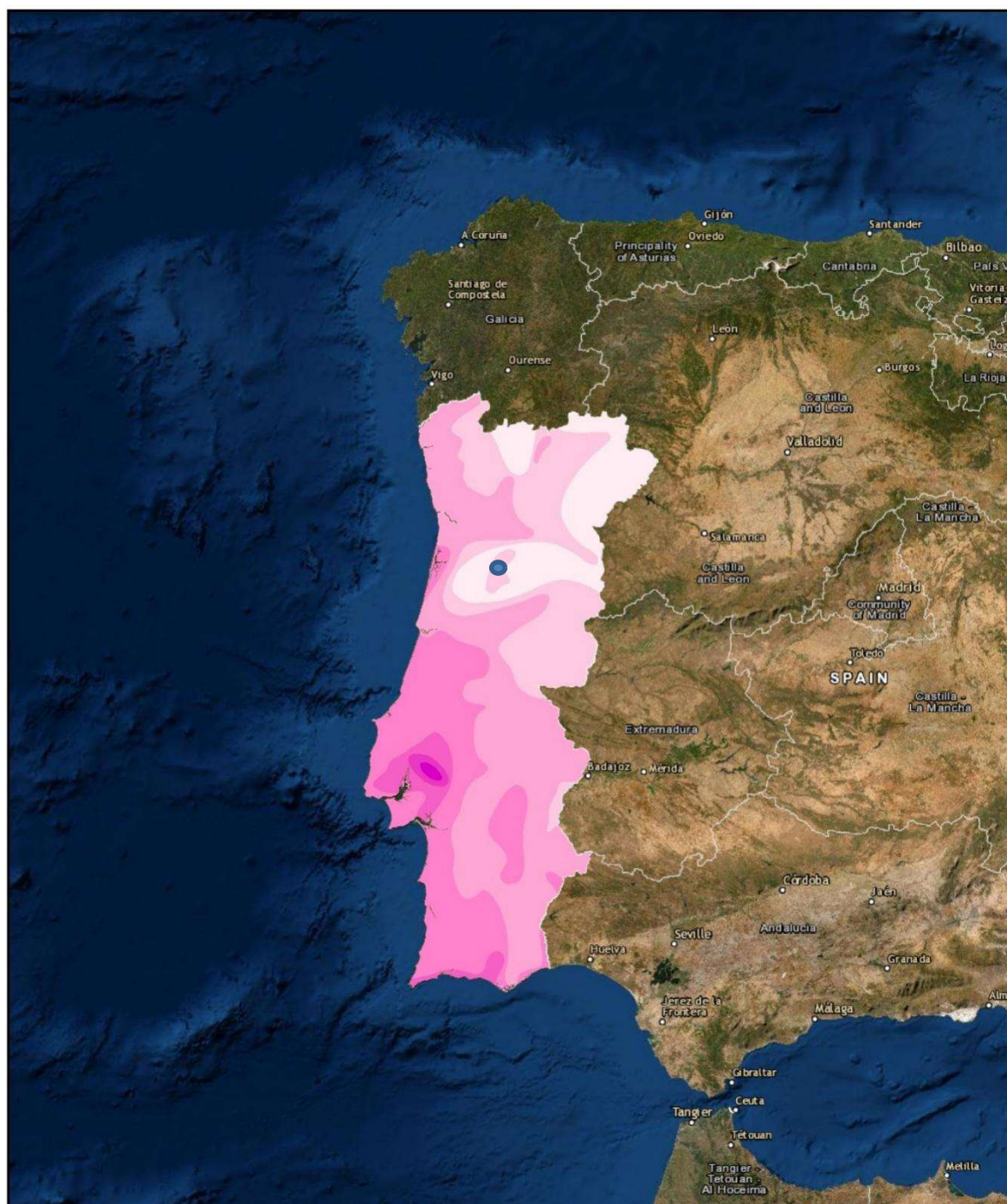
Por sua vez as rochas eruptivas plutónicas são formadas a partir do arrefecimento do magma no interior da crosta, nas partes profundas da litosfera, sem contacto com a superfície. Elas só apareceram à superfície depois de removido o material sedimentar ou metamórfico que a recobria. Em geral, este arrefecimento é lento e ocorre a cristalização de todos os seus minerais. Normalmente as rochas plutónicas apresentam uma estrutura maciça. A sua estrutura mais corrente é granular, isto é, os minerais apresentam-se equidimensionais ligados entre si.

5.3.5 Tectónica e Sismicidade

No quadro da tectónica das placas, Portugal encontra-se inserido na placa Euroasiática, relativamente próximo a fratura Açores-Gibraltar, que constitui fronteira entre aquela placa e a placa africana. Neste contexto, Portugal pertence a subplaca Ibérica, separada da restante área continental europeia pela cadeia pirenaica. Ao localizar-se numa posição de transição entre a fronteira de placas África-Ibérica e as regiões interiores continentais mais estáveis do Noroeste da Europa, o nosso território é afetado por duas grandes zonas de atividade sísmica:

- Zona ativa interplacas, ao longo da fronteira Açores-Gibraltar, responsável pela atividade sísmica no mar, nomeadamente na zona do Banco de Gorringe, que deu origem aos maiores sismos históricos que atingiram o continente;
- Zona ativa intraplacas, sede de uma atividade sísmica moderada a elevada na região Sul do País, mais afetadas da fronteira.

De acordo com o mapa de Intensidade Sísmica Máxima retirada do Atlas do Ambiente do sítio do Instituto do Ambiente (<https://sniamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador>), (vd. Figura 5).



● Localização da Exploração



Figura 5: Mapa de Intensidade Sísmica

O mapa de Intensidade Sísmica máxima apresenta 12 graus de intensidade, embora Portugal Continental atinge no máximo 10 graus de intensidade sísmica.

A escala de intensidade sísmica é caracterizada do seguinte modo:

I – Impercetível: Não sentido. Efeitos marginais e de longo período no caso de grandes sismos.

II - Muito fraco: Sentido pelas pessoas em repouso nos andares elevados de edifícios ou favoravelmente colocadas.

III – Fraco: Sentido dentro de casa. Os objetos pendentes baloiçam. A vibração é semelhante à provocada pela passagem de veículos pesados. É possível estimar a duração mas não pode ser reconhecido com um sismo.

IV – Moderado: Os objetos suspensos baloiçam. A vibração é semelhante à provocada pela passagem de veículos pesados ou à sensação de pancada numa bola pesada nas paredes. Carros estacionados balançam. Janelas, portas e loiças tremem. Os vidros e loiças chocam ou tilintam. Na parte superior deste grau as paredes e as estruturas de madeira rangem.

V – Forte: Sentido fora de casa; pode ser avaliada a direção do movimento; as pessoas são acordadas; os líquidos oscilam e alguns extravasam; pequenos objetos em equilíbrio instável deslocam-se ou são derrubados. As portas oscilam, fecham-se ou abrem-se. Os estores e os quadros movem-se. Os pêndulos dos relógios param ou iniciam ou alteram o seu estado de oscilação.

VI - Bastante forte: Sentido por todos. Muitos assustam-se e correm para a rua. As pessoas sentem a falta de segurança. Os pratos, as louças, os vidros das janelas, os copos, partem-se. Objetos ornamentais, livros, etc., caem das prateleiras. Os quadros caem das paredes. As mobílias movem-se ou tombam. Os estuques fracos e alvenarias do tipo D fendem. Pequenos sinos tocam (igrejas e escolas). As árvores e arbustos são visivelmente agitados ou ouve-se o respetivo ruído.

VII - Muito forte: É difícil permanecer de pé. É notado pelos condutores de automóveis. Os objetos pendurados tremem. As mobílias partem. Verificam-se danos nas alvenarias tipo D, incluindo fraturas. As chaminés fracas partem ao nível das coberturas. Queda de reboco, tijolos soltos, pedras, telhas, cornijas, parapeitos soltos e ornamentos arquitetónicos. Algumas fraturas nas alvenarias C. Ondas nos tanques. Água turva com lodo. Pequenos desmoronamentos e abatimentos ao longo das margens de areia e de cascalho. Os grandes sinos tocam. Os diques de betão armado para irrigação são danificados.

VIII – Ruinoso: Afeta a condução dos automóveis. Danos nas alvenarias C com colapso parcial. Alguns danos na alvenaria B e nenhuns na A. Quedas de estuque e de algumas paredes de alvenaria. Torção e queda de chaminés, monumentos, torres e reservatórios elevados. As estruturas movem-se sobre as fundações, se não estão ligadas inferiormente. Os painéis soltos no enchimento das paredes são projetados. As estacarias enfraquecidas partem. Mudanças nos fluxos ou nas temperaturas das fontes e dos poços. Fraturas no chão húmido e nas vertentes escarpadas.

IX – Desastroso: Pânico geral. Alvenaria D destruída; alvenaria C grandemente danificada, às vezes com completo colapso; as alvenarias B seriamente danificadas. Danos gerais nas fundações. As estruturas, quando não ligadas, deslocam-se das fundações. As estruturas são fortemente abanadas. Fraturas importantes no solo. Nos terrenos de aluvião dão-se ejeções de areia e lama; formam-se nascentes e crateras arenosas.

X – Destruidor: A maioria das alvenarias e das estruturas são destruídas com as suas fundações. Algumas estruturas de madeira bem construídas e pontes são destruídas. Danos sérios em barragens, diques e aterros. Grandes

desmoronamentos de terrenos. As águas são arremessadas contra as muralhas que marginam os canais, rios, lagos, etc.; lodos são dispostos horizontalmente ao longo de praias e margens pouco inclinadas. Vias-férreas levemente deformadas.

XI – Catastrófico: Vias-férreas grandemente deformadas. Canalizações subterrâneas completamente avariadas.

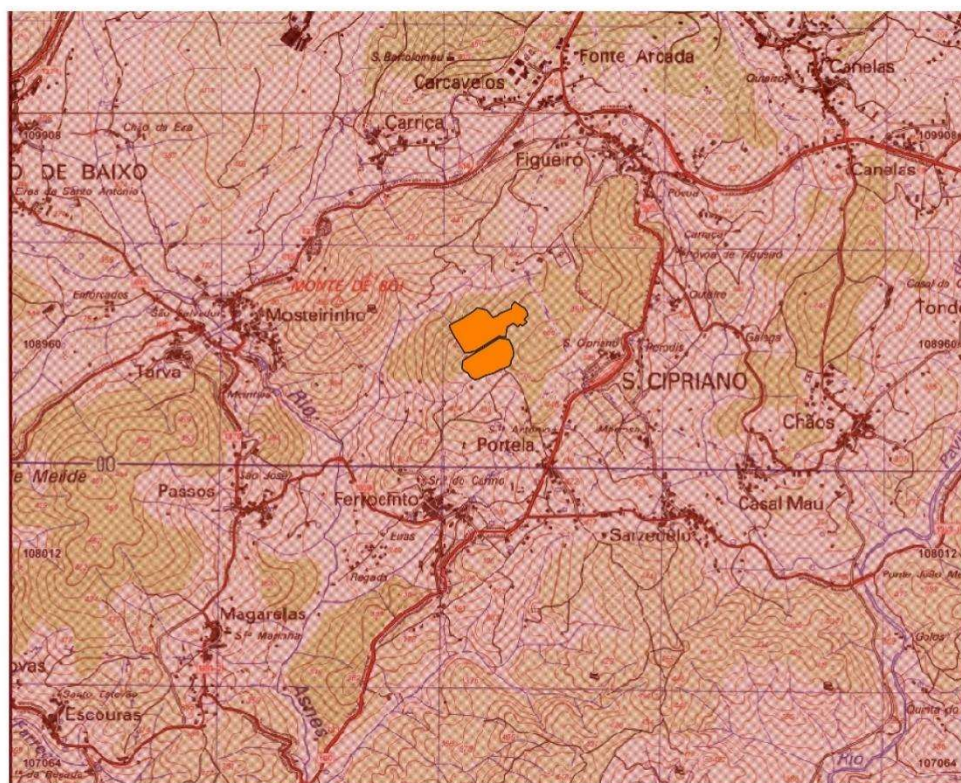
XII - Danos quase totais: Grandes massas rochosas deslocadas. Conformação topográfica distorcida. Objetos atirados ao ar.

A área em estudo localiza-se em zona de intensidade 5

5.4 Solos e Capacidade de Uso do Solo

5.4.1 Classificação dos solos da Área em Estudo

A classificação dos solos ocorrentes na área em estudo foi efetuada com base em informação cartográfica, do Atlas do Ambiente (sem escala, obtido do site do <http://sniamb.apambiente.pt/atlas/>).



1:25000

- Exploração avícola Hugo Henrique Figueiredo Baptista
- Cambissolos húmicos

Extrato Carta Militar n.º 177 e n.º 188

Figura 6: Extrato do mapa de solos do Atlas do Ambiente

Da interpretação da Carta de Solos de Portugal do Atlas do Ambiente (obtida do site do <http://sniamb.apambiente.pt/atlas/>), verifica-se que o aviário se encontra

localizado em solos considerados moderadamente evoluídos ou pouco evoluídos, isto é, cambissolos húmicos (figura 6), segundo a classificação da FAO ou solos Litólicos Húmicos Câmbicos Normais, segundo a classificação portuguesa.

Os solos dominantes na zona em estudo são solos com teores de Acidez e Alcalinidade a variar entre 4,6 e 5,5, ou seja, são solos predominantemente ácidos.

Na sua larga maioria, os Solos Litólicos são os solos mais extensamente representados no País. Estes formam-se a partir de rochas consolidadas variadas (granitos, sienitos, gnaisses, quartzodioritos, basaltos, doleritos, quartzitos, arenitos, xistos). Não atua nenhum processo pedogenético específico. A evolução ainda é pequena, caracterizada essencialmente por intensa meteorização física e por uma alteração química relativamente fraca (pequena formação de argila e individualização de Fe livre).

Apresentam-se em relevo mais ou menos ondulado e por vezes movimentado, frequentemente com declive moderado.

Os solos em causa, Litólicos Húmicos câmbicos normais, são caracterizados por serem relativamente delgados, por vezes pedregosos e encontram-se associados a afloramentos rochosos. A textura em geral é grosseira a média (dependendo da rocha-mãe), podendo apresentar elevada proporção de saibro e cascalho com elevada reserva mineral (dependendo da rocha-mãe). Devido a essa textura grosseira esta tipologia de solos apresenta um fraco poder de retenção de água e uma boa permeabilidade. Verifica-se a presença de argila com predomínio de materiais caulínicos a que possivelmente se associam ilites e óxidos de ferro.

Os Solos Litólicos apresentam uma acentuada acumulação de matéria orgânica que pode mesmo constituir um horizonte orgânico, sendo nos casos de menor evolução e com pinhal, mato de urzes ou outra vegetação acidófila, do tipo “mor”.

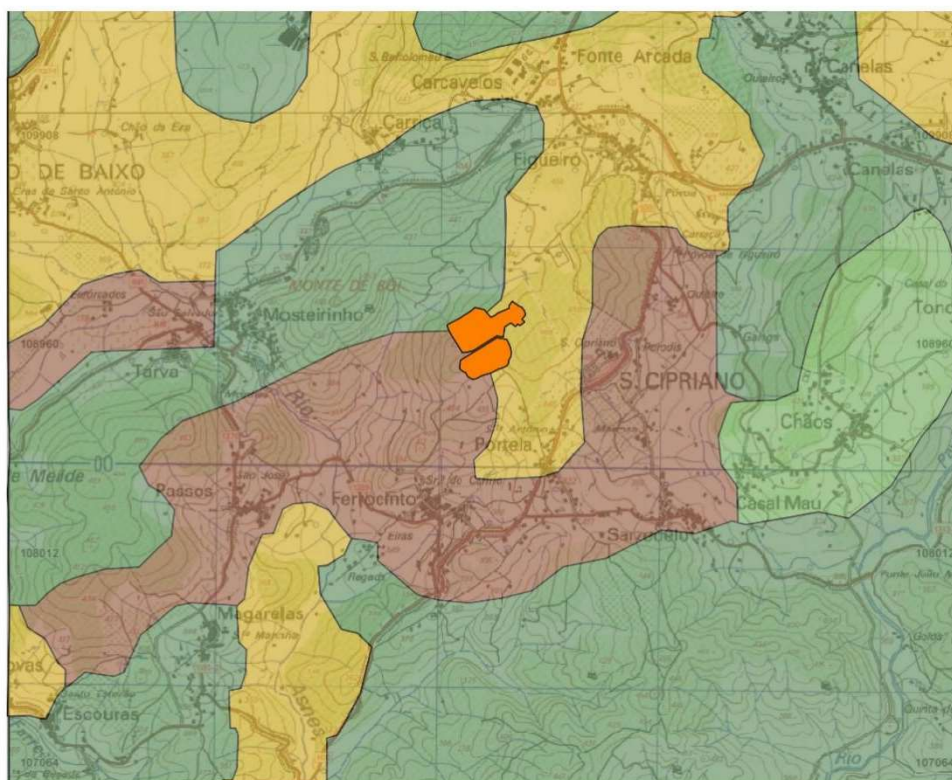
Em geral esta tipologia de solos apresenta fraca capacidade de troca catiónica e na maior parte das vezes é pobre em bases.

Na sua maioria, trata-se de solos com fertilidade deficiente e sem a incorporação de fertilizantes, a nutrição das plantas far-se-á em boa parte diretamente à custa dos minerais parcialmente alterados das frações de limo e areia.

No que se refere à água do solo, verifica-se que neste tipo de solo existe uma deficiência de água durante todo ou quase todo o período estival, e durante o período Outono - Primavera as deficiências de água podem ser frequentes. As culturas poderão ser afetadas, ocorrendo uma limitação do número de culturas que podem ser cultivadas, com frequentes reduções na produção.

5.4.2 Capacidade de Uso do Solo

A Capacidade de Uso do Solo foi caracterizada com base na Carta de Uso do Solo do Atlas do Ambiente (sem escala obtido do site do <http://sniamb.apambiente.pt/atlas>) (vd Figura 7).



1:25000

- Exploração avícola Hugo Henrique Figueiredo Baptista
- Extrato Carta Militar n.º 177 e n.º 188
- Classe A (Agrícola)
- Classes A+C (Complexos)
- Classe F (Não Agrícola)
- Classe C (Agrícola) - Condicionada por limitações acentuadas

Figura 7: Extrato da Carta de uso de solos do Atlas do Ambiente
(<http://sniamb.apambiente.pt/atlas/>)

A Capacidade de Uso do Solo é caracterizada com base nos efeitos combinados do clima e das características permanentes dos solos, nos riscos de erosão, nas limitações de uso, na capacidade produtiva e nas necessidades de exploração dos solos.

Na tabela seguinte (tabela 21), encontram-se discriminadas as diversas classes e as principais características associadas a cada uma delas.

Tabela 22: Classes de Capacidade de Uso do Solo existentes em função da utilização agrícola

CLASSE	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
A	- Poucas limitações - Sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros - Suscetível de utilização agrícola intensiva
B	- Limitações moderadas - Risco de erosão no máximo moderados - Suscetibilidade de utilização agrícola moderadamente intensiva
C	- Limitações acentuadas

	- Riscos de erosão no máximo elevados - Suscetível de utilização agrícola pouco intensiva
D	- Limitações severas - Risco de erosão no máximo elevado a muito elevado - Não suscetível de utilização agrícola, salvo casos muito especiais - Pouco ou moderadas limitações para pastagens, exploração de matos e exploração florestal
E	- Limitações muito severas - Riscos de erosão muito elevados - Não suscetível de utilização agrícola - Severas a muito severas limitações para pastagens, matos e exploração florestal - ou servindo apenas para vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação - ou não suscetível de qualquer utilização.
F	- Uso não agrícola – Florestal - Capacidade de uso baixa - Boas características para a prática de atividades florestais - Baixa qualidade agrológica

Através da caracterização atrás efetuada, pode-se obter uma boa aproximação às potencialidades dos solos presentes num dado território. Sendo assim, para a zona em estudo, e tendo em conta a Figura 7, correspondente ao extrato da carta de Capacidade de Uso do Solo do Atlas do Ambiente (<http://sniamb.apambiente.pt/atlas/>), os solos são caracterizados por serem maioritariamente pertencentes às classes A, C e F.

Os solos de classe A são solos suscetíveis para o uso agrícola intensivo, com poucas ou nenhuma limitações e com riscos ligeiros ou sem riscos de erosão.

Os solos de classe C, são solos com limitações acentuadas; riscos de erosão no máximo elevados; suscetível de uso agrícola pouco intensivo.

Os solos de classe F são solos com capacidade de uso muito reduzida, limitações muito severas; risco de erosão muito elevado; não suscetíveis de uso agrícola em quaisquer condições; severas e muito severas limitações para pastagens, matos e florestal; em muitos casos não é suscetível de qualquer exploração económica.

5.4.3 Riscos de erosão dos solos na área em estudo

As características médias normais dos Solos Litólicos Húmicos Normais variam para além dos declives com a espessura efetiva e com a pedregosidade dos solos.

No que se refere aos riscos de erosão, estes por si só não nos indicam a erosão que efetivamente se verifica, dado ela depender também do coberto vegetal e mesmo das técnicas culturais e épocas de sementeiras.

No entanto, verifica-se que os solos em análise estão associados a uma grande erodibilidade. Contudo, o coberto vegetal essencialmente arbustivo e herbáceo assume aqui um papel fundamental, levando a que estes mesmos solos apresentem riscos de erosão moderados, e como tal, necessitam de práticas de defesa complexas para serem cultivados.

5.4.4 Ocupação do Solo

Por forma a ter em conta a ocupação do solo, recorreu-se a uma visita ao local (foto 1), verificou-se que a ocupação existente na envolvente da exploração avícola é constituída por áreas ocupadas por vinhas (na proximidade do pavilhão 1) pertencentes ao operador; matos; eucaliptos e pinheiros (envolvente o pavilhão 3 e futuro pavilhão 2).



Foto 1: Tipologia da Ocupação dos Solos na envolvente da área em estudo

A área onde irá decorrer a implantação do pavilhão novo (pavilhão 2), que irá ser construído ao lado do pavilhão 3, já existente, é ocupada por eucaliptos e matos associados (vide foto 2)



Foto 2: Tipologia da Ocupação dos Solos no local de construção do pavilhão 2.

5.5 Recursos Hídricos e Qualidade da Água

5.5.1 Introdução e Metodologia

Caracterizam-se, neste capítulo, os recursos hídricos superficiais e subterrâneos da área em estudo, relativamente aos aspetos qualitativos e quantitativos.

Apresenta-se uma caracterização dos recursos hídricos que permitirá avaliar a sua sensibilidade e sustentabilidade, em termos de qualidade, bem como uma análise dos seus usos, respetivas fontes poluidoras e qualidade da água.

A área em estudo localiza-se na bacia hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis. Assim sendo, para a caracterização dos recursos hídricos, foi utilizada informação constante do Plano de Gestão de Região Hidrográficas do Vouga, Mondego e Lis (RH4), atualmente vigente.

De forma a obter dados mais pormenorizados, foi consultada a informação disponibilizada pelo portal da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), do Sistema Nacional de Informação de Ambiente (SNIAMB), do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH) e ainda, com visitas de reconhecimento de campo.

Relativamente aos recursos hídricos superficiais, foi efetuada uma descrição da bacia hidrográfica em que se insere o projeto, tanto em termos hidrológicos, como no que se refere aos principais usos, fontes poluidoras e qualidade da água.

Para as águas subterrâneas, foi efetuada uma caracterização hidrogeológica da zona, tendo sido ainda analisados os principais usos, fontes poluidoras e qualidade.

A análise dos dados de qualidade da água disponíveis para as águas superficiais e subterrâneas foi feita tendo por base as normas de qualidade da água atualmente em vigor, nomeadamente, as estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto.

5.5.2 Recursos Hídricos Superficiais

5.5.2.1 Caracterização do Sistema Hidrográfico

A área do projeto está localizada na região hidrográfica RH4 – Região Hidrográfica do Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste, e encontra-se localizada na bacia hidrográfica do rio Mondego, sub-bacia do rio Dão.

A Região Hidrográfica do Vouga, Mondego, Lis e Ribeiras do Oeste – RH 4, possui uma área total de 16.981 km² e engloba 81 concelhos, sendo que 46 estão totalmente englobados e 35 estão parcialmente abrangidos.

Os concelhos totalmente abrangidos são: Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Arganil, Aveiro, Batalha, Cantanhede, Carregal do Sal, Celorico da Beira, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Estarreja, Figueira da Foz, Fornos de Algodres, Gouveia, Ílhavo, Lourinhã, Mangualde, Marinha Grande, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Murtosa, Nazaré, Nelas, Óbidos, Oliveira de Azeméis, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital, Penacova, Penalva do Castelo, Peniche, Santa Comba Dão, São João da Madeira, Sever do Vouga, Soure, Tábua, Tondela, Torres Vedras, Vagos, Vale de Cambra, Vila Nova de Poiares, Vouzela.

Os concelhos parcialmente abrangidos são: Aguiar da Beira, Alcobaça, Alenquer, Ansião, Arouca, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cascais, Castanheira de Pêra, Castro Daire, Covilhã, Figueiró dos Vinhos, Góis, Guarda, Leiria, Lousã, Mafra, Manteigas, Ourém, Ovar, Pampilhosa da Serra, Penela, Pombal, Porto de

Mós, Rio Maior, Santa Maria da Feira, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Sernancelhe, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Vila Nova de Paiva, Viseu.

Esta região hidrográfica encontra-se subdividida em nove sub-bacias. Estas integram as principais linhas de água afluentes aos rios Vouga, Mondego e Lis, e ainda as bacias costeiras associadas a pequenas linhas de água que drenam diretamente para o Oceano Atlântico.

A área em estudo localiza-se na sub-bacia do rio Dão. A sub-bacia do Dão tem 1.309km² de área e abrange 10 concelhos: Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Fornos de Algodres, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, Sátão, Tondela e Viseu.

O rio Dão, principal linha de água da sub-bacia do Dão, nasce em Eirado, a cerca de 750m de altitude, no concelho de Aguiar da Beira e desagua no rio Mondego, em plena albufeira da Barragem da Aguieira nos limites dos concelhos de Santa Comba Dão, Mortágua e Penacova, 92,1km depois.

Das linhas de água inseridas na área de estudo, destacam-se as apresentadas e caracterizadas na Tabela 23, de acordo com o “Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água de Portugal” (1981).

Tabela 23: Características físicas das bacias hidrográficas da zona em estudo (Fonte: DGRAH, 1981)

Bacia Hidrográfica	Classificação Decimal	Área (Km ²)	Comprimento (Km)	Local de descarga
Rio Dão	701.46	1376,8	14513	Rio Mondego
Rio Paiva	701.46.14	790	110	Rio Dão
Rio Asnes	701.46.14.06	56,5	16	Rio Dão

A exploração avícola em estudo localiza-se na bacia hidrográfica do Rio Mondego, sub-bacia hidrográfica do rio Dão. De acordo com a carta militar (CM 177 e CM 188), existem, na área em estudo, duas linhas de água uma a noroeste e outra a sudoeste, sem toponímia, afluentes do rio Asnes. No entanto, após visita ao local, não se verificou a presença de quaisquer linhas de água, pelo que se considera que as verificadas na carta militar serão apenas linhas de drenagem de um regime torrencial, com caudal pouco representativo mesmo nos meses húmidos de Inverno.

Na Carta n.º 5, encontram-se assinaladas as principais linhas de água presentes na área em estudo.

5.5.3 Recursos Hídricos Subterrâneos

5.5.3.1 Enquadramento Regional

A distribuição dos recursos hídricos subterrâneos em Portugal continental está intimamente relacionada com as ações geológicas que moldaram o nosso território. Nas bacias meso-cenozóicas, ocupadas essencialmente por rochas detríticas ou carbonatadas, pouco ou nada afetadas por fenómenos de metamorfismo, encontram-se os aquíferos mais produtivos e com recursos mais abundantes. O Maciço Antigo, constituído fundamentalmente por rochas eruptivas e metassedimentares, dispõe, em geral, de poucos recursos, embora se assinalem

algumas exceções, normalmente relacionadas com a presença de maciços calcários. A correspondência entre a distribuição e características dos aquíferos e as unidades geológicas já tinha sido notada por diversos autores, tendo constituído a base para o estabelecimento, pelo INAG, de quatro unidades hidrogeológicas, que correspondem às quatro grandes unidades morfo-estruturais em que o país se encontra dividido:

- **Maciço Antigo**, também designado por Maciço Ibérico ou Maciço Hespérico.
- **Orla Mesocenozóica Ocidental**, abreviadamente designada por Orla Ocidental.
- **Orla Mesocenozóica Meridional**, abreviadamente designada por Orla Meridional.
- **Bacia Terciária do Tejo-Sado**, abreviadamente designada por Bacia do Tejo-Sado.

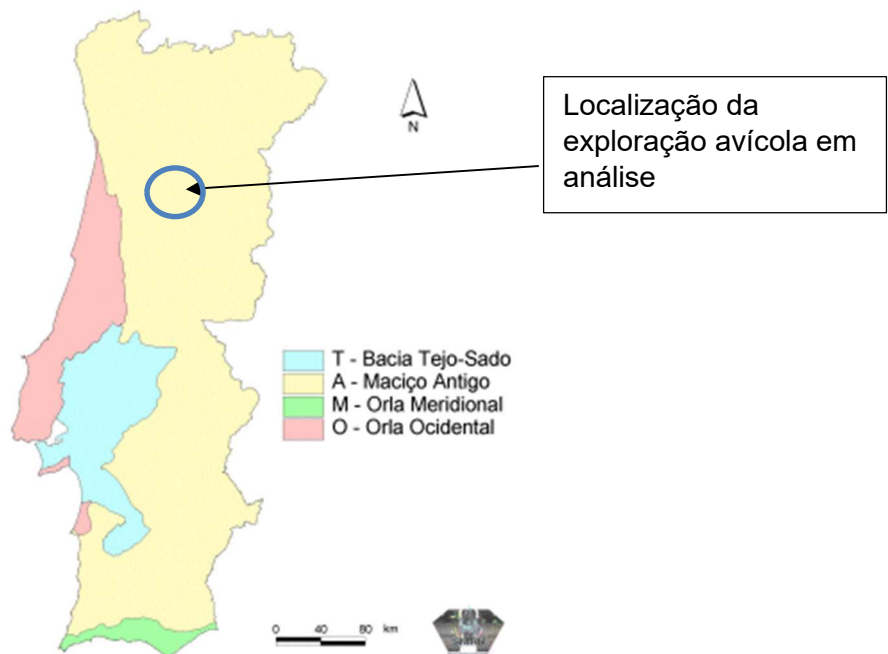


Figura 8: Mapa das Unidades hidrogeológicas

Do ponto de vista hidrogeológico, a área em estudo localiza-se na Unidade Hidrogeológica do Maciço Antigo (vd Figura 8), mais concretamente no Maciço Antigo Indiferenciado.

O Maciço Hespérico é caracterizado pela presença de rochas duras onde a circulação e armazenamento de água quando a rocha se apresenta sã, se processa na zona de fraturas, superfícies de diaclasamento ou de xistosidade. Quando a rocha apresenta fenómenos de alteração, a circulação e o armazenamento ocorre nos poros intergranulares provenientes dessa alteração.

A recarga dos aquíferos ocorrentes na zona abrangida faz-se por infiltração direta da precipitação e através de influências de cursos de água superficiais. Em termos médios, estima-se que a taxa de recarga nas litologias dominantes na zona se situe perto dos 10%. No entanto, quase todos os trabalhos que têm abordado a

hidrogeologia destes terrenos, no norte de Portugal, apontam para valores substancialmente maiores, podendo ultrapassar os 20%. Estas estimativas, são baseadas em diversos métodos, existindo alguma convergência, tanto nos valores fornecidos por cada método, como nos valores obtidos para as diferentes regiões onde foram aplicados (Pereira, 1999, Lima, 2000, Oliveira et al., 1997). A ser assim, os recursos médios renováveis poderiam ser da ordem dos 200, ou mais, mm/ano. No entanto, é provável que uma fração destes recursos não seja explorável, por ser rapidamente restituída à rede de drenagem superficial.

Segundo o Atlas do Ambiente digital¹, a recarga dos aquíferos para o sistema de Aquífero Indiferenciado do Maciço Hespérico é da ordem dos 50m³/ (dia.Km²). As rochas predominantes na região em estudo são os granitos, sendo que as explorações de água constituídas por poços e furos têm uma produtividade muito baixa.

Em termos genéricos, o regime de caudais de um rio reflete as variações da pluviosidade, quer em termos do seu total anual, quer das suas variações intra- anuais. Durante o período outono-inverno, quando a região é sujeita a precipitação mais intensa, o caudal nos rios aumenta, verificando-se, por vezes, a ocorrência de cheias mais ou menos importantes. No Verão, as precipitações menores e o aumento da evaporação, conduzem a uma ausência de escoamento nesta altura do ano, formando cursos de água intermitentes.

De acordo com informação constante no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), a estação hidrométrica ativa, com informação relativa ao escoamento, mais próxima da área em estudo, localiza-se no concelho de Tondela e freguesia de Lajeosa do Dão, pelo que a análise do escoamento médio das linhas de água foi efetuada recorrendo à análise dessa estação hidrométrica, denominada de Caldas de São Gemil (10J/01H).

Na tabela seguinte, apresentam-se as principais características da estação hidrométrica de Caldas de São Gemil.

Tabela 24:Carateristicas da Estação Hidrométrica de Castro Daire

Estação hidrométrica	código	Linha de água	Data de início	Data de fim	Número de valores
Caldas de São Gemil	10J/01H	Rio Dão	01/10/1920	10/10/2008	496

No gráfico que se segue, regista-se o escoamento médio mensal registado na estação hidrométrica em análise.

1 Fonte: Sítio da Agência Portuguesa do Ambiente (Ex- Instituto do Ambiente) – www.apambiente.pt

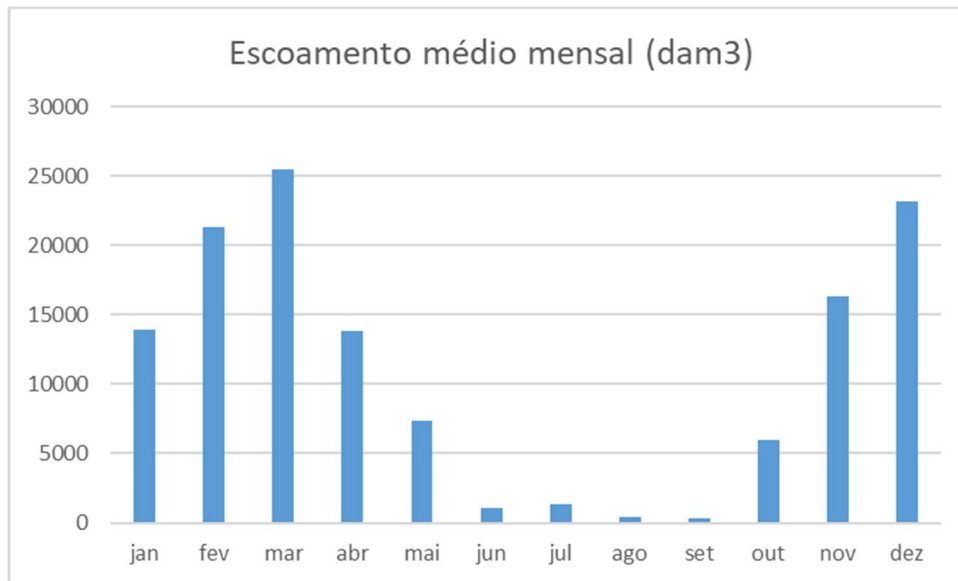


Gráfico 4: Escoamento médio mensal

Pela análise do gráfico anterior (4), verifica-se que os meses com maior escoamento, em média, correspondem aos meses de março, dezembro e fevereiro e os meses com menor escoamento correspondem aos meses de junho a setembro.

O mês de março apresentou o valor mais elevado de escoamento médio mensal (durante os anos hidrológicos considerados) com 47.465 dam³, enquanto o mês de agosto apresentou o valor mais baixo (124 dam³).

Pela análise dos valores de escoamento, constata-se que o escoamento médio superficial depende diretamente da variação da precipitação, verificando-se que é durante o semestre húmido que se registam os valores de maior escoamento.

5.5.4 Qualidade da Água

5.5.4.1 Enquadramento Legislativo

Com base nas normas e critérios de classificação para avaliação da aptidão das águas, contemplados no Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto, a qualidade da água na zona de estudo será avaliada considerando os seus usos potenciais.

Considerando as características das linhas de água em estudo e as atividades predominantes na área envolvente, assumiu-se, nesta fase, que a qualidade da água superficial (tabela 25) será analisada em termos de qualidade mínima, de água destinada à produção de água para consumo humano e de água destinada à rega. A avaliação da qualidade da água subterrânea será efetuada com base nos critérios estabelecidos para água destinada à produção de água para consumo humano e para água destinada à rega.

Tabela 25: Classe de critérios para a avaliação da qualidade das águas superficiais (anexos do D.L. n.º 236/98, de 1 de agosto)

Uso	Anexo do DL 236/98
Produção de Água para Consumo Humano A1	I
Produção de Água para Consumo Humano A2	I
Produção de Água para Consumo Humano A3	I
Águas destinadas à Rega	XVI
Qualidade Mínima das Águas Superficiais	XXI

5.5.4.2 Qualidade das Águas Superficiais

A caracterização dos aspetos qualitativos dos recursos hídricos superficiais da zona em estudo foi efetuada tendo como base a informação constante na Rede de Qualidade da Água, inserida no Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos. Tendo como base a informação constante na SNIRH, na envolvente à área em estudo, constata-se a existência de uma estação de monitorização, denominada de Fail (10J/52) (vd Tabela 26).

Tabela 26: Localização da estação de Fail

CÓDIGO	NOME	BACIA	ALTITUDE (m)	COORD_X (m)	COORD_Y (m)	LATITUDE (°N)	LONGITUDE (°W)	RIO	ÁREA DRENADA (km2)	DISTÂNCIA FOZ (km)	ENTRADA FUNCIONAMENTO
10J/52	Fail	Mondego	306	13359.02	104272.27	40.607223	-7.975261	Rio Asnes	-	-	18/03/2013

Esta estação localiza-se no rio Asnes, afluente do rio Pavia, freguesia de Fail, concelho de Viseu, distrito de Viseu.

A avaliação da qualidade da água baseou-se na “Classificação dos cursos de água superficiais de acordo com as suas características de qualidade para usos múltiplos” do INAG (INAG, 1999) (vd Tabela 27). De acordo com o INAG, esta classificação é efetuada parâmetro a parâmetro, correspondendo à classificação da qualidade proposta pela DSCP (Direção dos Serviços de Controlo de Poluição) da ex-DGRH (Direção Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos) em 1980, corrigida e complementada com os valores constantes da classificação do mesmo tipo utilizada em França, atendendo a que, este país, em algumas regiões, apresenta condições climáticas muito semelhantes às de Portugal.

Esta metodologia classifica as massas de água atendendo a 27 parâmetros de qualidade e indica o tipo de usos que potencialmente se podem considerar para cada uma delas, como se pode verificar na tabela (tabela 27) seguinte.

Tabela 27: Classes de Classificação da Qualidade da Água (INAG, 1999).

Classe A Excelente	Águas consideradas como isentas de poluição, aptas a satisfazer potencialmente as utilizações mais exigentes em termos de qualidade.
Classe B Boa	Águas com qualidade ligeiramente inferior à Classe A, mas podendo também satisfazer potencialmente todas as utilizações.
Classe C Razoável	Águas com qualidade "aceitável", suficiente para irrigação, para usos industriais e produção de água potável após tratamento rigoroso. Permite a existência de vida piscícola (espécies menos exigentes) mas com reprodução aleatória; apta para recreio sem contacto direto.
Classe D Má	Águas com qualidade "mediocre", apenas potencialmente aptas para irrigação, arrefecimento e navegação. A vida piscícola pode subsistir, mas de forma aleatória.
Classe E Muito má	Águas ultrapassando o valor máximo da Classe D para um ou mais parâmetros. São consideradas como inadequadas para a maioria dos usos e podem ser uma ameaça para a saúde pública e ambiental.

A classificação anterior está diretamente relacionada com as concentrações detetadas para os diversos parâmetros descritos na tabela seguinte (Tabela 28). Neste estudo, toma-se como referência classificativa para a linha de água, a classificação menos favorável dos parâmetros considerados (a concentração mais elevada do parâmetro “mais poluidor”).

Tabela 28: Classificação por parâmetro (INAG, 1999)

Parâmetro	Unidades	A	B	C	D	E
		Excelente	Boa	Razoável	Má	Muito Má
Arsénio	mg/l	0,010	0,050	-	0,100	> 0,100
Azoto kjeldahl	mg/l	0,5	1	2	3	>3
Azoto Amoniacal	mgNH ₄ /L	0,5	1,5	2,5	4	> 4
Carência bioquímica de oxigénio	mgO ₂ /L	3	5	8	20	> 20
Carência química de oxigénio	mgO ₂ /L	10	20	40	80	> 80
Cádmio	mg/l	0,001	0,005	-	>0,005	-
Chumbo	mg/l	0,050	-	0,1	-	> 0,100
Cianetos	mg/l	0,05	-	0,08	-	> 0,080
Cobre	mg/l	0,05	0,2	0,5	1	> 1
Coliformes Fecais	/100ml	20	2.000	20.000	>20.000	-
Coliformes Totais	/100ml	50	5.000	50.000	>50.000	-
Condutividade	µS/cm,20°	750	1.000	1.500	3.000	> 3.000
Crómio	mg/l	0,05	-	0,08	0,08	> 0,08
Estreptococos Fecais	/100ml	20	2.000	20.000	>20.000	-
Fenóis	mgC ₆ H ₅ OH/l	0,001	0,005	0,01	0,1	>0,1
Ferro	mg/l	0,50	1	1,50	2	> 2
Fosfatos	mgP ₂ O ₅ /L	0,4	0,54	0,94	1	>1
Fósforo P	mg/l	0,2	0,25	0,4	0,5	>0,5
Manganês	mg/l	0,1	0,25	0,5	1	>1
Mercúrio	µg/l	0,0005	-	0,001	0,001	>0,001
Nitratos	mgNO ₃ /l	5	25	50	80	>80
Oxidabilidade	mg/l	3	5	10	25	>25
pH	Escala sorensen	6,5-8,5	5,5-9	10-4,5	11	>11
Oxigénio dissolvido (sat)	% saturação de O ₂	>90	>70	>50	>30	<30
Selénio	mg/l	0,01	-	0,05	0,05	>0,05
Substâncias tensoativas	mg/l, sulfato de laurel e sódio	0,2	-	0,5	0,5	>0,5
SST	mg/l	25	30	40	80	>80
Zinco	mg/l	0,3	1	3	5	>5

Os dados analíticos disponíveis foram comparados com os diferentes anexos que constam do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto, para diferentes utilizações da água, permitindo desta forma uma melhor perceção da qualidade da água no meio hídrico superficial.

Para a caracterização da qualidade da água do meio hídrico superficial na área em estudo, recorreu-se a dados de 2013 e 2021, disponíveis para a estação de monitorização da qualidade da água superficial de Fail (estação com o código: 10J/52), pertencente à rede do SNIRH. É a estação mais próxima das linhas de água envolventes à área do projeto.

Na tabela seguinte (tabela 29), estão alguns dos parâmetros medidos nesta estação e a avaliação da qualidade da água superficial, de acordo com a metodologia definida pelo INAG.

Tabela 29: Parâmetros considerados na estação de Fail (10J/52), VMA no Anexo XXI² do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto, valor médio dos parâmetros considerados (Fonte: sítio do SNIRH, INAG, dados de 2019) e avaliação da qualidade da água de acordo com a metodologia definida pelo INAG.

Parâmetro	Unidades	Anexo XXI	N.º amostras	Período de amostragem		Valor Médio	Classe
		VMA		Início	Final		
Arsénio total	mg/l	0,1	7	04/05/2015	27/04/2021	0,006	A
Azoto amoniacal	mg/l	1	15	18/03/2013	27/04/2021	0,183	A
CBO ₅	mg O ₂ /L	5	15	18/03/2013	27/04/2021	3,2	B
Chumbo total	mg/l	0,05	7	04/05/2015	27/04/2021	0,001	A
Cianetos	mg/l	0,05	1	27/04/2021	27/04/2021	0,002	A
Cobre total	mg/L	0,1	7	04/05/2015	27/04/2021	0,005	A
Cádmio	mg/l	-	7	04/05/2015	27/04/2021	0,0001	A
Condutividade (laboratório)	uS/cm, 20º	-	12	18/03/2013	27/04/2021	82,667	A
CQO	mg/l	-	7	18/03/2013	07/03/2018	13,714	D
Crómio total	mg/l	0,05	7	04/05/2015	27/04/2021	0,0026	A
<i>Escherichia coli</i>	UFC/100ml	-	3	15/12/2020	27/04/2021	1700	B
Fosfatos	mgP ₂ O ₅ /l	-	11	18/03/2013	07/03/2018	0,11	A
Fósforo total	mg/L	1	15	18/03/2013	27/04/2021	0,12	A
Mercúrio	µg/l	0,001	2	15/12/2020	27/04/2021	0,104	E
Nitratos total	mg/l NO ₃	-	15	18/03/2013	27/04/2021	5,43	B
Oxidabilidade ao permanganato	mg/l	-	4	19/05/2014	24/11/2014	2,5	A
pH (campo)	-	5,0 – 9,0	12	18/03/2013	27/04/2021	6,9	A
SST	mg/L	-	15	18/03/2013	27/04/2021	3,82	A
Zinco total	mg/L	0,5	7	04/05/2015	27/04/2021	0,019	A
Classificação global							E

De acordo com os parâmetros da Classificação do INAG, para o período considerado, apenas estavam disponíveis dados para 19 parâmetros, sendo a classificação global obtida atribuída pelo parâmetro³ menos favorável do conjunto dos parâmetros considerados. Neste caso, foram os cianetos.

Os dados observados na estação da Fail foram comparados com os Valores Máximos Admissíveis (VMA) que constam nos anexos do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de agosto com o objetivo de identificar o seu cumprimento e/ou eventuais irregularidades.

Os valores observados conduzem à classificação de **E** do INAG – **Muito má** - “Águas ultrapassando o valor máximo da Classe D para um ou mais parâmetros. São consideradas como inadequadas para a maioria dos usos e podem ser uma ameaça para a saúde pública e ambiental.”. O parâmetro que contribuiu para esta classificação foram o mercúrio.

² Este anexo refere-se aos “Objetivos ambientais de qualidade mínima para as águas superficiais”.

³ Atendendo ao tipo de poluição tenderá afetar este meio hídrico, consideram-se os parâmetros mais significativos

5.5.4.3 Qualidade química das Águas Subterrâneas

Apesar de na envolvente do projeto de estudo se recorrer às águas subterrâneas para diversas utilizações, não existem dados disponíveis que permitam fazer uma caracterização da qualidade da água nas proximidades do local em estudo. Desta forma, a caracterização da qualidade da água subterrânea na área de projeto assenta nos dados disponíveis a nível regional, tratando-se, por isso, de dados que devem ser interpretados como indicadores de índole geral.

A avaliação da qualidade da água é enquadrada legalmente pelo Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de agosto. Este diploma estabelece as normas, os critérios e os objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos. Para os parâmetros de qualidade estabelecidos naquele diploma foram definidos: valores máximos admissíveis (VMA), que indicam os valores de norma de qualidade que não devem ser ultrapassados; valores máximos recomendáveis (VMR), que indicam os valores de norma de qualidade que devem ser respeitados ou não excedidos; e valores limite de emissão (VLE) que indicam o valor da concentração de determinadas substâncias que não podem ser excedidos por descarga no meio aquático.

Quando considerado o uso para consumo humano (uso este mais exigente em termos de qualidade), a água deve satisfazer um conjunto de condições relativamente a parâmetros físico-químicos e bacteriológicos. No caso de águas destinadas a produção de água para consumo humano, pressupondo um tratamento físico-químico, os valores dos parâmetros de qualidade a serem cumpridos estão estabelecidos no Anexo I daquele diploma e definido o tipo de tratamento a que deve ser sujeita.

Para a caracterização da qualidade da água do meio hídrico subterrâneo, recorreu-se aos dados disponíveis (tabela 30) na Estação localizada na freguesia de Lajeosa do Dão (código: 199/C27), pertencente à rede nacional de qualidade das águas subterrâneas do Instituto Nacional da Água (INAG) para a bacia hidrográfica do Rio Mondego.

Tabela 30: Caracterização da Estação mais próxima do local em análise.

CÓDIGO	DISTRITO	CONCELHO	FREGUESIA	BACIA	COORD_X (m)	COORD_Y (m)	SISTEMA AQUÍFERO
199/C27	Viseu	Tondela	Lajeosa do Dão	Mondego	213716	395498	A0 – Maciço Antigo Indiferenciado

Na tabela seguinte (tabela 31) encontram-se os dados relativos à qualidade das águas subterrâneas para a região em estudo.

Tabela 31: Qualidade química das águas subterrâneas da área em estudo

Parâmetro	Unidades	Anexo VI		Valores obtidos	Conformidade/Não conformidade
		VMR	VMA		
Alcalinidade	mg/l	-	-	34,6	-
Alumínio	mg/l	0,05	0,2	0,028	C
Arsénio total	µg/l	-	50	0,004	C
Azoto Kjeldahl	mg/l N	-	1	0,5	C
Azoto amoniacal	mg/l	0,05	0,5	0,2	C
Cadmio	µg/l	-	5	0,41	C
Cálcio	mg/l	100	-	9,2	C
Carbono orgânico total	mg/l C	-	-	4,58	-
Chumbo total	µg/l	-	50	5,1	C
Cianeto	mg/l	-	-	0,02	-
Cloreto	mg/l	25	-	12,39	C
Cobre total	µg/L	100-3000	-	22	C
Cobalto	mg/l	-	-	0,01	-
Coliformes fecais	UFC/100ml	0	<1	0	C
Coliformes totais	UFC/100ml	0	<1	0	C
Condutividade (laboratório)	µS/cm, 20º	400	-	116,1	C
CQO	mg/l	-	-	10	-
Crómio total	µg/l	-	-	0,005	-
Dureza total	mg/l	-	500	30,5	C
<i>Estreptococcus</i> fecais	MPN/100ml	0	<1	0	C
Ferro total	µg/l	50	200	90	C
Fluoreto	mg/L	10	-	0,4	C
Hidrocarbonetos totais	mg/l	25	-	0,01	C
Magnésio	mg	10	50	7,77	C
Manganés	µg/l	20	50	14	C
Mercúrio Total	mg/l	-	-	0,0003	-
Molibdeno	mg/l	-	-	0,01	-
Níquel dissolvido	µg/l	-	50	5	C
Nitrato total	mg/l NO3	25	50	9,3	C
Nitrito total	mg NO2/l	-	0,1	0,02	C
Oxigénio dissolvido lab	mg/l	-	-	8,5	-
Oxigénio Dissolvido lab (%)	%	-	-	84,5	-
pH (laboratório)	Escala de Sorensen	6,5-8,5	9,5	6,39	NC
Potássio	mg/l	10	12	1,6	C
Selénio	mg/l	-	10	0,003	C
Sódio	mg/l	20	150	16,67	C
SST	mg/L	-	1500	2000	C
Sulfatos	mg/ISO4	25	250	19,16	C
Zinco total	µg/L	0,100-5	-	31	NC

Fonte: www.snirh.pt

Atendendo aos dados da tabela anterior, conclui-se que, na área em estudo, as águas subterrâneas são águas macias apresentando baixo teor de CaCO₃ (valores inferiores a 500 mg/l), devido à natureza granítica das rochas dominantes na região. Os valores de pH tendem a ser baixos como é característico de águas que circulam em meios pouco reativos.

Tendo em consideração os valores limites estabelecidos para a Categoria A1 do Anexo I do Decreto-lei n.º 236/98, de 1 de agosto, pode-se concluir que o VMR (Valor Máximo Recomendável) é ultrapassado no parâmetro zinco.

De acordo com o ponto 2 do Decreto-lei n.º 236/98, de 1 de agosto “considerar-se-ão aptas para poderem ser utilizadas como origem de água para a produção de água para o consumo humano as águas subterrâneas que apresentam qualidade superior ou igual à da categoria A1 das águas doces superficiais destinadas à produção de água para consumo humano (anexo 1), correspondendo-lhes o

esquema de tratamento indicado no anexo II para aquela categoria de águas, com as devidas captações.”

5.5.4.3.1 Vulnerabilidade do Aquífero à Produção

Na estimativa da vulnerabilidade das águas subterrâneas à poluição na área do projeto foi aplicado o método EPPNA e o índice DRASTIC.

O método EPPNA é um método muito simples, qualitativo, que pressupõe a atribuição de uma classe de vulnerabilidade em função das características litológicas e hidrogeológicas das formações aquíferas. As classes de vulnerabilidade deste método apresentam-se na tabela que se segue.

Tabela 32: Classes de vulnerabilidade segundo o método da EPPNA

Classe	Vulnerabilidade
V1 - Aquíferos em rochas carbonatadas de elevada carsificação	Alta
V2 - Aquíferos em rochas carbonatadas de carsificação média a alta	Média a alta
V3 - Aquíferos em sedimentos não consolidados com ligação hidráulica com a água superficial	Alta
V4 - Aquíferos em sedimentos não consolidados sem ligação hidráulica com a água superficial	Média
V5 - Aquíferos em rochas carbonatadas	Média a baixa
V6 - Aquíferos em rochas fissuradas	Baixa a variável
V7 - Aquíferos em sedimentos consolidados	Baixa

Segundo o método utilizado pela EPPNA, baseada no critério litológico dos aquíferos ou das formações hidrogeológicas pode-se classificar a massa de água subterrânea Maciço Antigo Indiferenciado, dominante na área de projeto, como pertencente à classe de vulnerabilidade V6 (risco baixo a variável).

O índice de vulnerabilidade DRASTIC corresponde ao somatório ponderado de sete valores indexados aos sete parâmetros seguintes:

1. Profundidade da zona não saturada (D)
2. Recarga profunda do aquífero (R);
3. Material do Aquífero (A);
4. Tipo de solo (S);
5. Topografia (T);
6. Impacto da zona não saturada (I);
7. Condutividade hidráulica (C).

Cada um destes sete indicadores DRASTIC é atribuindo um índice de 1 a 10. Cada parâmetro corresponde a um fator de ponderação fixo (p) que reflete a sua importância no cálculo da vulnerabilidade, que varia entre 1 e 5. O índice de vulnerabilidade é o somatório ponderado dos sete indicadores hidrogeológicos, ou seja obtém-se através da expressão: $DRASTIC = \sum (\text{parâmetro} \times \text{peso})$

O peso de cada parâmetro varia de 1 a 5, da seguinte forma:

Parâmetro	D	R	A	S	T	I	C
Peso	5	4	3	2	1	5	3

De acordo com o método do índice DRASTIC, a vulnerabilidade à poluição das águas subterrâneas é tanto maior quanto maior o índice. Para uma melhor

compreensão dos valores finais do índice, em termos qualitativos de vulnerabilidade, pode-se fazer a seguinte correspondência:

- - Índice DRASTIC superior a 199: vulnerabilidade muito elevada;
- - Índice DRASTIC entre 160 e 199: vulnerabilidade elevada;
- - Índice DRASTIC entre 120 e 159: vulnerabilidade intermédia;
- - Índice DRASTIC inferior a 120: vulnerabilidade baixa.

Tabela 33: Descrição dos parâmetros DRASTIC e índice típico para a zona em estudo

Parâmetro	Peso	Descrição	Índice
Profundidade da zona não saturada (D)	5	8m	7
Recarga profunda do aquífero (R);	4	200mm/ano	6
Material do Aquífero (A);	3	Granito	4
Tipo de solo (S);	2	Cambissolos húmicos	6
Topografia (T);	1	Área de projeto em zona de cumieira	8
Impacto da zona não saturada (I);	5	Granito	4
Condutividade hidráulica (C).	3	116,1 µS/cm	1

Assim, como resultado do somatório ponderado de cada um dos parâmetros, o valor do Índice de DRASTIC é 114, o que representa uma vulnerabilidade baixa à poluição na área de estudo.

5.5.4.3.1 Fontes de contaminação

Os principais focos de poluição pontuais e difusas passíveis de afetar a qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos estão relacionados a substâncias provenientes de instalações e atividades urbanas, industriais, agrícolas e outras. Nestes casos, destaca-se as:

- as cargas resultantes das rejeições de águas residuais nos recursos hídricos com origem nos setores de atividade, tais como urbano, industrial, pecuária, aquícola, turismo, de instalações de deposição de resíduos, entre outros;
- as cargas que possam afetar os recursos hídricos, resultantes de fenómenos de lixiviação, percolação ou escorrência, provenientes de áreas urbanas, de áreas agrícolas, de campos de golfe, da aplicação de lamas de depuração e de efluentes pecuários na valorização agrícola e ainda da indústria extrativa, incluindo as minas abandonadas, entre outros;

De acordo com o PGRH do Vouga, Mondego e Lis (2016-2021), resumido na tabela n.º 34, na envolvente da área em estudo, na bacia hidrográfica do Dão, verifica-se que os principais focos de poluição são provenientes da atividade pecuária.

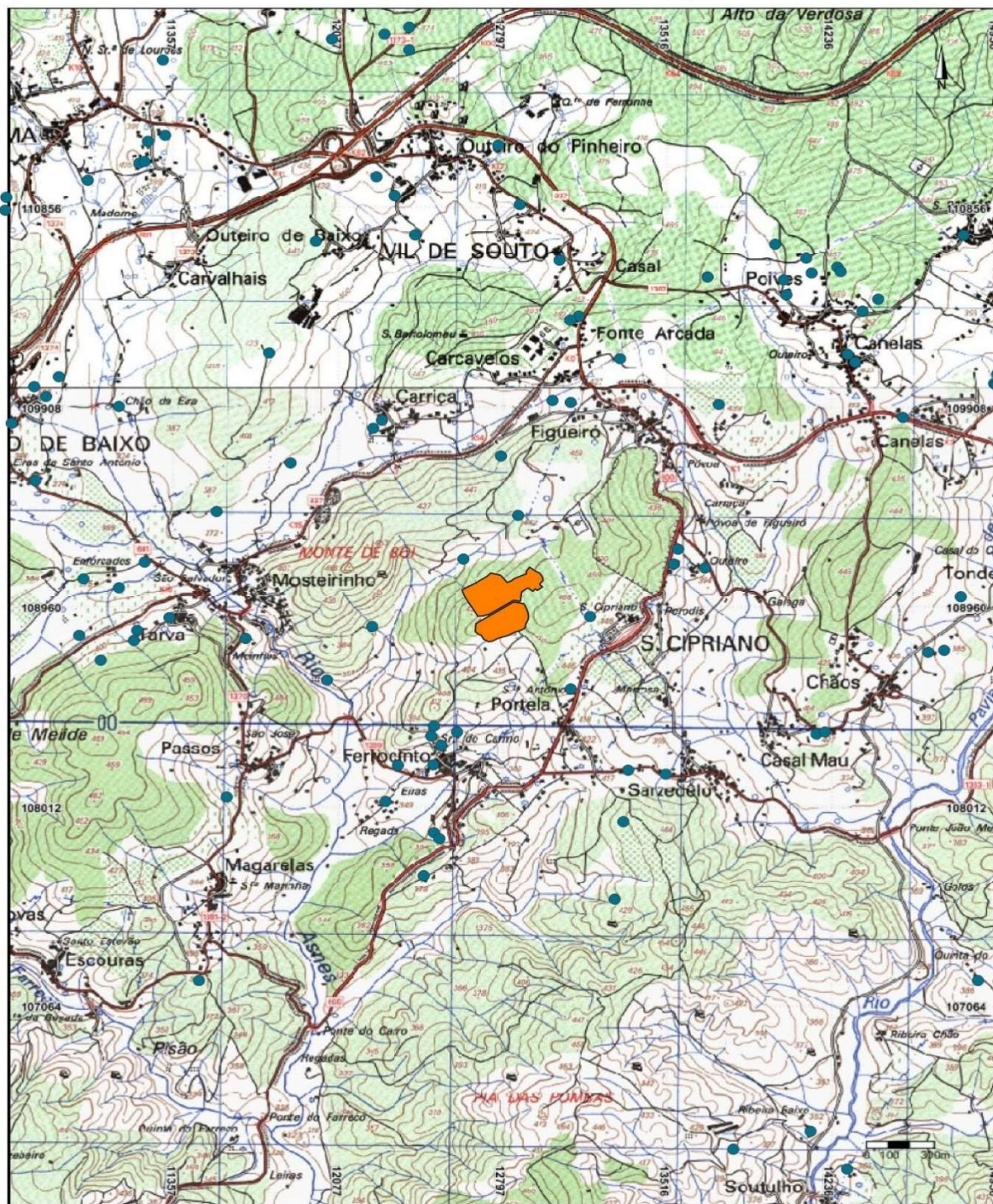
Tabela 34: Carga rejeitada pelas diferentes atividades sub-bacia hidrográfica do Dão

Origem	Carga rejeitada (kg/ano)			
	CBO5	CQO	Ntotal	Ptotal
Sistemas urbanos de drenagem e tratamento de águas residuais	137.741	375.782	91.638	14.242
Indústria transformadora	6.377	24.978	2.534	1.566
Indústria alimentar	4.870	9.958	1.700	593
Origem difusa proveniente da agricultura			304.724	28.134
Origem difusa proveniente da pecuária			2.740.926	1.130.339
Outras atividades	6.548	24.838	3.425	1.644

5.5.4.3.2 Pontos de água localizados na região

De forma complementar, e com o intuito de caracterizar o aquífero subterrâneo no local de estudo, procurou-se junto a APA-ex ARH Centro, informação sobre pontos de água localizados na região de estudo.

Num raio de aproximadamente de 3 km foram disponibilizados dados sobre 93 captações de água subterrânea privadas de diversos tipos. Na figura 9 indica-se a localização dos respetivos pontos de água, fornecidos pela APA.



1:25000

● Captações

■ Exploração avícola Hugo Henrique Figueiredo Baptista

Extrato Carta Militar n.º 177 e n.º 188

Figura 9: Localização dos pontos de água inventariados

5.5.4.4 Origens e consumos de água na Instalação Avícola

Na instalação avícola em apreço, a água é utilizada para os seguintes fins:

- nas instalações sanitárias, cerca de 19,2 m³/ano;
- para o abeberamento dos animais, prevê-se um consumo de 6.990m³/ano
- para lavagem dos pavilhões, consumo previsto é de 129,67m³/ano

O consumo total de água na exploração avícola, será de 7.138,87 m³/ano.

O abastecimento de água será realizado a partir de uma captação de água subterrânea localizada na instalação, e devidamente licenciada para o efeito através do Título de Utilização de Recursos Hídricos (TURH), n.º A022280.2022.RH4A. Após extração a água é encaminhada para dois depósitos de 8,5m³ cada, localizados dentro dos pavilhões existentes.

As águas provenientes das lavagens dos pavilhões serão conduzidas para as fossas estanques.

Atualmente existem duas fossas estanques bicompartimentadas com 12,025m³ e 9,66m³ de capacidade, que recolhem as águas proveniente dos pavilhões já existentes (Pavilhão 1 e Pavilhão 3).

A quando à construção do pavilhão 2 irá ser construída mais duas fossas estanques com uma capacidade total de 11,704m³ cada. Posteriormente e após um período de retenção mínimo de 90 dias, esta água é encaminhada para a rega de terrenos de cultivo pertencentes ao operador.

As águas residuais domésticas são provenientes das instalações sanitárias da exploração avícola. Estima-se uma produção anual de 19,2m³. As águas residuais domésticas são encaminhadas para duas fossas sépticas estanques, já construídas junto dos pavilhões 1 e 3. Sempre que necessário o operador entra em contato com os serviços da Junta de Freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, que procedem à recolhas das águas residuais (vide declaração em anexo).

5.6 Qualidade do Ar

A caracterização da qualidade do ar é desenvolvida tendo em consideração o enquadramento regional e local da zona onde se desenvolve o projeto em estudo.

A caracterização do ambiente, em termos da qualidade do ar, encontra-se orientada para a definição de um diagnóstico da qualidade do ar na área de implantação do projeto em causa, tendo como principais vetores a caracterização da qualidade do ar da área de estudo através da análise de parâmetros indicadores (Partículas em Suspensão, Dióxido de Azoto, Dióxido de Enxofre e Ozono), a identificação das fontes poluentes determinantes para a área de estudo e a identificação dos recetores sensíveis em termos de qualidade do ar.

A análise das condições predominantes locais baseia-se na avaliação das informações quantitativas existentes e no levantamento possível das potenciais fontes poluidoras que poderão contribuir de algum modo para a degradação qualitativa do ar.

A caracterização da qualidade do ar à escala regional, será efetuada tendo por base a avaliação das emissões atmosféricas com origem nas zonas envolventes da área em estudo, recorrendo-se para tal aos inventários de emissões de fontes poluidoras atmosféricas realizadas no âmbito do Inventário Nacional de Emissões e Remoções de Poluentes Atmosféricos (INERPA), para o ano de 2019, realizado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), nos termos do “Emissões de Poluentes Atmosféricos por Concelho 2015, 2017 e 2019: Gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, partículas, metais pesados, poluentes orgânicos persistentes e gases com efeito de estufa”.

A caracterização efetuada à escala local teve como base os valores registados nas estações de monitorização da qualidade do ar da Rede da Qualidade do Ar da Região Centro, para o Dióxido de Enxofre, Óxidos de Azoto, Partículas Totais em Suspensão (PM10) e Ozono, para o ano de 2021.

A estação de Fornelo do Monte, mais próxima do local do projeto, pertence à Zona Centro Interior e está referenciada como uma estação de fundo. Os valores monitorizados na estação referida serão, posteriormente, comparados com valores legislados para os poluentes, designadamente com os valores constantes no Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 43/2015, de 27 de março.

Por fim, foram avaliadas as condições de dispersão na atmosfera, com base nos parâmetros meteorológicos determinantes, nos fenómenos de transporte e de dispersão e nas características morfológicas locais.

O presente projeto situa-se na Região Centro (NUTII), Viseu Dão Lafões (NUTIII), no lugar de Monte de Boi/Portela, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, concelho de Viseu e distrito de Viseu

5.6.1 Inventário distrital das Emissões Gasosas

O Inventário de Emissões Gasosas na Região Centro em 2019 (APA, 2021) contempla a estimativa das emissões gasosas geradas pelas indústrias, bem como de outras unidades suscetíveis de gerarem emissões, face à distribuição da emissão dos poluentes geograficamente (Distrito e Concelho) e por atividade económica, para o ano de referência de 2019.

De acordo com o Inventário suprarreferido, e após a análise da tabela 35, relativamente ao Distrito de Viseu, constata-se que o NO_x deriva principalmente dos transportes rodoviários e de agricultura. O COVNM provem essencialmente da utilização de solventes, seguidos dos efluentes pecuários e processos industriais. O SO_x é consequência principalmente de produção de energia elétrica. O NH₃ é consequência essencial dos efluentes pecuários. PM10, por sua vez, advém da utilização de solventes, onde o BC e CO derivam essencialmente de pequenas fontes de combustão. O principal produtor de PM2,5 foram os solventes, sendo as emissões de Pb resultado principalmente dos transportes rodoviários. O PCDD/PCDF, resultam de pequenas fontes de combustão. As emissões de PAHs são derivadas, em maioria, de pequenas fontes de combustão.

A principal fonte de emissão de CO₂ são os transportes rodoviários, seguidos das pequenas fontes de combustão e de processos industriais. Por sua vez, estima-se que as emissões de Metano (CH₄) resultam principalmente da eliminação/deposição de resíduos no solo, seguindo-se a atividade pecuária.

Tabela 35: Emissões totais de poluentes segundo o setor para o distrito de Viseu, 2019 (APA, 2021)

Setor /poluentes	NO _x (K/Ton)	COVNM (K/Ton)	SO _x (K/Ton)	NH ₃ (K/Ton)	PM2,5 (K/Ton)	PM10 (K/Ton)	BC (K/Ton)	CO (K/Ton)	Pb (Ton)	Cd (Ton)	Hg (Ton)	PCDD/P CDF (gl-teq)	PAHs (Ton)	HCb (Kg)	PCBs (Kg)	CO ₂ (K/Ton)	CH ₄ (K/Ton)	N ₂ O (K/Ton)	F-Gases (K/Ton)
Produção de energia elétrica	0,092	0,132	0,067	0	0,013	0,015	0	0,436	0,018	0,002	0,001	0,043	0,001	0,004	0,003	0,300	0,010	0,006	0,000
Processos industriais	0,217	1,018	0,066	0,006	0,0111	0,228	0,018	0,114	0,005	0,002	0,002	0,021	0,017	0,001	0,012	86,184	0,006	0,003	117,367
Pequenas fontes de combustão	0,223	0,488	0,026	0,065	0,630	0,647	0,065	3,496	0,033	0,015	0,001	0,676	0,306	0,006	0,003	128,468	0,294	0,013	0,000
Emissões fugitivas	0	0,056	0	0	0	0	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,015	0,000	0,000
Uso de solventes	0,001	1,774	0	0,003	0,130	0,699	0	0,036	0,026	0,005	0,002	0,304	0,140	0,000	0,000	8,218	0,002	0,005	0,000
Transportes rodoviários	1,580	0,307	0,003	0,029	0,103	0,131	0,053	1,446	0,231	0,000	0,001	0,057	0,011	0,000	0,000	426,174	0,017	0,013	0,000
Navegação nacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Aviação nacional e internacional	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Transporte ferroviário	0,168	0,029	0	0,	0,015	0,015	0,009	0,102	0	0,000	0,000	0,000	0,001	0,000	0,000	24,532	0,001	0,009	0,000
Depósitos de resíduos	0,001	0,084	0	0,051	0,005	0,005	0	0	0	0,000	0,000	0,047	0,000	0,000	0,000	0,000	7,918	0,021	0,000
Efluentes pecuários	0,085	1,225	0	1,791	0,023	0,228	0	0	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	3,405	0,101	0,000
Agricultura	0,231	0,250	0,006	1,044	0,076	0,096	0,007	1,268	0,001	0,009	0,001	0,007	0,028	0,047	0,000	2,546	0,067	0,390	0,000
Fontes naturais	0,084	0,446	0,034	0,038	0,096	0,117	0,009	2,974	0	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	29,908	0,340	0,005	0,000

O Inventário Nacional de Emissões e Remoções de Poluentes Atmosféricos permite efetuar a alocação das emissões dos poluentes ao nível dos concelhos, assim como permite aferir a tipologia de fontes de emissão (setor) associadas aos poluentes gerados nesses mesmos concelhos. A tabela 36 permite evidenciar os resultados obtidos no inventário de 2019, das fontes de emissões, segundo o setor, para o concelho de Viseu.

Tabela 36: Emissões totais de poluentes segundo o setor para o concelho de Viseu, 2019 (APA, 2021)

Setor /poluentes	NO _x (K/Ton)	COVNM (K/Ton)	SO _x (K/Ton)	NH ₃ (K/Ton)	PM2,5 (K/Ton)	PM10 (K/Ton)	BC (K/Ton)	CO (K/Ton)	Pb (Ton)	Cd (Ton)	Hg (Ton)	PCDD/P CDF (gl-teq)	PAHs (Ton)	HCb (Kg)	PCBs (Kg)	CO ₂ (K/Ton)	CH ₄ (K/Ton)	N ₂ O (K/Ton)	F-Gases (K/Ton)
Produção de energia elétrica	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Processos industriais	0,010	0,188	0,002	0,000	0,004	0,029	0,001	0,005	0,000	0,000	0,000	0,001	0,001	0,000	0,010	3,795	0,000	0,000	32,287
Pequenas fontes de combustão	0,053	0,134	0,007	0,018	0,172	0,177	0,018	0,959	0,009	0,004	0,000	0,185	0,084	0,002	0,000	31,768	0,080	0,003	0,000
Emissões fugitivas	0,000	0,021	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,005	0,000	0,000
Uso de solventes	0,000	0,486	0,000	0,001	0,030	0,156	0,000	0,010	0,007	0,001	0,001	0,084	0,038	0,000	0,000	2,202	0,001	0,002	0,000
Transportes rodoviários	0,517	0,128	0,001	0,007	0,033	0,041	0,018	0,589	0,075	0,000	0,000	0,018	0,004	0,000	0,000	137,168	0,007	0,005	0,000
Navegação nacional	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Aviação nacional e internacional	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Transporte ferroviário	0,016	0,004	0,000	0,000	0,002	0,002	0,001	0,013	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	2,971	0,000	0,001	0,000
Depósitos de resíduos	0,000	0,005	0,000	0,004	0,003	0,003	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,034	0,000	0,000	0,000	0,000	0,325	0,006	0,000
Efluentes pecuários	0,004	0,060	0,000	0,090	0,001	0,010	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,197	0,005	0,000
Agricultura	0,014	0,017	0,000	0,054	0,005	0,007	0,000	0,087	0,000	0,001	0,000	0,000	0,002	0,003	0,000	0,175	0,004	0,021	0,000
Fontes naturais	0,00	0,0	0,0	0,0															

Perante a quantificação das emissões por setor, no concelho de Viseu, constata-se que as emissões de NO_x são consequência maioritária dos transportes rodoviários (84,2%). As emissões de COVMN são essencialmente advindas da utilização de solventes (46,59%). NH₃ devira principalmente dos efluentes pecuários (51,72%), PM_{2.5} (68,25%), PM₁₀ (41,54%) e CO (57,63%) derivam predominantemente de pequenas fontes de combustão e BC, essencialmente, de pequenas fontes de combustão (48,65%) e transporte rodoviários(48,65%).

Relativamente ao N₂O, a principal fonte deste poluente, no concelho de Viseu, é a agricultura (48,84%).

As emissões do Pb derivam maioritariamente do tráfego rodoviário (82,42%), enquanto que as emissões de dioxinas e furanos (57,28%) estão associadas as pequenas fontes de combustão. Emissões de HCB (60%) estão principalmente ligadas a agricultura.

No que diz respeito as emissões de CO₂, estas são nomeadamente consequência do transporte rodoviário (77,3%) e as emissões de CH₄ derivam maioritariamente, dos depósitos de resíduos (52,42%).

5.6.2 Caracterização local da qualidade do ar

A caracterização da qualidade do ar na zona em estudo baseia-se nos dados da estação de amostragem da qualidade do ar mais próxima, pertencente à Rede Nacional da Qualidade do Ar.

A Rede da Qualidade do Ar da região Centro é composta por nove estações de monitorização da qualidade do ar, distribuídas por três zonas: Zona Centro Interior; Zona Centro Litoral a Zona de Influência de Estarreja; e duas aglomerações: Aglomeração de Coimbra e Aglomeração de Aveiro/Ilhavo.

A estação de amostragem da qualidade do ar mais próxima da área do projeto em análise é a estação do Fornelo do Monte. A estação do Fornelo do Monte está localizada num ambiente rural, em que os dados são obtidos desde 2005 e refletem concentrações de fundo da região em que se insere a estação (tabela 37).

Embora a estação de amostragem se localize a uma distância de aproximadamente 16Km (<https://www.google.com/maps>) do local do projeto, esta representa a concentração de fundo dos poluentes atmosféricos no Centro de Portugal. Ou seja, a qualidade do ar em zonas afastadas das grandes aglomerações, complexos industriais, grandes fontes pontuais e grandes eixos rodoviários. Assim, a informação obtida na estação referida fornece uma informação qualitativa do ar nesta zona.

Tabela 37: Caracterização da Estação da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte (<https://qualar1.apambiente.pt> (2019)).

Código	2021
Data de início	2005-09-23
Tipo de ambiente	Rural regional
Tipo de influência	Fundo
Zona	Centro Interior
Freguesia	Fornelo do Monte
Concelho	Vouzela
Coordenadas Gauss	Latitude 408232
Militar (m)	Longitude 202530
Altitude	741m
Rede	Rede da Qualidade do Ar do Centro
Instituição	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

A estação da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte atualmente monitoriza os poluentes Partículas < 10µm, Dióxido de Azoto e Ozono.

A caracterização efetuada à escala local teve como base os valores registados na estação de monitorização da qualidade de ar, da Rede da Qualidade do Ar da Região Centro de Fornelo do Monte para o Dióxido de Azoto, Dióxido de Enxofre, Partículas e Ozono para o ano de 2021 (tabela a seguir, Tabela 38).

Tabela 38: Valores registados na Estação da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte (<https://qualar1.apambiente.pt> (2021)).

Poluente	Designação	Concentração (µg/m³)
Partículas (PM10)	Média (Valor anual base horária)	7
	Média (Valor anual base diária)	7
	n.º dias excedências ao VL diário (50 µg/m³)	3
	36ª Máximo diário (µg/m³)	14
NO₂	Média anual	4
	n.º dias excedências ao VL horário (200 µg/m³)	0
	19º máximo horário (µg/m³)	11
	n.º dias excedências LA 400 µg/m³	0
O₃	Média (Valor anual base horária)	85
	n.º dias excedências ao Limiar de infor. (180 µg/m³)	6
	n.º dias excedências ao Limiar de Alerta (240 µg/m³)	0
	26º máximo diário (8h) (µg/m³)	126
	Excedências ao OLP (120 µg/m³) (µg/m³)	40
	N.º máx. diários (8h) > VA (média 3 anos) (µg/m³)	38
NOx	Média Anual (ug/m³)	8

5.6.2.1 Concentração de PM10 no ar ambiente

A estação, para este poluente, apresenta no ano de 2021, uma eficiência de base horária e base diária de 95%.

Tabela 39: Número de excedências na concentração de PM10 no ar ambiente, observadas na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte, relativamente ao valor limite para proteção da saúde humana (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).

Valor Limite (µg/m³)	Excedências permitidas (dias/ano civil)	Número de excedências (dias/ano civil)
		Ano de 2021
50	35	3

Tabela 40: Valores anuais (base diária) da concentração de PM10 no ar ambiente, observados na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar do Fornelo do Monte (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).

Valor Limite ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Valor anual (base diária) ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
	Ano de 2021
40	7

Nas Tabela 39 e Tabela 40 verifica-se que o valor limite de base diária para a proteção da saúde humana ($50\mu\text{g}/\text{m}^3$) foi excedido três vezes. A excedências ocorreram nos dias 03/03/2021; 04/03/2021 e 05/03/2021, tendo sido atingida a concentração de $89\mu\text{g}/\text{m}^3$; $89\mu\text{g}/\text{m}^3$ e $68\mu\text{g}/\text{m}^3$ nesses dias.

5.6.2.2 Concentração de NO₂ no ar ambiente

A eficiência medida para o valor deste poluente no ano de 2021, na estação de Fornelo do Monte, para a base horária, foi de 80%.

Tabela 41: Número de excedências na concentração de NO₂ no ar ambiente, observadas na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar de Fornelo do Monte, relativamente ao valor limite para proteção da saúde humana (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).

Valor Limite ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Excedências permitidas (horas/ano civil)	Número de excedências (horas)
		Ano de 2021
200	18	0

Tabela 42: Valores anuais da concentração de NO₂ no ar ambiente, observados na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar do Fornelo do Monte (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).

Valor Limite ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)	Valor anual médio ($\mu\text{g}/\text{m}^3$)
	Ano de 2021
40	4

Nas tabelas 41 e 42, verifica-se a inexistência de excedências ao valor limite de $40\mu\text{g}/\text{m}^3$ relativo ao limiar de alerta (medido em 3 horas consecutivas), assim como, o valor limite relativo as excedências permitidas (18 vezes) de proteção da saúde humana.

5.6.2.3 Concentração de O₃ no ar ambiente

A eficiência medida para o valor deste poluente no ano de 2021, para a base horária e para a base octo-horária, foi de 90% e 89%, respetivamente. Na estação considerada, verificou-se a inexistência da ultrapassagem ao valor máximo de alerta à população ($240\mu\text{g}/\text{m}^3$). No entanto, verifica-se excedências ao valor do Limiar de informação à população, no dia 16/07/2021 e 17/07/2021, em que o O₃ atingiu concentrações máximas de $194\mu\text{g}/\text{m}^3$ e $201\mu\text{g}/\text{m}^3$, respetivamente (tabela 43).

Tabela 43: Número de excedências na concentração de O₃ no ar ambiente, observadas na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar do Forno do Monte, relativamente ao limiar de alerta e limiar de informação (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).

	Valor Limite (µg/m ³)	Número de excedências (dias/ano civil)
		Ano de 2021
Limiar de alerta	240	0
Limiar de Informação	180	6

Tabela 44: Número de excedências na concentração de O₃ no ar ambiente, observadas nas Estações de Monitorização da Qualidade do Ar de Forno do Monte, relativamente ao valor alvo para proteção da saúde humana. (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro)

Valor Alvo (µg/m ³)	Excedências permitidas (dias/ano civil)	Número de excedências (dias/ano civil)
		Ano de 2021
120	25	40

No que respeita à proteção da saúde humana de base octo-horário, verifica-se um total de 40 excedências (tabela 44), em resumo em março atingiu-se uma concentração máxima de 156 µg/m³ em 13/03/2021. No dia 17 de abril 2021 foi atingido 135 µg/m³; a 20 de maio de 2021, a concentração de O₃ foi de 138 µg/m³. Em junho os valores de concentração de O₃ atingiram os 169 µg/m³; (11/06/2021) e em julho atingiu-se a maior concentração de O₃, com o valor de 201 µg/m³. Em agosto e setembro as concentrações de O₃ ascenderam a 180 µg/m³; (17/08/2021) e 132 µg/m³ (23/09/2021) respetivamente. A 15/10/2021 as concentrações de O₃ ascenderam a 133 µg/m³; (15/10/2021).

5.6.2.4 Concentração de NO_x no ar ambiente

A eficiência medida para o valor do NO_x, no ano de 2021, na estação de Forno do Monte, para a base horária, foi de 80%. Conforme a tabela 45, observa-se que a concentração média anual do NO_x, em 2021, para a estação referida, foi de 8 µg/m³, não ultrapassando o valor de nível crítico (30 µg/m³) para árvores, outras plantas ou ecossistemas naturais.

Tabela 45: Concentração média anual de NO_x no ar ambiente, observada na Estação de Monitorização da Qualidade do Ar de Forno do Monte, relativamente ao valor crítico para árvores, outras plantas ou ecossistemas naturais (Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro).

Valor nível Crítico (µg/m ³)	Valor médio anual (µg/m ³)
	Ano de 2021
30	8

5.6.3 Fontes Emissoras de Poluentes Atmosféricos

A área em análise, no que se refere à sua envolvente, enquadra-se numa região com pouca expressividade de intervenção humana, com uma densidade populacional pouco relevante, marcada por uma ocupação concentrada em determinadas zonas mais afastadas.

À semelhança da sede do concelho, também a freguesia, onde se encontra implantado o projeto, é caracterizada por ter uma ocupação de solos onde predomina a ocupação florestal. No que diz respeito à ocupação humana, predominam os pequenos aglomerados urbanos de carácter rural, normalmente

marginados por ocupação agrícola de subsistência e floresta de produção. A ocupação industrial, próxima da zona de implantação do projeto, apresenta-se como irrelevante.

As principais fontes emissoras locais que tem influência na qualidade do ar próximo do projeto em estudo estão associadas à circulação de tráfego nas vias rodoviárias (municipais) existentes, às práticas agrícolas/ florestais existentes e atividade agrícola em análise.

Tendo em consideração que a agricultura praticada não é do tipo intensivo, o tráfego nas vias rodoviárias, nomeadamente na A25 (antiga IP5), e as pequenas fontes de combustão são as principais fontes poluidoras da área em estudo.

No que diz respeito ao transporte rodoviário, as emissões apresentam Dióxido de Carbono, Óxidos de Azoto e Chumbo, nomeadamente, dada a presença de fontes móveis (veículos motorizados). Relativamente às pequenas fontes de combustão, os poluentes que se encontram nas emissões são Monóxido de enxofre, partículas em suspensão, BC, monóxido de carbono, Cd, PCDR/PCDF e PAHs.

As atividades agrícolas/florestais, designadamente a movimentação de solos resultantes do lavradio de terras, proporcionam a existência de Partículas Totais em Suspensão na envolvente.

Para além destes aspetos, o projeto em análise já se encontra em fase de exploração. A Exploração de Hugo Henrique Figueiredo Baptista é constituída atualmente por 2 pavilhões para a criação de frangos de carne, construídos no ano de 2012, com uma área total de 2.395m². Cada pavilhão dispõe de um silo de fibra de vidro para o armazenamento de ração com capacidade para 20m³ no pavilhão 1, e 15m³ no pavilhão 3 de onde se procederá ao abastecimento das linhas de alimentação.

Neste sentido, pode se considerar como potenciais fontes de suscetíveis de alteração da qualidade do ar local, do atual projeto, para as ações inerentes ao ciclo de exploração, os sistemas de aquecimento, os sistemas de ventilação e a circulação de veículos.

O número de aves que se concentram em cada pavilhão, devido aos seus movimentos, contribui para a ocorrência de poeiras, o próprio metabolismo das aves contribui para a emissão de gás amónia (NH₃), e gás metano (CH₄). A produção de dejetos, ao longo do ciclo produtivo, conduz à libertação de gases resultantes da degradação biológica dos dejetos das aves, nomeadamente, odores desagradáveis, metano, óxido nitroso, amoníaco e gás sulfídrico. No entanto, devido ao seu caráter difuso e residual, e à adoção, por parte do operador, das melhores técnicas disponíveis (MTDs) aplicáveis em matéria de ambiente, segurança sanitária e bem-estar animal, estas emissões não constituem um impacto significativo na degradação da qualidade do ar.

A Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, dispõe, atualmente de um sistema de aquecimento constituído por 2 caldeiras a biomassa (casca de pinheiro, serrim, pellets, outra) com capacidade calorífica de 580kWh cada, localizadas em coberto junto aos pavilhões 1 e 3. A caldeira localizada no pavilhão 3 irá aquecer também o pavilhão 2. As caldeiras de aquecimento apresentam um funcionamento

automático mediante a existência de um termostato de temperatura. Quando é atingida a temperatura programada, dependendo da fase de crescimento das aves, este liga/desliga automaticamente.

A atual logística da instalação implica a circulação de veículos, na ordem dos 180 veículos pesados por ano, cujo uso de combustíveis implica a emissão de poluentes como Monóxido de Carbono, Óxidos de Azoto, Dióxido de Enxofre, Compostos Orgânicos Voláteis e Metais Pesados. Por sua vez, o acesso à propriedade é feito por caminho asfaltado, sendo que a entrada da exploração e o acesso à báscula de pesagem são pavimentados em “tout-venante”. Os restantes acessos aos pavilhões e aos locais de abastecimento de materiais-primas são nivelados e pavimentados com “tout-venante”.

5.6.4 Recetores Sensíveis

Os recetores de poluição atmosférica foram identificados com base na sensibilidade e potencial afetação em termos de qualidade do ar a que estão sujeitos, após exposição ao projeto em estudo.

Os recetores sensíveis variam em função da distância que os separa do projeto, dos ventos dominantes e da existência de barreiras naturais ou artificiais que dificultem a dispersão de poluentes.

Na área de estudo, os recetores sensíveis são fundamentalmente as povoações ou aglomerados populacionais existentes, mas relativamente distantes da área de implantação do projeto, designadamente as povoações de Carriça e Figueiró a Norte e São Cipriano, a Sul. Assim, dado que o projeto se desenvolve numa área isolada, os meios recetores mais sensíveis correspondem apenas aos colaboradores da exploração e vegetação envolvente.

5.7 Ambiente Sonoro

5.7.1 Introdução

O presente capítulo teve como objetivo avaliar o impacto sonoro provocado pelo funcionamento da “Exploração Hugo Henrique Francisco Baptista”, ou seja, verificar o cumprimento da alínea b) do n.º 1 do artigo 13º (critério incomodidade) e o n.º 1 do artigo 11º (Determinação do Nível Sonoro Médio de Longa Duração), do Regulamento Geral do Ruído (RGR) aprovado pelo Decreto-Lei 9/2007, de 17 de Janeiro.

5.7.2 Enquadramento legal

No sentido de enquadrar e dar resposta ao crescente problema da Poluição Sonora, foi publicado o Regulamento Geral do Ruído (RGR) – Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que entrou em vigor no dia 01 de fevereiro de 2007 e que revoga o Regime Legal sobre Poluição Sonora – Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro.

O RGR aborda a problemática do ruído induzido por atividades ruidosas permanentes e temporárias, suscetíveis de causar incomodidade. Neste contexto,

entende-se por atividades ruidosas permanentes aquelas que se desenvolvem com carácter permanente, ainda que sazonal, que produza ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais que se fazem sentir os efeitos dessa fonte de ruído, designadamente, laboração de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços.

5.7.3 Procedimentos, Normalização e Ensaios Realizados

Tabela 46: Ensaios realizados e documento de referência

Ensaio	Documento de Referência/Procedimento	Ensaio (s) realizados
Medição dos níveis de pressão sonora. Determinação do nível sonoro médio de longa duração	NP ISO 1996-1:2019 NP ISO 1996-2:2019 PE 001_RA:2021-11-01	X
Medição dos níveis de pressão sonora. Critério de incomodidade	NP ISO 1996-1:2019 NP ISO 1996-2:2019 Anexo I do Decreto Lei nº 9 /2007 PE 001_RA:2021-11-01	X

Tabela 47: Equipamentos utilizados

Equipamento		Marca	Modelo	N.º Serie	Entidade Calibradora	N.º do Certificado	Data
Sonómetro (SON01)	K I T	Brüel & Kjaer	2250	2600335	ISQ	VACV 17 – 21 -1C	29-01-21
						CACV23-21-1C	29-01-21
Calibrador (CLBo1)	1	Brüel & Kjaer	4231	2454820	ISQ	CACV25-21-1C	29-01-21
Estação Meteorológica (EMT01)	K I T	Airflow	TA440	TA4401029002 e TA4401029002	ISQ	CGAS918/20	31-08-20
						CHUM2423/20	24-08-20

5.7.4 Condições Atmosféricas

Ponto n.º	1	N.º Amostras	Velocidade do vento (m/s)	Temperatura (°C)	Humidade (%)	Direção do vento
P.diurno	1.º Dia	Amostra 1	2,5	23,5	52	N e E
		Amostra 2	2,7	24,3	49	
		Amostra 3	2,9	24,9	54	
	2.º Dia	Amostra 1	2,1	23,5	52	
		Amostra 2	2,3	23,6	46	
		Amostra 3	2,2	22,4	48	
P.Entardecer	1.º Dia	Amostra 1	2,8	21,6	52	
		Amostra 2	2,6	22	48	
		Amostra 3	2,8	16,4	49	
	2.º Dia	Amostra 1	2,3	16,6	58	
		Amostra 2	1,2	15,8	50	
		Amostra 3	2,2	12,9	58	
P.Noturno	1.º Dia	Amostra 1	1,4	12,8	69	
		Amostra 2	1,7	12,6	57	

	2.º Dia	Amostra 3	1,1	11	66
		Amostra 1	1,6	11	61
		Amostra 2	1,2	10,6	63
		Amostra 3	1,4	10,6	64

5.7.5 Local das Medições e Fontes Sonoras

As avaliações foram efetuadas em frente ao aglomerado de habitações mais próximas, passíveis de sofrer incomodidade provocada pelo ruído emitido da instalação (vide figura 10).

De seguida, apresenta-se uma tabela (tabela 47) com a localização do local da medição, assim como as principais fontes sonoras:

Tabela 48: Localização do local de medição e principais fontes sonoras

Local de amostragem	Localização	Ruídos Audíveis da Atividade	Ruídos Audíveis Externas	N.º Veículos ligeiros	N.º de Veículos Pesados	N.º Veículos Motorizados
Ponto 1	ver Figura seguinte (fig. 10)	Sistemas automáticos de alimentação e aquecimento, pessoas a falar e ruído de aves	Ruídos naturais	Diurno:0 Entardecer:0 Noturno:0	Diurno:0 Entardecer:0 Noturno:0	Diurno:0 Entardecer:0 Noturno:0



Figura 10: Local das medições (P1)

5.7.6 Caracterização do Ambiental Sonoro Atual

As medições foram efetuadas (quando aplicáveis) de forma a satisfazer o Guia prático para medições de ruído ambiente da APA de outubro 2011 – no contexto do Regulamento Geral do Ruído, tendo em conta a NP ISO 1996.

Os valores obtidos para os parâmetros que caracterizam o som total (atividade em funcionamento) e som residual (atividade parada), quando aplicável, são apresentados, para o período de referência: **Diurno, Entardecer e Noturno** (tabelas de 48 a 53).

5.7.6.1 Período Diurno

Tabela 49: Som total período diurno dB(A)

Local da amostragem	Amostragem	Data	Início	Fim	L _{Aeq,T}	L _{AIM,T}	K1	K2	L _{Ar,T} dia	L _{Ar,T}
Ponto 1	1	04/04/2022	14:45:29	15:01:55	41,0	45,9	0	0	41,0	41,2
	2		16:14:11	16:33:22	41,7	47,9	0	0	41,7	
	3		18:21:36	18:39:57	40,2	46,5	0	0	40,2	
	4	11/04/2022	09:12:47	09:34:53	40,5	45,3	0	0	40,5	
	5		09:49:07	10:06:13	42,6	47,9	0	0	42,6	
	6		11:25:40	11:40:43	41	45,3	0	0	41	

Nota: K1 - Correção tonal de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

K2 - Correção impulsiva de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

L_{Ar, T} - nível de avaliação de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

Interpretados os resultados obtidos da análise de frequência em banda de um terço de oitava, ponderação (A), conclui-se que não existem características tonais nas amostras recolhidas, sendo $K_1 = 0\text{dB(A)}$.

Igualmente, da interpretação do $L_{Aeq,T}$ e o $L_{AIM,T}$ conclui-se que não existem características impulsivas, sendo $K_2 = 0\text{ dB(A)}$.

De seguida, apresentam-se os resultados obtidos.

Tabela 50: Resultados – Critério de Incomodidade Período Diurno

Ponto	T ruído particular	^(b) q (%)	^(c) Resultado [dB(A)]	(a) Valor Limite
Ponto 1	13,0	100	41	C)

a) Valor limite segundo a alínea b), n.º 1 artigo 13.º, do Decreto de Lei n.º 9/2007, de 17 janeiro;

b) Valor da relação percentual (q) entre a duração acumulada de ocorrência do ruído particular e a duração total do período de referência

c) Caso o valor do Indicador L_{Aeq} do ruído Ambiente interior seja igual ou inferior a 27 dB(A) ou o valor do Indicador L_{Aeq} do ruído Ambiente exterior seja igual ou inferior a 45 dB(A), não é aplicado o Critério de Incomodidade, conforme previsto no artigo 13.º, ponto 5 do D.L 9/2007.

5.7.6.2 Período Entardecer

Tabela 51: Som total período entardecer dB(A)

Local da amostragem	Amostragem	Data	Início	Fim	L _{Aeq,T}	L _{AIM,T}	K1	K2	L _{Ar,T} dia	L _{Ar,T}
Ponto 1	1	04/04/2022	20:12:41	20:30:46	41,5	46,9	0	0	41,5	40,2
	2		20:31:05	20:46:48	39,9	46,1	0	0	39,9	

	3		20:49:45	21:04:52	39,8	45,7	0	0	39,8	
	4		20:15:05	20:31:06	39,4	45,1	0	0	39,4	
	5	11/04/2022	20:44:51	21:01:29	41,3	47	0	0	41,3	
	6		21:03:27	21:22:29	38,5	44,5	0	0	38,5	

Nota: K1 - Correção tonal de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

K2 - Correção impulsiva de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

LAr, T - nível de avaliação de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

Interpretados os resultados obtidos da análise de frequência em banda de um terço de oitava, ponderação (A), conclui-se que não existem características tonais nas amostras recolhidas, sendo $K_1 = 0\text{dB(A)}$.

Igualmente, da interpretação do $L_{Aeq,T}$ e o $L_{AIM,T}$ conclui-se que não existem características impulsivas, sendo $K_2 = 0\text{ dB(A)}$.

De seguida, apresentam-se os resultados obtidos.

Tabela 52: Resultados – Critério de Incomodidade Período Entardecer

Ponto	T ruído particular	(b) q (%)	(c) Resultado [dB(A)]	(a) Valor Limite
Ponto 1	3,0	100	40	C)

d) Valor limite segundo a alínea b), n.º 1 artigo 13.º, do Decreto de Lei n.º 9/2007, de 17 Janeiro;

e) Valor da relação percentual (q) entre a duração acumulada de ocorrência do ruído particular e a duração total do período de referência

f) Caso o valor do Indicador L_{Aeq} do ruído Ambiente interior seja igual ou inferior a 27 dB(A) ou o valor do Indicador L_{Aeq} do ruído Ambiente exterior seja igual ou inferior a 45 dB(A), não é aplicado o Critério de Incomodidade, conforme previsto no artigo 13.º, ponto 5 do D.L 9/2007.

5.7.6.3 Período Noturno

Tabela 53: Som total período noturno dB(A)

Local da amostragem	Amostragem	Data	Início	Fim	$L_{Aeq,T}$	$L_{AIM,T}$	K1	K2	$L_{Ar,T}$ dia	$L_{Ar,T}$
Ponto 1	1	05/04/2022	00:59:37	01:18:06	39,5	42,8	0	0	39,5	41,3
	2		01:21:17	01:50:10	40,9	45,9	0	0	40,9	
	3		02:12:35	02:28:06	40	46,9	0	3	43	
	4	12/04/2022	00:48:23	01:06:33	40,7	48,7	0	3	43,7	
	5		01:15:45	01:33:58	39	44,5	0	0	39	
	6		01:38:20	03:15:40	39,1	44,5	0	0	39,1	

Nota: K1 - Correção tonal de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

K2 - Correção impulsiva de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

LAr, T - nível de avaliação de acordo com o anexo I do Dec. Lei 9/2007

Interpretados os resultados obtidos da análise de frequência em banda de um terço de oitava, ponderação (A), conclui-se que não existem características tonais nas amostras recolhidas, sendo $K_1 = 0\text{dB(A)}$.

Igualmente, da interpretação do $L_{Aeq,T}$ e o $L_{AIM,T}$ conclui-se que existem características impulsivas nas mostras 3 e 4, sendo $K_2 = 3\text{ dB(A)}$.

De seguida, apresentam-se os resultados obtidos.

Tabela 54: Resultados – Critério de Incomodidade Período Noturno

Ponto	T ruído particular	(b) q (%)	(c) Resultado [dB(A)]	(a) Valor Limite
-------	--------------------	-----------	-----------------------	------------------

Ponto 1	8,0	100	41	C)
---------	-----	-----	----	----

- g) Valor limite segundo a alínea b), n.º 1 artigo 13.º, do Decreto de Lei n.º 9/2007, de 17 Janeiro;
h) Valor da relação percentual (q) entre a duração acumulada de ocorrência do ruído particular e a duração total do período de referência
i) Caso o valor do Indicador LAeq do ruído Ambiente interior seja igual ou inferior a 27 dB(A) ou o valor do Indicador LAeq do ruído Ambiente exterior seja igual ou inferior a 45 dB(A), não é aplicado o Critério de Incomodidade, conforme previsto no artigo 13.º, ponto 5 do D.L 9/2007.

5.7.7 Determinação do Nível Sonoro Médio de Longa Duração

Os valores obtidos para os parâmetros que caracterizam o ruído ambiente são apresentados (tabelas 54 e 55), para os períodos amostrados, de forma a caracterizar a componente acústica da zona.

Tabela 55: Resultados Som total- Períodos Diurno, entardecer e noturno

Local de amostragem	Período	Amostra	Data	Início	Fim	LAeq ,T Parcial	LAeq, período	Lden
Ponto 1	Diurno	1	4/04/2022	14:45:29	15:01:55	41	41,2	46
		2		16:14:11	16:33:22	41,7		
		3		18:21:36	18:39:57	40,2		
		4	11/04/2022	09:12:47	09:34:53	40,5		
		5		09:49:07	10:06:13	42,6		
		6		11:25:40	11:40:43	41		
	Entardecer	1	4/04/2022	20:12:41	20:30:43	41,5	40,2	
		2		20:31:05	20:46:48	39,9		
		3		20:49:45	21:04:52	39,8		
		4	11/04/2022	20:15:05	20:31:06	39,4		
		5		20:44:51	21:01:29	41,3		
		6		21:03:27	21:22:29	38,5		
	Nocturno	1	5/04/2022	00:59:37	01:18:06	39,5	39,9	
		2		01:21:17	01:50:10	40,9		
		3		02:12:35	02:28:06	40		
		4	12/04/2022	00:48:23	01:06:33	40,7		
		5		01:15:45	01:33:58	39		
		6		01:38:20	03:15:40	39,1		

NOTA: Caso o valor de Lden e Ln seja menor ou inferior em 10 dB(A) ao limite regulamentar aplicável, pode ser dispensável a recolha de amostras adicionais, de acordo com o Guia Prático APA – Outubro 2011 .

No valor de Lden está incluído o valor da Correção Meteorológica.

De seguida comparam-se os resultados obtidos com os respetivos valores limite.

Tabela 56: Resultados – Valor Limite de exposição dB(A)

Ponto	Lden	(a) Valor Limite zona mista	(a) Valor limite sem classificação	(a) Valor limite zona sensível	Ln	(a) Valor Limite zona mista	(a) Valor Limite sem classificação	(a) Valor Limite zona sensível
Ponto 1	48	65	63	55	40	55	53	45

(a) Valores limite segundo o artigo 11º, do Dec. Lei n.º 9/2007, de 17 Janeiro

Face aos resultados obtidos verifica-se que:

Relativo ao Critério de Incomodidade (alínea b) do n.º 1 do artigo 13º do RGR):

- Verificou-se que para os resultados obtidos, não é aplicado o Critério de Incomodidade para o local amostrado, encontrando-se assim em cumprimento legal.

Relativo à determinação do Nível Sonoro Médio de Longa Duração (nº 1 do art.º 11º do RGR):

- Se a zona for classificada como sensível **verificam-se os níveis de ruído** permitido para zonas sensíveis, para os parâmetros L_{den} , e L_n .
- Se a zona for classificada como mista **verificam-se os níveis de ruído** permitido para zonas mistas, para os parâmetros L_{den} , e L_n .
- Se a zona ainda não tiver classificação **verificam-se os níveis de ruído** permitido para zonas sem classificação, para os parâmetros L_{den} , e L_n .

5.8 Sistemas Ecológicos

5.8.1 Flora

Neste descritor será caracterizada a flora e a vegetação da área afetada pela Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista.

A caracterização da flora e vegetação foi realizada com base em métodos diretos de observação e identificação de espécies e recolha bibliográfica em diferentes fontes. Esta caracterização visou determinar a importância relativa das comunidades vegetais da área em estudo, no contexto regional e nacional, como primeira abordagem para a posterior avaliação dos impactos ambientais.

5.8.1.1 Metodologia

A valorização da vegetação atual da área em estudo no âmbito da conservação da natureza foi efetuada de dois modos complementares:

- ↳ De acordo com a proximidade ou grau de semelhança que essa área apresenta em relação ao coberto primitivo;
- ↳ De acordo com a presença de espécies raras ou ameaçadas.

A avaliação do primeiro aspeto baseou-se nos seguintes pressupostos:

- ↳ As fitocenoses apresentam uma marcada regularidade na sua composição, mostrando combinações de espécies características – unidades de comunidades vegetais – de acordo com a natureza edáfica e climática de um dado meio. Por este motivo, é possível determinar, para cada local, as fitocenoses que se sucedem ao longo do tempo a partir da etapa climácica, devido às acções de destruição naturais ou antropogénicas.
- ↳ Nesta perspectiva, o valor ecológico máximo de uma dada área corresponde à etapa clímax. Assim, cada fitocenose que se estabelece, desde comunidades climácicas até à desertificação traduz-se numa diminuição do seu valor. Isto é, quanto maior é o afastamento de determinada estrutura de vegetação em relação à vegetação clímax, menor é o seu valor natural.

5.8.1.2 Vegetação potencial

A análise biogeográfica, realizada com base na Tipologia Biogeográfica de Portugal Continental (Costa et al. 1998), revela que a área sob influência de implantação do projeto se enquadra na seguinte tipologia biogeográfica: Região Eurosiberiana,

Subregião Atlântica-Medioeuropeia, Superprovíncia Atlântica, Província Cantabro-Atlântica, Subprovíncia Galaico-Asturiana, Sector Galaico-Português, Superdistrito Beiraduriense. A vegetação potencial consiste essencialmente em bosques de Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), os giestais (*Cytisus multiflorus*), rosmaninho (*Lavandula stoechas subsp. sampaiana*), os urzais-tojais de *Ulex minor* e *Erica umbellata*.

Remete-se para os Anexos Técnicos toda a informação mais técnica, principalmente toda a informação relativa ao enquadramento fitogeográfico e, consequentemente, a vegetação potencial climática.

5.8.1.3 Vegetação Atual

A área em estudo está edificada devido à existência de 2 pavilhões (vide foto 3; 4 e 5), e nota-se utilização humana, principalmente nos caminhos que dão acesso às instalações (vide Foto 3 e 4).



Foto 3: acesso à avícola



Foto 4: Pavilhão 1 - existente



Foto 5: Pavilhão 3 - existente



Foto 6: Local de implementação do Pavilhão 2 – a construir



Foto 7: Envolvente da Instalação Avícola

A envolvente (foto 7) próxima do projeto consiste essencialmente em matos degradados, eucaliptos e pinheiro bravo, tendo-se verificado alguns exemplares das seguintes espécies:

- ↪ Carqueja (*Pterospartum tridentatum*)
- ↪ Tojo (*Ulex minor*)
- ↪ Silvas (*Rubus spp.*)
- ↪ Tojo-gatunho (*Ulex micranthus*)
- ↪ Torga-vermelha (*Erica australis*)
- ↪ Queiró (*Erica cinérea*),
- ↪ Giesta-amarela (*Cytisus striatus*)
- ↪ Giesta-branca (*Cytisus multiflorus*)
- ↪ Tojo-molar (*Ulex minor*)
- ↪ Urze (*Calluna vulgaris*)

Na área onde se preconiza a construção do pavilhão novo, verifica-se a existência de uma plantação de eucaliptos (vd. Fotos 6 e 8).



Foto 8: Vista do local onde será implementado o pavilhão novo

Através de uma perspetiva geral de toda a envolvente da exploração avícola, constata-se que a área em estudo é visualmente diversificada, no entanto não apresenta especial relevância ecológica ou suporte para espécies florísticas ou faunísticas com interesse para a conservação.

Na área de estudo não foram identificadas espécies florísticas inscritas nos Anexos B-II e B-IV do Decreto-Lei n.º 140/99, na sua atual redação, ou na Lista de Espécies Botânicas a proteger em Portugal (SNPRCN 1990).

Também não foram identificados habitats classificados, considerados importantes e relevantes para a conservação da natureza e da biodiversidade, que figurem no Anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, com a nova redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro.

5.8.2 Fauna

5.8.2.1 Metodologia e critérios de avaliação

Face às contingências temporais e logísticas relacionadas com os períodos de realização dos trabalhos, optou-se por desenvolver uma metodologia de trabalho que assenta principalmente nas seguintes vertentes de ação:

- ✓ Identificação dos principais habitats existentes;
- ✓ Recolha de informações bibliográficas relativas à área em estudo ou sua região envolvente, de modo a determinar e caracterizar a comunidade faunística. O elenco faunístico potencial e presente na área em estudo encontra-se nomeado no volume dos Anexos Técnicos.
- ✓ Reconhecimentos locais em trabalho de campo, úteis no complemento da informação compilada por outros meios; foi efetuada uma visita, onde se teve em atenção a identificação da fauna terrestre detetada através de métodos diretos (observação, canto) ou indiretos (presença de regurgitações, dejetos, pegadas, entre outros).
- ✓ Valorização das espécies que potencialmente ocorrem na área em estudo, tendo por base o estatuto de conservação e situação legal das mesmas. Remete-se para Anexos Técnicos toda a informação relativamente a este parâmetro.

5.8.2.2 Identificação dos principais habitats existentes

Segundo Pinho, R. *et al* (2003), um habitat é um local com certas condições associadas a ele, onde vive uma determinada espécie animal ou vegetal. Cada espécie, tanto animal como vegetal, tem o seu próprio habitat.

Assim, dada a importância da vegetação na distribuição e sobrevivência das espécies faunísticas, pode-se caracterizar a área em estudo em termos de fauna através da delimitação de unidades ambientalmente homogêneas e que correspondem a biótopos potencialmente utilizáveis pelas espécies.

A área envolvente ao projeto de Ampliação da Exploração Hugo Henrique Baptista Figueiredo, encontra-se dividida em habitats distintos: eucaliptal, com alguns exemplares de acacia e matos.

5.8.2.2.1 Eucaliptal

O eucaliptal (vide foto 9) aparenta ter alguns anos, com alguns rebentos novos a surgirem nas áreas mais intervencionadas, mas denota-se um claro subdesenvolvimento do povoamento, que poderá ser resultado das condições climáticas. Este povoamento localiza-se numa área planáltica de média montanha, muito exposta, pelo que é sujeita, especialmente no inverno, a condições muito adversas de temperaturas baixas, ventos fortes, gelos e geadas. O subcoberto é constituído por matos degradados de baixa diversidade e interesse específico reduzido.



Foto 9: Mancha de eucaliptos existe no local onde irá ser construído o pavilhão 2

A vegetação que ocupa a área de estudo é muito frequente a nível local, regional e nacional, pelo que ecologicamente não apresenta especial interesse conservacionista, nem suporta espécies florísticas ou faunísticas com relevância

5.8.2.3 Elenco faunístico

Na área de implantação da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, Lda foram identificadas 196 espécies de vertebrados com ocorrência provável, distribuídas pelas classes de anfíbios (10 espécies), répteis (13 espécies), aves (64 espécies) e mamíferos (28 espécies), permitindo assim avaliar a zona num contexto nacional.

5.8.2.3.1 Avifauna

O agrupamento mais diversificado da região em análise é o das aves, com 64 espécies referenciadas (vide Tabela no Capítulo Fauna/Aves dos Anexos Técnicos). Esta diversidade é caracterizada pela facilidade de deslocação destas espécies, podendo ser observadas por toda a área de estudo.

Das 64 espécies referenciadas, 5 são alvo de medidas de conservação a nível nacional e europeu. Das espécies com nidificação provável na área em estudo, destaca-se o Taranhão-caçador (*Circus pygargus*), e o Melro-das-rochas

(*Monticola saxtilis*) com estatuto de “em perigo” e o Corvo (*Corvus corax*), referenciado com o estatuto de “quase ameaçado”. A Sombria (*Emberiza hortulana*) e o Pombo-das-rochas (*Columba livia*) apresentam estatuto de “informação insuficiente”.

As restantes espécies referenciadas apresentam estatuto de “Pouco Preocupante”.

Em saídas de campo foram detetadas as seguintes espécies:

- ✓ Alvéola branca (*Motacilla alba*);
- ✓ Corvo (*Corvus corax*);
- ✓ Chapim-preto (*Parus ater*);
- ✓ Chapim-real (*Parus major*);
- ✓ Pardal comum (*Passer domesticus*);
- ✓ Pardal Montez (*Passer montanus*).

5.8.2.3.2 Mamíferos

Pode-se considerar 28 espécies referenciadas na área em estudo (*vide* Tabela no Capítulo Fauna/Mamíferos dos Anexos Técnicos), das quais 17 apresentam o estatuto de conservação de “Pouco Preocupante”. Destaca-se o Lobo (*Canis lupus*) cujo estatuto de conservação se designa como “Em Perigo”, a Toupeira de água (*Galemys pyrenaicus*), o Morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*), o Morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*) e o Morcego de franja (*Myotis natterei*) por apresentarem estatuto de “Vulnerável”. O Coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) apresenta estatuto de conservação de “Quase Ameaçado”. O Musaranho-de-água (*Neomys anomalus*), Musaranho-anão-de-dentes-vermelhos (*Sorex minutus*), o Musaranho-de-dentes-vermelhos (*Sorex granarius*), e Leirão (*Eliomys quercinus*) apresentam o estatuto de “Informação Insuficiente”. O Musaranho-de-dentes-brancos-pequeno (*Crocidura suaveolens*) não foi avaliado pelos atuais critérios.

Talvez devido aos hábitos noturnos e à sua capacidade para se esconder ou se camuflar, não nos foi possível a observação direta de nenhum exemplar dos mamíferos previstos.

5.8.2.3.3 Herpetofauna

Tendo em conta o Guia Fapas de Anfíbios e Répteis de Portugal (2001), estão referenciados no total 10 espécies de anfíbios e 13 espécies de répteis (*vide* Tabela no Capítulo Fauna/Herpetofauna dos Anexos Técnicos).

Destas, verifica-se que a Salamandra lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), víbora cornuda (*Vipera latasti*) e Lagartixa de Carbonell (*Podarcis carbonelli*), apresentam estatuto de “Vulnerável”. A rã-de-fochinho-pontiagudo (*Discoglossus galganoi*) apresenta estatuto de quase ameaçado. As restantes 19 espécies apresentam estatuto de conservação “Pouco preocupante”.

Em saídas ao local, verificou-se a presença da Lagartixa-do-mato-comum (*Psammodromus algrirus*).

5.9 Paisagem

5.9.1 Metodologia

Para a caracterização da paisagem da área de implantação da instalação avícola em estudo, procede-se, no presente capítulo, à análise e caracterização do ambiente visual existente na sua envolvente.

Na paisagem de um local, as principais características a nível estrutural, ecológico e cénico definem-se pelo conjunto de interações entre os fatores estruturantes ou morfológicos como a geologia, o relevo, a hidrologia, os solos, o clima, e o coberto vegetal - e outros fatores, em particular, o uso do território, e o grau de relevância dos fatores antrópicos, e as características específicas destas alterações induzidas pelo homem, a partir de um enquadramento das diversas perspetivas existentes e englobando os fatores naturais e culturais que o constituem.

Assim, neste capítulo, a paisagem é entendida e analisada como a parcela do ambiente que integra o conjunto das entidades naturais (componentes biofísicas), de intervenção humana (componentes socioculturais, ordenamento e ocupação do solo) e de visualização, existentes no local em estudo.

A interação destes elementos num determinado local resulta, então, na expressão visual que é determinada pelos fatores referidos, conferindo a cada paisagem uma identidade própria.

Para a caracterização adequada da paisagem, torna-se necessário proceder a uma descrição global da sua estrutura e organização, do seu aspeto visual e cénico, e dos padrões específicos de organização do território, bem como, um enquadramento na região envolvente, permitindo a identificação de áreas estruturais e funcionalmente idênticas, correspondentes a unidades homogêneas de paisagem (UHP).

A avaliação das entidades referidas e a identificação das características das unidades homogêneas de paisagem, constitui tarefa fundamental na determinação da sua estrutura visual, nomeadamente da sua qualidade visual e da sua capacidade de absorção visual e vulnerabilidade paisagística, face aos efeitos induzidos pela presença da instalação, possibilitando deste modo a identificação e avaliação dos eventuais impactos visuais e das respetivas medidas minimizadoras.

Serviram de apoio à caracterização e análise da paisagem local, os seguintes elementos:

- Carta Militar de Portugal n.º 188, à escala 1:25.000;
- Elementos obtidos nas visitas de campo, nomeadamente, cobertura fotográfica;
- Fotografia aérea (Google earth);
- Elementos do Plano Diretor Municipal de Viseu

5.9.2 Descrição Geral da Paisagem

A área envolvente de implementação da exploração avícola abordada no estudo, apresenta altimetrias médias variando entre 300m a 500m. Na propriedade da

exploração avícola, a altimetria varia entre as classes hipsométricas 400m a 450m e 450m a 500m (vd. Carta n.º 6).

As povoações mais próximas são Portela a 360m e São Cipriano a 381m de distância, Ferrocinto a 478m; Carriça e Mosterinho a 735m e Figueiró a 760m. Portela, a povoação mais próxima da exploração avícola, localiza-se a este da propriedade e ocupa uma cota 400m a 450m.

No que se refere à ocupação do território, na envolvente imediata da exploração, regista-se um mosaico constituído essencialmente por matos e espaços florestais, com o domínio do eucalipto e alguns espécimes de pinheiro bravo (vide foto 10).



Foto 10: Ocupação do solo na envolvente próxima da implantação do projeto

O tipo de povoamento dominante na zona em estudo corresponde a um povoamento disperso pelo território, sobretudo ao longo das principais vias de comunicação, característico da região

5.9.3 Unidades da Paisagem

Segundo os “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental – Volume III”, DGOTDU, junho de 2004, a área em estudo encontra-se inserida no Grupo F – Beira Alta, na unidade de paisagem n.º 45 – “Dão e Médio Mondego” (vide Figura 11).

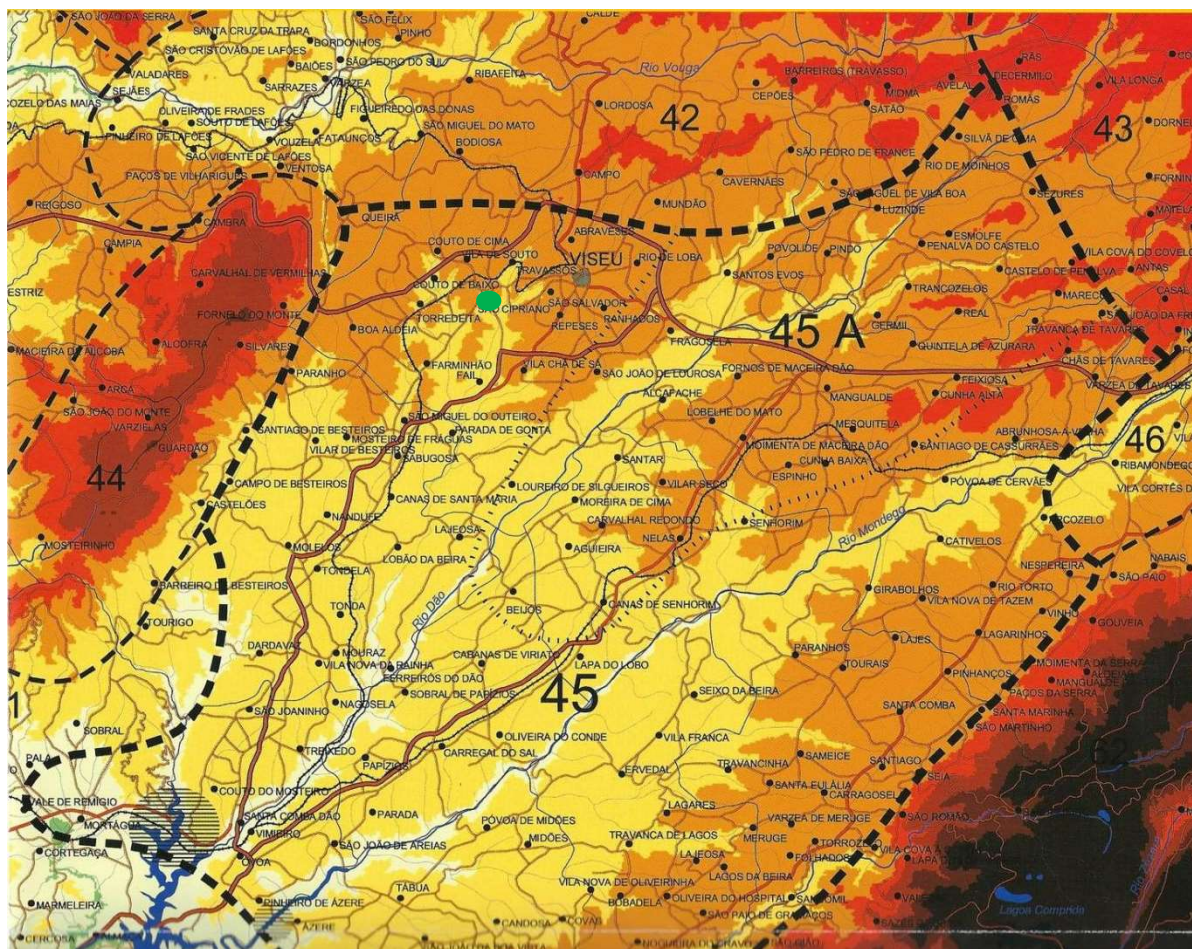


Figura 11: Extrato da cartografia n.º 45 (DGOTDU, 2004)

● Localização da Exploração Avícola

A paisagem, nesta unidade de paisagem, é constituída por um conjunto de elementos relativamente variáveis, cada um adquirindo maior ou menor importância, em diferentes partes da unidade. É uma paisagem com uma matriz de base florestal, onde predomina o pinheiro e eucalipto. Trata-se, fundamentalmente, de um planalto, com altitudes compreendidas entre os 600 e os 200m (desce no sentido nordeste – sudoeste), constituído no pormenor por uma sequência de colinas e rasgado pelos vales do Dão, Mondego e Alva. A unidade está rodeada por um conjunto de serras que, por terem uma forte presença, também contribuem para definir o seu carácter – as serras da Estrela e Lousã a sudoeste, a do Buçaco a sudoeste, o Caramulo a noroeste e a serra da Lapa a norte.

As cumeadas e as encostas mais declivosas encontram-se cobertas por matas, sobretudo de pinheiro bravo e eucalipto. Nas zonas mais planas, a ocupação do solo é predominantemente agrícola.

A densidade populacional desta unidade é relativamente alta; são numerosos os centros urbanos, destacando-se pela sua dimensão e dinâmica as sedes de concelho. Mesmo no interior das grandes manchas florestais surgem pequenos aglomerados com o respetivo anel envolvente de culturas agrícolas e pastagens. Estas “clareiras” constituem um fator de diversificação de uma paisagem que tende a tornar-se cada vez mais florestal e monótona.

Esta unidade de paisagem é, ainda, atravessada por vias rodoviárias da rede fundamental e complementar, (IP5; IP3; IC6; IC12), com importantes fluxos de tráfego, construídos ou melhorados recentemente com significativos impactes paisagísticos.

De um modo geral, a paisagem junto à exploração avícola, é pouco humanizada, contrapondo com as zonas mais baixas.

As encostas mais ou menos inclinadas encontram-se maioritariamente ocupadas por eucalipto.

5.9.4 Qualidade e capacidade de Absorção

A **qualidade visual** de uma paisagem não se restringe a aspetos estéticos, exigindo uma análise mais profunda que considere a harmonia, o equilíbrio, a diversidade, a riqueza patrimonial, a sustentabilidade, entre outros. Assim, constituem aspetos fundamentais na avaliação da qualidade visual de uma paisagem a presença de um património natural e humanizado de maior ou menor raridade e valor, os custos temporais e económicos da reposição de um uso semelhante noutra parcela do território, a adequação dos usos do solo às reais potencialidades do território e a compatibilidade com usos envolventes.

Consideram-se espaços de elevada qualidade visual os que contribuem para situações de harmonia e estabilidade, entre os aspetos como cor, textura, singularidade, complexidade, representatividade e organização estrutural desse mesmo espaço.

Qualquer paisagem em processo dinâmico de degradação (nomeadamente sujeita a erosão do solo, ou processo de degradação e simplificação florística) constitui uma paisagem de baixa qualidade visual.

A **diversidade** da paisagem representa a multiplicidade de características que uma paisagem apresenta numa determinada área, tanto em termos morfológicos, como de ocupação, podendo manifestar-se em termos de irregularidade de altitudes, orientações ou de ocupação do solo.

Esta diversidade da paisagem tem uma relação direta com a sua capacidade de absorção visual, que será tanto maior quanto maior a diversidade, já que esta última facilita a dissimulação de qualquer alteração visual que nela ocorra.

Considerando que a exploração já se encontra implementada e a área a ampliar enquadra-se numa paisagem pouco diversificada (vide. Foto 11) considera-se que possui uma baixa qualidade visual.



Foto 11: Vista geral da área de implementação do projeto.

A **capacidade de absorção visual** da paisagem representa a facilidade que esta tem para absorver uma alteração às suas características visuais. Esta capacidade vai depender fundamentalmente da sua exposição visual a partir da envolvente, ou seja, da existência ou não de barreiras visuais e da maior ou menor acessibilidade visual à área de desenvolvimento do empreendimento em estudo, da proximidade de observadores nessa mesma envolvente, e como já se referiu, da diversidade da paisagem.

De acordo com os critérios anteriormente enunciados, considera-se que a paisagem em análise apresenta média capacidade de absorção visual, devido, sobretudo, ao uso do solo dominante na envolvente imediata da exploração (manchas florestais de eucalipto, vide Fotos 12), o que faz com que a presença visual da exploração avícola apenas seja perceptível nos limites onde as manchas florestais não existem.



Foto 12: Vista da área de implementação do projeto dos pontos de acesso mais próximos.

5.10 Património

5.10.1 Introdução

A presente caracterização refere-se aos trabalhos de prospeção arqueológica efetuados no âmbito do EIA (fase de Projeto de Execução) respeitante à “Ampliação da Exploração Avícola de Hugo Batista.” (freguesia de São Cipriano e Vil de Soito, concelho e distrito de Viseu).

De acordo com a alínea 2 do art.º 12 do decreto Lei n.º 270/88 de 15 de julho, este relatório dá conhecimento à DRCC e à entidade contratante, da atividade desenvolvida pelo arqueólogo.

Este relatório pretende efetuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração, num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação das freguesias a que pertence a área do projeto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados.

Neste âmbito, foram analisadas as áreas de incidência direta e indireta do projeto onde será a Implantação do projeto. Sendo que a área de incidência direta corresponde à área de projeto, a área de incidência indireta corresponde à área envolvente à área de projeto (100m de diâmetro), designada por área de estudo.

Neste Relatório, consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afetadas à empreitada.

5.10.1.1 Entidades Contatadas

No âmbito do desenvolvimento deste Documento, foram realizados os seguintes contactos:

- DRCC (Direção Regional Cultura Centro). Foi solicitado um Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos (PATA) com a data de 20.05.22. A técnica responsável da DRCC para a avaliação do PATA foi a Dr^a. Gertrudes Branco.
- Câmara Municipal de Viseu. Neste contato, foram solicitadas informações relativas ao património arqueológico e arquitectónico na área de estudo, assim como solicitadas informações sobre a carta de condicionantes do PDM.

5.10.1.2 Conformidade com a Legislação em Vigor

Os trabalhos a realizar darão cumprimento à legislação em vigor, para execução de trabalhos arqueológicos:

- lei 107/01 de 08 de Setembro (Lei do Património Cultural);
- Resolução da Assembleia da República n.º 71/97 que aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico através da conservação pelo registo, aberta à assinatura em La Valleta, Malta, em 16 de Junho de 1992;

- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos);
- Circular de 10 de Setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”;
- Circular de 24 de Maio de 2011 do IGESPAR, IP que estabelece as regras de preenchimento das fichas de sítio/trabalho arqueológico;
- Circular de 01 de Setembro de 2010 do IGESPAR, IP, que faz uma revisão da circular de 5 de Janeiro de 2007 e que estabelece as regras da documentação fotográfica a constar nos relatórios de trabalhos arqueológicos e Circular de 27 de Dezembro de 2011, sobre documentação digital.

5.10.1.3 Descrição do projeto

Projeto de construção de um pavilhão, destinado a aviário. Este projeto tem como objetivo principal um aumento da rentabilidade e sustentabilidade da exploração, onde se irá fazer a exploração avícola de crescimento e engorda de frangos.

Trata-se de um pavilhão que se desenvolve num único piso, com paredes exteriores em painel isotérmico do tipo “sanduíche”, material de fácil lavagem e de grande resistência térmica.

No ano de 2012 procedeu-se ao licenciamento da exploração já existente constituída por dois pavilhões. Sendo considerado apenas uma marca de exploração, embora estes sejam considerados dois núcleos distintos, uma vez que se encontram separados fisicamente por um caminho público.

O pavilhão a licenciar será construído paralelamente ao existente neste artigo matricial.

Esta Exploração Avícola destina-se à criação de frango industrial, nunca ultrapassando uma densidade de 33kg/m², correspondendo a três pavilhões. Em cada pavilhão serão criados seis bandos por ano.

A presente unidade avícola, de acordo com o previsto na Portaria 637/2009, de 09 de junho, é uma unidade da classe 1 – produção intensiva.

Será executada uma vedação em rede, na envolvente do pavilhão.

O abastecimento de água é feito a partir de um poço existente, com análises periódicas à qualidade da água.

O terreno onde se projecta a Unidade Avícola, possui uma configuração irregular, no entanto, possui uma largura aproximada de 710,00m e uma profundidade máxima de 413,00m, inserindo-se em espaço florestal, definido pelo PDM, não colidindo com qualquer servidão, nomeadamente RAN e REN e cumpre os seus regulamentos.

5.10.2 Metodologia da Intervenção

Neste capítulo apresenta-se a Metodologia utilizada para Estudo de Situação de Referência ao nível do Descritor do Património, que teve como diretiva a Circular

do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 10 de setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”.

A área onde será implementado o projeto em causa, é alvo de uma análise por forma a obter um conhecimento mais aprofundado do espaço no que respeita à sua antropização ao longo dos tempos, englobando as valências arqueológica, patrimonial, arquitetónica e etnográfica.

São consideradas como Ocorrências Patrimoniais relevantes, materiais, estruturas e sítios, agrupando-os da seguinte forma:

- Elementos abrangidos por figuras de proteção, Imóveis Classificados ou outros Monumentos e sítios incluídos nas cartas de condicionantes do PDM (Plano Director Municipal). No caso de Monumentos Nacionais existe segundo a Lei nº. 107/2001 de 8 de setembro uma zona de proteção de 50m e uma zona especial de proteção de 50m (ZEP), onde estão impedidas construções e alterações de topografia, os alinhamentos e as cêrceas e em geral a distribuição de volumes e coberturas ou revestimento exterior dos edifícios;
- Elementos de reconhecido interesse patrimonial ou científico que, não estando abrangidos no item anterior, constem de trabalhos científicos ou de inventários patrimoniais;
- Elementos caracterizadores e tipificantes de uma efetiva humanização do território, da sua estruturação, organização e exploração em moldes tradicionais.

É também estabelecido um critério de definição das ocorrências consideradas como integráveis no tratamento deste Documento:

- Vestígios arqueológicos per si (quer achados isolados, quer áreas de concentração de materiais e/ou estruturas);
- Vestígios de vias viária e caminhos antigos;
- vestígios de mineração, pedreiras e extração de outras matérias-primas;
- Estruturas hidráulicas e industriais;
- Estruturas defensivas e de limitação de propriedade;
- Estruturas de apoio a atividades agro-pastoris;
- Estruturas funerárias e/ou religiosas.

No presente Estudo, estes dados são denominados, de forma genérica, como Ocorrências Patrimoniais, doravante designadas também de OP.

A natureza do património é assim dividida em três categorias distintas:

- Património arqueológico;
- Património arquitetónico;
- Património etnográfico.

Porém, esta atribuição não se apresenta como linear. O limiar conceptual entre o que é integrável em qualquer uma das vertentes não é claro e não são categorias estanques. Uma mesma ocorrência pode enquadrar-se em duas ou mesmo nas três. Na Tabela de referenciação de ocorrências, é escolhido salientar aquela em que cada registo adquire particular destaque, ponderando toda a subjetividade implícita na escolha.

São tidos em atenção dois tipos de impacte que poderão ocorrer:

- Impacte direto negativo, quando o Elemento Patrimonial sofresse destruição;
- Impacte indireto negativo, quando a Ocorrência Patrimonial pudesse ser afetada visualmente, pela passagem de maquinaria e pessoal afetos à obra ou devido ao revolvimento de solos na sua proximidade.

Os materiais arqueológicos que pudessem vir a ser recolhidos seriam devidamente tratados (lavagem, marcação) e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados. Após a conclusão dos trabalhos, seriam acondicionados em contentor padronizado e entregues na extensão correspondente da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural).

5.10.2.1 Etapas

A Caracterização de Referência do Património Cultural foi elaborada com base nas seguintes etapas de trabalho:

1. Recolha de elementos em fontes documentais, realizada antes do trabalho de campo e que permitissem reconhecer as Ocorrências Patrimoniais pré-existentes na área afeta ao projeto (pesquisa bibliográfica e documental);
2. Para além da pesquisa bibliográfica foi necessário proceder a prospeções sistemáticas, que permitissem uma melhor avaliação do potencial arqueológico da área do projeto e de toda a envolvente (trabalho de campo);
3. Sistematização e registo sob a forma de inventário (registo e inventário).

5.10.2.2 Pesquisa Bibliográfica e Documental

A Recolha de elementos em fontes documentais baseia-se nas seguintes fases:

- Pesquisa Bibliográfica e Documental baseia-se num conjunto variado de fontes de informação, sendo a sua área de Estudo estendida até um mínimo 2 km para além dos limites externos da área do projeto e até ao limite de freguesia, de modo a proceder à contextualização e caracterização da ocupação humana do território da área de projeto e da sua envolvente e obter uma leitura integrada das Ocorrências Patrimoniais existentes, permitindo, assim definir melhor a magnitude dos impactes.
 - A pesquisa bibliográfica e Documental baseia-se nas seguintes fontes de informação:
 - Bibliografia específica,
 - Documentação,
 - Cartas Arqueológicas,
 - Inventários de Património Arqueológico e Arquitectónico
 - PDM (Planos de Pormenor Municipais);
 - Inventários Patrimoniais de organismos públicos (Consultadas as seguintes bases de dados)
 - <http://arqueologia.igespar.pt/index.php?sid=sitios> Portal do Arqueólogo: Sítios (Base de Dados Nacional de Sítios Arqueológicos, doravante designada Endovélico)¹ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
 - <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimoni-o-imovel/pesquisa-do-patrimonio/>

- www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm Ulysses, sistema de informação do património classificado/DGPC da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
- http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx SIPA, Sistema de Informação para o Património Arquitetónico³ da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
 - <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários⁵ da autoria de Pedro Soutinho
- Contactados investigadores com publicações ou projectos de investigação sobre a área em Estudo;
 - Análise toponímica da cartografia nos suportes cartográficos disponíveis para a zona em Estudo, nomeadamente a Carta Militar de Portugal na escala 1: 25 000 (IGeoE). Frequentemente, através do levantamento toponímico, é possível identificar designações com interesse, que reportam a existência de elementos construídos de fundação antiga, designações que sugerem tradições lendárias locais ou topónimos associados à utilização humana de determinados espaços em moldes tradicionais. Desta forma, são apresentados os testemunhos que permitem ponderar o potencial científico e o valor patrimonial da área de incidência do projeto e da sua envolvente.
 - Análise Fisiográfica permite a observação de condições orohidrográficas que possibilitem a interpretação de estratégias de povoamento. As características próprias do meio determinam a especificidade e a implantação mais ou menos estratégica de alguns valores patrimoniais. As condicionantes do meio físico refletem-se ainda na seleção dos espaços onde se instalaram os núcleos populacionais e as áreas nas quais foram desenvolvidas atividades depredadoras ou produtivas ao longo dos tempos. Assim, a abordagem da orohidrografia do território é indispensável na interpretação das estratégias de povoamento e de apropriação do espaço, mas é também uma etapa fundamental na planificação das metodologias de pesquisa de campo e na abordagem das áreas a prospectar.

Todos os dados recolhidos foram posteriormente relocados no terreno, tendo em atenção dois tipos diferentes de realidades: sítios arqueológicos identificados através da existência de vestígios materiais (registados na bibliografia e bases de dados); e sítios de potencial arqueológico, identificados através de dados e interpretações bem justificadas (toponímia, indícios fisiográficos, etc.) sobre a possível existência de sítios não evidenciados fisicamente.

5.10.2.3 Trabalho de Campo

O trabalho de campo consiste numa batida sistemática de forma zigzagante e paralela com malha apertada do terreno da área de incidência do projeto, apoiada por cartografia em formato papel, e na georeferenciação com GPS, sempre que a topografia do terreno assim o permite. São igualmente introduzidas as coordenadas das estruturas e sítios conhecidos previamente, para proceder à verificação e possível correção de todas as localizações facultadas na fase anterior. Neste trabalho são utilizadas as Cartas Militares de Portugal à escala 1: 25 000 folha n.º 188 (IGeoE) e a carta com a implantação da área a ser afetada pelo projeto com implantação da obra.

Os materiais arqueológicos que eventualmente viessem a ser identificados no decurso do trabalho de campo seriam recolhidos e georreferenciados os limites externos das manchas de dispersão de materiais arqueológicos, com vista a uma melhor inserção na planta de projeto e consequente avaliação de impacto.

Contudo, procura-se também proceder ao registo de outras ocorrências de interesse patrimonial na área envolvente, sempre que algum elemento se destacasse como de particular relevância.

Paralelamente foi feita recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário.

Foi ainda realizado um levantamento fotográfico em formato digital tendo como diretiva a Circular do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA), de 01 de Setembro de 2010 sobre a “Documentação Fotográfica a constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos das diversas áreas do projeto em Estudo com o objetivo, não só de enquadramento paisagístico, mas também, para registo do grau de visibilidade do solo, bem como das Ocorrências Patrimoniais identificadas.

A visibilidade dos solos tem por base as seguintes unidades de observação:

- **Visibilidade Nula:** vegetação ou Arvoredo denso do terreno, sendo intransponível ao percurso pedestre. São ainda incluídos nesta categoria o acesso vedado ao terreno, assim como terreno com forte inclinação, não prospetado por questões de segurança. Geralmente representada a vermelho nas peças desenhadas;
- **Visibilidade Parcial:** Arvoredo pouco denso e com vegetação abaixo do joelho. Alguma dificuldade na observação de materiais arqueológicos e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a amarelo nas peças desenhadas;
- **Visibilidade Boa:** Sem arvoredo, com vegetação rasteira. Facilita o percurso pedestre e a observação de materiais e estruturas arqueológicas, patrimoniais, arquitetónicas e etnográficas. Geralmente representada a verde nas peças desenhadas.

5.10.2.4 Registo e Inventário

Nesta fase é elaborado um Relatório de sintetização dos resultados obtidos. Uma cópia desse Documento, após o seu terminus e aprovado pela entidade adjudicadora (o que deverá suceder até 30 dias após a sua entrega), é obrigatoriamente enviada à DGPC, de acordo com Dec. Lei 164/2014, de 04 de Novembro que Regulamenta os Trabalhos Arqueológicos.

Este registo obedece aos seguintes critérios:

- Organização da informação recolhida em fase de consulta documental das áreas de projeto;
- Organização da informação recolhida em fase de trabalho de campo das áreas de projeto;
- Resultados obtidos através da consulta oral de carácter específico ou indiciário;
- Indicação dos resultados da análise toponímica, realçando aqueles cuja interpretação possam conduzir à identificação de sítios arqueológicos;
- Descrição dos solos da área em estudo;

- Descrição das condições de visibilidade do solo da área em estudo e a sua representação cartográfica;
- Implantação cartográfica e descrição de OP, caso estas forem identificadas. Assim como desenho de campo quando necessário;
- Localização de estaleiros, depósitos, vazadouros e empréstimos (caso se conheça a sua localização nesta fase do projeto);
- Informação sobre as distâncias de cada OP às áreas de projeto;
- Classificação e descrição dos materiais arqueológicos, caso estes viessem a surgir no decorrer dos trabalhos de prospeção arqueológica;
- Inventariação sumária das OP identificados, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial e avaliação dos impactos com explicitação dos critérios utilizados;
- Proposta de medidas preventivas de carácter geral e específico e indicação da fase e subsequentes, em que devem ser implementadas.

Durante os trabalhos de prospeção e levantamento documental é preenchida uma ficha específica com os critérios previamente definidos para todas as Ocorrências Patrimoniais identificadas, onde se encontram todas as informações necessárias à sua identificação in situ. Essa ficha tem por modelo a base de dados do “Endovéllico” do extinto IPA e o Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico” (vide Anexos Técnicos):

5.10.3 Caracterização da Situação Atual

A área do projeto em estudo situa-se no Distrito de Viseu, Concelho de Viseu, na Freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto (vd. Figuras 12 e 13).

O concelho de Viseu localiza-se na Região Centro (NUT II), no Dão-Lafões (NUT III). Dista 293 km de Lisboa e 120 km do Porto (vide Anexos Técnicos).



Figura 12: Enquadramento geográfico nacional à esquerda e distrital à direita

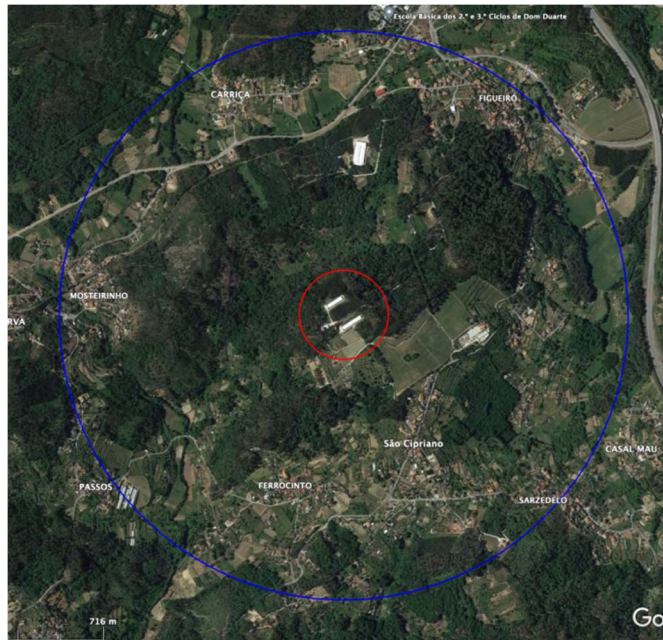


Figura 13: Área envolvente de 2km

5.10.4 Enquadramento Histórico-Arqueológico

A povoação primitiva é antiquíssima e sabe-se que em 572 já tinha bispo. A sua Sé foi restaurada em 1144, após a Reconquista. D. Teresa, mãe de D. Afonso Henriques, concedeu-lhe foral em 1123 e fez da cidade um dos seus locais de residência preferidos.

O seu património monumental e artístico é riquíssimo, a começar pela Sé, um dos mais belos monumentos religiosos do país, apesar da mistura de vários estilos - gótico, manuelino, barroco - em resultado das várias obras de que foi alvo ao longo dos séculos. Admiráveis são também as Igrejas de S. Francisco, dos Terceiros, do Carmo, da Misericórdia e Via-Sacra. O Museu de Grão Vasco, instalado no antigo Paço Episcopal e recheado de obras do artista que lhe deu o nome, é uma das principais galerias de pintura do país. De salientar ainda a Cva de Viriato, tosca fortificação que faz parte da história da Lusitânia, entre tantos outros edifícios da zona histórica testemunhos da antiguidade e importância da cidade.

Na freguesia de São Cipriano e Vil de Souto estão identificados sítios arqueológicos que remontam a ocupação a pelo menos à idade do Bronze, como o sítio Senhora do Crasto.

Foi consultada a carta de condicionantes do concelho de Viseu. Não foram identificados elementos patrimoniais na carta de condicionantes dentro da área de 2km.

Foi ainda consultada a base de dados <http://viasromanas.pt/> Vias Romanas em Portugal: Itinerários5 da autoria de Pedro Soutinho. Não foram identificadas ocorrências dentro do limite de 2km.

Não foram identificados Monumentos Classificados/em Vias de Classificação ao abrigo da legislação nacional da área envolvente de 2km da área de estudo do projeto.

Não foram identificados locais arqueológicos que constam na base de dados “Endovélico” da DGPC, da área envolvente de 2km da área de estudo do projeto.

Na pesquisa documental de 2km em volta da área de projeto foi identificado 1 topónimo que pode evidenciar um sítio arqueológico: Portela.

A área em estudo é caracterizada por ser uma zona de encosta de montanha. O terreno é extremamente de uso florestal com predominância de eucaliptos e com vegetação de arbustos densos.

Da análise fisiográfica nesta fase, não foram identificados vestígios inéditos.

5.10.5 **Trabalhos de Campo: Caracterização da área e Resultados da Prospeção**

Esta fase de trabalhos tem como objetivo o reconhecimento, descrição, classificação e inventariação dos dados inventariados durante a fase de pesquisa documental e o reconhecimento de indícios toponímicos e fisiográficos que apontem para a presença de outros vestígios inéditos relativos aos elementos de interesse arqueológico, histórico, etnográfico e patrimonial construído na área a ser afetada.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, considerando as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro), foi elaborado um pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos à DRCN.

Os trabalhos de campo foram realizados no dia 4 de Agosto de 2022. A visibilidade do terreno, no geral era parcial (VER ANEXO IV, DESENHO 2) e as condições meteorológicas adequadas. Da análise fisiográfica durante a prospeção arqueológica, não foram identificados vestígios inéditos.

A área em estudo é caracterizada por ser uma zona de encosta de montanha. O terreno é extremamente de uso florestal com predominância de eucaliptos em crescimento. O terreno esta consideravelmente limpo.

Foi efetuada prospeção sistemática da totalidade do terreno (área de incidência direta e indireta do projeto). Sendo que a área de incidência direta corresponde à área de projeto, a área de incidência indireta corresponde à área envolvente à área de projeto (100m de diâmetro), designada por área de estudo.

Em relação à localização de estaleiro de obra, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

No que respeita a áreas de empréstimos e vazadouros, não se procedeu à definição da sua localização no âmbito do estudo em epígrafe, uma vez que serão definidas durante a fase de empreitada do projeto, caso se verifique necessário.

5.10.6 **Ocorrências Patrimoniais Identificadas**

Neste estudo não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais (OP) de carácter patrimonial dentro das áreas de incidência direta e indireta do Projeto.

5.11 Socioeconomia

5.11.1 Introdução

Este capítulo tem por objetivo a caracterização socioeconómica da região onde se situa a exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista. Este projeto encontra-se no lugar de Monte de Boi/Portela, freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, no concelho e distrito de Viseu. A caracterização da área em questão é baseada, em sua maioria, na informação estatística do INE (Instituto Nacional de Estatística), no Plano Diretor Municipal de Viseu, diagnóstico social do Município de Viseu e sítio da web da Câmara Municipal de Viseu. De acordo com a pesquisa efetuada, foi possível encontrar dados para alguns indicadores estatísticos e até ao nível geográfico do concelho, nomeadamente, no que se refere aos dados mais recentes.

5.11.2 Enquadramento regional

O concelho de Viseu situa-se na região Centro (NUT II), distrito de Viseu, e está inserido na sub-região Viseu Dão/Lafões (NUT III). O concelho ocupa uma área equivalente a 507 Km², distribuída pelas suas 25 freguesias: Abraveses, Bodiosa, Calde, Campo, Cavernães, Côta, Coutos de Viseu, Faíl e Vila Chã de Sá, Fragosela, Lordosa, Mundão, Orgens, Povolide, Ranhados, Repeses e S. Salvador, Ribafeita, Rio de Loba, S. Cipriano e Vil de Souto, S. João de Lourosa, Santos Evos, São pedro de France, Silgueiros, União de Freguesias de Barreiros e Cepões, União de Freguesias de Boa Aldeia, Farminhã e Torredeita e Viseu.

Confina a Norte com os concelhos de São Pedro do Sul, Castro Daire, Vila Nova de Paiva e Sátão; a Este com Penalva do Castelo e Mangualde; a sul com Nelas, Carregal do Sal e Tondela e a Oeste com Vouzela (Figura 14).

No que diz respeito a freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto (Figura 15), esta tem uma área de cerca de 20,68km² e 1 950 habitantes (censos 2011). Geograficamente, encontra-se situada a cerca de dez quilómetros da sede de concelho, Viseu.

A freguesia é constituída pelos lugares de Sampaio; Outeiro do Pinheiro, Outeiro de baixo, Vil de souto, Casal, Polves, Canelas; Fonte Arcada; Carcavelos; Carriço, Figueiró; São Cipriano; Chãos; Portela; Ferrocinto; Sarzedelo e Casal Mau.



Figura 14: Enquadramento regional do concelho de Viseu –
Fonte: Sítio <https://www.visitarportugal.pt/images/mapas/18.gif>



Figura 15: Localização Geográfica da freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, no concelho de Viseu
– Fonte: sitio [web: https://cm-viseu.pt/pt/municipio/freguesias/](https://cm-viseu.pt/pt/municipio/freguesias/)

5.11.3 Estrutura e dinâmica populacional

Na tabela seguinte (tabela 56), apresenta-se a evolução da população residente no período entre 2011 e 2021, para o País, Sub-região Viseu Dão Lafões, para o concelho de Viseu e para a freguesia de São Cipriano e Vil de Souto (INE, 2011 e 2021).

Tabela 57: Evolução da População Residente no período 2011 e 2021 e Densidade populacional em 2011 e 2021.

	População Residente ⁽¹⁾			Densidade Populacional ⁽²⁾	
	2011	2021	Variação (2011/2021) (%)	2011	2021
Portugal	10 562 178	10 344 802	-2,05	114,3	112,2
Sub-Região Viseu Dão Lafões	267 633	252 793	-5,54	82,2	78,1
Concelho de Viseu	99 274	99 561	+0,29	172,05	172,54
Freguesia de São Cipriano e Vil de Souto	1 950	1699	-12,87	94,29	82,16

(1) População residente (N.º) por Local de residência, Sexo e Nacionalidade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

(2) Densidade Populacional = População Residente/Área

Como se observa na tabela anterior, em 2011, Portugal tinha 10.562.178 habitantes, tendo ocorrido uma redução de população de 2,05%, até o ano de 2021, com uma densidade populacional, neste ano, de 112,2 hab/Km².

A Sub-região Viseu Dão Lafões apresentava em 2011, um total de 267.633 habitantes, correspondendo a uma densidade populacional de 82,2 hab/Km². Dão Lafões, sofreu um decréscimo de 5,54% do número de residentes, no período compreendido entre 2011 e 2021, traduzindo-se numa perda absoluta de 14.840 pessoas.

Descendo de escala, no concelho de Viseu, registou-se leve aumento de 0,29% da sua População Residente de 2011 a 2021. A densidade populacional fixou-se em 172,54hab/km² em 2021.

Particularizando a análise da dinâmica populacional à freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, área diretamente afetada pelo desenvolvimento do projeto em causa, verifica-se que esta possuía, em 2011, um total de 1950 habitantes. Até ao ano de 2021 verificou-se uma redução da população residente, que se fixou num valor total de 1.699 habitantes, distribuídos por uma área total de, aproximadamente, 20,68km², correspondendo a uma densidade populacional de 82,16 hab/ Km², em 2021.

Outro parâmetro relevante para a caracterização da População Residente é a sua estrutura etária.

Apresenta-se, seguidamente, as pirâmides etárias da Sub-Região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, para os anos de 2011 e 2021 (INE, 2011 e 2021).



Gráfico 5: Pirâmide etária para a Sub-Região Viseu Dão Lafões, ano de 2011

Da análise da pirâmide (gráfico 5) da estrutura etária, na Sub-região Viseu Dão Lafões, em 2011, o gráfico mostra-se com estreitamento na base e no topo, com alguma homogeneidade entre as populações feminina e masculina, nas várias

faixas etárias, exceptuando-se a faixa a partir dos 65 anos, em que as mulheres apresentam-se em número francamente superior. O máximo do número de indivíduos na população da Sub –região, para ambos os sexos, apresenta-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos. O número de pessoas nas faixas etárias a partir dos 65 anos mostra-se significativamente superior as faixas etárias dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, podendo-se depreender que na Sub-região apresenta-se uma população envelhecida.

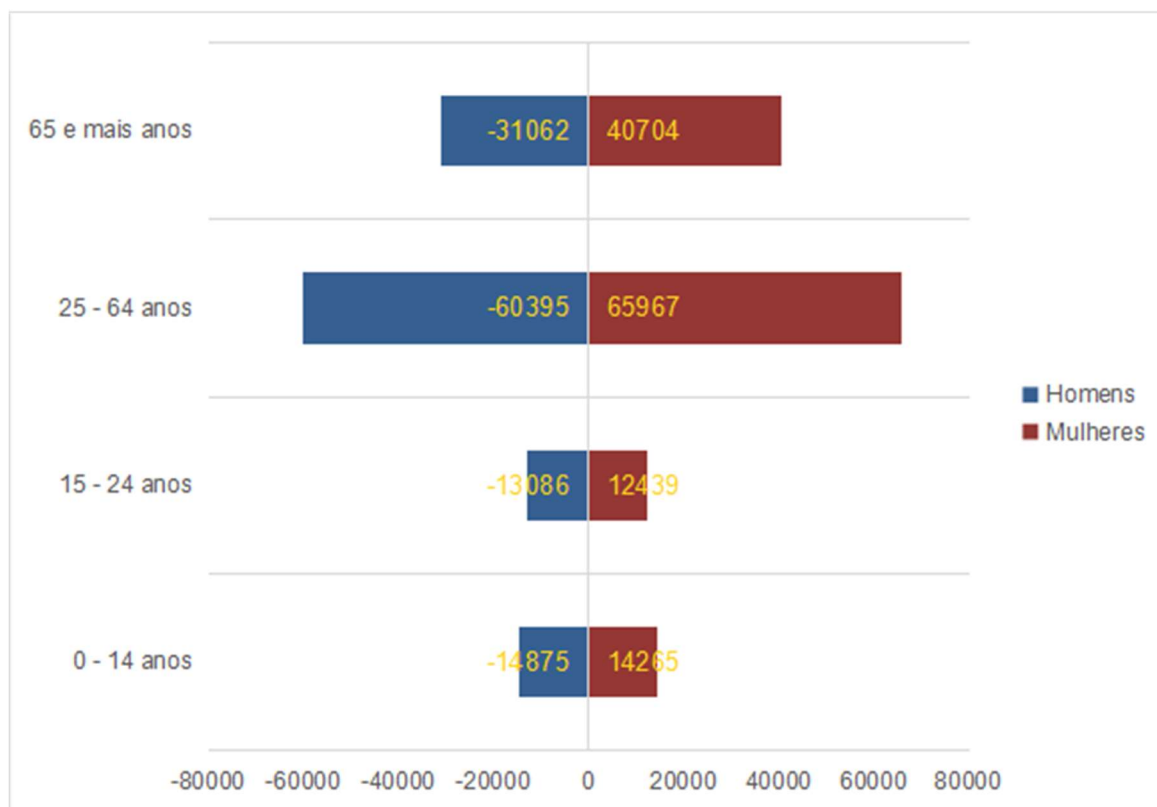


Gráfico 6: Pirâmide etária para a Sub –Região Dão Lafões, para o ano de 2021

Em 2021, na sub-região Dão Lafões (Gráfico 6), a pirâmide etária apresentava-se, à semelhança do ano de 2011, homogênea no seu todo, com estreitamentos dos 15 aos 24 anos e topo (a partir dos 65 anos). As faixas etárias tanto nos homens, como nas mulheres, apresentam valores próximos, com exceção também a partir dos 65 anos, onde apresentavam-se maior (cerca de mais 31%) número de indivíduos do sexo feminino, a partir dessa faixa etária.

O máximo do número de indivíduos na população da Sub –região, também em 2021, para ambos os sexos, apresenta-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos. O número de pessoas nas faixas etárias a partir dos 65 anos mostra-se, à semelhança de 2011, superior as faixas etárias dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, podendo-se depreender que na Sub-região apresenta-se, também em 2021, uma população envelhecida.

É de notar que, tanto em 2011, como em 2021, na Sub-região Dão Lafões, nas faixas etárias mais jovens, dos 0 aos 24 anos, embora com diferenças reduzidas, o número de indivíduos do sexo masculino é superior, invertendo-se nas faixas etárias a partir dos 25 anos.

Verifica-se, comparativamente ao ano de 2011, na Sub-região Dão Lafões, há uma diminuição da população nas faixas entre os zero e os 64 anos, com elevação do número de pessoas com 65 e mais anos.

As pirâmides seguintes, referem-se ao concelho de Viseu para os anos de 2011 e 2021 (INE, 2011 e 2021).

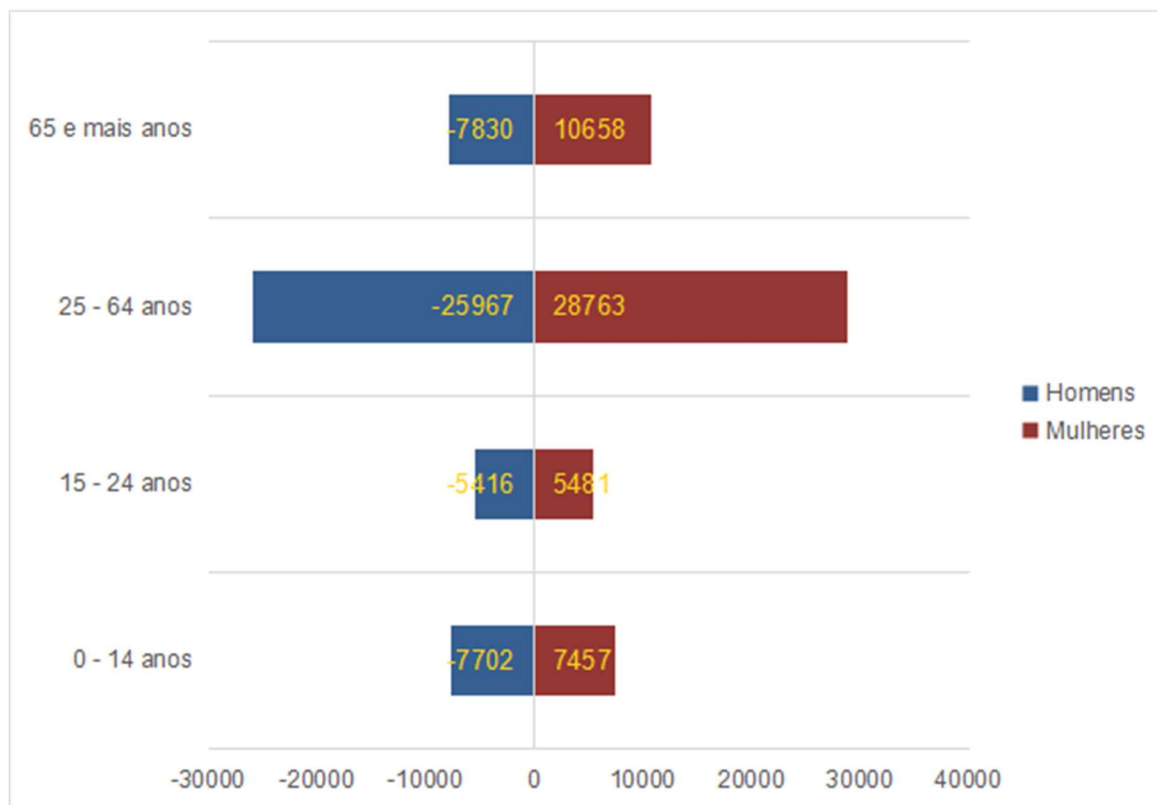


Gráfico 7: Pirâmide etária para o concelho de Viseu para o ano de 2011

Da observação da pirâmide da estrutura etária, no concelho de Viseu, em 2011, o Gráfico 7 mostra-se com estreitamento na base e no topo, com alguma homogeneidade entre as populações feminina e masculina, nas várias faixas etárias, exceptuando-se as faixas etárias a partir dos 65 anos, em que as mulheres apresentam-se em número aproximadamente 36% superior.

O máximo do número de indivíduos na população do concelho, para ambos os sexos, apresenta-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos.

O número de pessoas, no concelho, nas faixas etárias a partir dos 65 anos mostra-se superior às faixas etárias dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, nomeadamente na população feminina, podendo-se depreender que, a semelhança da Sub-região Dão Lafões, na população do concelho de Viseu apresenta-se uma população envelhecida.



Gráfico 8: Pirâmide etária para o concelho de Viseu para o ano de 2021

Em 2021, no concelho de Viseu (Gráfico 8), a pirâmide etária apresentava-se, à semelhança do ano de 2011, homogénea no seu todo, com estreitamentos na sua base e topo. As faixas etárias tanto nos homens, como nas mulheres, apresentam valores próximos, com exceção, à semelhança de 2011, a partir dos 65 anos, onde apresentavam-se maior número de indivíduos do sexo feminino, a partir dessa faixa etária.

O máximo do número de indivíduos na população do concelho, também em 2021, para ambos os sexos, apresenta-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos. O número de pessoas nas faixas etárias a partir dos 65 anos mostra-se, à semelhança de 2011, superior as faixas etárias dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, podendo-se depreender que no concelho de Viseu apresenta-se, também em 2021, uma população envelhecida.

É de referir, tanto em 2011, como em 2021, no concelho de Viseu, nas faixas etárias mais jovens, dos 0 aos 24 anos, embora com diferenças pequenas, o número de indivíduos do sexo masculino é superior, invertendo-se nas faixas etárias a partir dos 25 anos.

Verifica-se, comparativamente ao ano de 2011, no concelho, que há uma diminuição da população nas faixas entre os zero e os 64 anos, com elevação do número de pessoas com 65 e mais anos.

Por último, apresentam-se as pirâmides etárias da freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, para os anos de 2011 e 2021 (INE, 2011 e 2021).

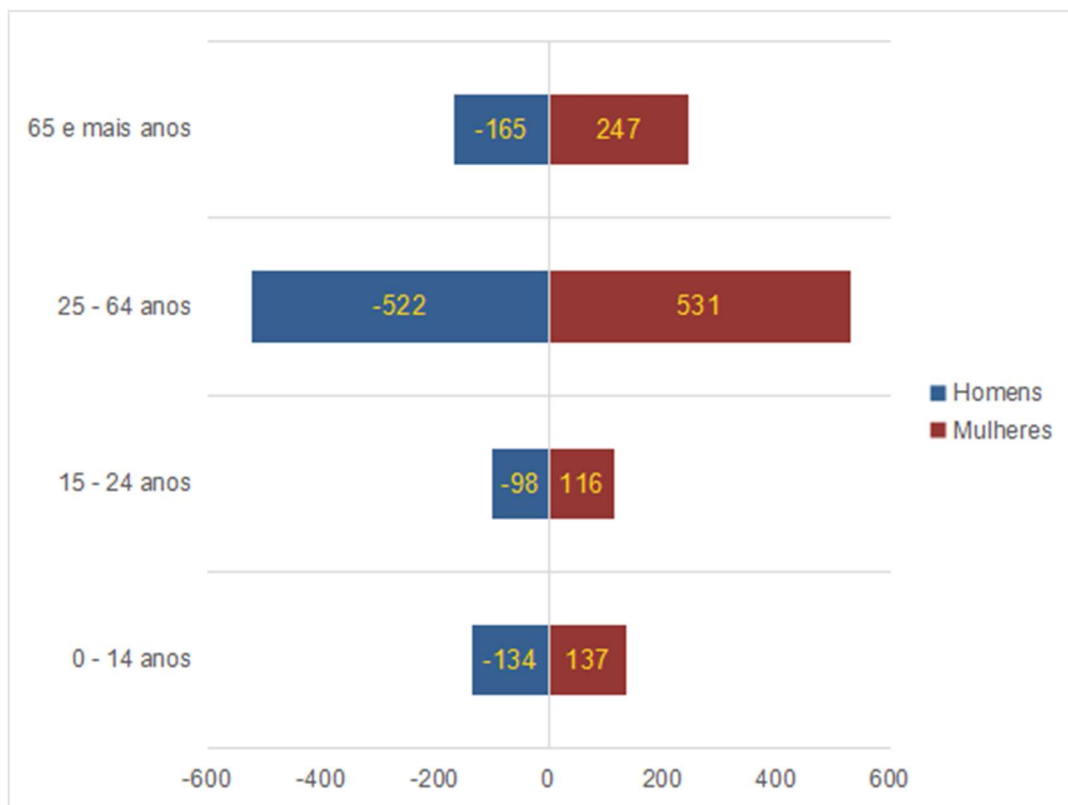


Gráfico 9: Pirâmide etária para a freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto para o ano de 2011

Da observação da pirâmide da estrutura etária, na freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, em 2011, o Gráfico 9 mostra-se com estreitamento na base e no topo, com alguma homogeneidade entre as populações feminina e masculina, nas várias faixas etárias, com exceção dos indivíduos a partir dos 65 anos, em que as mulheres apresentam-se em número aproximadamente 50% superior.

O máximo do número de indivíduos na população da freguesia, para ambos os sexos, apresentava-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos.

O número de pessoas, na freguesia, nas faixas etárias a partir dos 65 anos mostrava-se, à semelhança da Sub-região e do concelho, superior as faixas etárias dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, nomeadamente na população feminina, podendo-se depreender que a população da freguesia apresentava-se envelhecida.

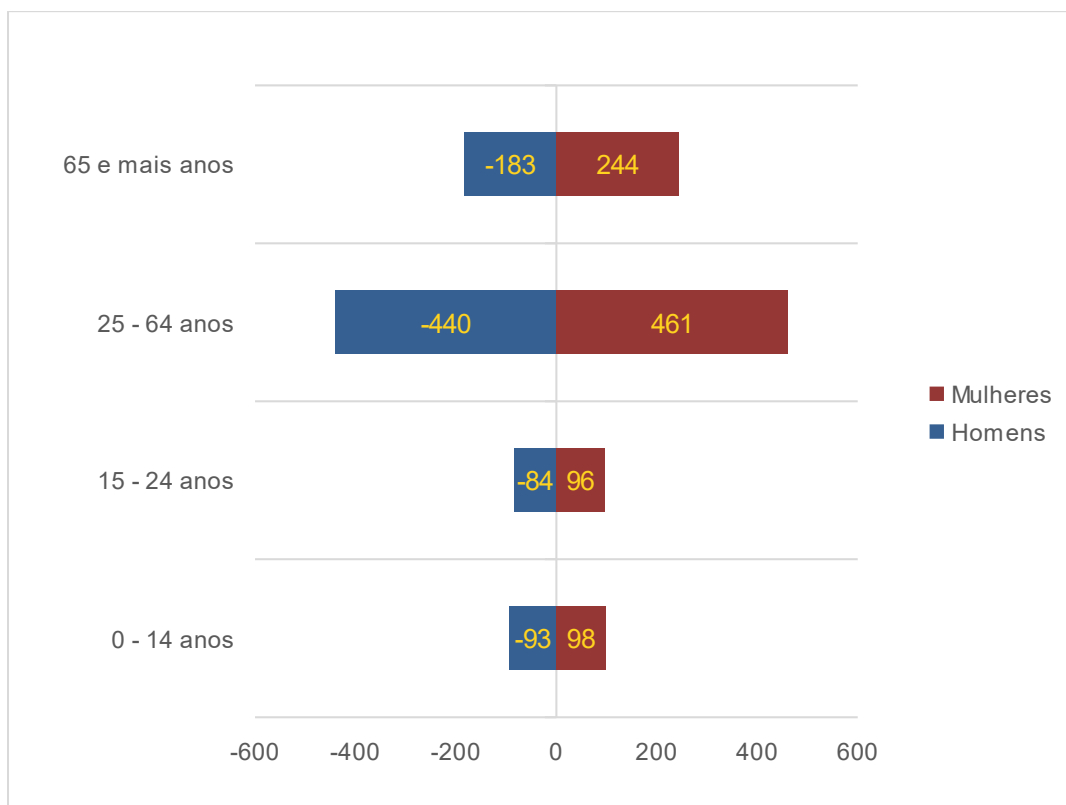


Gráfico 10: Pirâmide etária para a freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, para o ano de 2021

Em 2021, na freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto (Gráfico 10), observa-se a pirâmide etária, à semelhança do ano de 2011, homogénea no seu todo, com estreitamentos na sua base e topo. As faixas etárias tanto nos homens, como nas mulheres, apresentam valores próximos, com exceção, à semelhança de 2011, a partir dos 65 anos, onde apresentavam-se maior número de indivíduos do sexo feminino, a partir dessa faixa etária.

O máximo do número de indivíduos na população do concelho, também em 2021, para ambos os sexos, apresenta-se na faixa etária dos 25 aos 64 anos. O número de pessoas nas faixas etárias a partir dos 65 anos mostra-se, à semelhança de 2011, superior as faixas etárias dos 0 aos 14 anos e dos 15 aos 24 anos, podendo-se depreender que, na freguesia apresenta-se, também em 2021, uma população envelhecida.

É de referir, tanto em 2011, como em 2021, na freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, diferentemente da sub-região Dão Lafões e do concelho de Viseu, o número de indivíduos do sexo feminino é superior em todas as faixas etárias.

Verifica-se, comparativamente ao ano de 2011, na freguesia, em 2021, há uma diminuição da população nas faixas entre os zero e os 64 anos, na população masculina e, na população feminina, em todas as faixas etárias.

Os gráficos apresentados seguidamente apresentam a evolução do crescimento natural através da Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Saldo Fisiológico.

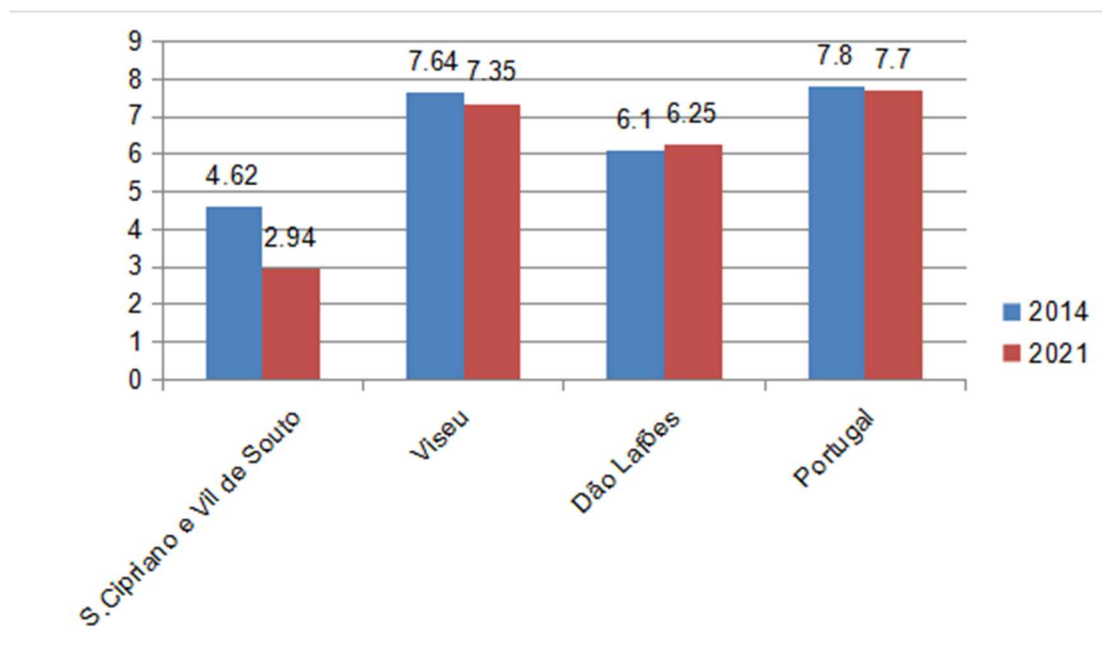


Gráfico 11: Taxa de Natalidade para Portugal, Sub-região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto (INE 2014 e 2021)

Da análise do gráfico anterior (gráfico 11), verifica-se que em todo o País a taxa de natalidade praticamente manteve-se, com a exceção na freguesia, no período entre 2014 e 2021. Em Portugal, a taxa de natalidade desceu de 7,8 para 7,7 ‰. Na Sub-região Dão Lafões, pelo contrário, teve um ligeiro aumento de 6,1 para 6,25 ‰. No concelho de Viseu, verificava-se, em 2014, uma Taxa de Natalidade de 7,64 ‰, reduzindo-se para 7,35‰, em 2021.

Relativamente a freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, houve uma redução de 4,62 ‰, em 2014, para 2,94 ‰, em 2021, tendo sido a maior redução na natalidade, comparativamente ao País e ao Concelho de Viseu. A Sub-região foi a única que apresentou aumento da natalidade, embora com pouca expressividade.

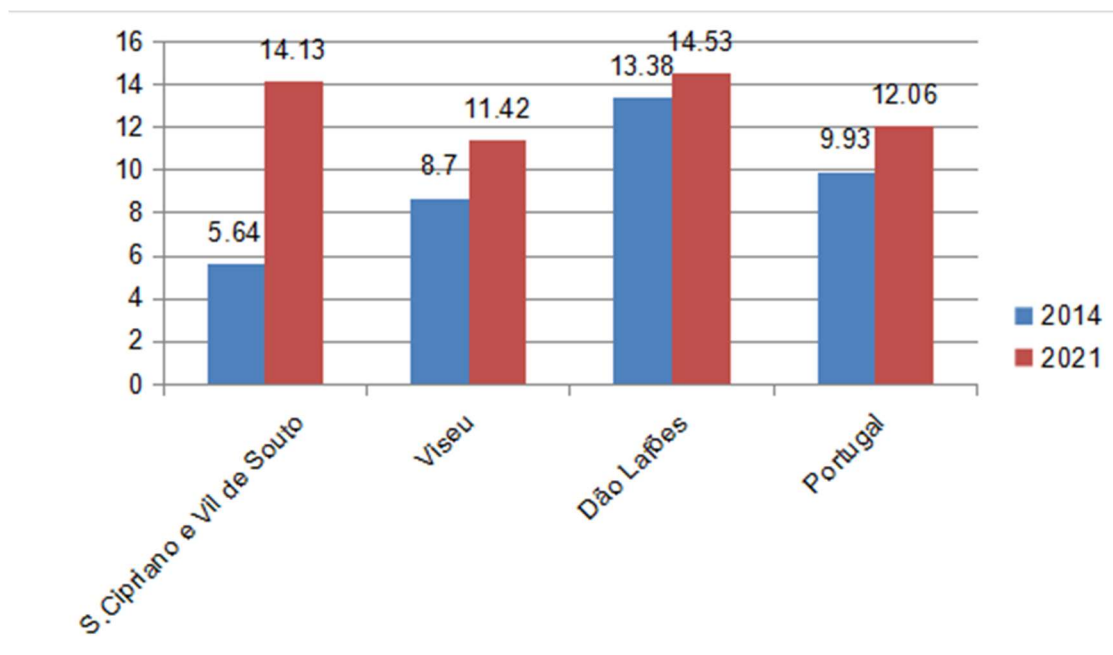


Gráfico 12: Taxa de Mortalidade para Portugal, Sb-região Viseu Dão Lafões, concelho Viseu e freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto (INE, 2014 e 2021)

Quanto à Taxa de Mortalidade, verifica-se, pelo gráfico anterior (gráfico 12), que houve uma elevação a nível nacional, da mesma.

Na Sub-região Viseu Dão Lafões, de 2014 para 2021, a taxa de mortalidade teve uma pequena elevação, de 13,38 para 14,53‰. No concelho de Viseu, para o ano de 2014, observava-se uma taxa de 8,7 ‰, elevando-se para 11,42 ‰ no ano de 2021.

Na freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, a taxa de mortalidade elevou-se de 5,64 ‰, em 2014, para 14,13‰ em 2021, sendo a elevação mais acentuada, relativamente ao País, a Sub-região e ao concelho.

Verifica-se, ainda que, embora com o aumento menos significativo, a Sub – região Dão Lafões, relativamente aos valores do País, do concelho de Viseu, bem como, da freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, em 2014 e 2021, apresentava uma Taxa de Mortalidade mais elevada.

Através da diferença entre as Taxas de Natalidade e Mortalidade, pode calcular-se o Saldo Fisiológico, que traduz o Crescimento Natural de uma população.

Constata-se que o Saldo Fisiológico, tanto em 2014, como em 2021 (Gráfico 13), à todos os níveis, tanto a nível nacional, Sub-região Dão Lafões, no concelho de Viseu, como na freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, foi negativo. Significa que o número de nascimentos mostrou-se inferior ao número de óbitos, o que traduz um decréscimo natural da população.

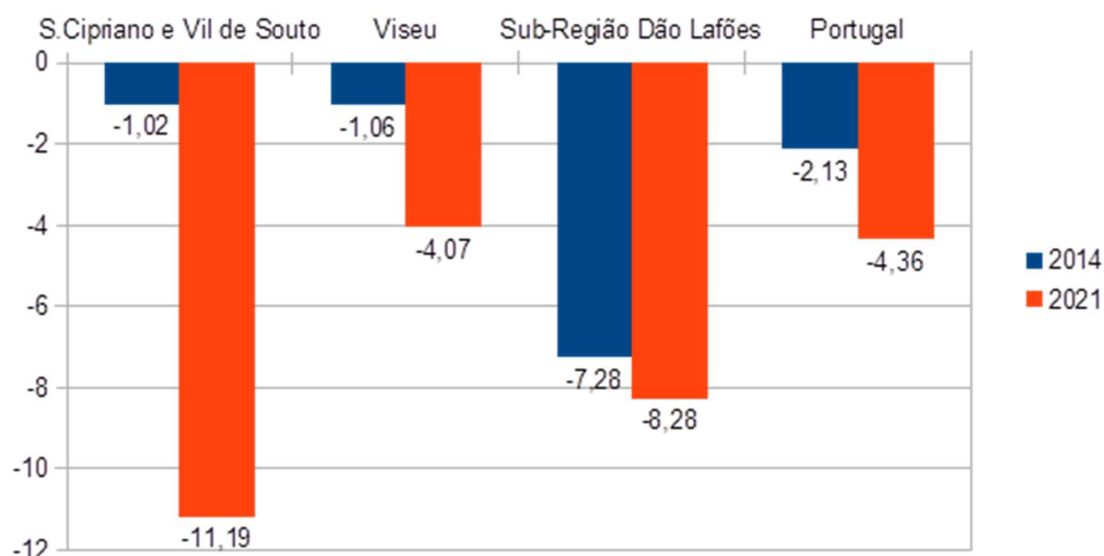


Gráfico 13: Saldo fisiológico para Portugal, Sub-região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto (2014 e 2021)

Da análise efetuada, no período entre 2011 e 2021, verifica-se que, simultaneamente a redução do total da população residente, o acentuado processo de envelhecimento da população, aumento da mortalidade, a diminuição da Taxa de Natalidade (exceção da Sub-Região Dão Lafões), atingindo Saldos Fisiológicos negativos, constituíram fatores importantes de estrangulamentos demográficos a todos os níveis, nacional, Sub-região Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto.

5.11.4 Principais Atividades Económicas

Far-se-á, neste ponto, o enquadramento das atividades económicas dominantes e, sobretudo, a sua expressão espacial e na estrutura ativa local.

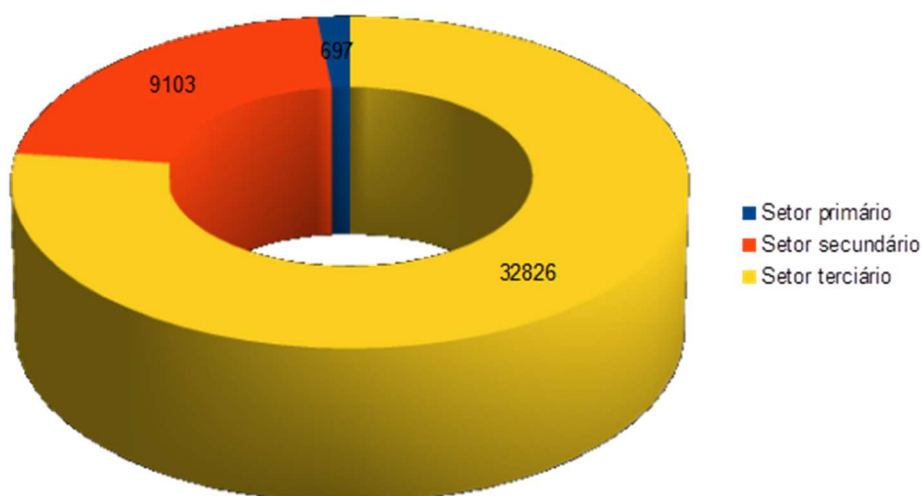


Gráfico 14: Repartição da população empregada, por setores de atividade, para o concelho de Viseu (INE, 2011)

Pela análise do gráfico anterior (gráfico 14), verificamos que a população empregada do concelho se distribui maioritariamente pelo setor terciário, sendo o setor primário o que apresenta menor empregabilidade.

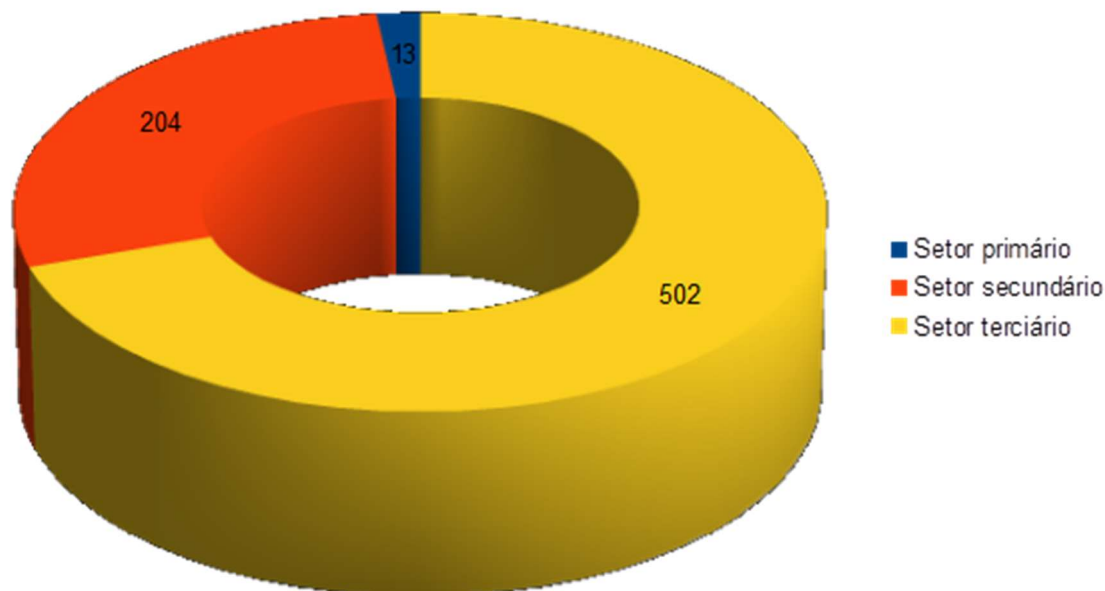


Gráfico 15: Repartição da população empregada por setores de atividade, para a freguesia de S.Cipriano (INE,2011)

Na freguesia de S.Cipriano (gráfico 15), a distribuição da população empregada, pelos setores de atividade, em 2011, é semelhante a verificada no concelho onde se insere, sendo o setor terciário o detentor de maior população empregada.

Na tabela seguinte (Tabela 57) apresenta-se a distribuição da população empregada, pelos setores de atividade, para os anos de 2011 e 2021, no concelho de Viseu e freguesia de S.Cipriano .

Tabela 58: Repartição da população empregada, por setores de atividade 2011 e 2021 (INE, 2011 e 2021)

		Total	CAE 0 (Primário)	CAE 1 a 4 (Secundário)	CAE 5 a 9 (Terciário)
Concelho de Viseu	2011	41212	729	8602	31881
	(%)	----	1,77	20,87	77,35
	2021	42626	697	9103	32826
	(%)	----	1,63	21,35	77
Freguesia de S. Cipriano e Vil de de Souto	2011	761	18	204	507
	(%)	---	2,37	26,81	66,62
	2021	719	13	236	502
	(%)	---	1,8	32,82	69,82

Ao analisar a tabela 57, verifica-se que, entre 2011 e 2021, o total da população empregada, no concelho de Viseu aumentou. De maneira contrária, na freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, reduziu-se.

Comparando os dados apresentados na tabela anterior, no período de 2011 a 2021, verifica-se que tanto no concelho de Viseu (1,77%, em 2011), como na freguesia

de S.Cipriano (2,37%, em 2011), o setor primário tem um peso diminuto na atividade.

Verifica-se, no concelho de Viseu, entre 2011 e 2021, uma diminuição da percentagem e no valor absoluto da população empregada no setor primário, com um aumento da percentagem (20,87 para 21,35%) e valor absoluto da população empregada no setor secundário, com aumento da população absoluta empregada do setor terciário, mantendo-se praticamente a sua percentagem.

Relativamente à Freguesia S. Cipriano, de 2011 a 2021, o número de população empregada no setor primário reduziu-se, tendo os setores secundário e terciário elevado o seu peso na população empregada, na freguesia, tanto em números absolutos, como em percentagem, para o setor secundário, e em valores absolutos, para o setor terciário.

Constata-se o abandono das atividades agrícolas por parte da população devido aos fracos retornos financeiros que esta atividade permitia, à data, assistindo-se assim, a um abrandamento dos ritmos de produção e diminuição da capacidade empregadora. Este fato pode dever-se ao envelhecimento da população agrícola ser bastante notório, a baixa natalidade e ao abandono dos campos agrícolas por parte da juventude, consolidando um acentuado processo de êxodo rural.

5.11.5 Empresas, Sociedades e Volume de Negócios

Na tabela (Tabela 58) seguinte, apresenta-se o nº de Empresas no concelho de Viseu, por forma jurídica e atividade económica, em 2020.

Tabela 59: Distribuição das empresas do concelho de Viseu, por setor de atividade, no ano de 2020.

Empresas no concelho de Viseu, por forma jurídica e atividade económica (INE, 2020)		
Atividade	Empresa Individual	Sociedade
Total	7787	3964
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	823	109
Indústrias extrativas	0	6
Indústrias transformadoras	176	319
Elettricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	55	22
Construção	508	484
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	940	1069
Transportes e armazenagem	55	130
Alojamento, restauração e similares	388	399
Atividades de informação e de comunicação	62	81
Atividades imobiliárias	88	252
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	961	407
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	1160	110
Educação	813	62
Atividades de saúde humana e apoio social	1084	335
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	188	23
Outras atividades de serviços	433	119

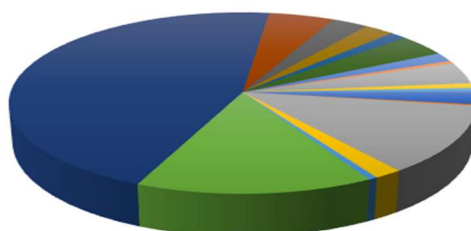
Ao analisar a tabela anterior (tabela 58), verifica-se que, do total, as empresas em nome individual representavam, em 2020, no concelho de Viseu, aproximadamente o dobro do número de sociedades.

Reforçando o enorme peso do setor terciário em 2020, no concelho de Viseu, como exemplo, somando as empresas nas atividades da construção, comércio por grosso e retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, atividades de saúde humana e apoio social e atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, apenas estas, representavam aproximadamente 44,85 % do total das empresas em nome individual, 57,89% das sociedades e aproximadamente, 49,25% do total de empresas.

Em contrapartida, as atividades de agricultura, caça, floresta e pesca (sector primário) em 2020, no concelho de Viseu, representavam apenas aproximadamente 10,56% das empresas em nome individual, 2,75% das sociedades e aproximadamente 7,93% do total das empresas.

Verifica-se o reduzido peso, do setor primário na economia do concelho de Viseu, em 2020.

No gráfico (Gráfico 16) seguinte, observa-se o volume de negócios (€) por atividade, das empresas do concelho Viseu (INE, 2020).



- Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
- Indústrias extrativas
- Indústrias transformadoras
- Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
- Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
- Construção
- Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos
- Transportes e armazenagem
- Alojamento, restauração e similares
- Atividades de informação e de comunicação
- Atividades imobiliárias
- Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
- Atividades administrativas e dos serviços de apoio

Gráfico 16: Volume de negócios (€), por atividade, no concelho de Viseu (INE, 2020)

Observando-se o Gráfico 16, reforça-se o grande peso do setor terciário, em 2020, no concelho de Viseu.

As atividades do setor terciário tiveram, entre 2011 e 2021, consolidação na sua massa populacional empregada (Tabela 57). Nomeadamente, atividades de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, juntamente com a área da construção, em 2020, mostraram volume de negócios de 1.196.083.840€ e 386.503.669€, respetivamente, representando aproximadamente, 60,13% do valor de faturação das atividades económicas desenvolvidas no concelho de Viseu.

As indústrias transformadoras (gráfico 16), representantes do setor secundário de atividade, no concelho de Viseu, em 2020, mostraram-se, como já pudemos observar anteriormente (Tabela 57), como segunda força da economia do concelho. Representavam, no referido ano, cerca de 12,24% (322.223.123€) do volume de faturação das empresas.

Nota-se que o setor secundário manteve-se como a segunda força da economia concelhia, tendo mesmo uma elevação na sua massa ativa, entre 2011 e 2021 (Tabela 56).

As atividades de agricultura (gráfico 16), produção animal, caça, floresta e pesca, representantes do sector primário, mostraram um volume de negócios na ordem de 56.287.006€, ou seja, aproximadamente, 2,14% do volume de faturação das empresas o concelho de Viseu, para 2020

Observou-se, nos gráficos 14 e 15, as atividades de agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, pertencendo ao setor primário, no ano de 2021, mostraram – se como as atividades de menor intervenção no volume de negócios, tanto no concelho de Viseu, como na freguesia de S. Cipriano.

5.11.6 Grau de instrução e as Taxas de atividade.

No gráfico seguinte (gráfico 17), apresenta-se o nível de escolaridade dos indivíduos residentes na Sub-região Viseu Dão Lafões e a nível nacional (INE,2021).

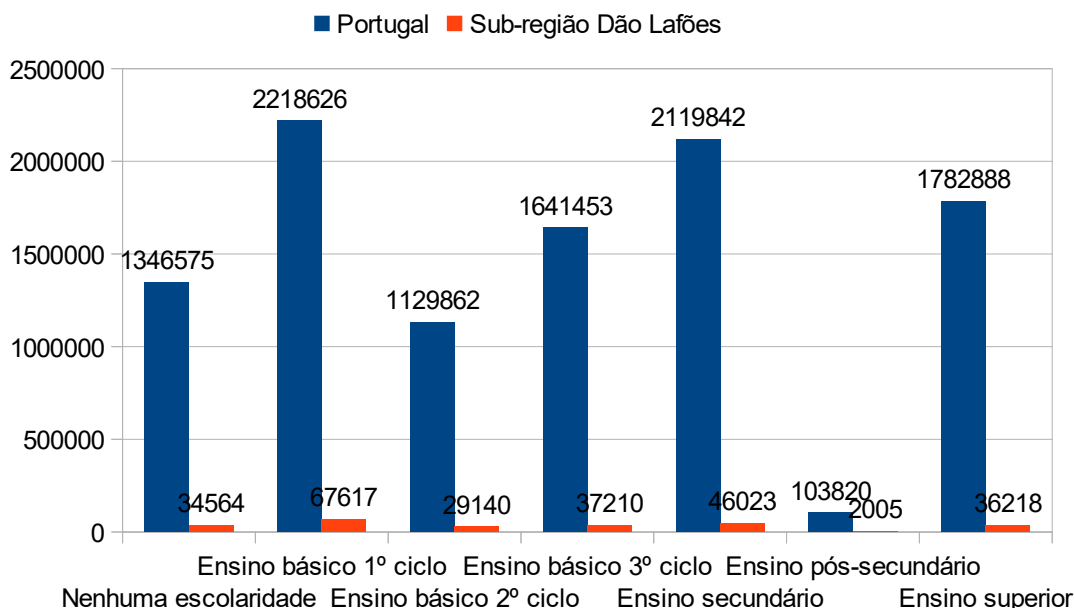


Gráfico 17: Grau de escolaridade dos indivíduos residentes na Sub-região Dão Lafões e em Portugal, ano de 2021 (INE,2021)

Pela observação do gráfico anterior (gráfico 17), verifica-se que, em 2021, na Sub-Região Viseu Dão Lafões, parte considerável da população, cerca de 26,74% (67617), possui apenas o 1º ciclo de escolaridade. Observa-se também que, na Sub-região, cerca de 14,33% (36218) tem o Ensino Superior, apresentando-se em número pouco maior, comparativamente a população que não tem nenhum nível de ensino, a qual representa, na sub-região Viseu Dão Lafões, cerca de 13,67% (34564) da população.

No que diz respeito ao País, em 2021, à semelhança da sub-região, um número relevante da população, cerca de 21,45% (2218626), possui apenas o 1º ciclo de escolaridade. Observa-se também que, a nível nacional, cerca de 17,24% (1782888) tem o Ensino Superior, apresentando-se valor pouco maior, comparativamente a população que não tem nenhum nível de ensino, a qual representa, a nível nacional, cerca de 13% (1346575) da população.

No gráfico que se segue (gráfico 18), apresenta-se o nível de escolaridade no concelho de Viseu, bem como na freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, para o ano de 2021.

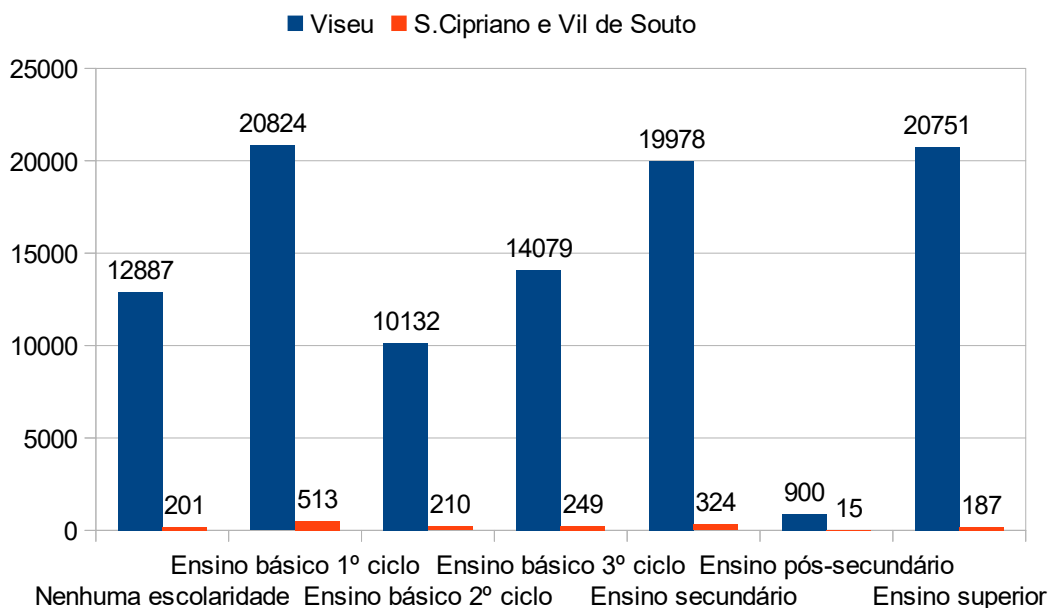


Gráfico 18: Grau de escolaridade dos indivíduos residentes no concelho de Viseu e na freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, para o ano de 2021(INE, 2021).

No concelho de Viseu, em 2021, também não se observava (gráfico 18) um elevado nível de escolaridade entre a população. Verifica-se que cerca de 20,91% (20824) tinha o 1º ciclo de escolaridade. O número de pessoas com o Ensino Superior era de 20751, correspondendo a cerca de 20,84% da população, valor esse, embora melhor que os apresentados a nível nacional e na Sub-região Viseu Dão Lafões, não é muito maior que o outro extremo do grau de escolaridade no gráfico, ou seja, as 12887 pessoas, sem nenhum nível de escolaridade, que representavam cerca de 12,94% da população do concelho.

Ou seja, em 2021, aproximadamente 33,86% da população do concelho de Viseu, relativamente ao grau de instrução, era representada pela soma de pessoas sem nenhum grau de escolaridade e pessoas com apenas o 1º ciclo básico.

No que diz respeito a freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, em 2021, apresentava, aproximadamente, 30% (513) de pessoas com o 1º ciclo. Relativamente a população com o Ensino superior, a freguesia apresentava 11% de indivíduos com este grau de instrução, sendo, relativamente ao concelho de Viseu, a Sub-região Dão Lafões e aos valores nacionais, o valor mais baixo de percentagem da população. No que diz respeito a pessoas sem nenhum nível de escolaridade, a freguesia apresentava, em percentagem, um valor menor, embora próximo, relativamente ao concelho de Viseu, a sub-região Dão Lafões e ao País, ou seja, cerca de 11,83% (201 pessoas).

O gráfico seguinte (gráfico 19) apresenta a Taxa de Analfabetismo para Portugal, Sub-região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, para os anos de 2011 e 2021.

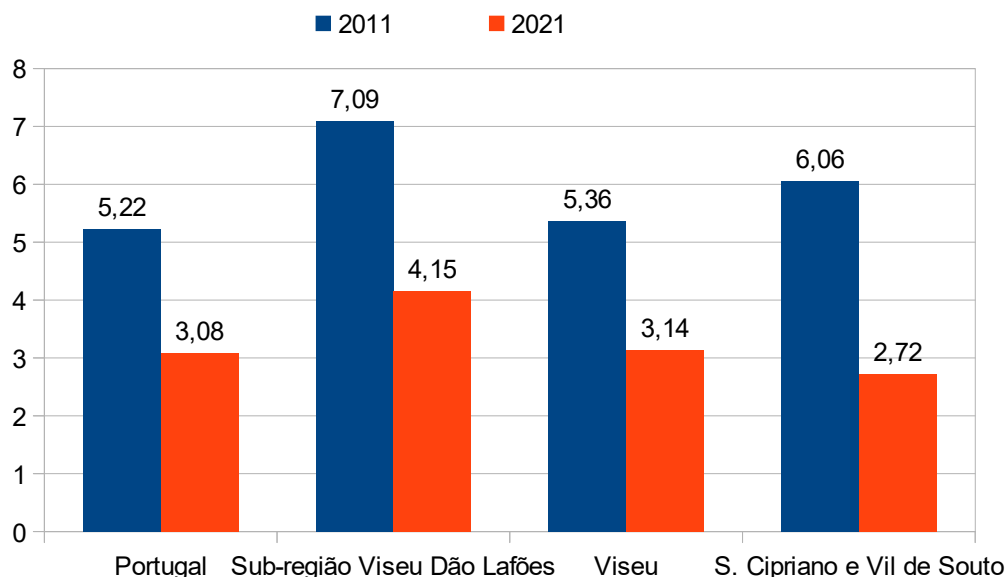


Gráfico 19: Taxa de Analfabetismo para Portugal, Sub-região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto (INE 2011 e 2021).

Juntamente ao nível de escolaridade, a taxa de analfabetismo reflete o nível de qualificação da população, bem como, da sua mão-de-obra.

Em 2011, as Taxas de Analfabetismo foram de 7,09% e 5,36 % para a sub-Região Viseu Dão Lafões e para o concelho de Viseu, respetivamente. A freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto apresentava uma Taxa de Analfabetismo de 6,06 %.

O gráfico anterior permite aferir uma diminuição, em 2021, relativamente a 2011, por todo o País, da taxa de analfabetismo, sendo ao nível da Sub-região os valores mais altos, relativamente ao País, concelho e freguesia.

De acordo com a análise apresentada, é de notar o baixo nível de instrução da População Residente, nomeadamente, no concelho de Viseu e na freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto. Esta característica reflete-se e influencia a repartição da população ativa/empregada pelos setores de atividade.

Relativamente à atividade da população residente, apresentam-se seguidamente as Taxas de Atividade e de Desemprego, para o País, a Sub-região Viseu Dão Lafões, o concelho de Viseu e para a freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto (dados do INE de 2011 a 2021). A partir da Taxa de Atividade, pode aferir-se o peso da população ativa em relação ao total de população. A Taxa de Desemprego dá-nos informação da população em idade ativa desempregada em relação ao total da população ativa.

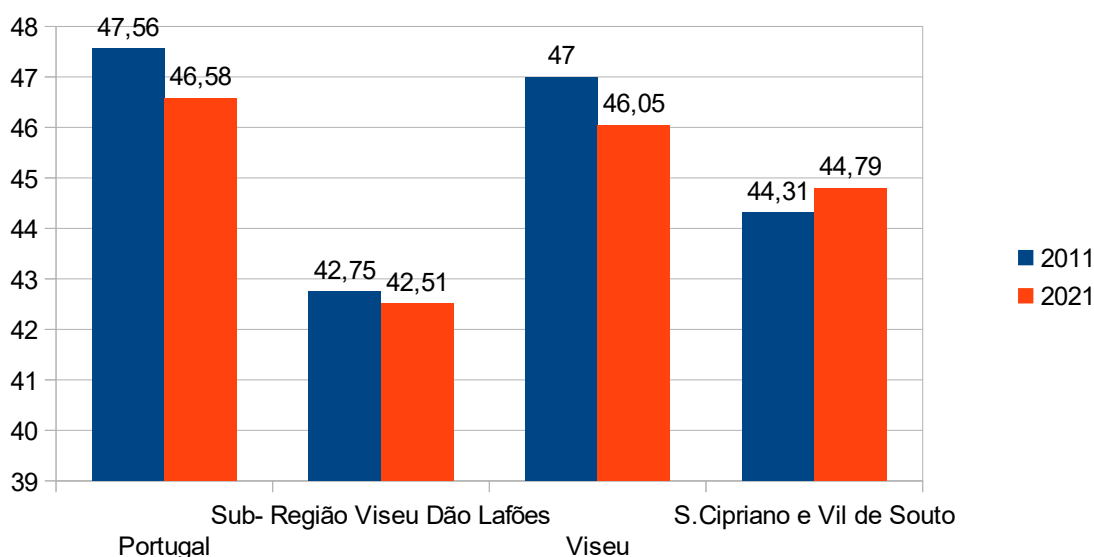


Gráfico 20: Taxa de Atividade para a Sub-região Viseu Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, em 2011 e 2021(INE,2021)

A Taxa de Atividade (gráfico 20) apresentava-se, em 2011, a nível nacional, em 47,56%, na Sub-Região Viseu Dão Lafões, com uma taxa de 42,75%. No concelho de Viseu, era de 47% e na freguesia de S.Cipriano era 44,31 %. Embora com taxas próximas, a sub-região Dão Lafões, no período em questão, apresentava a taxa de atividade ligeiramente inferior, relativamente aos outros níveis geográficos.

Em 2021, observa-se situação muito semelhante à 2011, taxas de atividade muito semelhantes, com ligeiras reduções para o País, Sub-região e Concelho, e leve aumento na freguesia.

Quanto à Taxa de Desemprego (gráfico 21) entre 2011 e 2021, houve uma significativa redução generalizada, com maior intensidade a nível Nacional e da freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, comparativamente a Sub-Região Viseu Dão Lafões e ao concelho, onde os valores são próximos, nestes níveis regionais. Em Portugal passou de 13,18%, em 2011, para 8,13%, em 2021. Na Sub-região Viseu Dão Lafões, observou-se uma redução de 11,52% para 7,9%, no mesmo período (INE, 2011 e 2021).

Relativamente a concelho de Viseu, o número de desempregados reduziu-se com intensidade semelhante, relativamente ao País e a Sub-Região Dão Lafões. No concelho, passou de 11,67% para 7,02%, no período entre 2011 e 2021 (gráfico 21).

Na freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, no mesmo intervalo temporal, foi onde houve a maior redução da taxa de desemprego, comparativamente aos outros Níveis Regionais. Variou de 11,92% para 5,52%, apresentando, em 2021, o valor mais baixo, relativamente as taxas de desemprego do concelho de Viseu, Sub-região Viseu Dão Lafões e País (gráfico 21).

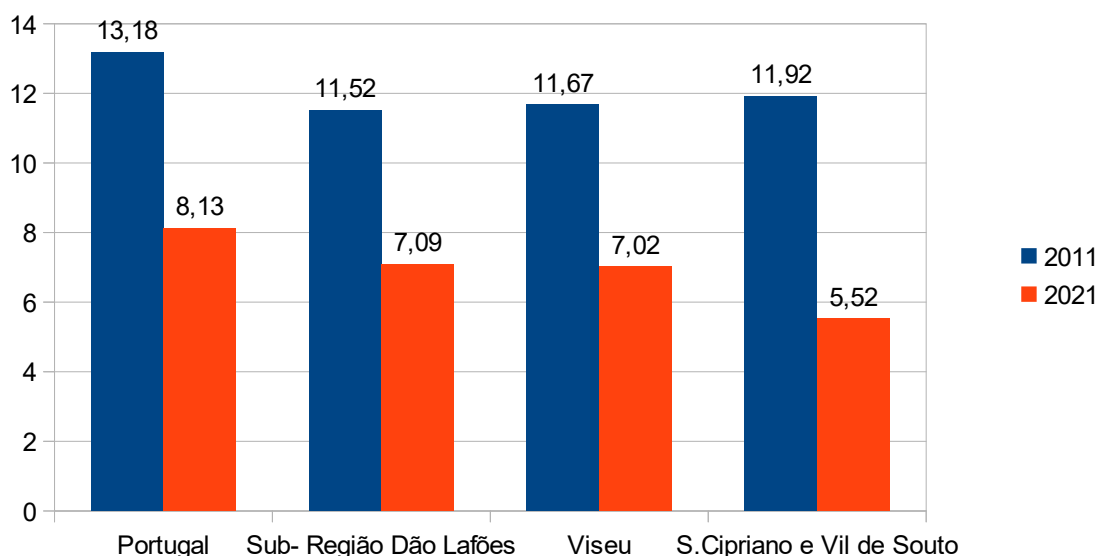


Gráfico 21: Taxa de Desemprego para Portugal, Região Dão Lafões, concelho de Viseu e freguesia de S.Cipriano e Vil de Souto, para os anos de 2011 e 2021.

5.11.7 Saúde Pública e Proteção civil

O município de Viseu possui 3 Hospitais, um público e dois privados. A freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto não tem Hospital, mas conta, por exemplo, com o Hospital Distrital de São Teotónio (Público), na sede do concelho, Viseu, à aproximadamente, 9Km, pela nacional 337-1 (<https://maps.google.pt/>).

No concelho de Viseu existem dois Centros de Saúde (tabela 59) localizados na sua sede, contando com 6 USFs (Unidades de Saúde familiar), uma UCSP (Unidade de Cuidados de Saúde personalizados) e uma Unidade de Cuidados na Comunidade.

No concelho existem 26 Farmácias (tabela 59). A freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto não conta com Farmácia, estando a mais próxima na freguesia de Repeses e São Salvador, aproximadamente à 6Km, pela estrada nacional 337-1 (www.infarmed.pt, <https://www.google.pt/maps/>)

Segundo dados do INE (tabela 59), no período de 2011 a 2020, não houve registo de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória.

O município de Viseu conta com duas Corporações de Bombeiros.

Tabela 60: Dados do Concelho de Viseu, relativamente a número de Farmácias/Postos Farmacêuticos Móveis, Centros de Saúde, Extensões de Saúde e Incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória (INE, 2011 a 2020)

NUTS 2013 (hierarquia cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR) - variante 1	Período de referência dos dados	Farmácias e postos farmacêuticos móveis (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Centros de saúde (N.º) por Localização geográfica e Tipo de serviço; Anual	Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória por 100 000 habitante
		Total	Tipo de serviço Total	Nº
	2020	26	-	-
	2019	26	-	-
	2018	26	-	-
	2017	25	-	-
	2016	25	-	-
	2015	25	-	-
	2014	24	-	-
	2013	23	-	-
	2012	23	2	-
	2011	23	3	-

5.11.7.1 Possíveis Impactes na saúde humana

Neste tópico, aborda-se dados importantes do estado de saúde da população abrangida pela área geográfica de influência do Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões (ACeS DL), região onde se insere os Centros de Saúde de Viseu, concelho do qual pertence a exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, levando em conta o Plano Local de Saúde (PLS) 2018-2020, desenvolvido pelo Sistema Nacional de Saúde.

Também se faz uma análise do ruído e qualidade do ar no local.

Dão Lafões caracteriza-se como uma Região com baixa natalidade, população envelhecida e com patologia crónica múltipla, carecendo do incentivo da natalidade, do contributo para que os jovens se tornem adultos mais saudáveis e de respostas rápidas e eficazes às doenças de evolução prolongada, às doenças transmissíveis, ao trauma, e às emergências de saúde pública.

Em 2017, os determinantes de saúde mais prevalentes foram alteração do metabolismo dos lipídios (27,4%), obesidade e tabagismo.

- 7,7% são fumadores, sendo a incidência de 10,8 por mil inscritos;
- 1,7 % têm abuso crónico de álcool. O abuso de álcool e o tabagismo é superior no sexo masculino.
- 0,3% com consumo de outras drogas;
- 6,1% têm excesso de peso e 8,1% têm obesidade.

A principal morbilidade, em 2017, registada nos inscritos na ACeS DL foi a alteração do metabolismo os lípidos (27,4%). As morbilidades que mais aumentaram, no mesmo período, foram:

- 1º cancro do estômago
- 2º Tumores malignos da laringe/traqueia/brônquios/pulmão
- 3º Excesso de peso

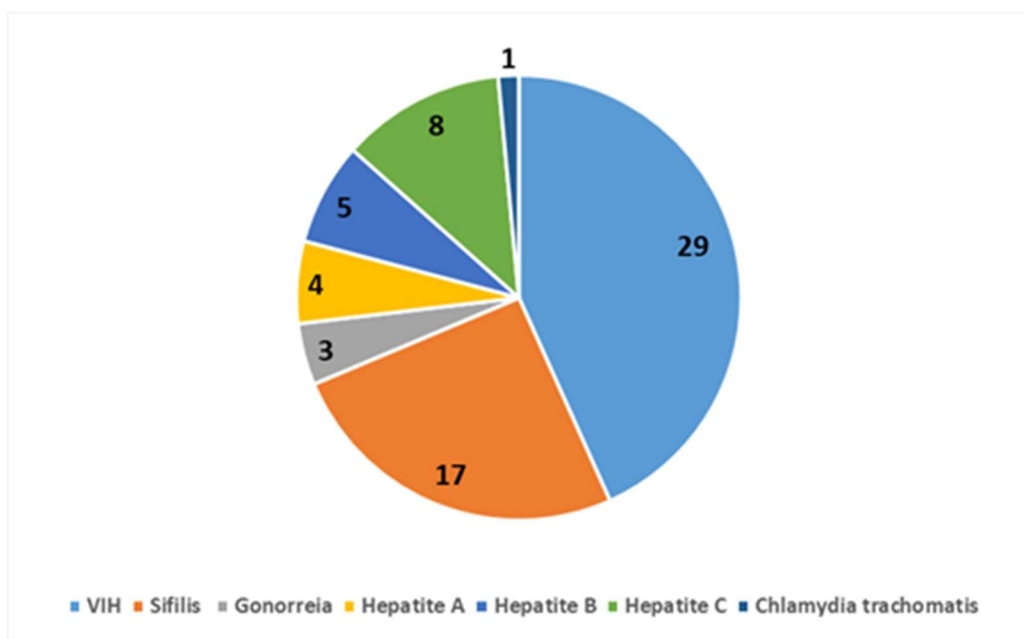
-Tumores malignos (TM) com maior prevalência: mama feminina, próstata e cólon/reto, em 1º, 2º e 3º lugar.

-Tumores Malignos com maior taxa de crescimento: estômago, laringe/traqueia/brônquios/pulmão e cólon/reto.

A taxa de novos casos de SIDA é de 1,9 por 100 mil (aumentou em 2016, e é ligeiramente superior à Administração Regional de Saúde do Centro - ARSC). A taxa de novos casos de infeção VIH é de 7,0 por 100 mil hab. (aumentou em 2016, embora ligeiramente inferior à ARSC, mas contraria a tendência decrescente regional e nacional).

Têm vindo a diminuir as taxas de notificação e de incidência de tuberculose, à semelhança da ARSC e Continente.

Verifica-se uma tendência crescente de notificações no ACeS DL. Em 2017, a infeção VIH (29), a doença invasiva pneumocócica (17) e a tuberculose (14), foram as **Doenças de Notificação Obrigatória** mais notificadas, tendo sido notificadas um total de 67 (figura 14) infeções sexualmente transmissíveis (IST).



Fonte: Perfil Local de Saúde do ACeS DL, 2018 a 2020

Figura 16: Infeções sexualmente transmissíveis notificadas em 2017

Principal causa de morte (triénio 2012-2014):

- Entre os 25-29 anos —> Causas externas;
- Entre os 60-64 anos —> Tumores Malignos;
- 75 e mais anos —> Doenças do aparelho circulatório.

Mortalidade prematura (idade inferior a 75 anos): os TM são a 1ª causa (38,2%; com valor ligeiramente superior à ARSC), doenças dos aparelhos circulatório (2ª) e digestivo (3ª).

Em termos de impactes na saúde humana, relacionados com a atividade

desenvolvida na exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, pode haver probabilidade do contágio de doenças, relacionadas, nomeadamente, com o contato com as aves e seus dejetos. Todavia, essa possibilidade está acautelada relativamente aos funcionários da Exploração, pela formação e desde que cumpridas as regras de higiene e segurança no trabalho, bem como as boas práticas ao nível de veterinária e de gestão dos efluentes produzidos. De referir que a todos os colaboradores, e para sua proteção, é assegurada a distribuição de equipamentos de proteção individual, bem como a realização de consultas médicas regulares no âmbito da saúde no Trabalho, não havendo até à data registo de qualquer fonte de contágio com origem na atividade desenvolvida.

Para além destes impactos, é ainda importante referir que a água para abeberamento das aves deverá apresentar boa qualidade, sob pena da saúde animal ser afetada, constituindo uma via de transmissão de doenças, nomeadamente aos trabalhadores da exploração pecuária.

Também a água para o consumo humano deve ser potável, de maneira a evitar contaminação e possível transmissão de doenças.

Neste sentido, é proposto Plano de Monitorização da Qualidade da Água destinada ao abeberamento dos animais e também da água utilizada pelos colaboradores da exploração.

Análise do ruído na saúde humana no local da exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista

Exposição contínua a níveis de ruído elevados pode causar graves efeitos sobre a saúde do Homem, que se manifestam fundamentalmente ao nível fisiológico, psicológico e social.

O grau de afetação resultante depende das características da própria fonte, frequência e intensidade do ruído, da sensibilidade do recetor e da duração da exposição ao ruído.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a exposição contínua a níveis de ruído superiores a 50 decibéis pode causar deficiência auditiva, verificando-se, no entanto, variação considerável de indivíduo para indivíduo relativamente à suscetibilidade ao ruído.

Na tabela seguinte (tabela 60) são apresentados alguns padrões estabelecidos e que indicam níveis de ruído que, em média, uma pessoa pode tolerar, e respetivos efeitos na saúde.

Tabela 61: Níveis de ruído toleráveis

Níveis de ruído	Reação	Efeitos
< 50 dB(A) (limite da OMS)	Confortável	Não se verifica
> 50 dB(A)	Organismo começa a sentir efeitos	
55 dB(A) a 65 dB(A)	Estado de alerta	Diminui o poder de concentração e prejudica a produtividade no trabalho intelectual. Aumenta a cortisona sanguínea, reduzindo resistência imunitária
65 dB(A) a 70 dB(A)	O organismo reage para tentar adaptar-se ao ambiente, reduzindo as defesas	Induz a libertação de endorfina, tornando o organismo dependente (o que leva a que muitas pessoas só consigam dormir com a televisão ou o rádio ligado, quando o ambiente é silencioso); Aumenta a concentração de colesterol no sangue.
> 70 dB(A)	O organismo fica sujeito a tensão degenerativa além de perturbar a saúde mental	Aumentam os riscos de enfarte, infeções, entre outras doenças graves.

Neste contexto, a Comissão Europeia e os países europeus têm vindo a emitir orientações de carácter legislativo, administrativo e técnico com vista à proteção dos cidadãos contra a poluição sonora.

Em Portugal, o quadro legal relativo a ruído ambiente consiste no Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, que aprova o Regulamento Geral de Ruído (RGR). Este decreto-lei foi retificado pela Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de março, e alterado pelo Decreto-lei n.º 278/2007, de 1 de agosto.

A legislação em vigor estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações, destinando-se a prevenir e controlar o ruído nos locais onde existam ou estejam previstos recetores sensíveis.

De acordo com a análise do ambiente acústico local realizada no EIA, junto aos recetores sensíveis identificados e mais expostos à atividade desenvolvida na Exploração do Hugo Henrique Figueiredo Baptista, os resultados das medições efetuadas evidenciam que são cumpridos os limites legais do RGR, pelo que não se prevê que o ambiente sonoro da área de estudo possa induzir efeitos negativos ao nível da saúde da população local.

Análise da qualidade do ar e seus efeitos na saúde humana no local da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista

A Qualidade do Ar é objeto de análise, visto que a poluição do ar pode constituir um foco de problemas a saúde humana, nomeadamente, levando-se em conta que a emissão de gases e poeiras têm vindo a mostrar-se como um elemento potenciador do desenvolvimento de doenças de foro respiratório.

Os efeitos dos poluentes atmosféricos na saúde têm vários fatores de influência, e dependem do tempo de exposição, da concentração e de características de cada indivíduo (idade, sexo, condição de saúde).

No EIA foi realizada uma caracterização da qualidade do ar na área de estudo, tendo por base os dados disponíveis para a estação de monitorização de Fornelo

do Monte, no ano de 2021, tendo-se verificado que nesse ano foi excedido o Valor Limite Diário para Proteção da Saúde Humana estabelecido na legislação para as partículas em suspensão e para o ozono.

Relativamente às partículas em suspensão, verificou-se a ocorrência de 3 dias em que foram ultrapassados os limites para as concentrações das partículas inaláveis em suspensão (PM10), não ultrapassando, contudo, as 35 excedências permitidas na legislação em vigor.

No que se refere ao ozono, a concentração alvo de $120 \mu\text{g}/\text{m}^3$, estabelecida na legislação, teve 40 excedências, e a concentração de $180 \mu\text{g}/\text{m}^3$, valor limite e informação, teve 6 excedências. Contudo, nunca ultraparam-se o valor limite de alerta $240 \mu\text{g}/\text{m}^3$, conforme referido no Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro.

Pelo exposto, os dados desta estação revelam que durante alguns períodos no ano de 2021, a qualidade do ar não apresentou as condições ideais para a proteção da saúde humana. Contudo, estes dados revelam também que as fontes poluentes identificadas não representam risco significativo para a qualidade do ar local, dado que, da comparação dos resultados obtidos com os valores definidos na legislação, constata-se que todos os poluentes monitorizados cumprem os respetivos valores legislados, pelo que não se prevê igualmente que a qualidade do ar na área de estudo possa induzir efeitos negativos ao nível da saúde da população local.

5.11.8 Rede Viária e Acessibilidade

O Plano Rodoviário Nacional (PRN) 2000 é um documento legislativo que estabelece as necessidades de comunicações rodoviárias de Portugal. Foi aprovado com a publicação do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, que revogou e substituiu o Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro. Foi submetido à Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 30 de outubro e alterado por apreciação parlamentar pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003.

O PRN 2000 define a Rede Rodoviária Nacional como sendo constituída pela Rede Fundamental constituída por Itinerários Principais (IP's), pela Rede Complementar, constituída por Itinerários Complementares (IC's) e pela Rede Nacional de Autoestradas.

O sistema de transportes e comunicações constitui um fator decisivo para o grau de crescimento e desenvolvimento socioeconómico de qualquer localidade. Mais do que corresponder às necessidades atuais, apresenta uma perspetiva de futuro, constituindo-se como um dos principais vetores de desenvolvimento sustentável, conjugando a mobilidade de pessoas e bens, com a racionalidade dos recursos e a modernização das infraestruturas e meios.

O concelho de Viseu está bem localizado em termos de acessibilidade, nomeadamente, através da A24, que faz a ligação entre a A25 e Chaves (fronteira com Espanha), através da IP3, que faz ligação à Coimbra, e, a partir desta, dando acesso à A1 e pela A25, que liga Aveiro (litoral) à Vila Formoso (Fronteira com Espanha).

O acesso à exploração avícola pode ser feito pela IP3, A24 e A25.

Seguindo-se na IP3, no sentido Coimbra - Viseu, sai-se da IP3 na saída 25 para a N2 em direção a Parada de Gonta/São Miguel do Outeiro, vira-se à direita em direção a N337, 1,2km. Na rotunda, segue-se pela 1.^a saída para Av. Fundo da Vila/N337, durante 3,0 km. Na rotunda, siga em frente até R. Cap. Leitão, 1,3 km. Continua-se até EM600, 3,7 km. Continua-se até R. Principal, 240m, chegando-se à Exploração.

A rede viária existente na zona permite um rápido e eficiente escoamento dos produtos obtidos na Instalação avícola, que se encontram numa situação privilegiada relativamente aos acessos.

Quanto ao aumento do volume de tráfego e periodicidade gerado pela unidade avícola, estima-se que o tráfego associado à instalação irá ser na ordem dos 270 acessos por ano, a que corresponde a um valor médio de 45 veículos por ciclo a que corresponde uma média de cerca de 1 veículo por dia, correspondendo a um valor bastante reduzido face aos volumes de tráfego verificados nas estradas nacionais principais de acesso à instalação avícola (Autoestradas A24, A25, IP3, N2 e 337).

5.12 Áreas Regulamentares

O Planeamento e Ordenamento do território constituem uma política fundamental para o desenvolvimento sustentável das regiões, integrando diversas medidas globais e sectoriais que contribuem para a promoção do desenvolvimento local e para o aumento das condições de vida das populações residentes. O conhecimento prévio da ocupação do solo, a análise das perspetivas de evolução demográfica e das variáveis de desenvolvimento social e económico, e os conceitos de proteção do ambiente e conservação da natureza, são alguns dos fatores mais relevantes para se implementar um correto e eficaz ordenamento do território, numa determinada área e/ou região.

Para o estudo da relação dos solos com as figuras de ordenamento, planeamento e áreas de uso condicionado (REN e RAN), consultou-se o Plano Diretor Municipal (PDM) da Câmara Municipal de Viseu, bem como, alguns Planos Especiais de Ordenamento do Território, nomeadamente os que definem as áreas protegidas da Rede Nacional de Áreas Protegidas no âmbito do Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de janeiro. De igual modo, foi consultado o Plano Programa de Ordenamento Florestal do Centro Litoral.

5.12.1 Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL)

Os programas regionais de ordenamento florestal (PROF) são instrumentos de política setorial de âmbito nacional, nos termos estabelecidos pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação atual, e desenvolvido pelo Decreto -Lei n.º 80/2015, de 15 de maio, que definem para os espaços florestais o quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, à escala regional, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.

Os PROF têm como objetivos estratégicos (n.º 3 do Artigo 4º da Portaria n.º 56/2019 de 11 de fevereiro):

- a) Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
- b) Especialização do território;
- c) Melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
- d) Internacionalização e aumento do valor dos produtos;
- e) Melhoria geral da eficiência e competitividade do setor;
- f) Racionalização e simplificação dos instrumentos de política.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, estabelece as bases da política nacional de ordenamento do território, estruturando e definindo os vários âmbitos do sistema de gestão territorial, assim como a forma como os programas e planos de natureza nacional, regional ou municipal se articulam entre si.

O RJIGT decorre da regulamentação da Lei n.º 31/2014 de 30 de maio – Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (Artigo 81º), regulamentando o seu conteúdo no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) são programas setoriais que defendem interesses públicos com expressão territorial, determinando políticas de gestão florestal concretas com incidência espacial necessariamente compatibilizadas com o programa nacional da política de ordenamento do território, os programas setoriais, os programas especiais, os programas regionais e os programas e planos de iniciativa municipal, que tenham a mesma incidência territorial. O Decreto-lei nº 16/2009 de 14 de janeiro, revisto pelo Decreto-lei 114/2010, define os PROF como *“Os planos regionais de ordenamento florestal (PROF) constituem instrumentos de gestão territorial de natureza sectorial, estabelecendo regionalmente o conjunto de normas que regulam as intervenções em espaços florestais. São estes instrumentos que contêm as normas específicas de intervenção, utilização e exploração dos espaços florestais, as quais têm como objetivo promover e garantir a produção sustentada do conjunto de bens e serviços a eles associados”*. Assim, os PROF são programas setoriais previstos no Artigo 39º do Decreto-lei nº 80/2015 de 14 de maio.

Desta forma, os PROF devem ter em consideração as orientações constantes no programa nacional da política de ordenamento do território e, em sentido hierárquico inverso, os programas regionais devem refletir o disposto nos PROF. Os programas e planos intermunicipais e municipais preexistentes à elaboração dos PROF, deverão ser atualizados caso a entrada em vigor dos PROF promova alterações nos mesmos, devendo estar claramente explícita a sua forma de adaptação.

O mapa síntese do PROF CL identifica as sub-regiões homogêneas, as zonas críticas do ponto de vista da defesa da floresta contra incêndios, as zonas sensíveis para a conservação da natureza, a floresta modelo, os municípios, os terrenos submetidos a regime florestal e os corredores ecológicos. A área onde se apresenta a exploração avícola em estudo, insere-se na sub-região Floresta da Beira Alta.

As três funções principais desta sub-região homogênea são (sem diferença de prioridade entre si): Produção, Silvopastorícia, Caça e Pesca e Proteção.

Os espaços florestais arborizados e os espaços florestais no total ocupam, respetivamente, 43,2% e 71,7% da superfície da sub-região homogénea. O eucalipto apresenta aptidão produtiva classificada como “Boa” em 97,2% do território da sub-região homogénea, sendo que essa fração no caso do pinheiro-bravo é de 75,4%. Os Matos e Pastagens ocupam 28,5% da superfície da sub-região homogénea. A produtividade cinegética é tendencialmente alta. A fração da área ocupada por ZIFs é de 15,6%. A composição dos povoamentos florestais é apresentada na Tabela 61 e 62.

Tabela 62: Ocupação do solo por Sub-região homogénea. Fonte: ICNF-IFN6

Ocupação do solo	Área (há)	% na superfície da sub-região homogénea
Acácias	250	0,14
Carvalhos	525	0,30
Castanheiros	225	0,13
Cortes únicos	275	0,16
Eucaliptos	6.950	3,95
Matos	26.050	14,82
Matos altos	2.275	1,29
Matos ardidos	2.850	1,62
Misto de permanentes	1.600	0,91
Olival	1.525	0,87
Outras folhosas	5.250	2,99
Outras resinosas	1.300	0,74
Pastagem de regadio	750	0,43
Pastagens de sequeiro	15.350	8,73
Pinheiro-bravo	58.450	33,24
Pinheiro -manso	275	0,16
Pomar	900	0,51
Povoamentos ardidos	75	0,04
Sobreiro	75	0,04
Temporária de regadio	14.200	8,08
Temporária de sequeiro	7.825	4,45
Vinha	4.425	2,52

Tabela 63- Usos do solo por Sub-região homogénea. Fonte: ICNF-IFN6

Uso do solo	Área (ha)	% na superfície da sub-região homogénea
Floresta	73.575	41,85
Matos e pastagens	47.275	26,89
Agricultura	30.475	17,33
Águas interiores e zonas húmidas	275	0,16
Improdutivos	6.250	3,55
Urbano	8.275	4,71

A fração das áreas com risco de erosão hídrica médio e alto na superfície da SRH é baixa (6%). A fração da perigosidade elevada e muito elevada de incêndio florestal na superfície da SRH é de 55,3%.

É comum a todas as sub-regiões homogéneas:

1 - Para cada sub-região homogénea são identificadas as espécies florestais a privilegiar, distinguidas em dois grupos (Grupo I e Grupo II) em resultado da avaliação da aptidão do território para as mesmas.

2 - Não podem ser efetuadas reconversões para outras espécies de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, exceto se for utilizada na replantação outra espécie igualmente do Grupo I, sem prejuízo dos regimes legais específicos de proteção de determinadas espécies e do regime jurídico das ações de arborização e rearborização.

3 - O recurso a outras espécies que não se encontrem identificadas no Grupo I ou Grupo II, ou reconversões em situações distintas das referidas no número anterior, tem de ser tecnicamente fundamentado, com base nas características da espécie a usar e condições edafoclimáticas do local de instalação, e ser devidamente autorizado pelo ICNF, I. P

4 - O disposto no n.º 1 não se aplica em reconversões de áreas ocupadas com espécies do Grupo I, quando a espécie a replantar for o azevinho (*Ilex aquifolium*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*) ou o sobreiro (*Quercus suber*) e estas espécies fizerem parte das espécies do Grupo II.

5 - Admitem -se reconversões de povoamento puro de espécies do Grupo I, para povoamentos mistos com espécies do Grupo II, se a espécie do Grupo I mantiver a dominância.

O artigo 23.º da Portaria 56/2019 de 11 fevereiro, estabelece para a sub-região homogénea o seguinte:

1 — Nesta sub -região homogénea, com igual nível de prioridade, visa -se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- a) Função geral de produção;
- b) Função geral de proteção;
- c) Função geral de silvopastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

2 — As normas de silvicultura a aplicar nesta sub -região homogénea correspondem às normas das funções referidas no número anterior.

3 — Nesta sub -região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

a) Espécies a privilegiar (Grupo I):

- i) Carvalho -alvarinho (*Quercus robur*);
- ii) Carvalho -português (*Quercus faginea*);
- iii) Castanheiro (*Castanea sativa*);
- iv) Eucalipto (*Eucalyptus globulus*);
- v) Medronheiro (*Arbutus unedo*);
- vi) Nogueira (*Juglans regia*);
- vii) Pinheiro -bravo (*Pinus pinaster*);
- viii) Sobreiro (*Quercus suber*).

b) Outras espécies a privilegiar (Grupo II):

- i) Carvalho -americano (*Quercus rubra*);
- ii) Carvalho -negral (*Quercus pyrenaica*);
- iii) Cedro -do -Buçaco (*Cupressus lusitanica*);
- iv) Cedro -do -Oregon (*Chamaecyparis lawsoniana*);
- v) Cerejeira -brava (*Prunus avium*);
- vi) Nogueira -preta (*Juglans nigra*);
- vii) Pinheiro -manso (*Pinus pinea*);
- viii) Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*)

Após a análise do mapa síntese, e no âmbito do atual quadro legislativo, a área em estudo não afeta os objetivos definidos neste plano, permitindo a continuidade do projeto.

5.12.2 Plano Diretor Municipal (PDM)

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Viseu foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/95 de 19 de dezembro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 10-F/96 de 31 de maio, alterado e republicado pelo Aviso n.º 12115/2013 de 30 de setembro. Atualmente o PDM encontra-se em revisão tendo sido aprovado de acordo com o Aviso n.º 7466/2021 de 22 de abril a prorrogação do prazo para alteração do Plano Diretor Municipal com adequação ao Decreto - Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Por deliberação datada de 3 de setembro de 2013, a CM Viseu decidiu pela aprovação do PDM — Plano Diretor Municipal — Ponderação e elaboração da versão final da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)». nos termos e para efeitos do disposto no n.º 8 do artigo 77.º do RJIGT — Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

De acordo com o PDM atualmente em vigor e conforme artº 2º, do aviso 12115/2013, constituem objetivos estratégicos da revisão do PDMV:

1. Concretização de uma política de ordenamento do território, garantindo as condições adequadas para um desenvolvimento socioeconómico sustentado, integrando as disposições e orientações de planos hierarquicamente superiores e dos instrumentos setoriais de gestão territorial.
2. Potenciar a importância de Viseu enquanto centro urbano de 1.º nível e as características específicas do concelho, face aos potenciais de competitividade, e à sua localização em relação aos corredores estruturantes, à dinâmica demográfica de acentuado crescimento e à relevância patrimonial e turística, bem como a preservação dos valores culturais e paisagísticos, com incidência direta na qualidade de vida das populações, potenciando rotas temáticas de *touring* cultural e paisagístico, promovendo ações conducentes ao reforço de sinergias com outros centros urbanos naturalmente integrados na constelação em torno de Viseu, reforçada pela criação de um grande interface rododiferroviário.
3. Definição de regras a que deverá obedecer a ocupação e a gestão urbanística do território municipal, visando a contenção de novas frentes urbanas desinseridas das existentes, numa ótica de coesão dos aglomerados.
4. Assegurar uma efetiva conectividade das áreas de maior valor ambiental e dos corredores ecológicos estruturantes e secundários, e da disciplina de uso das respetivas áreas.
5. Potenciar o aproveitamento económico e valorizar as componentes paisagísticas, económicas e ambientais da extensa mancha florestal do concelho.
6. Agilizar os mecanismos de gestão urbanística devidamente articulados com unidades operativas de planeamento e gestão, unidades de execução, planos de pormenor, ou outros instrumentos de gestão territorial, nomeadamente o plano regional de ordenamento do território ou planos setoriais, e que possibilitem também a aplicação de mecanismos atinentes à distribuição

perequativa de benefícios e encargos, em ordem a salvaguardar os objetivos específicos decorrentes, neste particular, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

7. Garantir a oferta e o acesso de todas as infraestruturas ambientais e tecnológicas disponíveis assente na adoção de um modelo de gestão sustentável do território, que garanta a inclusão e defesa dos princípios de eco-eficiência e de sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios.
8. Potenciar a identidade concelhia, fomentando uma imagem forte do concelho através da concertação com atores locais e participação da população, promovendo o envolvimento da comunidade nos processos de gestão do território.

Na Carta de Ordenamento do Território (Carta n.º 10), correspondente à cartografia do PDM, à escala de 1:25 000, verifica-se que a Exploração de Hugo Henrique Figueiredo Baptista insere-se na sua maioria na classe de “*Espaços Florestal de Produção*” e uma pequena parte na classe de “*Espaço Agrícola de Produção*”. É de salientar que o projeto propriamente dito (construção do pavilhão) irá se desenvolver em “*Espaço Florestal de Produção*”.

De acordo com o artigo 43 do aviso 1211/2013, os espaços florestais são compostos por áreas com vocação dominante para a florestação, ressaltando a especificidade do espaço florestal condicionado, e têm como função maior assegurar a conservação da natureza e da biodiversidade, a par do desenvolvimento de outras ações compatíveis com este objetivo, nomeadamente o aproveitamento de recursos geológicos, atividades agroindustriais e turísticas, visando, além da diminuição dos riscos de erosão dos solos, contribuir para a regulação do ciclo hidrológico terrestre, potenciando as componentes ecológicas e recreativas da paisagem, e organizados por sub-regiões homogêneas devendo a gestão ser efetuada de acordo com os objetivos e as normas/modelos de silvicultura, definidos para cada uma das sub-regiões homogêneas.

Os espaços Florestal de Produção, de acordo com o artigo 44, são constituídos por áreas sem condicionamentos particulares de intensificação, visando a produção de madeira, de biomassa, frutos e sementes, bem como de outros materiais vegetais e orgânicos, englobando as áreas de aproveitamento silvícola atual, incultos e pequenas áreas de uso agrícola.

Segundo o artigo 42, do aviso 12115/2013, o Espaço Agrícola de Produção, devidamente identificado na planta de ordenamento, abrange as áreas com características adequadas à atividade agrícola ou que a possam vir a adquirir, com base no aproveitamento do solo vivo e dos demais recursos e condições biofísicas que garantam a sua fertilidade, admitindo-se outras atividades ou usos desde que compatíveis com a utilização dominante.

No que diz respeito às instalações agropecuárias, o artº 28, do aviso 12115/2013, refere:

1 — As parcelas para a instalação de novas pecuárias em espaço agrícola de produção ou florestal de produção, devem salvaguardar os afastamentos decorrentes do PMDFCI, salvaguardando um índice de ocupação $\leq 20\%$ e com uma área mínima de 2500 m², e volumetria correspondente a um piso, sem prejuízo de outras condicionantes incidentes sobre a área.

2 — As instalações agropecuárias existentes e localizadas em solo urbano poderão ser ampliadas ou adaptadas, com vista a satisfazer condições ambientais, de sanidade, de bem-estar animal e de viabilidade económica, ficando condicionados à apresentação de um estudo de viabilidade técnica e económica, a atestar pela Direção Regional de Agricultura

5.12.2.1 Carta da Reserva Agrícola Nacional

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) instituída através do Decreto-Lei n.º 196/89 de 14 de junho e revogada pelo Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 199/2015 é o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

Segundo o Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 199/2015 de 16 de setembro a RAN constitui um instrumento de disponibilização do solo agrícola para os agricultores e contribui para a fixação da população ativa na agricultura, para a valorização da paisagem, para o melhoramento da estrutura fundiária e para o fomento da agricultura familiar.

A RAN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objetivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos.

A RAN tem como objetivos:

- Proteger o recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola;
- Promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território;
- Contribuir para a preservação dos recursos naturais;
- Assegurar que a atual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos às gerações seguintes pelos menos análogos aos herdados das gerações anteriores;
- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Adotar medidas cautelares de gestão que tenham em devida conta a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso “solo”.

A classificação das terras é feita pela Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (DGADR), com base na metodologia de classificação da aptidão da terra recomendada pela Organização da Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que considera as características agro-climáticas, da topografia e dos solos.

De acordo com a classificação referida anteriormente, as terras classificam-se em:

- Classe A1 – unidades de terra com aptidão elevada para o uso agrícola genérico;

- Classe A2 – unidades de terra com aptidão moderada para uso agrícola genérico;
- Classe A3 – unidades de terra com aptidão marginal para uso agrícola genérico;
- Classe A4 – unidades de terra com aptidão agrícola condicionada a um uso específico;
- Classe A5 – unidades de terra sem aptidão (inaptas) para o uso agrícola.

Integram a RAN as unidades de terra que apresentam elevada ou moderada aptidão para a atividade agrícola, correspondendo às classes A1 e A2.

As áreas RAN são obrigatoriamente identificadas a nível municipal nas plantas de condicionantes dos planos especiais e dos planos municipais de ordenamento do território.

Assim, de acordo com os princípios gerais definidos na legislação da RAN, identificaram-se ao nível do concelho, onde se insere o projeto da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, todas as áreas pertencentes à RAN, cujas delimitações se apresentam na respetiva cartografia do PDM, à escala 1:25.000 (vide Carta n.º 08).

Analisando a distribuição da RAN nos terrenos da instalação avícola e na sua vizinhança mais próxima, pode-se constatar que, a instalação avícola não intercepta solos classificados como RAN.

5.12.2.2 Carta da Reserva Ecológica Nacional

A Reserva Ecológica Nacional (REN) constitui um instrumento de ordenamento regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/20012, de 2 de novembro, Decreto-Lei 96/2013 de 19 de julho atualmente, pelo Decreto-Lei n.º 124/2019 de 28 de agosto.

Segundo o Decreto-Lei n.º 124/2019 de 28 de agosto, a REN *“é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pela sensibilidade, função e valor ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial.”* Segundo este mesmo documento, a REN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionantes à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

A REN tem por objetivos:

- Proteger os recursos naturais água e solo bem como salvaguardar sistemas e processos biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre, que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas;
- Prevenir e reduzir os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens;

- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Contribuir para a concretização, a nível nacional, das prioridades da Agenda Territorial da União Europeia nos domínios ecológicos e da gestão transeuropeia de riscos naturais.

Estas áreas são delimitadas tendo por base orientações estratégicas de âmbito nacional e regional e através da delimitação em carta de âmbito municipal.

Analisando a distribuição da REN nos terrenos da instalação avícola, e na sua vizinhança mais próxima, pode-se constatar que há existência de REN na área da exploração, no entanto, reiteramos que o projeto de ampliação não interfere com a parte da propriedade que está classificada como REN. (vd Carta n.º 07).

5.12.2.3 Carta de outras condicionantes

Da análise da Carta n.º 09, correspondente à respetiva cartografia do PDM de Viseu, à escala de 1:25.000, verifica-se na zona em estudo (incluindo o recinto da instalação e sua envolvente num raio de 1000 metros), a existência das seguintes condicionantes legais:

- Zona delimitada de pedreira
- Posto de transformação e distribuição elétrica
- Sistemas de tratamento de águas residuais
- Reservatórios de água
- IP3
- A24
- IP5
- A25

O projeto de avicultura não afeta diretamente nenhuma condicionante legal ou servidão.

5.12.3 Rede Nacional de Áreas Protegidas

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Diretivas n.º 79/409/CEE (Diretiva Aves) e n.º 92/42/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para travar a perda da biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

Nestas áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

No que diz respeito a esta figura de planeamento, pode-se constatar que a área da exploração avícola não está localizada em área incluída na Rede Natura 2000.

5.13 Gestão de Resíduos

5.13.1 Introdução e Metodologia

O presente capítulo tem como objetivo a caracterização do atual sistema de gestão de resíduos do concelho de Viseu, onde se localiza a instalação avícola em estudo e a identificação dos fluxos de resíduos e seus destinos finais, de forma a enquadrar o destino a dar aos resíduos e subprodutos gerados nesta fase de exploração da instalação em apreço.

5.13.2 Enquadramento Legal

O Regime Geral de Gestão de resíduos, Decreto – Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, aprova o regime geral da gestão de resíduos, o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro e altera o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos, transpondo as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.

Este diploma foi retificado a 21 de janeiro de 2021 através da declaração de retificação n.º 3/2021.

O mesmo diploma legal visa a transição para uma economia circular que garanta um elevado nível de eficiência na utilização dos recursos, a política e a legislação em matéria de resíduos devem respeitar, no que se refere às opções de prevenção e gestão de resíduos, a seguinte ordem de prioridades:

- a) Prevenção;
- b) Preparação para a reutilização;
- c) Reciclagem;
- d) Outros tipos de valorização;
- e) Eliminação.

Pretende-se através deste diploma que os consumidores adotem práticas que facilitem a reutilização dos produtos ou dos materiais, com vista ao aumento do seu tempo de vida útil, devendo os produtores de resíduos adotar comportamentos de carácter preventivo no que se refere à quantidade e perigosidade dos resíduos, bem como à separação dos resíduos na origem, por forma a promover a sua preparação para reutilização, reciclagem e outras formas de valorização.

O regime geral de gestão de resíduos (RGGR), aprovado em anexo ao Decreto - Lei n.º 102 -D/2020, de 10 de dezembro, estabelece as condições a aplicar na valorização de resíduos que permitam a atribuição de fim do estatuto de resíduo ao produto resultante, desde que seja evidenciado o cumprimento de critérios previamente definidos. Assim a transformação por compostagem ou digestão anaeróbia de efluentes pecuários (EP) e outros subprodutos de origem animal (SPA) e produtos derivados (PD) de forma estreme ou combinada com EP, configura a aplicação do fim de estatuto de resíduo aos produtos obtidos em resultado desses tratamentos.

O Sistema Integrado de Registo Eletrónico de Resíduos - SIRER (atual Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente - SIRAPA) agrega toda a informação relativa aos resíduos produzidos e importados para o território nacional e as entidades que operam no sector dos resíduos.

A Lista Europeia de Resíduos, LER, publicada pela decisão 2014/955/UE, da Comissão, de 18 de dezembro, que altera a decisão 2000/532/CE, da Comissão, de 3 de maio, referida no artigo 7.º da diretiva 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro, diz respeito a uma lista harmonizada de resíduos que tem em consideração a origem e composição dos resíduos. Esta decisão é obrigatória e diretamente aplicável pelos Estados membros. Assim, a partir de 1 de junho de 2015 passou a aplicar-se diretamente a decisão referida, no que diz respeito à classificação LER, e consequentemente, foi revogado o anexo I da portaria n.º 209/2004, de 3 de março.

O Decreto-Lei n.º 81/2013, de 14 de junho – aprova o novo regime do exercício da atividade pecuária (NREAP). Dos elementos instrutórios do pedido de autorização da instalação indicado na Secção I do Anexo III consta a documentação relativa a operações de gestão de resíduos e, a caracterização qualitativa e quantitativa dos resíduos e subprodutos animais gerados na atividade bem como descrição das medidas internas destinadas à sua redução, valorização e eliminação, incluindo a descrição dos locais de acondicionamento e de armazenamento temporário.

A Portaria n.º 79/2022 de 3 de fevereiro, que revoga a Portaria n.º 631/2009, de 9 de junho, define uma estratégia de gestão de efluentes pecuários alinhada com os objetivos da economia circular, nomeadamente a gestão racional dos recursos naturais e a reciclagem dos efluentes pecuários, enquanto fertilizantes orgânicos, e com a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI), esta última prevendo uma hierarquia de soluções que privilegia a valorização dos efluentes, bem como mecanismos de reforço da sua rastreabilidade, incluindo a implementação das guias eletrónica de transporte de efluentes pecuários (e -GTEP) e das guias eletrónicas de transporte de outros subprodutos animais (e -GAS) que a presente portaria agora consagra

5.13.3 Sistemas de gestão de Resíduos na Área em Estudo

No concelho de Viseu, a gestão dos resíduos sólidos urbanos é assegurada pela Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão.

A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão surgiu com o objetivo de criar um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos com vista à proteção do ambiente. Abrange atualmente 19 municípios (figura 15): Aguiar da Beira; Carregal do Sal; Castro Daire; Gouveia; Mangualde; Mortágua; Nelas; Oliveira de Frades; Oliveira do Hospital; Penalva do Castelo; Sta. Comba Dão; São Pedro do Sul; Sátão; Seia; Tábua; Tondela; Vila Nova de Paiva; Viseu e Vouzela.

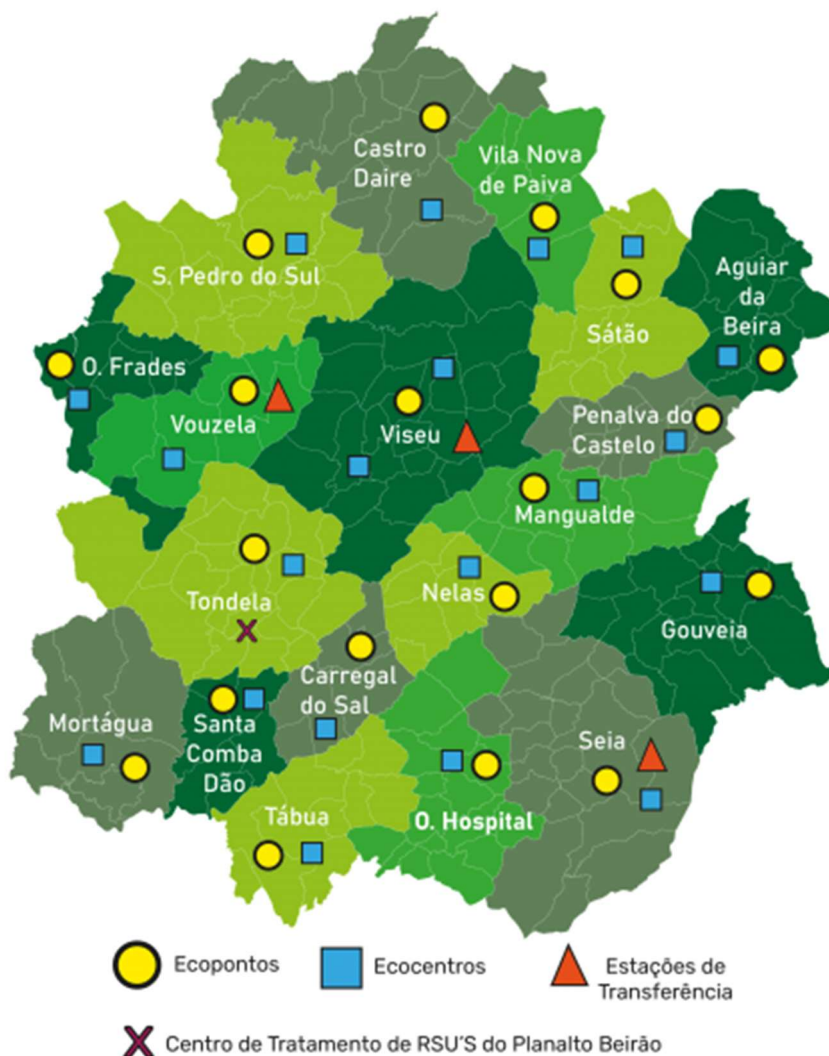


Figura 17: Municípios que compõem a AMRPB

Atualmente é composto por:

- 1 aterro sanitário
- 3 estações de transferência
- 1 estação de triagem
- 20 ecocentros com um total de 2770 ecopontos.
- 1 Central de Valorização Orgânica
- 1 Central de tratamento de resíduos sólidos urbanos

Durante o ano de 2021, o Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (SGRU), titulado pela AMRPB, tratou um total de 151.650 ton de resíduos sólidos urbanos, dois quais, 119.735 ton de origem em recolha indiferenciada.

Dada a localização da exploração, não existe recolha de resíduos por parte da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, localizando-se os ecopontos na povoação mais próxima, São Cipriano.

5.13.4 Resíduos e Subprodutos Gerados na Instalação Avícola

Neste capítulo são apresentados e caracterizados os resíduos e subprodutos gerados nesta fase de exploração da instalação, são avaliados os seus impactos no ambiente e sistemas de gestão existentes, identificando as medidas a adotar e o destino final a dar, consoante a tipologia de resíduos.

A produção de resíduos / subprodutos na instalação em estudo será proveniente das seguintes atividades:

- Metabolismo das aves;
- Instalações sanitárias;
- Limpeza e desinfeção dos pavilhões;
- Maneio e bem-estar animal
- Serviços administrativos

Os resíduos e subprodutos são apenas produzidos na fase de exploração.

Os resíduos produzidos na exploração avícola são armazenados no Parque de Resíduos na exploração em contentores estanques e devidamente identificados com Código LER respetivo de cada um dos resíduos produzidos. Quando é atingida a capacidade de armazenamento de cada um dos contentores, os resíduos são encaminhados para os operadores autorizados (Tabela 63)

Tabela 64: Resíduos gerados na fase de exploração

Cód. LER	Designação	Origem	Armazenamento	Local de deposição	Destino final	Temp máx. armazenamento
10 01 01	Cinzas da caldeira	Caldeira de aquecimento	Contentor metálico de 1000Kg	Parque de armazenamento de resíduos - P1 e P2	Utilizado na valorização agrícola na exploração	1 ano
15 01 0 10 (*)	Embalagens de PUVs e MV	Exploração: cuidados veterinários	Contentor em PVC	Parque de armazenamento de resíduos - P1	Carbovete	1 ano
15 01 10 (*)	Embalagens de detergentes e desinfetantes	Exploração: Desinfeção dos pavilhões	Caixa em PVC	Parque de armazenamento de resíduos - P1	Carbovete	1 ano
15 01 02	Embalagens de plástico – garrafas de água	Instalações complementares	Caixa em PVC	Parque de armazenamento de resíduos - P1	CESPA	1 ano
20 01 36	Resíduos de equipamentos elétricos, lâmpadas LED	Instalações complementares	Caixa em PVC	Parque de armazenamento de resíduos - P1	CESPA	1 ano

O Regulamento (CE) n.º 1069/2009, de 21 de outubro, estabelece as regras sanitárias relativas aos subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano. Neste diploma são definidas as regras de sanidade animal e de saúde pública aplicáveis à recolha, transporte, armazenagem, manutenção, transformação e utilização ou eliminação de subprodutos (tabela 61) animais. Este regulamento tem as suas medidas de execução definidas no Regulamento (UE) n.º 142/2011 de 25 de fevereiro de 2011.

O Decreto-Lei n.º 33/2017 de 23 de março, assegura a execução e garante o cumprimento das disposições dos Regulamento (CE) n.º 1069/2009 de 21 de outubro e do Regulamento (UE) n.º 142/2011 de 25 de fevereiro de 2011. O Despacho n.º 8442/2017, de 26 de setembro, cria a guia de acompanhamento de subprodutos animais e produtos derivados, que nos termos do n.º 3, do artigo 4º, do Decreto-Lei n.º 33/2017 de 23 de março;

De acordo com o Decreto-Lei n.º 33/2017 de 23 de março, o estrume é considerado um subproduto de categoria 2.

A gestão dos diferentes efluentes pecuários está legislada de forma integrada na regulamentação das atividades pecuárias, previstas no regime do exercício da atividade pecuária (REAP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 81/2013 de 14 de junho, na sua versão atualizada (DL n.º 20/2019 de 30 de janeiro) existindo um quadro de licenciamento para encaminhamento destes efluentes, no qual se dá prioridade à valorização agrícola, na perspetiva de devolver ao solo os componentes minerais e a matéria orgânica necessárias ao desenvolvimento vegetal, promovendo, ainda, a redução da necessidade de adubações minerais e minimizando os impactos negativos desses efluentes sobre o ambiente.

Fará parte integrante do projeto de Autorização para o Exercício da Atividade Pecuária, o Plano de Gestão de Efluentes Pecuários da exploração, elaborado de acordo com a Portaria 79/2022, de 3 de fevereiro, que estabelece as normas regulamentares a que obedece a gestão dos efluentes das atividades pecuárias e as normas relativas ao armazenamento, transporte e valorização de efluentes pecuários e outros fertilizantes orgânicos.

O estrume produzido nos pavilhões de recria é recolhido pela empresa Euroguano e procede à valorização agrícola do mesmo nas suas instalações, (vd. Anexos técnicos).

Das atividades que decorrem na instalação em estudo resulta ainda um subproduto que compreende os cadáveres das aves. Estes subprodutos são recolhidos pela empresa Cuniverde, lda e encaminhados para a unidade de transformação de subprodutos da empresa ITS, SA., que se encontra devidamente licenciada para o efeito (vd. Anexos técnicos).

Tabela 65: Subprodutos gerados na fase de exploração

Categoria	Designação	Quantidades produzidas estimadas/ano	Destino	Transporte	Local de armazenamento temporário
2	Estrume	1.160 ton	Euroguano,Lda	Euroguano, Lda	Não aplicável
2	Aves mortas	13.980 aves	ITS, SA	Cuniverde, SA	Arca congeladora
2	Chorume	129,68 m ³	valorização agrícola		Fossa estanque

6 Identificação e Avaliação dos Impactes

6.1 Definições

Neste capítulo do EIA iremos proceder à identificação e avaliação de impactes ambientais, para a posterior preconização de medidas de minimização (no capítulo seguinte). A análise de impactes ambientais versará sobre as diversas vertentes ambientais passíveis de virem a sofrer afetações (quer negativas quer positivas) com a ampliação da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, através da construção de um novo pavilhão. A fase de desativação será também objeto de análise nos descritores ambientais em que a mesma possa ter alguma interferência.

A metodologia de identificação dos aspetos e de avaliação de significância dos potenciais impactes negativos terá em conta as condições de operação normais e os potenciais impactes significativos associados a situações mais ou menos previsíveis, ou de emergência.

Definem-se abaixo, alguns conceitos relevantes para o processo de identificação dos aspetos e avaliação da significância dos impactes.

Incidência

- Direta: impacto diretamente associado à atividade executada sob o controlo da empresa.
- Indireta: impacto associado à atividade de fornecedores, prestadores de serviços e clientes, fora do ambiente da responsabilidade da empresa.

Classe

A importância dos potenciais impactes ambientais é avaliada como positiva ou negativa, consoante o efeito da ação se repercute na qualidade ambiental.

Reversibilidade

- Irreversível: Os efeitos decorrentes do impacto permanecem ao longo do tempo
- Reversível: Os efeitos decorrentes do impacto anulam-se, a médio ou a longo prazo, designadamente quando cessar a respetiva causa

Duração

- Temporário: O impacto apenas ocorre durante um determinado período
- Permanente: O impacto ocorre ao longo do tempo

Magnitude

A magnitude é definida como a medida de gravidade da alteração do factor ambiental (consideram-se questões como a extensão do impacto, sua periodicidade e seu grau de modificação). É também definida pela extensão do efeito daquele tipo de ação, sobre o fator ambiental em análise, em escala espacial e temporal. É classificada como:

- Reduzida
- Média
- Elevada

Significância dos Impactes

Indica a importância do impacto no contexto da análise. É classificada como:

- Pouco significativo:
- Significativo:
- Muito significativo:

No caso presente, esta avaliação incidiu essencialmente sobre a fase de construção e exploração considerando que:

- Se trata de um projeto que existe no local (já existem 2 pavilhões edificadas) e pretende-se o aumento do mesmo,
- O projeto será construído com recurso às melhores tecnologias disponíveis para a tipologia de atividade (avicultura intensiva).
- Uma vez implementado o horizonte temporal desta atividade é de longa duração, perspectivando que seja no mínimo de 50 anos.

6.2 Clima

6.2.1 Fase de Construção e Exploração

Os principais impactes no clima associados à exploração avícola relacionam-se com obstrução à livre circulação do ar, com a radiação absorvida e com as alterações da temperatura e humidade relativa.

As alterações da morfologia do terreno, devido à implantação do pavilhão, induzem a modificações nos padrões de drenagem das massas de ar, com incidência sobre os ventos locais e brisas. A destruição da vegetação e a impermeabilização do solo tem também consequências ao nível da radiação refletida e na evapotranspiração.

As características do edifício a construir e existentes na exploração não são suscetíveis de ocasionar ou influenciar significativamente a ocorrência de fenómenos meteorológicos que naturalmente já ocorrem no local, assim sendo, classificam-se os impactes microclimáticos anteriormente referidos como negativos, mas pouco significativos.

De um modo geral, considera-se que a exploração avícola em análise não é suscetível de causar impactes significativos no microclima da região onde se insere.

6.2.2 Fase de Desativação

A empresa de exploração avícola – objeto do presente estudo – não prevê a desativação da instalação em causa. No entanto, caso ocorra uma desativação, a revegetação do espaço construído proporcionará uma redução da Evapotranspiração e um aumento da retenção da humidade no solo. Considera-se um impacto positivo, direto, permanente, de magnitude reduzida e pouco significativo.

6.2.3 Alterações Climáticas

A circulação esporádica de veículos pesados, afetos a atividades fundamentais ao funcionamento da instalação avícola, como o transporte de matérias-primas,

produto final, subprodutos e resíduos, bem como a circulação diária dos funcionários em veículos ligeiros, está associada à emissão de GEE. Considerando que a produção de frango já ocorre há alguns anos (nos pavilhões já existentes – pavilhão 1 e 3), o impacto inerente à alteração proposta é considerado insignificante face à situação de referência.

O normal funcionamento da instalação avícola envolve a emissão de poluentes atmosféricos provenientes da atividade biológica das aves e da combustão de biomassa nas caldeiras de aquecimento.

Para estimar as emissões dos GEE Dióxido de Carbono (CO₂), Metano (CH₄) e Óxido Nitroso (N₂O), resultantes da combustão de biomassa nas caldeiras de aquecimento, recorreu-se a fatores de emissão definidos para equipamentos convencionais que utilizam combustíveis convencionais, no âmbito do PRTR (Documento de apoio aos cálculos PRTR), tendo se obtido os valores apresentados na tabela que se segue:

Tabela 66: Emissões provenientes da queima de biomassa nas caldeiras de aquecimento

Poluente	Total anual (kg/ano)
CO ₂	279.008,35
CH ₄	37,37
N ₂ O	10,71

Para estimar as emissões difusas provenientes da atividade biológica das aves, recorreu-se aos fatores apresentados no Manual de Apoio ao Preenchimento do Formulário PRTR, APA, 2015

Tabela 67: Fórmulas e Fatores de Emissão de Poluentes Atmosféricos

Poluente	Fator de emissão (kg/animal)	Unidades	Formula
CH ₄	0,117	Kg/ave	Kg/ano = NMA × Fator de Emissão
N ₂ O	1200	Kg/ano para 500 unidades de animais	Kg/ano = NMA × (Fator de Emissão/500) × (Peso médio/453)

O Número Médio de Animais (NMA) foi determinado com base na fórmula:

$$NMA_{PARCIAL (PAVILHÃO j)} = \sum_{i=1}^n \frac{n.^{\circ} \text{animais do bando } i \times \text{duração do bando } i \text{ (n.}^{\circ} \text{ de dias)}}{n.^{\circ} \text{ de dias do ano}}$$

Para o cálculo das emissões provenientes da atividade biológica dos frangos, foram utilizados os fatores de emissão correspondentes e considerado um peso médio de 2,1 kg/ave e uma duração média de cada ciclo de 40 dias (vide tabela 67).

Tabela 68: Emissões provenientes da atividade biológica dos frangos

Poluente	Total anual (kg/ano)
CH ₄	10.456,27
N ₂ O	994,31

A Tabela 68 inclui os resultados dos cálculos das emissões de Gases de Efeito de Estufa provenientes da atividade da exploração avícola.

Tabela 69: Emissões de Gases com Efeito de Estufa (t) provenientes da instalação

	CO ₂ (t)	CH ₄ (t)	N ₂ O (t)	Total
Queima de Biomassa	279	0,037	0,011	279,048
Frangos de carne	-	10,456	0,994	11,45
Total	279	10,493	1,005	290,498

Na tabela 69 procede-se a apresentação dos valores das emissões de gases com efeito de estufa concelho de Viseu no ano 2019 e as emissões de GEE totais previstas da atividade da exploração avícola. Verifica-se que a exploração avícola contribui para 0,157% das emissões de CO₂; 1,693% das emissões de CH₄ e 2,341% das emissões de N₂O, relativamente ao concelho.

Tabela 70: Emissões de Gases com Efeito de Estufa (t) reportados no ano de 2019 para o concelho de Viseu

	CO ₂ (t)	CH ₄ (t CO _{2eq})	N ₂ O (t CO _{2eq})	Total
Concelho de Viseu	178.099,39	619,77	42,93	178.762,09
Exploração Avícola	279	10,493	1,005	290,498

Embora a instalação avícola se encontre em funcionamento há vários anos, esta análise é importante na avaliação dos impactos que o aumento da atividade de engorda de frangos, pode ter na situação de referência das Alterações Climáticas.

Comparando os valores apresentados nas tabelas anteriores, a produção de frangos de carne, corresponde a 0,16% das emissões totais do concelho de Viseu estimadas para 2019.

Conclui-se então que a ampliação da exploração avícola terá um impacto negativo, direto, permanente, de magnitude reduzida e pouco significativo.

6.3 Geologia

6.3.1 Fase de Construção

O presente projeto implica a ampliação da referida exploração com a construção de um novo pavilhão de produção avícola (pavilhão 2), composto por um piso, localizado junto do pavilhão 3.

Considera-se que os grandes impactos ambientais da fase de construção já ocorreram no passado e não foram diagnosticadas situações de passivo ambiental que necessitem de correção. Durante esta intervenção, foram realizados os principais movimentos de terras, que produziram uma ligeira alteração da morfologia, tendo tido um impacto negativo, permanente, direto e localizado, pouco significativo.

Na construção do novo pavilhão, as mobilizações de terras serão de pequena dimensão. Serão construídas as fundações e impermeabilizada a plataforma de implantação, bem como a regularização de taludes, não se prevendo assim alterações relevantes na topografia do terreno.

Quanto à Tectónica e Sismicidade, não se espera que existam alterações. Não existem evidências diretas de falhas na área de estudo.

O impacte esperado é negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo.

6.3.2 Fase de Exploração

Durante a fase de exploração, manter-se-ão as alterações ocorridas na fase de construção. Deverá apenas haver manutenção das condições de drenagem e verificação da estabilização de taludes, para evitar fenómenos erosivos ou degradação da estabilidade da construção.

6.3.3 Fase de Desativação

Apesar de ser uma situação não prevista, a desativação da exploração avícola, envolverá a execução de um conjunto de atividades passíveis de originar impactes locais na geologia e geomorfologia. Estes impactes serão negativos, diretos, temporários, de magnitude reduzida e pouco significativos.

Caso a desativação da exploração venha a ser prevista, a mesma deverá ser efetuada mediante um plano próprio a elaborar na altura, salvaguardando o cumprimento de medidas de minimização de impactes ambientais.

6.4 Solos e Capacidade de Uso do Solo

6.4.1 Fase de Construção

O solo da área em estudo pertence à classe A, C e F de capacidade de uso do solo.

Os solos de classe A são solos suscetíveis para o uso agrícola intensivo, com poucas ou nenhuma limitações e com riscos ligeiros ou sem riscos de erosão.

Os solos de classe C, são solos com limitações acentuadas; riscos de erosão no máximo elevados; suscetível de uso agrícola pouco intensivo.

Os solos de classe F são solos com capacidade de uso muito reduzida, limitações muito severas; risco de erosão muito elevado; não suscetíveis de uso agrícola em quaisquer condições; severas e muito severas limitações para pastagens, matos e florestal; em muitos casos não é suscetível de qualquer exploração económica.

Os impactes sobre os solos nesta fase de trabalhos serão causados pela:

- ↳ Ocupação dos solos pelo pavilhão;
- ↳ Compactação dos solos, derivada à instalação de estaleiros de obra, criação de novos acessos de apoio à construção;
- ↳ Derrames acidentais de combustíveis, lubrificantes, tintas e outros materiais de construção que podem contaminar os solos

Estes impactes serão negativos, diretos, temporários, de magnitude reduzida e pouco significativos.

A compactação dos solos dever-se-á principalmente à circulação de veículos pesados e ligeiros e outras máquinas na nova área de exploração, uma vez que

nas áreas atualmente com funções industriais a camada de solo já se encontra compactada.

A circulação de veículos impõe ao solo, solicitações dinâmicas associadas às aplicações de cargas variáveis no tempo, tendo como principais consequências o aumento da impermeabilização do solo, a perda da sua capacidade de armazenamento de água e o incremento dos fenómenos de erosão.

Estes fatores são geradores de impactos negativos, sendo ainda possível minorá-los, condicionando a circulação e estacionamento de veículos aos acessos já existentes.

Assim sendo, os efeitos negativos e diretos, que decorrem da alteração do nível de estrutura do solo (devido a um novo arranjo das partículas), a diminuição da capacidade de armazenamento de água (devido ao aumento da densidade relativa) e o incremento dos fenómenos erosivos (devido à existência de áreas desprovidas de vegetação), são permanentes, de magnitude reduzida e pouco significativos, devido à restrita área que será afetada por este tipo de ações.

Quanto ao impacto de derrames acidentais de combustíveis, lubrificantes, tintas e outros materiais de construção que podem contaminar os solos, não são expectáveis impactos sobre os solos, uma vez que não é previsto o armazenamento destes produtos na exploração avícola. A manutenção e revisão de todos os equipamentos monitorizados será efetuada fora da exploração avícola numa oficina legalizada para o efeito.

Assim sendo, apesar de negativos, estes impactos consideram-se pouco significativos, de carácter temporário e reversível, e com magnitude reduzida, dada a reduzida área de intervenção.

6.4.2 Fase de Exploração

No que se refere aos solos, o impacto mais significativo associado à exploração avícola é a gestão do estrume retirado das instalações.

Este impacto poderia resultar do armazenamento inadequado dos estrumes na exploração avícola. No entanto, não se espera que este impacto venha a ocorrer uma vez que os estrumes serão recolhidos diretamente após o ciclo produtivo por uma empresa transformadora de subprodutos (Euroguano).

Tal como na fase de construção, poderá ocorrer impacto associado ao derrame acidental de combustíveis e lubrificantes dos equipamentos motorizados existentes na exploração. No entanto, estes impactos não são expectáveis uma vez que todos os equipamentos estão sujeitos a ações de manutenção e revisão periódicas, que se realizam fora da exploração avícola em locais definidos para o efeito (oficinas de mecânica).

Os impactos decorrentes da exploração da instalação avícola classificam-se, assim, negativos, diretos, permanentes, magnitude reduzida e pouco significativos.

6.4.3 Fase de Desativação

A empresa de exploração avícola – objeto do presente estudo – não prevê a desativação da instalação em causa. No entanto, no cenário de desativação da instalação, deverá ser efetuado um plano específico para o desmantelamento que assegure que as atividades necessárias sejam executadas com o mínimo prejuízo para os valores ambientais em geral e versando especialmente sobre as medidas de gestão de resíduos adequadas.

6.5 Recursos Hídricos e Qualidade da Água

Os impactes que se podem verificar sobre os recursos hídricos superficiais dizem respeito a aspetos qualitativos, relacionados com a possibilidade de contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

Face às características da área e ao tipo de intervenções, os impactes com maior significado relacionam-se com degradação da qualidade da água, designadamente por arrastamento de materiais sólidos pelas águas pluviais e eventual contaminação por poluentes orgânicos não perigosos.

6.5.1 Fase de Construção

Durante a fase de construção, ocorreram essencialmente ações de movimentação de terras e escavações.

Estas ações terão um impacto ao nível de uma alteração da drenagem natural da área do projeto, bem como ao nível da qualidade das águas superficiais e subterrâneas.

Nesta fase irá ainda ocorrer uma compactação dos solos resultante da circulação de veículos afetos à obra.

Assim sendo, da circulação de maquinaria e veículos pesados de transporte de material, que permitirá servir de apoio aos trabalhos a realizar durante a construção do terceiro pavilhão, constata-se que poderão ocorrer alterações nos processos hidrológicos, em especial naqueles que se relacionam com o binómio infiltração/escoamento, uma vez que esta operação pode causar uma diminuição no processo de infiltração, provocando acréscimos nos escoamentos superficiais e diminuição da recarga dos aquíferos. Tal situação é provocada pela compactação dos solos devido à circulação de veículos e maquinaria afeta à obra, podendo ocorrer perturbações ao nível do escoamento.

Por outro lado, a possibilidade de ocorrência de derrames acidentais de combustíveis e óleos também poderão originar impactes negativos, tanto nas águas superficiais, devido a escorrência, como nas águas subterrâneas, devido as infiltrações.

Neste sentido, um aspeto a ter em consideração, relaciona-se com a época de realização dos trabalhos de construção, a ser concretizada preferencialmente em período seco, dado que, caso se verifiquem derrames durante o período chuvoso, as águas da chuva poderão promover o arrastamento dos poluentes para os

recursos hídricos superficiais ou, por outro lado, os poluentes poderão infiltrar-se no solo e promover a contaminação das águas subterrâneas.

Pelo referido anteriormente, considera-se que os impactes ao nível dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, decorrentes das ações inerentes à fase de construção poderão constituir um impacto negativo, direto, temporário, magnitude reduzida e pouco significativo ao nível da drenagem da área em estudo.

6.5.2 Fase de Exploração

Durante a fase de exploração, os impactes nos recursos hídricos relacionam-se com a instalação e operação das atividades da exploração avícola.

A água de consumo é captada de um furo próprio devidamente licenciados (vd. Anexos) distribuída pela exploração para abeberamento das aves, instalações sanitárias e lavagem.

Estima-se um consumo anual total na ordem dos 7.138,87m³, sendo que 97,91% do consumo corresponde ao abeberamento das aves (vd Tabela 70).

Tabela 71: Consumo de água previsto na Exploração Avícola

Utilização	Consumo de água (m ³ /ano)
Abeberamento das aves	6.990
Consumo humano	19,2
Águas de lavagem	129,67
Total	7.138,87

Os impactes nos recursos hídricos relacionam-se principalmente com a produção de efluentes domésticos resultantes das instalações sanitárias e dos efluentes da exploração avícola resultantes maioritariamente das lavagens dos pavilhões após o fim de cada ciclo de produção. Outro impacto associado a este sector é a acumulação de resíduos das “camas” a céu aberto que caso ocorra lixiviação destes (carregados de matéria orgânica) poderão arrastar substâncias nocivas para as linhas de água. Estão previstos a produção de 1.160ton de estrume (resíduos das camas) por ano.

Nesta exploração, os resíduos das “camas” não serão acumulados nos terrenos adjacentes, serão recolhidos após cada ciclo e encaminhadas para uma empresa de produção de adubos orgânicos (Euroguano). Assim, não é esperado que ocorra o acima descrito.

As águas residuais domésticas são provenientes das instalações sanitárias da exploração avícola. Estima-se uma produção anual de 19,2m³. As águas residuais domésticas são encaminhadas para uma fossa estanque e sempre que for necessário a Junta de Freguesia de São Cipriano e Vil de Soito procederá à recolha das águas residuais domésticas.

Da lavagem e desinfecção dos pavilhões são originadas águas residuais, equiparadas a efluentes pecuários (chorume) pela Portaria n.º 79/2022 de 03 de fevereiro, enviados para duas fossas estanques com uma capacidade útil de 12,025m³ e 9,660m³, que recolhem as águas das lavagens provenientes dos

pavilhões 1 e 3. A quando á construção do pavilhão 2 irão ser construídas mais duas fossas estanques com 11,704m³ de capacidade cada.

Posteriormente, e após um período de retenção mínimo de 90 dias, prevê-se a sua retirada por cisterna e encaminhamento para valorização agrícola nos terrenos do operador, através de fertirrigação, de acordo com o definido no PGEP.

Dada a utilização de equipamentos de alta pressão, o consumo de água para a lavagem das áreas produtivas estima-se ser no máximo de 5l/m². Dada a área produtiva, estima-se a produção por ciclo de 21,61m³ de efluentes pecuários, que se traduz em 129,67m³/ano.

De um modo geral, caso sejam tomadas medidas cautelares, os impactes esperados na fase de exploração deste projeto serão negativos, diretos, temporários de magnitude reduzida e pouco significativos.

No que diz respeito aos recursos hídricos superficiais, em termos quantitativos, os impactes associados à ocupação por infraestruturas, dizem respeito a alterações do regime de escoamento das linhas de água atualmente existentes onde se processa a descarga de águas pluviais.

No entanto, considera-se este impacte negativo, direto, permanente, magnitude reduzida e pouco significativo, não se prevendo o aumento das áreas impermeabilizadas, nem um aumento dos caudais de ponta de cheia, nem a diminuição da recarga de aquíferos.

Refere-se que na carta militar se verifica a existência de uma linha de água. No local constata-se que a mesma é de carácter temporário, apresentando caudal apenas nos meses do ano com maior intensidade de precipitação.

Não se prevê a afetação da referida linha de água, durante as atividades de exploração da avicultura, no entanto, deverá haver especial cuidado em evitar os riscos de contaminação accidental.

6.5.3 Fase de Desativação

Não é previsto a desativação da instalação em causa. No entanto, caso esta venha a ocorrer envolverá a execução de um conjunto de atividades passíveis de originar impactes locais nos recursos hídricos. Nesta matéria, existe a probabilidade de gerar-se efluentes líquidos contendo hidrocarbonetos, durante o desmantelamento de equipamentos e tubagens. Estas são atividades que potencialmente originam alguma afetação na qualidade da água.

Apesar destes impactes negativos, pode-se afirmar que o desmantelamento das instalações, embora pouco provável, poderá ser avaliado como um impacte positivo, dado que, após remoção das infraestruturas e tratamento do solo nas respetivas zonas, este voltará a possuir as condições naturais de permeabilidade, potenciando a infiltração. Neste cenário o impacte afigura-se como positivo, direto, permanente, de magnitude reduzida e pouco significativo

6.6 Qualidade do Ar

6.6.1 Aspetos Gerais

Os impactos previsíveis na qualidade do ar decorrentes do empreendimento em avaliação apresentam características diferentes consoante se trate da fase de construção ou, posteriormente, da fase de exploração.

Durante a fase de construção os impactos resultam principalmente da poluição provocada pelas emissões de combustão e poeira, geradas pelo funcionamento dos veículos pesados e equipamentos utilizados em obra, bem como a libertação de partículas emitidas durante a construção/implantação do pavilhão novo.

Na fase de exploração, o impacto na qualidade do ar será proveniente das emissões relacionadas com a produção avícola.

6.6.2 Fase de Construção

Conforme referido, a fase de construção diz respeito apenas à construção de um novo pavilhão de produção avícola (pavilhão 2), não estando previstas outras alterações ou ampliações.

Neste contexto, uma vez que estas áreas já foram objeto de movimentação de terras, considera-se que o impacto ao nível da qualidade do ar, na fase de construção, relaciona-se apenas com as ações de edificação (montagem e implantação do pavilhão 2) e ainda circulação de veículos ligeiros e pesados afetos à obra, resultando desta forma a emissão de poeiras para a atmosfera, com consequente aumento das concentrações de material particulado no ar, óxidos de azoto, hidrocarbonetos e dióxido de enxofre, consubstanciando-se assim, num impacto negativo, permanente, direto e localizado, embora muito pouco significativo face à dimensão da intervenção.

Constata-se, face ao conjunto de intervenções, que as emissões de poluentes mais significativas referem-se às partículas em suspensão. A matéria particulada quando suspensa no ar fica suscetível de ser transportada por fenómenos atmosféricos, depositando-se no solo por queda gravítica ou por lavagem da atmosfera pela precipitação.

As emissões de elevadas quantidades de material particulado poderão verificar-se com maior intensidade nos períodos mais secos do ano, quer devido à normal intensificação dos trabalhos, quer pela facilidade de suspensão das poeiras em épocas menos húmidas. Assim, os meses de junho, julho, agosto e setembro deverão ser encarados como os mais propícios em termos de emissão de partículas e poeiras, devido à pouca precipitação. Dado que os restantes meses são mais chuvosos, os impactos decorrentes da construção/montagem dos pavilhões serão assim minimizados, em termos da existência de poeiras em suspensão.

Estes impactos serão mais significativos na qualidade do ar nas zonas próximas da construção. Contudo, se os trabalhos forem desenvolvidos durante a época mais seca, podem ser minimizados através da aspersão com água, nos locais de passagem de veículos e máquinas e nos processos de movimentação de terras.

Outro aspeto relevante na alteração da qualidade do ar local, é a emissão de gases poluentes, típicos do tráfego rodoviário, gerados pelos veículos pesados de transporte de material e, ainda, pelo funcionamento de equipamentos com motores de combustão interna, nomeadamente maquinaria e outros veículos afetos à obra, na fase de construção.

A circulação de maquinaria e veículos afetos à obra originará emissões temporárias de poluentes atmosféricos resultantes da queima de combustíveis tais como: o Monóxido de Carbono, resultante de reações e combustão incompletas; os Óxidos de Azoto, em particular o Dióxido de Azoto, originado em reações de combustão a elevadas temperaturas e os Óxidos de Enxofre, com especial incidência para o Dióxido de Enxofre, presente na composição do combustível e libertado após a sua combustão e, também, compostos orgânicos voláteis (COV: Aldeídos, Hidrocarbonetos, Cetonas, etc.), partículas e fumos negros.

Os locais onde os impactes na qualidade do ar anteriormente referidos se revestem de maior significado, correspondem aos recetores sensíveis à poluição atmosférica (locais de maior presença humana e sensibilidade ecológica). De salientar que os recetores sensíveis, (aglomerados populacionais) mais próximos do local em apreço referem-se à povoação de São Cipriano (a 412m a este da exploração avícola). O aumento esperado da concentração de material particulado e de gases poluentes no ar, não assume características de risco para a saúde da população circundante.

Neste contexto, considera-se que os impactes na qualidade do ar, decorrentes das atividades inerentes à fase de construção, serão negativos, diretos, temporários, magnitude reduzida e pouco significativos. Atendendo a que são impactes limitados à área em estudo, quer em termos de período de ocorrência (durante a fase de construção), quer em termos espaciais, uma vez que afetarão principalmente as áreas circundantes à obra, considera-se que serão de duração temporária.

A significância e magnitude destes impactes poderá ser minimizada, caso sejam implementadas as medidas de mitigação específicas para esta fase de execução do projeto, contempladas neste EIA.

6.6.3 Fase de Exploração

Os pavilhões destinados à criação intensiva de frangos de carne dispõem de equipamentos automáticos para as linhas de abeberamento e de comedouros, sistemas de aquecimento/arrefecimento, nebulização, sistemas de ventilação lateral combinado com janelas, que serão geridos por autómatos.

O sistema de aquecimento dos pavilhões é constituído por 2 caldeiras de ar quente a biomassa (casca de pinheiro, serrim, pellets) com capacidade calorífica de 580kWh cada. Uma localiza-se junto do pavilhão 1, servido somente este pavilhão. A segunda localiza-se junto do pavilhão 3 e para além do pavilhão 3 irá servir também o pavilhão 2. Os queimadores apresentam funcionamento automático, mediante a existência de um termóstato de temperatura.

O sistema de controlo das condições ambientais, para além do sistema de aquecimento, através da gestão dos sistemas de aquecimento do ar, engloba

também a regulação da temperatura e humidade do ar, através da gestão dos sistemas de arrefecimento do ar e ventilação.

A exploração possui, para o caso de ser necessário, uma caldeira de emergência a gasóleo agrícola de 395 kW, acoplada com um queimador a gasóleo.

Por sua vez, exteriormente, no recinto existem 4 silos de ração para abastecimento das respetivas áreas produtivas. No pavilhão 1 existe 2 silos de 20m³ de ração para abastecimento das respetivas áreas produtivas. No pavilhão 3 existe 2 silos de 15m³. Com a construção do novo pavilhão (pavilhão 2) está previsto a instalação de dois silos de 22m³. O fornecimento de ração a cada área produtiva faz-se a partir dos silos por meio de tubagem dedicada aos sistemas de alimentação no interior de cada pavilhão.

Neste contexto, os impactos na qualidade do ar, nesta fase, resultam essencialmente das emissões de poluentes atmosféricos gerados por fontes pontuais, associadas às chaminés de evacuação de gases das caldeiras de ar quente para aquecimento, e fontes difusas associadas ao sistema combinado de ventilação/arrefecimento, pelas ações conducentes à trasfega e enchimento dos silos de armazenagem da ração e à circulação de veículos.

As emissões resultantes do sistema de aquecimento (caldeiras a biomassa) incidem nos gases de combustão, designadamente, no Monóxido de Carbono, Dióxido de Carbono, Compostos Orgânicos Voláteis e Não Voláteis, Óxidos de Azoto e nas Partículas.

De salientar ainda que, ao longo do ciclo de exploração, ocorre a produção de subprodutos, (ex.: camas das aves com dejetos), o que poderá gerar a libertação de gases resultantes da degradação biológica dos dejetos das aves, designadamente gases de metano, amoníaco e gás sulfídrico.

Contudo, no momento de entrada em funcionamento do sistema de ventilação de ar forçado, com funcionamento automático, promove-se a dispersão rápida de todos os gases provenientes do interior dos pavilhões pelo que, dado o seu carácter difuso e residual, estas emissões não constituem um impacto significativo na degradação da qualidade do ar. Face ao tipo de funcionamento da produção, “por ciclo de produção”, tendo uma data prevista para a entrega das aves, a empresa responsável pela recolha do estrume é contactada para que no dia seguinte à saída do bando sejam recolhidos os dejetos, não havendo armazenamento local deste tipo de subproduto.

Neste sentido, a dispersão de gases e compostos orgânicos voláteis emanados pelos pavilhões é efetuada de uma forma célere, não provocando alterações significativas na qualidade do ar envolvente, pelo que se pode considerar o impacto negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo.

O abastecimento de ração para alimentação das aves da unidade avícola é assegurado por abastecimento externo, sendo que as operações de trasfega de matérias-primas dos camiões para os silos efetuam-se por bombagem em vácuo, em circuito fechado, pelo que a ocorrência de emissões difusas encontra-se reduzida ao máximo. Contudo, durante a operação de enchimento dos silos de matéria-prima poderá verificar-se a emissão esporádica de matéria particulada,

pelo que o impacto desta ação será igualmente negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo.

Com a implantação da unidade avícola, na fase de exploração, acrescem ainda as emissões de poluentes atmosféricos, decorrentes do aumento de veículos pesados de transporte de animais, matérias-primas, resíduos, entre outros.

O tráfego de veículos gerado pelo estabelecimento irá incidir essencialmente na circulação rodoviária de veículos ligeiros e pesados de mercadorias. Na tabela 71, apresenta-se a estimativa do tráfego gerado para provimento das necessidades gerais da exploração e o tráfego atualmente gerado.

Tabela 72: Resumo do tráfego de veículos gerados pelo projeto avícola

Atividades	Previsão de n.º de veículos pesados/ano	N.º de veículos pesados/ano atualmente
Entradas de matérias-primas: ração, material de cama, biomassa de aquecimento	126	84
Entrada e saída de aves	90	60
Saídas de resíduos e subprodutos	54	36
Total	270	180
Total/semana	5,19	3,46

Embora não seja exatável um aumento significativo do número de veículos pesados para fins logísticos da instalação, o projeto avícola irá gerar um ligeiro acréscimo na circulação rodoviária de veículos pesados, com interferência em especial na rede viária local e regional. De acordo com os dados calculados (vd Tabela 71) a circulação média de veículos pesados com destino à exploração passará de 3,46 veículos por semana para 5,19 veículos por semana.

Perante este enquadramento os quantitativos dos poluentes emitidos durante a fase de exploração serão variáveis, dependendo de inúmeros fatores, como sejam, o tipo e composição do combustível utilizado (gasolina ou gasóleo), o tipo de veículos (pesados e ligeiros), a sua idade e estado de conservação, a velocidade de circulação, o avanço tecnológico automóvel, o estado de conservação do pavimento e, ainda, a periodicidade/frequência das deslocações.

Não obstante este fato, embora de baixa magnitude, haverá sempre emissões de poluentes inerentes à circulação de veículos, sendo os principais poluentes atmosféricos emitidos: o Monóxido de Carbono, os Óxidos de Azoto, o Dióxido de Enxofre, os Compostos Orgânicos Voláteis, de entre os quais se destaca o Benzeno e as Partículas Totais em Suspensão.

Neste sentido, os impactos resultantes da concentração destes poluentes atmosféricos provenientes da movimentação de viaturas de transporte na exploração avícola, apresentam-se como pouco significativos para a qualidade do ar, tendo em conta o reduzido acréscimo de veículos pesados associados e a frequência com que as viaturas se deslocam à unidade avícola, pelo que constituem um impacto negativo, direto, permanente, com magnitude reduzida e pouco significativo.

Do exposto anteriormente e considerando o isolamento da exploração por área florestal e, ainda, a orografia natural do terreno permite concluir que nomeadamente as partículas serão depositadas localmente e os restantes poluentes serão de fácil dispersão pelo que o projeto não contribuirá para uma significativa degradação da

qualidade do ar, sendo os impactes na qualidade do ar, na zona do projeto, aceitáveis para uma exploração avícola desta tipologia, não sendo expectável a ocorrência de situações críticas de poluição atmosférica que possam afetar as zonas habitacionais e de sensibilidade ecológica (vegetação).

6.6.4 Fase de Desativação

A empresa proponente do presente estudo não prevê a desativação da instalação em causa. No entanto, caso esta venha a ocorrer, envolverá a execução de um conjunto de atividades passíveis de originar emissões de poluentes atmosféricos. Nesta matéria, a execução da demolição dos edifícios, as eventuais escavações e a circulação de máquinas constituem as atividades que potencialmente originam alguma degradação da qualidade do ar da zona envolvente com consequente incomodidade para as populações que habitam nas imediações da exploração.

Os principais poluentes atmosféricos originados e emitidos nas atividades anteriormente referidas são:

- Poeiras e partículas em suspensão – originadas pela exposição de grandes superfícies de solo que ficarão a descoberto, à ação do vento; pela movimentação de terras e resíduos de demolição; pela realização das escavações e pela circulação de veículos e outras máquinas de apoio às atividades construtivas, sobretudo na passagem de áreas não pavimentadas.
- Gases de combustão e partículas – provenientes principalmente das emissões dos veículos e de outras máquinas de apoio às atividades de demolição. Como principais poluentes com esta origem podem referir-se nomeadamente: o monóxido de carbono (CO), as partículas (TSP), os hidrocarbonetos (HC), os óxidos de enxofre (SOx), os óxidos de azoto (NOx) e os Compostos Orgânicos Voláteis (COVs).

De uma maneira geral, com base no exposto anteriormente, os impactes expectáveis sobre a qualidade do ar (durante a fase de desativação da instalação) serão negativos mas pouco significativos dado tratar-se de uma ação temporária, com pouca probabilidade de vir a ocorrer e dada a existência de poucos recetores sensíveis (população) nas imediações que se localizam a uma distância considerável.

6.7 Ambiente Sonoro

6.7.1 Fase de Construção

Na fase de construção do pavilhão 2 da exploração avícola, a movimentação dos veículos e o funcionamento dos equipamentos mecânicos na construção, provocará um aumento dos níveis de ruído.

Este impacte será durante as horas normais de laboração, pelo que o seu efeito será coincidente com o ruído ambiental de fundo próprio da vizinhança de uma zona urbana.

O referido impacte será direto, negativo, temporário com magnitude reduzida e pouco significativo.

6.7.2 Fase de Exploração.

O ruído emitido pelos alimentadores mecânicos, a entrada e saída de camiões e equipamento de limpeza contribuem para o ambiente sonoro dentro e fora dos pavilhões.

O nível de ruído gerado dentro dos pavilhões, uma vez que não existem recetores na envolvente imediata que possam ser afetados, prevê-se que o impacto seja pouco significativo.

Na fase de exploração, a movimentação dos veículos provenientes da atividade laboral na instalação avícola originará um impacto negativo, direto, permanente, com magnitude reduzida e pouco significativo.

6.7.3 Fase de Desativação.

Em caso de desativação da exploração, embora seja uma situação não prevista, verificar-se-á o aumento de ruído originando pela movimentação de veículos com resíduos da demolição, o que será um impacto negativo, direto, temporário, com magnitude reduzida e pouco significativo.

6.8 Sistemas Ecológicos

A caracterização da área efetuada para a situação de referência permitiu reconhecer que a área de estudo se encontra bastante alterada relativamente ao potencial natural descrito para a zona geográfica em questão. A ocupação humana histórica com práticas florestais, alteraram profundamente toda a área fazendo evoluir a ocupação de vegetação para monocultura de produção e presença pontual de elementos autóctones residuais e de baixo valor ecológico.

6.8.1 Fase de Construção

O espaço previsto para a implantação e com ocupação permanente é caracterizado pelo domínio de eucaliptos, assim sendo, pode-se considerar que a área afetada não apresenta coberto vegetal nem espécies florísticas de relevância. Reitera-se que na área de estudo não foram identificados habitats e/ou espécies florísticas com estatuto de proteção.

De entre os vertebrados, o grupo das aves é o que apresenta uma distribuição mais representativa nesta área. A área ocupada não apresenta especial aptidão para suportar áreas de alimentação e reprodução, o que, associado à não ocorrência de valores naturais de interesse para a conservação da natureza, nessa área, permite concluir que as espécies presentes estão familiarizadas com a presença e atividade humana e avícola, não se perspetivando qualquer alteração.

Os impactos negativos que se preveem associados à circulação de viaturas para transporte de materiais de construção e de resíduos, correspondem aos efeitos da dispersão de partículas (poeiras) sobre a capacidade de realização de fotossíntese e de respiração da flora existente nas imediações, induzindo um impacto negativo, direto, temporário, magnitude reduzida e pouco significativo.

Ao nível da fauna, poderá ocorrer alguma perturbação, com carácter temporário, que poderá promover o afastamento de aves e mamíferos, mas que será um impacte negativo, direto e indireto, temporário magnitude reduzida e pouco significativo.

A circulação de viaturas poderá, ainda, constituir uma situação de risco, apesar de esporádica, para o grupo da herpetofauna pelo eventual atropelamento de répteis ou de anfíbios, não sendo expectável a ocorrência destas situações de forma frequente. Considerando o baixo número de espécies potencialmente ocorrentes e não tendo sido identificadas espécies com elevado valor para a conservação da natureza, a sua ocorrência é pouco provável pelo que se considera que é um eventual impacte negativo, direto, pouco provável, magnitude reduzida e pouco significativo.

6.8.2 Fase de Exploração

A maior parte dos impactes sobre a flora e vegetação serão induzidos na fase de construção à quando à implementação do novo pavilhão.

Nesta fase, é expectável alguma perturbação provocada pela presença de pessoas e circulação momentânea de veículos, decorrentes do normal funcionamento da exploração avícola, no entanto, a boa capacidade de adaptação das espécies de fauna potencialmente presentes e a sua mobilidade, não são previsíveis impactes negativos e é expectável uma boa adaptação das mesmas às novas condições do local mantendo estas a frequência do local e envolvente próxima, como já ocorre atualmente.

6.8.3 Fase de Desativação

A empresa proponente do presente estudo não prevê a desativação da instalação em causa. No entanto, caso esta venha a ocorrer envolverá a execução de um conjunto de atividades que promovem a recuperação da flora e fauna inicialmente existente na área. Estas atividades trarão impactes positivos, diretos, permanentes, magnitude reduzida e pouco significativos.

6.9 Paisagem

No presente capítulo faz-se a avaliação dos potenciais impactes originados pelo empreendimento em estudo, com base nas características do projeto, na caracterização dos aspetos ambientais e estrutura visual da área diretamente afetada e da sua envolvente, em paralelo com visitas de reconhecimento local e análise de material fotográfico recolhido.

6.9.1 Fase de Construção

No cômputo geral, constata-se que o principal impacte negativo, ao nível da paisagem na fase de construção, relaciona-se com a implantação do próprio pavilhão (montagem e edificação) o que origina introdução de um novo elemento estranho à paisagem, consubstanciando-se num impacte negativo, permanente, direto, de magnitude reduzida e pouco significativo.

6.9.2 Fase de Exploração

Em fase de exploração, em toda a exploração avícola, será notória a alteração da paisagem por existência de elementos construídos na paisagem, o que se traduzirá num impacte negativo, direto, permanente, magnitude reduzida e pouco significativo.

6.9.3 Fase de Desativação

A empresa proponente do presente estudo não prevê a desativação da instalação em causa. No entanto, caso esta venha a ocorrer, envolverá a execução de um conjunto de atividades que promovam a recuperação do espaço anteriormente ocupado pelas instalações do aviário, serão realizadas e contribuirão fortemente para que o impacte seja positivo, direto, permanente, de magnitude reduzida e significativo

6.10 Património.

A determinação do potencial impacte que o projeto terá sobre o património arqueológico teve em consideração os seguintes aspetos: tipo de ações a realizar no decurso da empreitada, características do preexistente e da cobertura vegetal e grau de sensibilidade da área a nível patrimonial.

Não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais quer de origem arqueológica, arquitetónica, quer etnográfica nas áreas de incidência direta e indireta do projeto, nem identificados materiais arqueológicos.

Atendendo ao exposto, não há nada a opor à concretização do projeto, nem foram identificados impactes.

6.11 Socioeconomia

6.11.1 Fase de Construção, Exploração e Desativação

A tipologia de projeto em causa não é de molde a motivar especiais impactes ao nível socioeconómico.

Não se esperam impactes ao nível demográfico e de instalação de população, nem tão pouco ao nível de emprego total criado, seja qual for a fase do projeto considerada.

Os impactes socioeconómicos positivos mais expressivos resultam da exploração da instalação avícola, o qual estará intimamente ligado à produção de frango para consumo, o que terá como resultado a dinamização da economia

Assim, os impactes a este nível serão classificados como positivos, indiretos, permanentes, que poderão ter uma magnitude moderada e ser significativos.

Ao nível da criação de emprego direto, dado o número de trabalhadores que emprega (2 trabalhadores), não se considera este contingente capaz de alterar as condições demográficas do concelho. Contudo, a criação destes postos de trabalho significa sempre um impacto positivo significativo ao nível das condições de emprego da freguesia.

Em termos de efeitos negativos para o ambiente e a qualidade de vida das populações que habitam na envolvente, há a referir o transporte de matérias-primas, subprodutos gerados e produtos finais da exploração avícola que poderão estar na origem de alguma incomodidade.

Com o transporte de matérias-primas, de subprodutos gerados e produtos finais da instalação; prevê-se que o tráfego associado à instalação é da ordem dos 270 acessos por ano, a que corresponde a um valor médio de 5 veículos por semana e a uma média de cerca de 1 veículos por dia, correspondendo a um valor bastante reduzido face aos volumes de tráfego verificado nas estradas principais de acesso à instalação avícola. A circulação destes veículos irá causar incómodo nas povoações atravessadas ou naquelas que se encontrem na envolvente das vias mais frequentemente utilizadas. Além do incómodo, poderão ocorrer situações de degradação do pavimento das vias utilizadas por estes veículos. Atendendo ao reduzido tráfego associado à instalação face aos volumes de tráfego da rede viária local e regional, considera-se a ocorrência de impactos negativos, mas pouco significativos a nível local, causados pela circulação dos veículos afetos à exploração da instalação avícola

Face a análise aqui realizada aos impactos possíveis na saúde humana, no âmbito do EIA da ampliação da exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, observa-se como fator de maior probabilidade a transmissão de doenças pelo contato dos colaboradores com as aves e seus dejetos. Contudo, sendo um possível impacto negativo e significativo na saúde humana, este apresenta-se direto, temporário, de magnitude reduzida e minimizável.

6.12 Áreas Regulamentares

6.12.1 Plano Regional de Ordenamento Florestal de Centro Litoral

Após a análise do mapa síntese e no âmbito do atual quadro legislativo, a área em estudo não é afetada pelas condicionantes e objetivos definidos neste plano, permitindo a continuidade do projeto.

Neste caso pode-se considerar que não existem impactos nesta figura de ordenamento.

6.12.2 Plano Diretor Municipal (PDM)

Na Carta de Ordenamento do Território (Carta n.º 10), correspondente à cartografia do PDM à escala de 1:25 000, verifica-se que a exploração avícola insere-se na sua maioria na classe de “*Espaços Florestal de Produção*” e uma pequena parte na classe de “*Espaço Agrícola de Produção*”. É de salientar que o projeto propriamente dito (construção do pavilhão) irá se desenvolver em “*Espaço Florestal de Produção*”.

De acordo com o artigo 43 do aviso 1211/2013, os espaços florestais são compostos por áreas com vocação dominante para a florestação, ressaltando a especificidade do espaço florestal condicionado, e têm como função maior assegurar a conservação da natureza e da biodiversidade, a par do desenvolvimento de outras ações compatíveis com este objetivo, nomeadamente o aproveitamento de recursos geológicos, atividades agroindustriais e turísticas, visando, além da diminuição dos riscos de erosão dos solos, contribuir para a regulação do ciclo hidrológico terrestre, potenciando as componentes ecológicas e recreativas da paisagem, e organizados por sub-regiões homogêneas devendo a gestão ser efetuada de acordo com os objetivos e as normas/modelos de silvicultura, definidos para cada uma das sub-regiões homogêneas.

Os espaços Florestal de Produção, de acordo com o artigo 44, são constituídos por áreas sem condicionamentos particulares de intensificação, visando a produção de madeira, de biomassa, frutos e sementes, bem como de outros materiais vegetais e orgânicos, englobando as áreas de aproveitamento silvícola atual, incultos e pequenas áreas de uso agrícola.

Segundo o artigo 42, do aviso 12115/2013, o Espaço Agrícola de Produção, devidamente identificado na planta de ordenamento, abrange as áreas com características adequadas à atividade agrícola ou que a possam vir a adquirir, com base no aproveitamento do solo vivo e dos demais recursos e condições biofísicas que garantam a sua fertilidade, admitindo-se outras atividades ou usos desde que compatíveis com a utilização dominante.

No que diz respeito às instalações agropecuárias, o artº 28, do aviso 12115/2013, refere:

1 — As parcelas para a instalação de novas pecuárias em espaço agrícola de produção ou florestal de produção, devem salvaguardar os afastamentos decorrentes do PMDFCI, salvaguardando um índice de ocupação $\leq 20\%$ e com uma área mínima de 2500 m², e volumetria correspondente a um piso, sem prejuízo de outras condicionantes incidentes sobre a área.

2 — As instalações agropecuárias existentes e localizadas em solo urbano poderão ser ampliadas ou adaptadas, com vista a satisfazer condições ambientais, de sanidade, de bem-estar animal e de viabilidade económica, ficando condicionados à apresentação de um estudo de viabilidade técnica e económica, a atestar pela Direção Regional de Agricultura

Tendo em conta o que se encontra definido no artigo anterior, as condicionantes impostas à construção nas áreas “*Espaço Florestal de Produção*” e “*Espaço Agrícola de Produção*” não são previstos impactes nesta figura de ordenamento.

6.12.3 Carta da Reserva Agrícola Nacional (RAN)

Analisando a distribuição da RAN nos terrenos da exploração avícola e na sua vizinhança mais próxima, pode-se constatar que a instalação não intersecta solos incluídos na RAN.

Neste caso, pode-se considerar que não existem impactes nesta figura de ordenamento.

6.12.4 Carta da Reserva Ecológica Nacional (REN)

Analisando a distribuição da REN nos terrenos da exploração avícola e na sua vizinhança mais próxima, pode-se constatar que a instalação avícola não intersecta solos incluídos na REN.

Como tal, pode-se concluir que não existem impactes nesta figura de ordenamento.

6.12.5 Carta de Condicionantes e servidões

Da análise da Carta n.º 09, correspondente à respetiva cartografia do PDM de Viseu, à escala de 1:25.000, verifica-se na zona em estudo (incluindo o recinto da instalação e sua envolvente num raio de 1000 metros), a existência das seguintes condicionantes legais:

- Zona delimitada de pedreira
- Posto de transformação e distribuição elétrica
- Sistemas de tratamento de águas residuais
- Reservatórios de água
- IP3
- A24
- IP5
- A25

O projeto de avicultura não afeta diretamente nenhuma condicionante legal ou servidão. Como tal pode-se concluir que não existem condicionantes à exploração avícola.

6.12.6 Rede Nacional de Áreas Protegidas

Verifica-se que o projeto em análise não ira afetar áreas incluídas na Rede Natura 2000.

7 Análise de Riscos

O estudo de risco constitui na análise das características da instalação, equipamentos e processos instalados e das substâncias e materiais presentes, com vista à identificação dos perigos potenciais, baseando-se esta análise em conhecimentos técnicos e práticos deste tipo de exploração e na análise de cenários comparados, tendo por base outras explorações do mesmo tipo.

Neste estudo, o risco é a probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso e respetiva estimativa das suas consequências sobre pessoas, bens ou ambiente, expressas em danos corporais e/ou prejuízos materiais e funcionais, diretos ou indiretos.

Por forma a melhor avaliar os riscos presentes na área em estudo procedeu-se à análise do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu, atualmente em vigor, e à avaliação da informação relativa à avaliação nacional de riscos, disponibilizada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no seu site:

<http://www.prociv.pt/pt-pt/RISCOSPREV/AVALIACAONACIONALRISCO/Paginas/default.aspx>

A análise de risco, efetuada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, abrange 23 riscos (Tabela 72), sendo que para cada um deles, para além de um breve enquadramento territorial e histórico, se procede à análise da localização do risco e à síntese do respetivo cenário.

Na análise da localização do risco, caracteriza-se a distribuição geográfica da suscetibilidade do território de Portugal Continental face ao risco em causa com base na respetiva carta de suscetibilidade. Esta foi classificada em quatro classes (elevada, moderada, reduzida e nula/residual), em conformidade com o Guia Metodológico para a Produção de Cartografia Municipal de Risco e para a Criação de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) de Base Municipal (ANPC, 2009). Na localização do risco procede-se ainda à identificação dos principais elementos expostos por risco (população, edifícios, infraestruturas, etc.), dando-se destaque aos localizados em zonas de maior suscetibilidade.

Com base na informação mencionada acima (zonas de maior suscetibilidade e elementos expostos) procedeu-se à definição síntese de cenários, os quais constituem situações exemplificativas da manifestação do risco em causa. Adicionalmente, procedeu-se à parametrização de cada cenário relativamente ao seu grau de probabilidade, grau de gravidade e grau de risco.

O grau de probabilidade de cada cenário foi atribuído em função da respetiva probabilidade anual de ocorrência ou do período de retorno associado, de acordo com a Tabela 73.

Por sua vez, o grau de gravidade de cada cenário foi determinado pelo grau mais elevado entre os graus estimados para a população, ambiente e socioeconomia. Os critérios que apoiaram a atribuição do grau de gravidade (para a população, ambiente e socioeconomia) a cada cenário encontram-se apresentados na Tabela 74.

Tabela 73: Definição dos riscos analisados

Riscos Naturais	Designação
	Nevões
	Ondas de calor
	Ondas de frio
	Ventos forte
	Secas
	Cheias e inundações
	Inundação e galgamentos costeiros
	Sismos
	Tsunamis
	Movimentos de massa em vertentes
	Erosão costeira – Recuo e instabilidade de arribas
Riscos Tecnológicos	Acidentes rodoviários
	Acidentes ferroviários
	Acidentes fluviais/marítimos
	Acidentes aéreos
	Acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas
	Acidentes em infraestruturas fixas de transportes de produtos perigosos
	Incêndios urbanos

	Colapso de túneis, pontes e infraestruturas
	Ruturas de barragens
	Acidentes em instalações fixas com substâncias perigosas
	Colapso de edifícios com elevada concentração populacional
	Emergências radiológicas
Riscos Mistos	Incêndios rurais

Tabela 74: Graus de probabilidade

Grau de Probabilidade	Probabilidade Anual	Período de retorno (anos)
Elevado	>0,2	<0,5
Médio-alto	0,05 – 0,2	]5 – 20[
Médio	0,02 – 0,05	]20 – 50[
Médio-Baixo	0,005 – 0,02	]50 – 200[
Baixo	<0,005	>200

Tabela 75: Graus de gravidade

Grau de Gravidade	Impacto	Descrição
Residual	População	Não há feridos nem vítimas mortais
		Não há mudança/retirada de pessoas ou apenas de um número restrito, por um período curto (até 12 horas). Pouco ou nenhum pessoal de apoio necessário (não há suporte ao nível monetário ou material). Danos sem significado
	Ambiente	Não há impacto no ambiente
	Socioeconomia	Não há ou há um nível reduzido de constrangimentos na comunidade Não há perda financeira
Reduzido	População	Número de vítimas-padrão inferior a 50
		Retirada de pessoas por um período inferior a 24 horas. Algum pessoal de apoio e reforço necessário. Alguns danos.
	Ambiente	Pequeno impacto no ambiente sem efeitos duradouros
	Socioeconomia	Disrupção (inferior a 24 horas). Pequena perda financeira.
Moderado	População	Número de vítimas-padrão entre 50 e 200
		Retirada de pessoas por um de 24 horas. Algum pessoal técnico necessário. Alguns danos.
	Ambiente	Impacte no ambiente sem efeitos duradouros
	Socioeconomia	Alguma disrupção na comunidade (menos de 48 horas). Alguma perda financeira.
Acentuado	População	Número de vítimas-padrão entre 200 e 500
		Número elevado de retirada de pessoas por um período superior a 24 horas. Recursos externos exigidos para suporte ao pessoal de apoio. Danos significativos que exigem recursos externos
	Ambiente	Alguns impactes com efeitos a longo prazo.
	Socioeconomia	Funcionamento parcial da comunidade com alguns serviços indisponíveis. Perda significativa e assistência financeira necessária
Crítico	População	Número muito acentuado de vítimas-padrão (superior a 500).
		Retirada em grande escala de pessoas por uma duração longa. Pessoal de apoio e reforço necessário.
	Ambiente	Impacte ambiental significativo e/ou danos permanentes.
	Socioeconomia	A comunidade deixa de conseguir funcionar sem suporte significativo.

Por fim, atribuiu-se um grau de risco a cada cenário, em função dos respetivos graus de probabilidade e de gravidade, de acordo com a matriz de risco apresentada na Tabela 75.

Tabela 76: Matriz de risco – Grau de risco

		Grau de Gravidade				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
Grau de Probabilidade	Elevado	Risco baixo	Risco Moderado	Risco elevado	Risco extremo	Risco extremo
	Médio-Alto	Risco baixo	Risco Moderado	Risco elevado	Risco elevado	Risco extremo
	Médio	Risco baixo	Risco Moderado	Risco Moderado	Risco elevado	Risco extremo
	Médio-Baixo	Risco baixo	Risco baixo	Risco Moderado	Risco elevado	Risco extremo
	Baixo	Risco baixo	Risco baixo	Risco Moderado	Risco Moderado	Risco elevado

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu, é um plano geral e um instrumento que o Serviço Municipal de Proteção Civil, em sintonia com a Autoridade Nacional de Proteção Civil, dispõem para o desencadeamento das operações de proteção civil, com vista a possibilitar uma unidade de direção e controlo, para a coordenação das ações a desenvolver na gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave ou catástrofe a fim de prevenir, planear e coordenar as ações de socorro, os prejuízos, perdas de vidas e bens e o restabelecimento da normalidade. Foi elaborado com base na Resolução n.º 25/2008, de 18 de julho, relativa aos critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil.

O Plano Municipal de Emergência de proteção Civil de Viseu (PMEPCV) tem como objetivo precaver todos os riscos a que o Município está sujeito, assim como clarificar e definir as atribuições e responsabilidades que competem a cada um dos agentes de proteção civil.

O PMEPCV tem como principais objetivos:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de Proteção Civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação e comando das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- Minimizar as perdas de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer, o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências o justifique;
- Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessárias à gestão de acidentes graves ou catástrofes;

- Promover a informação das populações através de ações de sensibilização, tendo em vista a sua preparação e suscitar uma cultura de autoproteção promovendo a estrutura de resposta à emergência.

Com base no PMEPCV e através da análise do site da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, procedeu-se à identificação dos riscos passíveis de existirem na área de intervenção da exploração avícola e os meios de alarme e atuação.

7.1 Identificação de riscos

Os principais riscos de ocorrência de acidentes identificados na área de implementação do projeto de construção do pavilhão n.º 2 da exploração avícola são os que se encontram definidos na tabela que se segue:

Tabela 77: Riscos Passíveis de existirem na exploração

Riscos Naturais	Ondas de calor
	Secas
	Cheias e inundações
	Sismos
	Movimento de massas
	Radioatividade Natural
	Nevões
	Vagas de Frio
Riscos Mistos	Incêndios florestais
	Degradação e contaminação dos solos
Riscos relacionados com atividades humanas	Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas
	Acidentes industriais graves
	Incêndios urbanos
	Acidentes rodoviários
	Acidentes no transporte de substâncias perigosas
	Acidentes aéreos
	Cheias e inundações por rotura de barragens

7.1.1 Riscos Naturais

7.1.1.1 Ondas de Calor

Segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM), considera-se que ocorre uma onda de calor quando, num intervalo de pelo menos 6 dias consecutivos, a temperatura máxima diária é superior em 5º C ao valor médio diário no período de referência.

Este fenómeno está normalmente associado à expansão de massas de ar quente continentais e pode ocorrer em qualquer altura do ano, embora sejam mais frequentes e com maiores impactos no verão.

De entre os impactos que podem ter na população, são de destacar, os estados de desidratação nos idosos e nas crianças, podendo provocar mortes nos casos mais

extremos. Podem também provocar perdas económicas na produção agrícola e aumentar o risco de incêndios florestais.

O território onde se encontra o projeto é suscetível à ocorrência de ondas de calor devido à sua interioridade e elevada altitude. Assim, a probabilidade de a exploração ser atingida por este fenómeno é elevada (Vide figura 18), podendo induzir ao aumento da utilização do sistema de arrefecimento dos pavilhões.

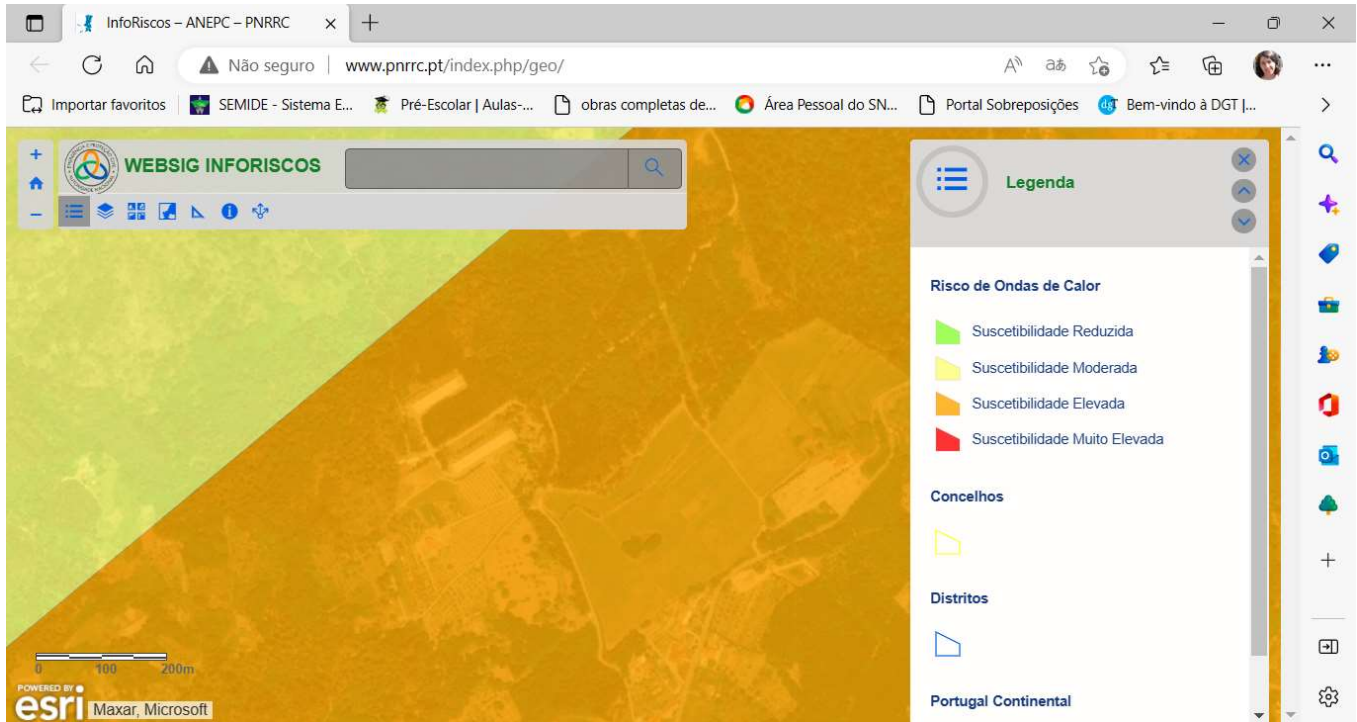


Figura 18: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de ondas de calor

Qualquer pessoa pode ser suscetível aos efeitos do calor, particularmente durante uma onda de calor, mas são especialmente vulneráveis as crianças nos primeiros anos de vida, idosos, quem tenha determinadas doenças crónicas (por exemplo respiratórias e circulatórias) e doentes acamados.

O PMEPCV define as seguintes regras de atuação para a minimização dos riscos de ondas de calor:

- Previsão e monitorização das condições meteorológicas – um acompanhamento sistemático da situação meteorológica é essencial para manter avisadas as populações e as entidades;
- Identificar a localização da população considerada como grupos de risco (bebés, idosos, doentes crónicos, mentais, obesos e acamados);
- Monitorização do estado de saúde da população – as ondas de calor tem efeitos prejudiciais na saúde humana, como tal importa monitorizar o estado de saúde dos grupos de risco de modo a adaptar/aumentar os tipos de intervenção;
- Transmitir informações à população – face a uma onda de calor é fundamental manter as populações informadas e conscientes dos riscos.

7.1.1.1.1 Impacto das alterações climáticas

O risco de ondas de calor será majorado com as alterações climáticas, tanto ao nível da frequência como da intensidade das ocorrências, especialmente durante o verão e outono. A contribuir para esta tendência, soma-se a tendência da temperatura média e da temperatura máxima subirem mais (cerca de 1,1°C-1,6°C) precisamente nos meses mais quentes (de junho a outubro). No mesmo sentido, o número de dias quentes (máxima superior a 35°C) e de noites tropicais (mínimas superiores a 20°C) tenderão a aumentar no verão.

7.1.1.2 Secas

As secas são acontecimentos climáticos normais e recorrentes, ocorrendo praticamente em qualquer ponto do globo, embora as suas características possam variar de região para região. Uma situação de seca encontra-se geralmente associada a longos períodos em que não ocorre precipitação, ou em que esta apresenta valores abaixo do normal.

As secas são caracterizadas pela escassez de água, com consequências negativas ao nível dos ecossistemas e das atividades socioeconómicas, e podem dividir-se em dois tipos:

- Secas meteorológicas – estão associadas à ausência de precipitação e caracterizam-se pela escassez de água induzida pelo desequilíbrio entre a precipitação e a evaporação, e dependem de fatores como a velocidade do vento, a temperatura, a humidade do ar e a insolação;
- Secas hidrológicas – estão associadas ao estado de armazenamento das albufeiras, lagoas, aquíferos e linhas de água, ocorrendo redução dos níveis de água no solo e nos reservatórios de superfície e subterrâneos.

Para além da escassez de água, as secas podem também estar relacionadas com o incorreto ordenamento do território, infraestruturas de armazenamento de água insuficientes, utilização excessiva das reservas hídricas subterrâneas, gestão incorreta do consumo de água e desflorestação do território.

O território de Portugal Continental apresenta suscetibilidade elevada a secas, com exceção da faixa costeira a norte do Tejo. De entre as zonas potencialmente mais afetadas, merece especial destaque o Algarve e a região interior do Baixo Alentejo, onde a suscetibilidade é muito elevada.

Os elementos expostos mais importantes, localizados em zonas de suscetibilidade elevada são os pequenos aglomerados habitacionais, ou seja a população humana, concentrada nomeadamente nos distritos de Bragança, Viseu, Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Santarém, Portalegre, Évora, Setúbal, Beja e Faro.

Segundo o ANEPC, o território onde se encontra o projeto, vd Figura 19, apresenta uma suscetibilidade elevada à ocorrência de secas.

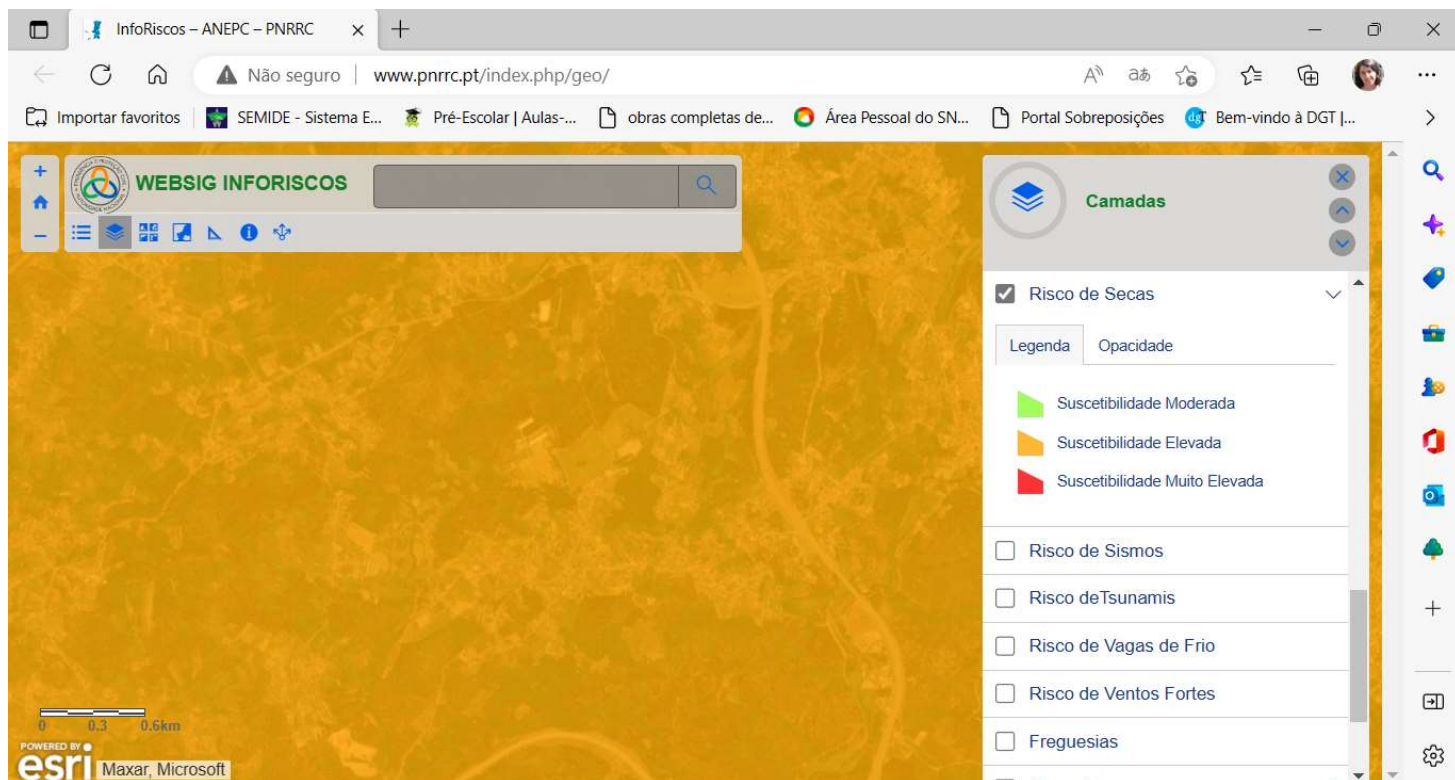


Figura 19: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de seca

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de seca:

- Criação de armazenamentos de água – a criação destes locais permite o armazenamento estratégico de água, de modo a amenizar as variações sazonais e anuais dos recursos hídricos;
- Tratamento de efluentes – execução de sistemas de tratamento de efluentes plenamente eficazes;
- Gestão integrada – é importante fazer uma gestão integrada das águas de superfície e subterrâneas;
- Sistemas de transferência – execução de sistemas de transferência de água interbacias hidrográficas;
- Utilizador – pagador – aplicação generalizada do princípio do utilizador - pagador
- Previsão e coordenação de situações de seca – um acompanhamento sistemático da situação através de um sistema de previsão e coordenação de situações de seca é essencial para manter avisadas as populações e as entidades;
- Campanhas de sensibilização com o intuito de sensibilizar a população para o uso eficiente da água e da preservação da qualidade da água.
- Medidas conjunturais
- Reutilização das águas para usos compatíveis, como por exemplo a lavagem de ruas, a rega, etc.
- Restrição ao uso da água – face a uma situação de persistência e agravamento de seca é necessária a imposição de medidas restritivas de alguns usos da água;
- Melhoria da eficiência dos sistemas – é necessário rentabilizar ao máximo os sistemas de abastecimento de água, reparando fugas, instalando contadores e aumentando a vigilância dos sistemas.

7.1.1.2.1 Impacto das alterações climáticas

As alterações climáticas terão provavelmente impactos significativos na distribuição temporal e espacial da disponibilidade dos recursos hídricos com consequências no risco de ocorrência de cheias e secas. Apesar da incerteza associada à evolução dos padrões de precipitação, é expectável que haja uma redução da precipitação durante a primavera, verão e outono. Este comportamento tem influência no número de dias de seca consecutivos, que apresentam, em geral, uma tendência de crescimento.

O índice de seca PDSI, que combina os efeitos da temperatura e precipitação, apresenta alterações significativas no séc. XX. Destacam-se as ocorrências no Alentejo em que as séries mensais do índice indicam que os episódios de seca foram mais frequentes e mais severos desde a década de 1980.

7.1.1.3 Cheias e Inundações

O risco de ocorrência de inundações está associado à ocorrência de precipitações intensas, repentinas ou prolongadas. O fenómeno não é frequente no local, mas caso ocorra, poderá produzir danos avultados. A probabilidade de ocorrência é muito reduzida, considerando que na propriedade, antes e após ampliação, a rede de drenagem de águas pluviais assegura o escoamento das águas, mesmo em situação de precipitação intensa. Aliado a este fator, na área da exploração não existe qualquer linha de água, existindo na propriedade uma linha de drenagem natural temporária, sem interferência direta na área de exploração

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de cheias e inundações:

- Construção de barragens, reservatórios e bacias de retenção;
- Regularização fluvial;
- Diques;
- Modificações da bacia de escoamento;
- Limpeza e desobstrução de sumidouros, valeta e outros canais de escoamento – a limpeza destes locais irá impedir a acumulação de águas pluviais;
- Verificação/reparação de eventuais desmoronamentos das margens de linhas de água – é essencial uma monitorização regular do curso da linha de água, de modo a detetar e reparar eventuais situações que possam levar a obstruções ou estrangulamentos;
- Aumentar as áreas naturais de prado e floresta ao longo dos cursos de água – em caso de cheia as áreas naturais de prado e floresta ao longo dos cursos de água irão favorecer a infiltração de água no solo;
- Reflorestação das áreas ardidadas – as áreas ardidadas tem menor capacidade de retenção de águas pluviais e são zonas sujeitas a arrastamento de material para as linhas de água, sendo deste modo fundamental proceder à sua reflorestação;
- Restrição na construção em zonas de risco – é essencial restringir a urbanização em zonas de risco de cheia ou inundação.
- Regulamentação e/ou zonamento de zonas inundáveis;
- Planos de emergência;

- Mapeamento das áreas suscetíveis a este risco - sendo que esta cartografia deverá ser um elemento preponderante no Plano Diretor Municipal;
- Implementação de sistemas de aviso e alerta;
- Criação de seguros;
- Educação ambiental;
- Planeamento do uso do solo;
- Incentivos às instalações de atividades menos vulneráveis às cheias.

7.1.1.4 Sismos

Os sismos ocorrem principalmente em zonas de falhas tectónicas e a sua duração é variável, raramente ultrapassando um minuto. Após o sismo principal geralmente seguem-se reajustamentos do material rochoso que dão origem a sismos mais fracos, denominados por réplicas.

Em Portugal Continental as regiões classificadas com suscetibilidade elevada a sismos distribuem-se maioritariamente pelos distritos de Faro (todo o Barlavento e a faixa Sul do Sotavento), Beja (faixa litoral), Setúbal (todo o Norte e a metade Oeste), Lisboa (toda a metade Este e uma estreita faixa litoral a Sul) e ainda o de Santarém (Centro e Sudoeste).

Entre os principais elementos expostos localizados em zona de suscetibilidade elevada a sismos estão os aglomerados urbanos mais populosos. A população, edifícios, equipamentos e infraestruturas destes aglomerados constituem por isso um importante elemento exposto ao risco de sismos. Entre estes, destacam-se os mais populosos localizados na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve.

No que respeita a infraestruturas de transporte, destacam-se os aeroportos e os portos marítimos a Sul de Lisboa (inclusive) por se localizarem em zona de suscetibilidade elevada. Ao nível das principais estruturas viárias em zonas de suscetibilidade elevada, destacam-se as principais autoestradas, pontes e ferrovias nos distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal e Faro. Nestes mesmos distritos, nas zonas de suscetibilidade elevada estão também várias unidades hospitalares e instalações de serviços e agentes de proteção civil.

Por fim, merece também referência a existência, em zonas de suscetibilidade elevada, de várias barragens, de linhas da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, de condutas da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural e do Oleoduto Multi-produtos Sines-Aveiras.

Na figura que se segue, verifica-se que a suscetibilidade de ocorrência de sismos na área de implantação do projeto de ampliação da exploração avícola é reduzida.

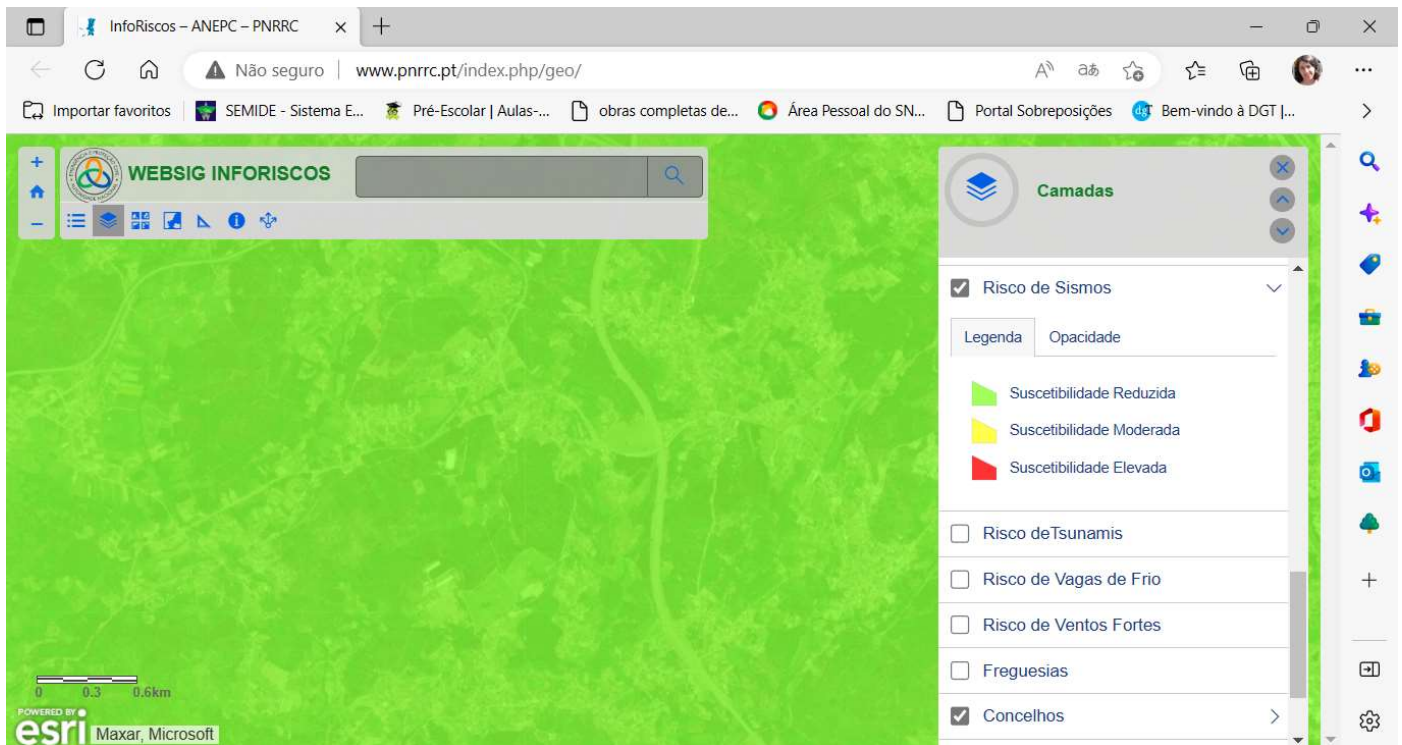


Figura 20: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de sismos

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de sismos:

- Elaboração de mapas de risco;
- Proibição de construção em zonas sísmicamente ativas;
- Novas construções com regras antissísmicas;
- Mobilização da opinião pública para os riscos;
- Proteção das pessoas – educação e legislação.

7.1.1.5 Movimentos de massa em vertentes

Os movimentos de massa designam um conjunto de fenómenos de rutura e movimento de grandes quantidades de rocha ou de terras, ocorrendo ao longo de um talude ou vertente, podendo ter origem em diversas causas.

Em Portugal Continental as regiões com maior suscetibilidade a movimentos de massa (grau de suscetibilidade elevado) são os distritos de Lisboa, Santarém, Coimbra, Guarda, Braga e Viana do Castelo. Destacam-se, no entanto, algumas zonas de concentração de áreas de maior suscetibilidade, como são o caso das vertentes das serras da Estrela e Lousã, e da linha de cintura a Norte de Lisboa. São ainda de referir, embora com uma menor suscetibilidade, as serras de Peneda, Soajo, Amarela e Gerês e ainda o vale do Douro entre a Serra do Marão e a Serra de Montemuro.

As principais vias rodoviárias (autoestradas e/ou itinerários principais) em zonas de maior suscetibilidade a movimentos de massa, localizam-se, principalmente, nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Porto, Viseu e Lisboa. É também nestes distritos que se localizam os principais aglomerados habitacionais e as ferrovias em zonas de suscetibilidade elevada ou moderada.

Na fase de construção do pavilhão 2, estes riscos assumem uma maior relevância na fase de escavações para implantação de fundações. No entanto, considerando que o terreno não apresenta desnível significativo, como tal, estes riscos são diminutos.

Os taludes existentes na propriedade encontram-se consolidados e estabilizados, e não se verificam, nem se preveem, situações de deslizamento de solos na fase de exploração. Como medida de minimização, preconiza-se a restrição, ao máximo, da área de intervenção, evitando a ocupação e alteração de áreas adicionais da propriedade e o cumprimento das normas de higiene e segurança em contexto de obra para autoproteção e prevenção de riscos.

Na área em estudo, a ANEPC considera que a suscetibilidade de risco de deslizamento/movimento de massas é inexistente, vd Figura 21.

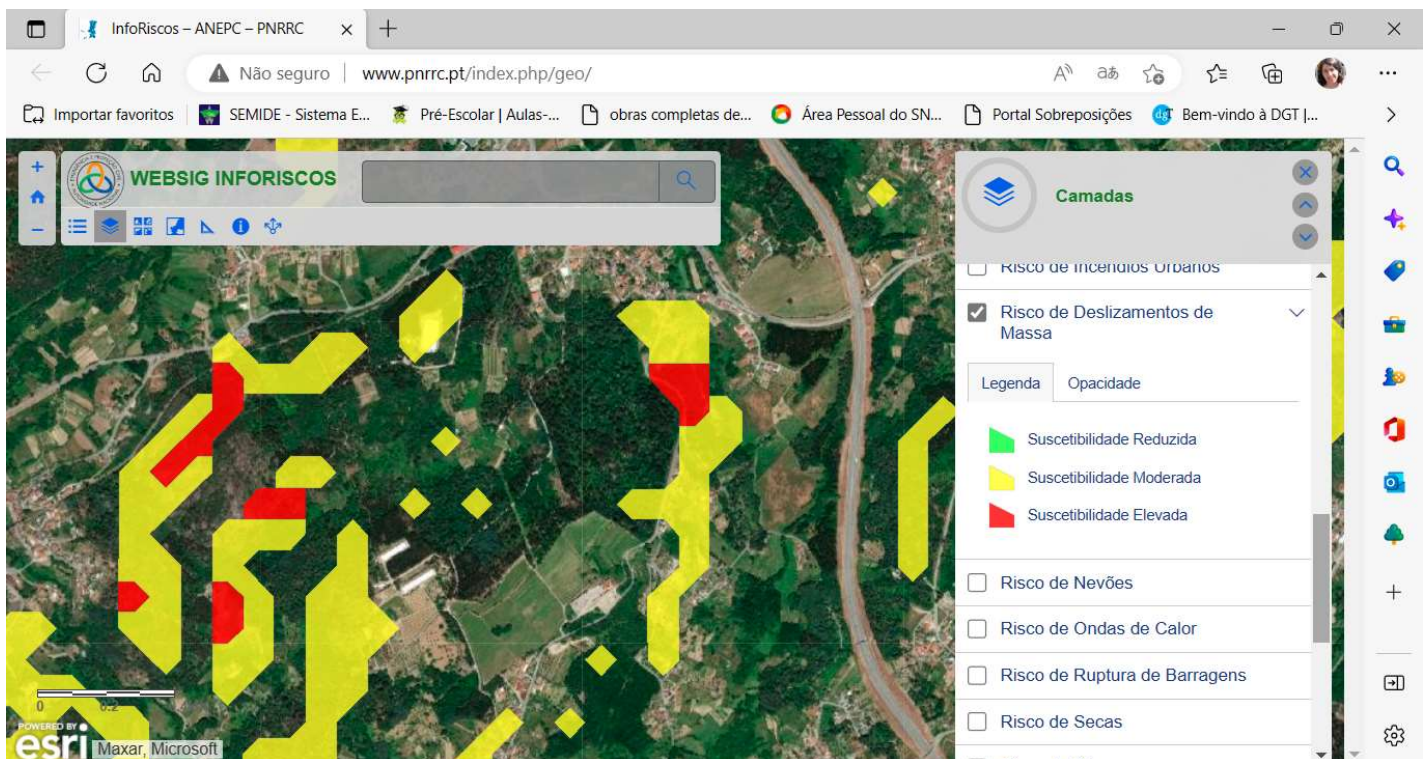


Figura 21: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de deslizamentos de massa

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de movimentos de massas:

- Proceder a uma monitorização contínua – um sistemático acompanhamento das zonas de risco é importante para perceber eventuais alterações nas vertentes;
- Controlar a drenagem – com o intuito de evitar que a água se acumule nas vertentes ou que atinja velocidades indesejadas, de modo a evitar a saturação de água no solo ou a erosão e assim minimizar eventuais movimentos de massa;
- Reformular a ocupação do território – proibir ou restringir a ocupação de zonas de elevada perigosidade;
- Construir muros retentores – a construção de muros de suporte com eficazes sistemas de drenagem irá reduzir a probabilidade de movimentos de massa;

- Reflorestação das vertentes – uma cobertura vegetal de crescimento rápido irá ajudar à fixação do solo e consequentemente diminuir os movimentos de massa;
- Pregagens – em algumas situações é possível efetuar pregagens para fixação das camadas ao nível rochoso estável;
- Aplicação de redes de proteção – a aplicação de redes impede a queda de pequenos fragmentos de rocha;
- Estabilização de taludes – estas intervenções para a estabilização de encostas visam regularizar a sua superfície e sempre que possível recompor artificialmente as condições topográficas;
- Evitar o aumento de carga em vertentes com grandes pendores – um aumento da carga no topo da vertente poderá acelerar o processo de movimento de massa;
- Evitar cortar as vertentes – o corte de vertentes, para abertura de estradas por exemplo, pode levar à destabilização da vertente.
- Pesquisar indícios de eventuais movimentações;
- Elaboração de cartografia sobre a suscetibilidade desta área a este risco;
- Elaboração de planos de emergência;
- Implementação de sistemas de vigilância, deteção e fiscalização (monitorização contínua) nas áreas mais suscetíveis a este risco, especialmente se existir indícios de anteriores movimentações;
- Planeamento do uso do solo - impedir a construção em vertentes com pendores grandes;
- Criação de seguros.

7.1.1.6 Radioatividade Natural

A radioatividade natural resulta, basicamente, de quatro fontes principais:

- Exalação para a atmosfera de rádio (Rn), na forma dos radionuclídeos ^{222}Rn e ^{220}Rn , formados através da desintegração radioativa dos radionuclídeos de rádio (Ra), ^{226}Ra e do ^{224}Ra (constituintes naturais de solos e rochas) pertencentes às séries radioativas naturais do urânio e do tório, respetivamente. Um bom exemplo é a ocorrência do chumbo, ^{210}Pb , descendente com um longo período de semi-vida do ^{222}Rn ;
- Formação de radionuclídeos cosmogénicos, como por exemplo o berílio, ^7Be , através da interação da radiação cósmica com gases atmosféricos como o carbono, o azoto e o oxigénio;
- Radioatividade natural tecnologicamente aumentada, resultante da utilização industrial de matérias-primas que contêm radionuclídeos naturais;
- Radionuclídeos artificiais, produtos de cisão e ativação, em virtude de atividades antropogénicas (testes nucleares, produção de energia elétrica por via nuclear, produção de radioisótopos, acidentes, etc.).

Independentemente da sua origem, os radionuclídeos podem ocorrer na atmosfera na forma gasosa ou particulada (associados ao aerossol atmosférico). Em geral, a forma particulada é a que representa maior risco radiológico, uma vez que essas partículas interagem com a biosfera, através de processos de transporte e deposição atmosférica.

A exposição do homem à radioatividade pode afetar a sua saúde, nomeadamente, através de alterações genéticas e aparecimento de diversos tipos de neoplasias

(leucemia, cancro do pulmão, pele e estômago, entre outros). A exposição pode ser direta (nomeadamente por exposição do ser humano à fonte de radiação) ou por via indireta através do meio ambiente (ar, água, solo, alimentos) devido à introdução accidental daquelas substâncias no meio ambiente.

Portugal mantém operacional, desde 1989, uma Rede de Alerta de Radioatividade no Ambiente (RADNET) em funcionamento contínuo e capaz de detetar situações de aumento anormal de radioatividade no ambiente.

Esta rede, medindo em contínuo a radiação gama no ar, em aerossóis e na água dos principais rios internacionais (Tejo, Douro e Guadiana), integra várias estações de medição distribuídas pelo território continental e regiões autónomas, com o pressuposto de garantir uma boa cobertura da zona da fronteira com Espanha, dos grandes centros populacionais de Portugal e de locais relevantes para o trânsito de matérias radioativas. Conta atualmente com 23 estações para medição da radiação no ambiente.

Na área em estudo a ANEPC, considera que a suscetibilidade de risco de emergências radiológicas é moderada, vd Figura 22.

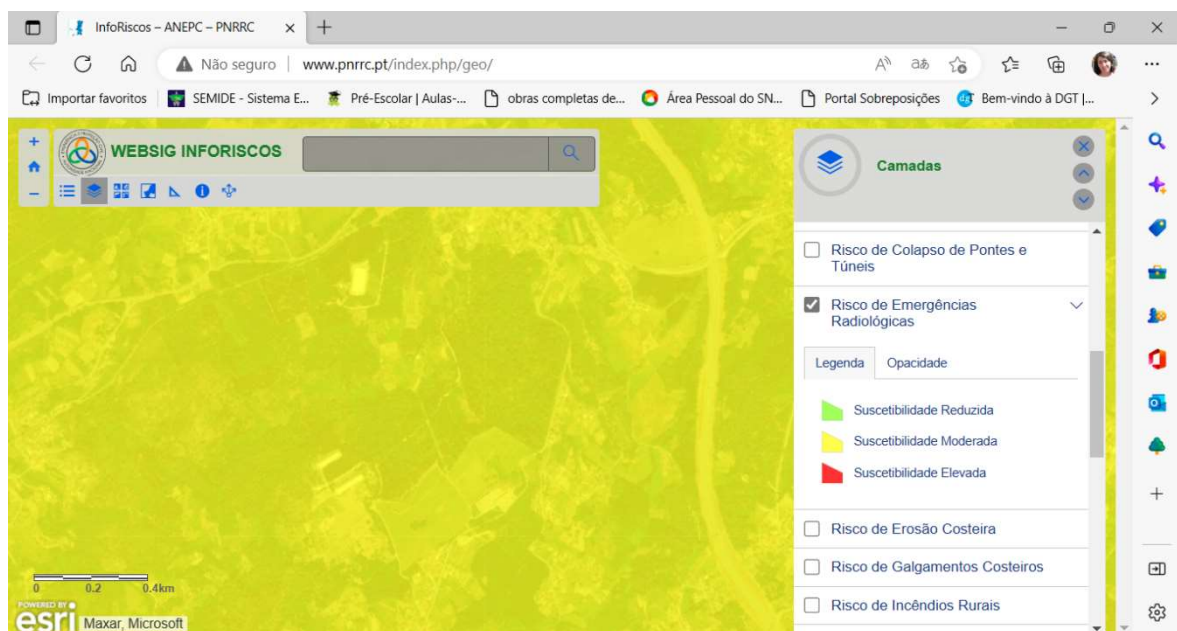


Figura 22: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de deslizamentos de massa

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de radioatividade natural:

- Ventilar naturalmente os espaços;
- Sellar fendas existentes no pavimento e juntas das tubagens, de modo a impedir as entradas de radão no solo;
- Colocar no pavimento membranas que sejam impermeáveis ao ar (radão);
- Ventilação mecânica de modo a diminuir a pressão existente no espaço subjacente às construções.

7.1.1.7 Nevões

Em Portugal Continental as regiões classificadas com suscetibilidade elevada a nevões são as serras situadas a maior altitude e mais afastadas da orla costeira,

nomeadamente as serras da Peneda, Gerês, Barroso, Cabreira, Padrela, Marão, Alvão, Bornes, Nogueira, Coroa, Montezinho, Arada, Montemuro, Leomil, Malcata, Estrela, Açor, Lousã, Gardunha e Alvelos.

As principais vias rodoviárias (autoestradas e/ou itinerários principais) em zonas de maior suscetibilidade a nevões são por isso mais propensas a ficarem intransitáveis devido à neve. Estas, localizam-se principalmente nos distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda. No que respeita aos principais aglomerados urbanos, aqueles que estão situados na proximidade de zonas de maior suscetibilidade a nevões, e por isso mais propensos a ficarem isolados ou com acesso fortemente condicionado, localizam-se também nos distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda.

Relativamente à rede nacional de transporte de eletricidade em muito alta tensão, constata-se que existem várias linhas em zonas de maior suscetibilidade a nevões, que, por isso, estão mais sensíveis ao perigo de colapsar, devido ao peso da neve acumulada. Estas linhas estão essencialmente distribuídas pelos distritos de Vila Real, Bragança, Viseu e Guarda.

Através da consulta do site da ANEPC, verifica-se que a suscetibilidade de ocorrência de nevões na área de implantação do projeto de ampliação da exploração avícola é inexistente

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de nevões:

- Elaboração de cartas de risco;
- Previsão e monitorização das condições atmosféricas;
- Aviso à população;
- Efetuar recomendações à população;
- Desobstrução e limpeza das vias de comunicação;
- Distribuição de sal nas estradas;
- Adoção de métodos de controlo.
- Apoio à população em localidades isoladas;
- Distribuição de agasalhos à população carenciada;
- Consolidar telhados, portas e janelas;
- Escolha de culturas resistentes para os locais de maior risco.

7.1.1.7.1 Impacto das alterações climáticas

Considerando os índices relacionados com o tempo frio, espera-se que a probabilidade de ocorrência de nevões tenderá a reduzir-se. Para o período 2011-2040, no cenário climático RCP 8.5, o ensemble de modelos projeta um aumento entre 0°C e 2°C da temperatura mínima de forma particularmente homogénea no território durante o inverno. Esta tendência tem efeito direto diminuindo o número de dias de geada (mínima inferior a 0°C).

Por outro lado, a possibilidade da precipitação intensificasse no inverno, por intermédio do aumento no número de dias de precipitação forte, podendo agravar a intensidade de certas ocorrências de nevões. Contudo, esta tendência não é ainda significativa para o período 2011-2040 considerando o número de dias com precipitação superior a 20 mm.

7.1.1.8 Vagas de frio

Segundo a OMM, uma vaga de frio ocorre quando, num período de 6 dias consecutivos, a temperatura mínima do ar é inferior em 5°C ao valor médio das temperaturas mínimas diárias no período de referência. Este fenómeno está normalmente associado a massas de ar frio e seco de origem continental, provocando descidas súbitas de temperatura essencialmente no inverno.

Podem causar problemas na saúde da população, tais como hipotermia e queimaduras, podendo levar à morte, essencialmente nos idosos e nas crianças, os grupos etários mais vulneráveis. Podem também afetar a produção agrícola, os transportes e o setor económico devido ao elevado gasto de energia nos sistemas de aquecimento.

No decorrer de uma onda de frio, ocorrem reduções significativas, por vezes repentinas, das temperaturas diárias, podendo as temperaturas mínimas atingir valores negativos. Em Portugal Continental, este tipo de evento ocorre principalmente nas zonas do interior Centro e Norte.

Em Portugal Continental, as regiões classificadas com suscetibilidade elevada a ondas de frio correspondem ao Norte e interior Centro, nomeadamente, os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Viseu (Zona Nordeste), Guarda (zona Este), Castelo Branco (zona Este).

Os elementos expostos situados em zonas de elevada suscetibilidade correspondem, essencialmente, à população aí presente. Entre esta, os grupos mais vulneráveis são os idosos, as crianças e os sem-abrigo.

O índice de suscetibilidade do território onde se localiza o projeto em estudo, às ondas de frio, é moderado (vd. Figura 23), podendo induzir ao aumento da utilização do sistema de aquecimento dos pavilhões.

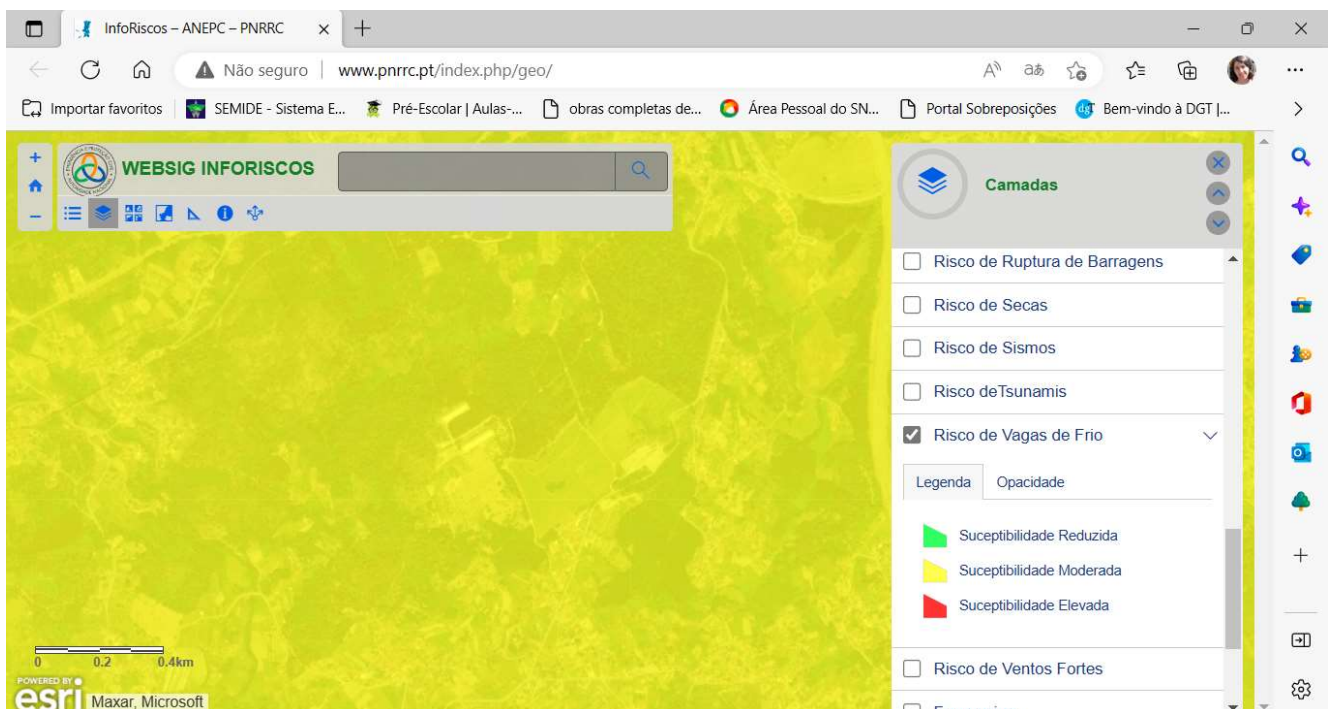


Figura 23: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de vagas de frio

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de vagas de frio

- Elaboração de cartas de risco;
- Previsão e monitorização das condições atmosféricas;
- Identificar a localização da população considerada como grupos de risco (bebés, idosos, doentes crónicos, mentais, obesos e acamados);
- Efetuar recomendações à população;
- Aviso à população;
- Distribuição de sal nas estradas;
- Desobstrução e limpeza das vias de comunicação;
- Adoção de métodos de controlo.
- Apoio à população em localidades isoladas;
- Distribuição de agasalhos à população carenciada;
- Consolidar telhados, portas e janelas;
- Escolha de culturas resistentes para os locais de maior risco.
- Plano de Contingência Regional para Temperaturas Extremas Adversas (PCRTEA).

7.1.1.8.1 Impacto das alterações climáticas

No contexto do aumento da temperatura em todas as regiões de Portugal, os índices relacionados com tempo frio tenderão a reduzir. Deste modo, dias de geada, dias consecutivos muito frios (com mínima inferior a 7°C) e ondas de frio irão decorrer com menor incidência e menor intensidade. O número de dias em onda de frio serão mais raros.

Espera-se também que a mediana da redução do número de dias de geada (mínima inferior a 0°C) no Inverno seja de 5 dias (no Norte), 3 dias (no Centro), 2 dias (no Alentejo) e 0 dias (na Área Metropolitana de Lisboa e Algarve).

7.1.2 Riscos Mistos

7.1.2.1 Riscos de incêndios florestais

Os incêndios rurais ocorrem ciclicamente todos os anos no território de Portugal Continental, com particular incidência durante o período de verão. Os incêndios rurais de 2017 destacam-se como os mais críticos desde que há registos, tendo causado mais de uma centena de vítimas mortais.

Em Portugal Continental, as principais regiões com maior nível de risco estrutural (perigosidade) de incêndios rurais são a região Norte, centro e da serra algarvia até ao Alentejo litoral. Note-se que apenas algumas zonas do Norte litoral, lezíria do tejo e algarve litoral apresentam classe de perigosidade de incêndio rural baixo.

Nas zonas de maior perigosidade de incêndio rural, localizam-se alguns aglomerados habitacionais. Ao nível das infraestruturas viárias destacam-se algumas rodovias e ferrovias principais, bem como vários troços da rede de transporte de energia elétrica de muito alta tensão. Destacam-se ainda os próprios espaços florestais como elemento exposto, em especial, nos casos em que são atingidas áreas classificadas no âmbito da conservação da natureza (Rede Nacional de Áreas Protegidas, Rede Natura, etc.)

Esta instalação fica localizada numa zona marcadamente rural, onde pontifica a ocupação florestal e agrícola, com aglomerados urbanos dispersos e de pequena dimensão. Assim, a área a ocupar corresponde a uma área aplanada, circundada por mancha inculta de pinhal e eucaliptal de produção.

Segundo a cartografia fornecida pela ANEPC, instalação localiza-se uma área com uma suscetibilidade moderada de ocorrência de incêndios rurais.

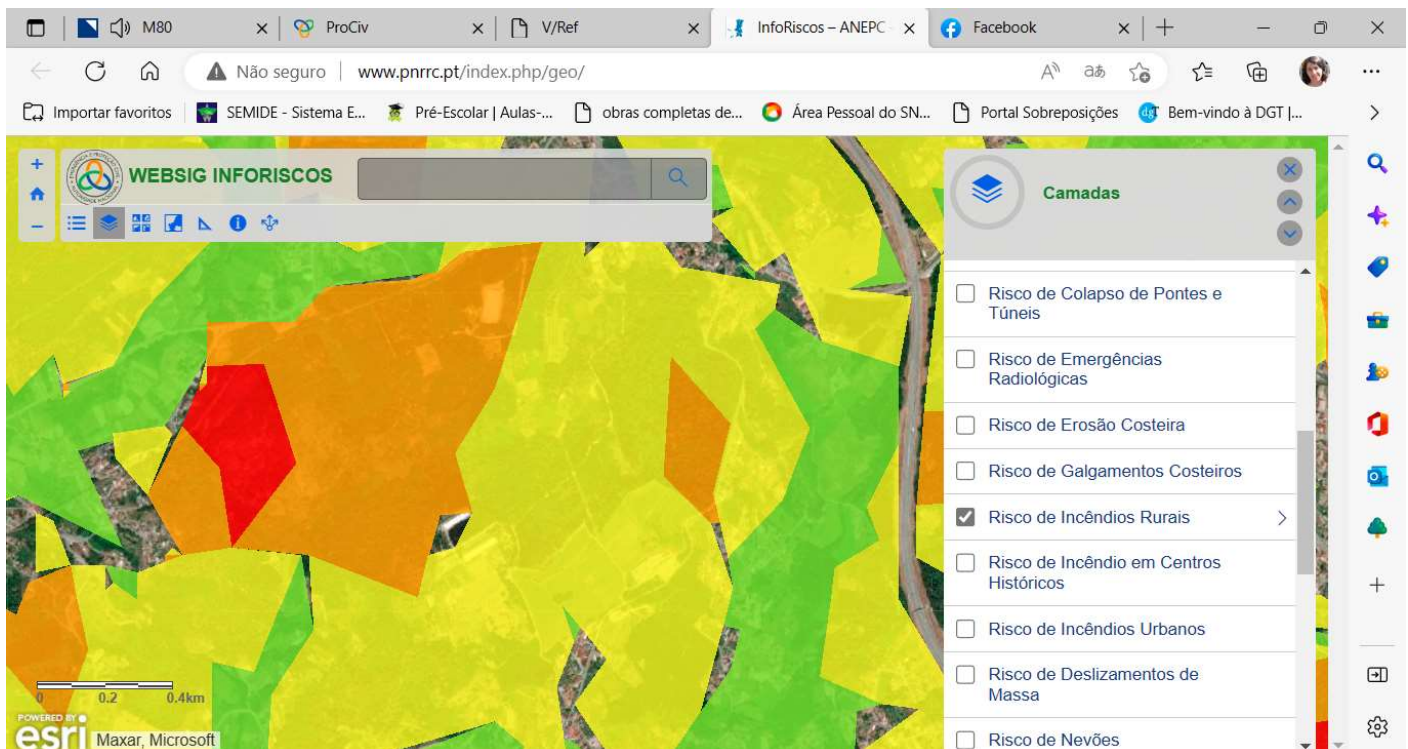


Figura 24: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de Incêndios rurais

Nestas condições, a existência de floresta de produção confere um risco de incêndio florestal, sendo por isso, fundamental manter as faixas de gestão de combustível em complemento dos afastamentos já criados em fase de projeto, dando aliás cumprimento ao PMDFCI do concelho.

De acordo com o n.º 2 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, a construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria fora das áreas edificadas consolidadas é proibida nos terrenos classificados nos Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), com risco de incêndio das classes altas ou muito altas, sem prejuízo das infraestruturas definidas na Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI).

No n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, as novas edificações em espaço florestal ou rural, fora das áreas edificadas consolidadas, têm de salvaguardar, na sua implantação no terreno, as regras definidas no PMFCI respetivo ou, se este não existir, a garantia de distância à extrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m e a adoção de medidas especiais

relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos.

Assim, e para efeitos do n.º 3 do Artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, considera-se que poderão ser equacionados os seguintes condicionalismos à edificação, para vigorarem na área do Concelho de Viseu, durante o período de vigência do PMDFCI.

1) As novas edificações em espaço florestal ou rural, localizadas nas zonas classificadas no PMDFCI como Muito Baixo, Baixo e Médio Risco de Perigosidade de Incêndio, têm de salvaguardar na sua implantação no terreno, a garantia de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m;

a) Quando não for tecnicamente possível noutros espaços rurais que não os espaços florestais, por razões que se relacionem com a dimensão da propriedade e/ ou sua configuração, a salvaguarda da distância de 50 m prevista na alínea 1), poderão ser admitidas distâncias inferiores às extremas da propriedade, até um mínimo de 20 m, implementando as medidas previstas no ponto 1.2;

b) Quando a faixa de proteção de uma dada edificação se sobrepõe com outra faixa de proteção inserida em rede secundária já existente, a área sobreposta pode ser contabilizada na distância mínima exigida para proteção dessa edificação.

2) Gestão de combustível na faixa de proteção e acessos:

a) No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 m e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 m, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 m acima do solo.

b) No estrato arbustivo e subarbustivo, deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a infraestrutura e o limite externo da faixa de gestão de combustíveis.

c) Os estratos arbóreo, arbustivo e subarbustivo remanescentes devem ser organizados espacialmente por forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis.

d) As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 m da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.

e) Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1m a 2 m de largura, circundando todo o edifício.

Dentro da própria exploração, prevê-se, desde logo, a manutenção do perímetro da exploração limpo de vegetação e a redução de possíveis fontes de ignição, nomeadamente, com a reformulação da solução de aquecimento, reduzindo o número de equipamentos e localizando o novo equipamento num ponto central da exploração, afastado dos limites da exploração.

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos:

- Manutenção dos pontos de água de combate a incêndios florestais;
- Criação de sistemas de vigilância – a vigilância e a deteção precoce dos incêndios florestais são extremamente importantes, como tal importa reforçar os pontos de vigia, manter as patrulhas móveis e se possível complementar com a instalação de sistemas automáticos de deteção de incêndios;

- Medidas de silvicultura preventiva – a aplicação de várias técnicas de silvicultura preventiva são essenciais, pois será modificada a estrutura da massa florestal de modo a dificultar a propagação do fogo. Algumas técnicas que devem ser utilizadas são:
 - Limpeza de matos e redução do material combustível;
 - Construção de aceiros;
 - Utilização do fogo controlado;
 - Poda e desbaste;
 - Compactação do combustível.
 - Criação/manutenção dos caminhos florestais – a criação de novos caminhos florestais e a manutenção dos caminhos já existentes irá facilitar o acesso dos meios terrestres no combate a incêndios e poderão ainda funcionar como corta fogos;
 - Criação de faixas de descontinuidade ao longo das redes viárias e dos aglomerados populacionais – com o intuito de diminuir a carga de combustível e aumentar a descontinuidade vertical e horizontal dos povoamentos florestais, de forma a minimizar a ignição e propagação do fogo;
 - Ações de sensibilização da população – sensibilizar a população sobre a importância da floresta, o uso do fogo e apresentar medidas de prevenção aos incêndios florestais;
 - Adoção de boas práticas florestais.

7.1.2.2 Riscos de degradação e contaminação dos solos

Algumas das causas relacionadas com a degradação e contaminação dos solos são:

- ✓ Particularidade do clima em determinadas regiões. Sobretudo devido à variabilidade da precipitação e chuvas muito intensas que potenciam a erosão.
- ✓ Características do revelo do solo. Relevos heterogêneos e solos pobres com tendência para erosão, em algumas zonas.
- ✓ Incêndios. Os incêndios, qualquer que seja a sua origem, são um problema para a conservação do solo, porque provocam a destruição do coberto florestal.
- ✓ Abandono de terras e excesso de pressão das culturas agrícolas em certas zonas. A concentração da agricultura de regadio no litoral e o abandono da agricultura tradicional nas zonas do interior aumentam a degradação, no primeiro caso, por excesso de intensidade e, no segundo caso, por abandono.
- ✓ Recursos pouco sustentáveis. A contaminação e salinização dos aquíferos e a exploração insustentável das águas subterrâneas também afetam a degradação do solo.

Recentemente, o Governo português admitiu que 52% do território nacional está em risco de desertificação. Já em 2018, uma auditoria do Tribunal de Contas Europeu, sobre o quadro estratégico da UE destinado ao combate à desertificação, concluiu que, a erosão dos solos, combinada com a escassez de água e temperaturas mais elevadas que aumentam a evaporação, aumentam o risco de desertificação.

Em Portugal, a zona de maior suscetibilidade à desertificação é o sul e interior do País, onde os índices de aridez são mais elevados e os solos apresentam maior risco de erosão.

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de degradação e contaminação dos solos:

- ✓ Prevenção e redução da degradação de terras agrícolas e florestais – é necessária a adoção de medidas para proteger o solo, nomeadamente com a manutenção da cobertura do solo e a construção de terraços;
- ✓ Adoção de boas práticas agrícolas – existem algumas medidas de ordem geral, relacionadas com a exploração agrícola, que devem ser adotadas de modo a diminuir a degradação do solo;
- ✓ Reabilitação de terras degradadas – nas situações em que a degradação já está a ocorrer, é necessário executar medidas de recuperação, tais como o pousio ou o uso de corretivo de acidez;
- ✓ Reabilitação de locais contaminados e zonas extrativas.

7.1.3 Riscos relacionados com Atividades Humanas/Riscos Tecnológicos

7.1.3.1 Colapso de túneis, pontes e outras infraestruturas

O colapso de uma infraestrutura de grandes dimensões (ponte, túnel, viaduto, etc.) pode acarretar, para além dos danos das próprias infraestruturas, graves consequências ao nível da população (mortos e feridos). Os locais classificados com suscetibilidade elevada correspondem à localização das grandes pontes (Vasco da Gama, 25 de Abril, Dom Luís I, Freixo, Lezíria, etc.), dos grandes túneis (Marquês, Gardunha, etc.) e dos grandes viadutos.

No caso do colapso de túneis, pontes e infraestruturas, considera-se que os elementos expostos são os passageiros, veículos automóveis e comboios que nelas circulam, bem como as próprias infraestruturas.

Na proximidade da exploração não se verifica a existência de túneis, pontes e infraestruturas de grandes dimensões (vide figura 25).

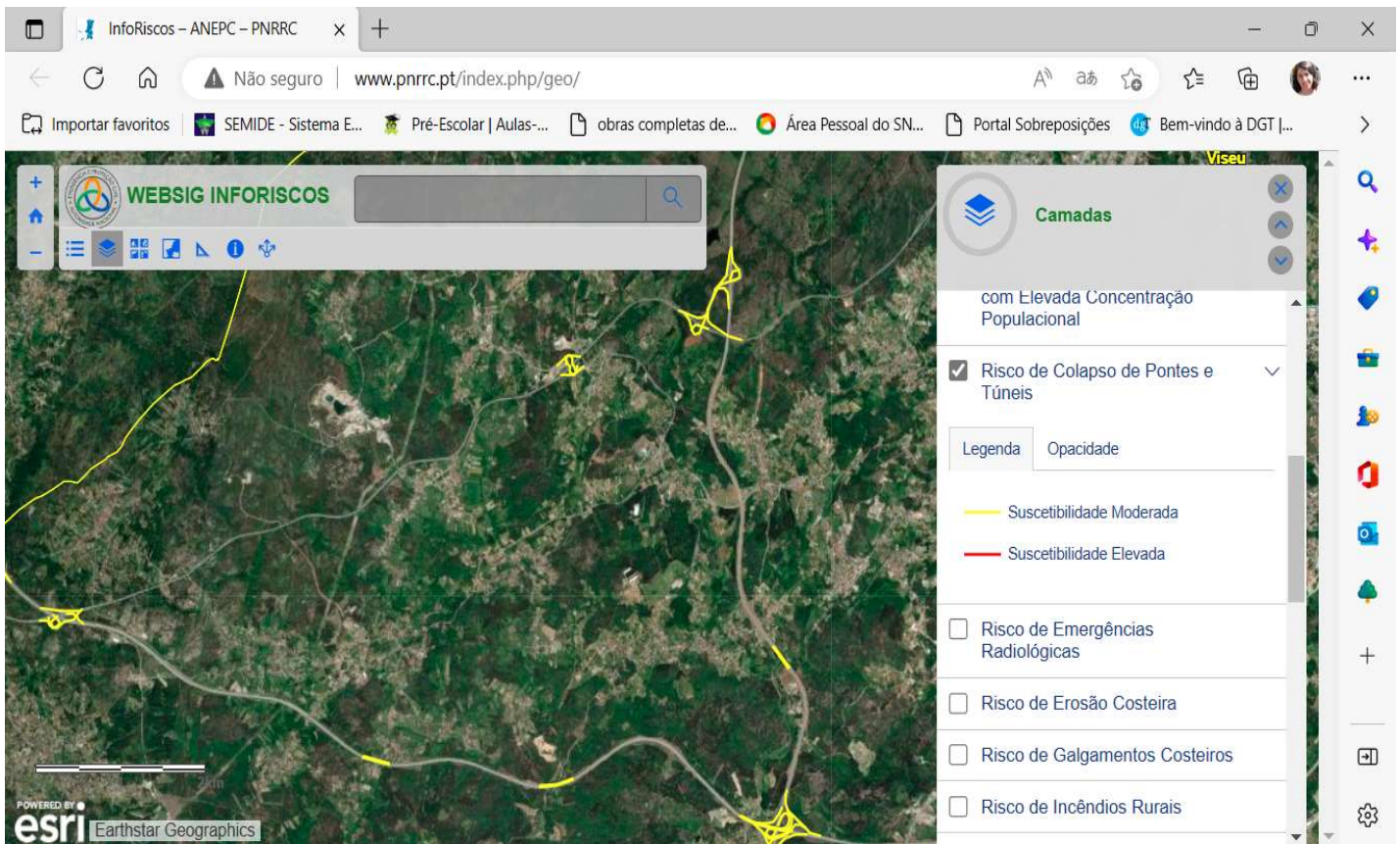


Figura 25: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de Colapso de pontes e túneis.

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de colapso de pontes e túneis:

- Avaliação da segurança – é necessário efetuar avaliações regulares das estruturas com o intuito de verificar a sua segurança;
- Reparação/reforço – face à existência de deficiências devem ser efetuadas obras de reparação/reforço da estrutura;
- Demolição – caso não seja possível a recuperação da estrutura deve ser efetuada uma demolição controlada.

7.1.3.2 Acidentes industriais graves;

Os acidentes industriais envolvendo substâncias perigosas apresentam uma particular importância no domínio da proteção civil devido ao seu potencial para provocar danos críticos na população, ambiente e património edificado.

Os acidentes envolvendo substâncias perigosas podem ocorrer essencialmente em estabelecimentos que lidam com este tipo de substâncias em grandes quantidades.

Este tipo de estabelecimentos, habitualmente designados por “estabelecimentos Seveso” (por estarem abrangidos pelo regime jurídico instituído pelo Decreto-Lei n.º 150/2015), distinguem-se pelo seu nível de perigosidade, destacando-se os de nível superior como aqueles que se apresentam um grau de suscetibilidade elevado.

No caso de acidentes envolvendo substâncias perigosas considera-se que os principais elementos expostos são para além dos próprios “estabelecimentos

Seveso”, todos os que se localizem num raio de 2 km. Nestes, incluem-se os aglomerados habitacionais e as principais vias rodoviárias e ferroviárias.

Na proximidade da exploração avícola não se verifica a existência de riscos de acidente industrial.

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de acidente industrial:

- Educação de segurança – é importante realizar campanhas de sensibilização e ações de formação na área de segurança contra incêndios;
- Realização de exercícios de emergência;
- Promover ações de formações nos corpos de bombeiros, relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente;
- Engenharia de segurança – um estudo sistemático do risco de incêndio e das medidas preventivas é essencial para aplicação na conceção, construção e utilização de edifícios, para aumentar a resistência destes ao fogo;
- Aplicação na conceção, construção e utilização de edifícios, para aumentar a resistência destes ao fogo;
- Investigação de sinistros – o apuramento das causas dos sinistros é essencial para prevenir novas ocorrências;
- Fiscalização de segurança – é necessário efetuar fiscalizações à aplicação das medidas de prevenção e proteção do risco de incêndio;
- Planeamento de emergência – para garantir o sucesso das medidas de intervenção é necessário planear previamente os procedimentos a adotar em caso de emergência.

7.1.3.3 Incêndios urbanos;

Os incêndios urbanos constituem um risco no âmbito da proteção civil por serem eventos com potencial para causar danos significativos na população, edifícios e infraestruturas.

As principais áreas com maior suscetibilidade à ocorrência de incêndios urbanos (grau de suscetibilidade elevado) correspondem aos principais aglomerados habitacionais. O grau de suscetibilidade destes aglomerados é distinto consoante a tipologia de edifícios e quantidade de residentes, destacando-se, pela sua especificidade (existência de população envelhecida, edifícios devolutos, etc.), os principais centros históricos.

No caso dos incêndios urbanos considera-se que os principais elementos expostos são os próprios edifícios afetados pelo incêndio e a respetiva população residente. Desta forma, destacam-se os principais aglomerados habitacionais com grau de suscetibilidade elevado já referidos no capítulo anterior. Refira-se ainda que nestes aglomerados incluem-se algumas instalações de agentes de proteção civil (bombeiros, forças de segurança, hospitais, etc.).

Na proximidade da exploração avícola não se verifica a existência de riscos de incêndios urbanos.

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de incêndios urbanos:

- Educação de segurança – é importante realizar campanhas de sensibilização e ações de formação na área de segurança contra incêndios;
- Engenharia de segurança – um estudo sistemático do risco de incêndio e das medidas preventivas é essencial para aplicação na conceção, construção e utilização de edifícios, para aumentar a resistência destes ao fogo;
- Investigação de sinistros – o apuramento das causas dos sinistros é essencial para prevenir novas ocorrências;
- Fiscalização de segurança – é necessário efetuar fiscalizações à aplicação das medidas de prevenção e proteção do risco de incêndio;
- Avaliação da segurança – é necessário efetuar avaliações regulares dos edifícios com o intuito de verificar a sua segurança;
- Demolição – caso não seja possível a recuperação da estrutura deve ser efetuada uma demolição controlada;
- Reparação/reforço – face à existência de deficiências devem ser efetuadas obras de reparação/reforço da estrutura;
- Planeamento de emergência – para garantir o sucesso das medidas de intervenção é necessário planear previamente os procedimentos a adotar em caso de emergência.

7.1.3.4 Acidentes rodoviários;

A incidência de acidentes rodoviários, para além dos fatores relacionados com a atitude e comportamento dos condutores e peões, está relacionada com a intensidade de tráfego, com as condições meteorológicas e com o estado de manutenção das vias e dos veículos que nelas circulam. Os tipos de acidentes mais graves são principalmente os choques em cadeia, merecendo também destaque os acidentes entre veículos (sobretudo veículos de transporte coletivo de passageiros) e composições ferroviárias (comboios ou metro de superfície).

As vias classificadas com suscetibilidade elevada a acidentes rodoviários correspondem às principais vias de circulação rápida e intensa (autoestradas, IP e IC). Considera-se que estas vias são mais suscetíveis a grandes acidentes, sobretudo choques violentos em cadeia envolvendo um elevado número de viaturas.

No caso dos acidentes rodoviários, considera-se que os elementos expostos são os passageiros, as viaturas e os peões que circulam nas vias rodoviárias, bem como as próprias vias e as infraestruturas associadas (pontes, viadutos e túneis), que poderão sofrer danos em caso de acidente.

Na área em estudo verifica-se a presença da A25, que apresenta um risco elevado de suscetibilidade a acidentes rodoviários.

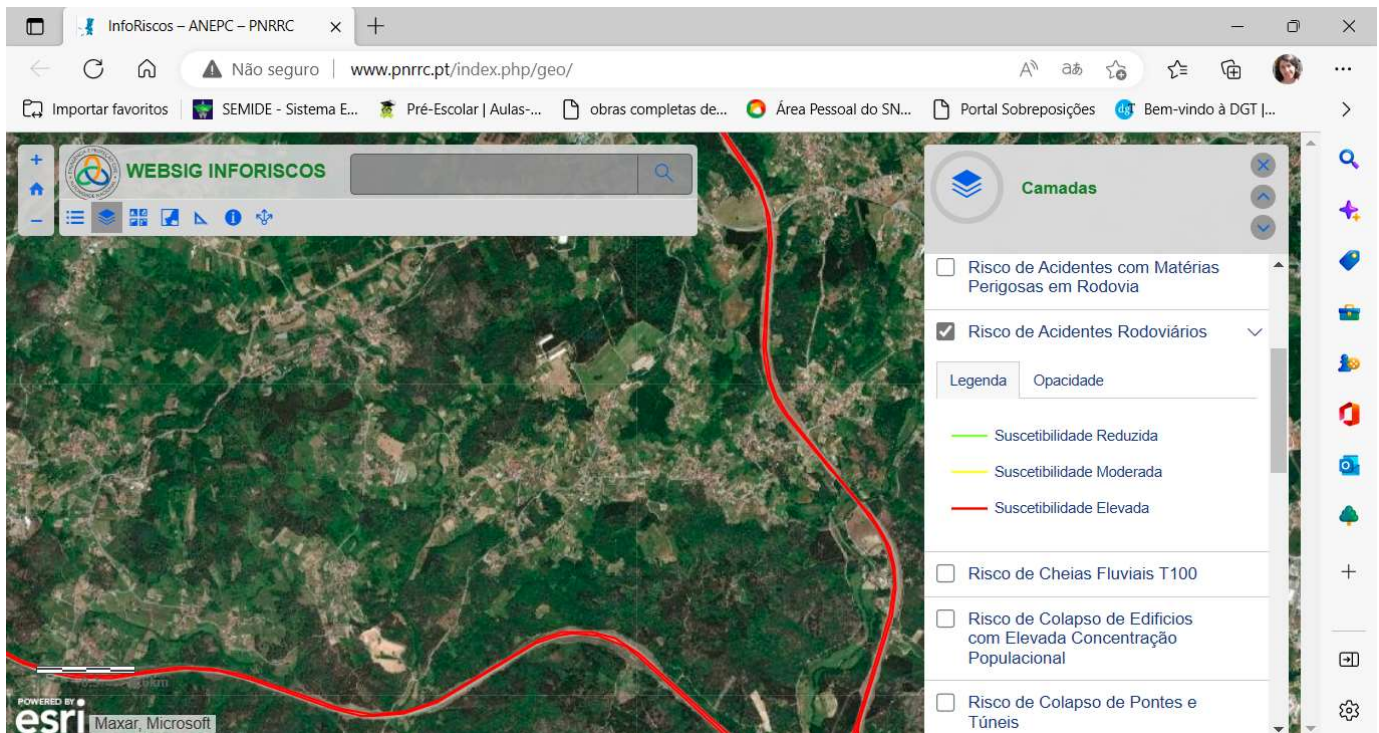


Figura 26: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de acidentes rodoviários.

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de acidentes rodoviários:

- Intervenções corretivas na rede viária – intervenções de correção de eventuais problemas existentes na rede viária que contribuam para a ocorrência de acidentes rodoviários;
- Enquadramento legal e fiscalização – fiscalizar o cumprimento do código da estrada é essencial para a segurança dos condutores e demais utentes das infraestruturas rodoviárias;
- Informação, formação e educação da população – sensibilizar a população para o cumprimento do código da estrada e para as consequências negativas de práticas inadequadas;
- Estudar as melhores práticas de socorro às vítimas – um socorro rápido e eficaz às vítimas de acidentes rodoviários é fundamental para salvar vidas

7.1.3.5 Acidentes no transporte de substâncias perigosas;

O transporte terrestre de mercadorias perigosas constitui um risco devido à possibilidade de ocorrência de acidentes que envolvam a libertação não controlada da mercadoria perigosa transportada (por via rodoviária ou via ferroviária).

Os acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas podem ocorrer em via ferroviária ou em via rodoviária, podendo distinguir-se o seu nível de suscetibilidade de acordo com a sua tipologia, intensidade de circulação e histórico de acidentes.

Ao nível das rodovias consideram-se de suscetibilidade elevada os troços rodoviários onde já ocorreram acidentes com o transporte de mercadorias perigosas sendo a restante rodovia, onde se localizam esses troços, considerada de suscetibilidade moderada. Quanto à via ferroviária consideraram-se de

suscetibilidade elevada, apenas as linhas ferroviárias onde circulam este tipo de mercadorias.

No caso de acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas, considera-se que os principais elementos expostos são as próprias tripulações dos comboios e dos veículos rodoviários envolvidos e ainda os aglomerados habitacionais que se localizem na proximidade dos itinerários utilizados neste tipo de transporte. São ainda de referir como importantes elementos expostos as rodovias, ferrovias e portos, utilizadas neste tipo de transporte, principalmente as que se localizam nas proximidades de “estabelecimentos Seveso”.

De acordo com o a ANEPC, a exploração localiza-se num local com reduzido risco de acidentes com matérias perigosas em rodovia. Na proximidade da área em estudo verifica-se a presença da A25 que apresenta um risco elevado de suscetibilidade a acidentes com matérias perigosas em rodovia.

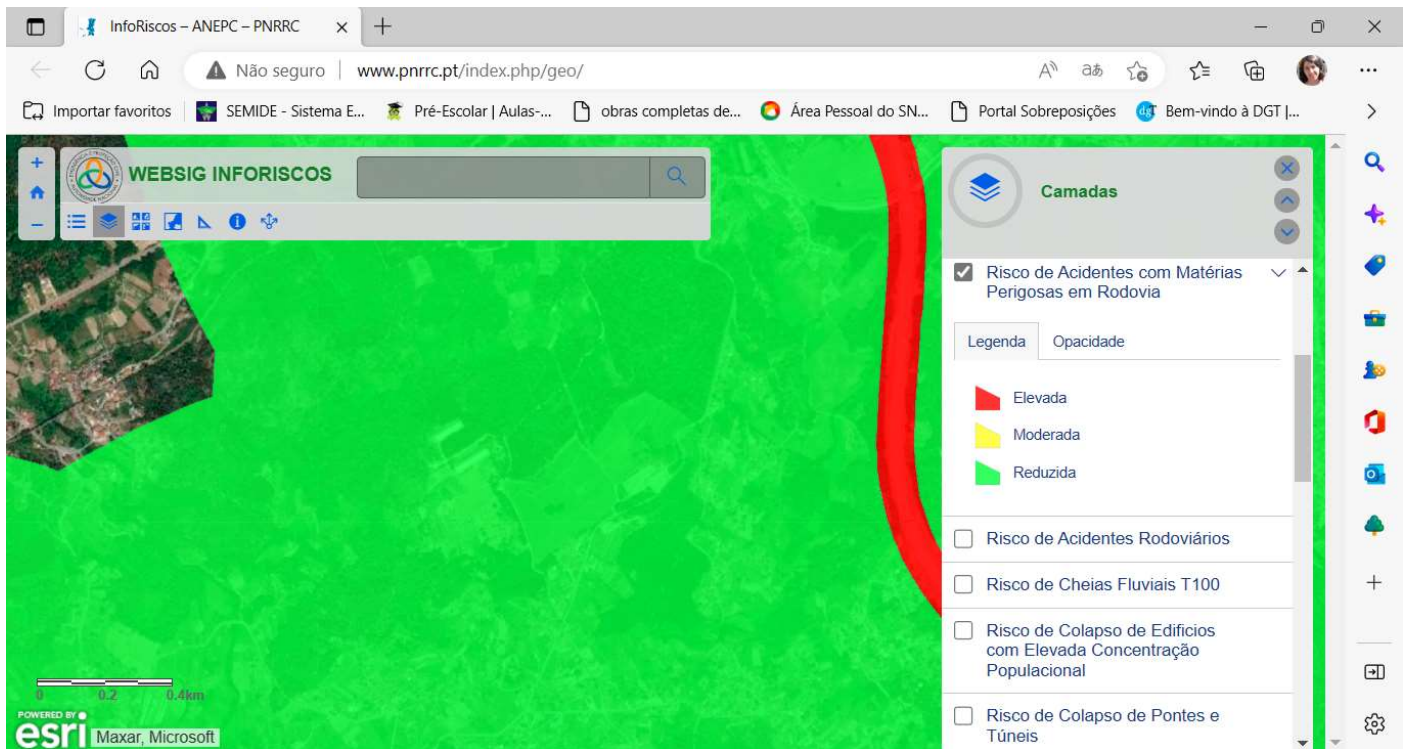


Figura 27: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de acidentes com matérias perigosas em rodovia.

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de acidentes com matérias perigosas em rodovia:

- Restrições à circulação de veículos – Existem restrições fixadas por lei às circulações destes veículos, no entanto as Câmaras Municipais podem estabelecer restrições especiais à circulação de veículos de transporte de mercadorias perigosas, com caráter temporário ou permanente, nas vias sob a sua jurisdição, devendo para tal proceder a uma sinalização adequada;
- Estabelecer corredores preferenciais – devem ser estabelecidos corredores preferenciais destinados à circulação de matérias perigosas, de modo a aumentar a segurança de pessoas e bens;

- Faixas de segurança – manter faixas de segurança ao longo das vias destinadas ao atravessamento de matérias perigosas, restringindo a sua densidade populacional;
- Técnicas de intervenção adequadas às ações de socorro, pois um acidente que envolva substâncias perigosas requer uma intervenção adequada e eficiente, de modo a minimizar os impactos do acidente.

7.1.3.6 Acidentes aéreos;

Os acidentes aéreos constituem um risco com potencial para gerar danos críticos ao nível da população devido ao elevado número de mortos e feridos que podem provocar.

As regiões classificadas com suscetibilidade elevada a acidentes aéreos correspondem à área crítica que envolve os aeroportos de Lisboa, do Porto e de Faro. Considerou-se como área crítica a área das pistas de cada aeroporto, as faixas exteriores que as acompanham lateralmente e as zonas imediatamente antes e depois de cada pista. A exploração avícola localiza-se numa área com suscetibilidade moderada de risco de acidentes aéreos, uma vez que se localiza nas rotas aéreas definidas.

No caso dos acidentes aéreos, considera-se que os elementos expostos são os ocupantes das aeronaves, as próprias aeronaves, bem como as populações, os edifícios e as infraestruturas localizados no solo.

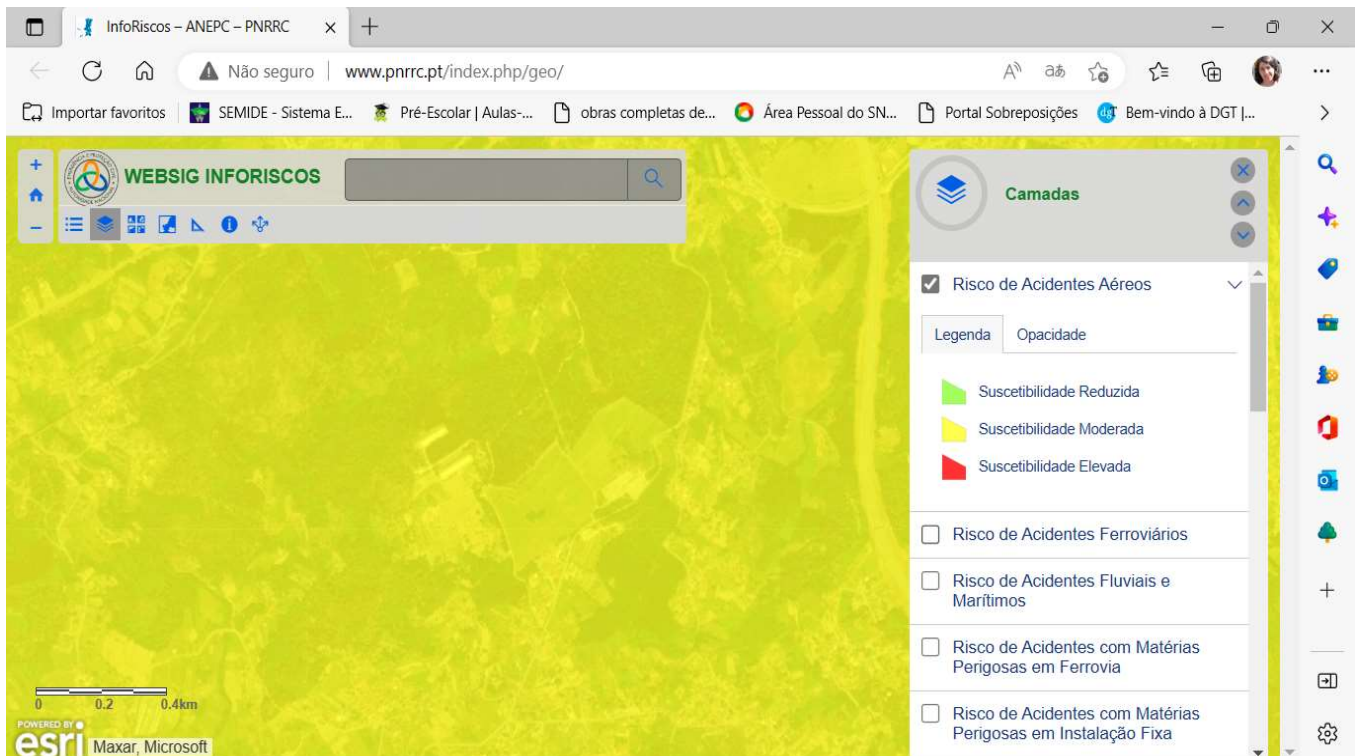


Figura 28: Suscetibilidade da zona em estudo a risco de aéreos.

O PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de acidentes aéreos:

- Identificação de locais, infraestruturas e grupos populacionais em maior risco;

- Identificação dos vários percursos alternativos de acesso às zonas críticas;
- Realização de exercícios;
- Atualização periódica do inventário de meios e recursos e levantamento das necessidades de aquisição de novos equipamentos;
- Ações de sensibilização dirigidas à população;
- Ações de fiscalização.

7.1.3.7 Cheias e inundações por rutura de barragens.

Não existem registos de ocorrência de ruturas críticas de barragens em território nacional.

Na área em estudo, não se verifica suscetibilidade de risco de rutura de barragens.

Os troços dos cursos de água classificados com suscetibilidade elevada a ruturas de barragens são os situados a jusante das barragens de maior dimensão (capacidade de armazenamento superior a 100 milhões de metros cúbicos). Os principais elementos expostos localizados em zona de suscetibilidade elevada a ruturas de barragens são as pessoas, edifícios, equipamentos e infraestruturas localizados nos troços a jusante das grandes barragens.

Ainda assim, o PMEPCV define as seguintes estratégias de atuação para a minimização dos riscos de ruptura de barragens:

- Avaliação da segurança – é necessário efetuar avaliações regulares das estruturas com o intuito de verificar a sua segurança;
- Reparação/reforço – face à existência de deficiências devem ser efetuadas obras de reparação/reforço da estrutura;
- Demolição – caso não seja possível a recuperação da estrutura deve ser efetuada uma demolição controlada;
- Interdição de construção – deve-se interditar a construção de edifícios com importância na gestão de emergência em áreas suscetíveis à ação das ondas de inundação provenientes de rutura total ou parcial de barragens.

7.1.4 Riscos Específicos da Instalação

A atividade de pecuária intensiva poderá estar associada à probabilidade de ocorrência de alguns riscos com eventuais danos sobre os valores ambientais do meio envolvente.

Nas fases de construção, os fatores associados a potenciais riscos são nomeadamente:

- Acidentes devido à circulação rodoviária, associados ao acréscimo, em contexto de obra, de veículos e maquinaria pesada e condições de circulação no local da obra;
- Acidentes resultantes das intervenções de construção previstas;
- Derrame de contaminantes, por exemplo, associados a possíveis fugas de óleo dos veículos em obra ou dos equipamentos na fase de exploração.

No decurso da obra haverá necessariamente um aumento do tráfego rodoviário relacionado com o transporte de materiais, sendo a probabilidade de ocorrência de

acidentes função do aumento do número de veículos e das condições de segurança, recomendando-se como medidas para a prevenção de riscos:

- A colocação de sinalização adequada;
- A formação e informação dos trabalhadores sobre a condução em segurança e de boa conduta.

Também no decorrer das obras de edificação previstas, poderão estar associados acidentes resultantes maioritariamente de erro humano, pela incorreta operação de maquinaria. A magnitude destes acidentes é de difícil previsão, podendo ocasionar, além de danos materiais, vítimas humanas e danos ambientais, relacionados com o derrame de combustível ou incêndios associados. De referir que a envolvente da instalação apresenta ocupação florestal, pelo que a deflagração de um incêndio poderá ter repercussões negativas muito significativas ao nível do impacte ambiental, associado e da perdas económicas inerentes à área ardida. Como medida de minimização, preconiza-se a formação e sensibilização dos trabalhadores em contexto de obra para a adequada operação da maquinaria.

Importa também considerar os riscos relacionados com os acidentes de trabalho e que poderão envolver vítimas humanas, nomeadamente os trabalhadores da obra. A probabilidade de ocorrência deste tipo de risco está relacionada com a aplicação de medidas adequadas de segurança na gestão da empreitada, obrigatórias por lei.

Na fase de exploração também poderão estar associados acidentes resultantes maioritariamente de erro humano, pela incorreta operação de maquinaria e equipamentos. A magnitude destes acidentes é de difícil previsão, podendo ocasionar, além de danos materiais, vítimas humanas e danos ambientais, relacionados com o derrame de combustível, explosão ou incêndios associados.

De um modo geral, os acidentes descritos anteriormente podem ser resultado de falhas tecnológicas (equipamento), de erro humano. Assim, caso sejam cumpridas as normas de segurança, os procedimentos de emergência e efetuadas manutenções regulares aos equipamentos, a probabilidade de ocorrência e a magnitude dos riscos será bastante reduzida.

Na fase de exploração, alguns dos riscos identificados na exploração em apreço correspondem a:

- a operação de remoção de águas residuais provenientes da fossa séptica poderá induzir a impactes negativos significativos na qualidade das águas (quer superficiais quer subterrâneas), caso ocorra uma deposição não controlada destes efluentes. Salienta-se a probabilidade, embora reduzida, de ocorrência de situações acidentais de derrame de águas residuais quer devido esgotamento do sistema, quer devido à ocorrência de situações irregulares na operação de transfega. Esta situação, caso ocorra, ocasiona um impacte negativo, significativo, temporário e reversível.
- o manuseamento e armazenamento de estrume recolhido das instalações poderá provocar a emissão de odores desagradáveis provocando incomodidade nas populações mais próximas. Também a sua aplicação poderá provocar, em alguns casos, problemas pontuais e localizados de poluição das águas (superficiais e subterrâneas). Ambos os riscos consideram-se associados à ocorrência de impactes negativos significativos, temporários e reversíveis, contudo, no caso da instalação em apreço,

consideram-se também de probabilidade reduzida, dadas as medidas de minimização já implementadas e a implementar pela instalação (e referidas ao longo deste estudo). Essas medidas incluem nomeadamente a recolha, no final do ciclo produtivo, dos estrumes por parte de um operador devidamente licenciado para o efeito.

- A morte das aves origina subprodutos que poderá provocar a emissão de odores desagradáveis provocando incomodidade nas populações mais próximas. No entanto estes são recolhidos conservados temporariamente a baixas temperaturas, até à sua recolha por parte de uma entidade devidamente licenciada para o efeito. O manuseamento dos cadáveres para armazenamento em frio também pode originar contaminação do ar e vias respiratórias, sendo aconselhado o uso de equipamentos de proteção individual a quando à entrada dentro dos pavilhões.
- O combustível a utilizar será biomassa, de origem florestal, armazenada a granel em área coberta e fechada, tendo um baixo risco de ignição accidental, embora teoricamente possível.
- Adicionalmente, existem dois geradores elétricos de emergência alimentados a gasóleo, para suprir falhas temporárias no abastecimento elétrico pela rede pública. Estes possuem, cada um, um depósito de combustível incorporado de 60 litros e situam-se em espaço dedicado e impermeabilizado. O risco de rutura destes depósitos é muito baixa, porquanto está incorporado nos blocos dos geradores e protegidos por caixas metálicas externas, em local impermeabilizado e coberto, logo protegido de fatores de desgaste como os meteoros climáticos. Nestas condições advoga-se apenas as inspeções visuais de rotina ao equipamento, bem como a adequada manutenção como forma de assegurar e confirmar periodicamente as boas condições estruturais do equipamento e, em particular, do depósito de combustível.

Assim, os riscos de incêndios e explosões nesta exploração são os normalmente associados a edifícios (existência de circuitos elétricos e presença de materiais combustíveis), o armazenamento de combustíveis (neste caso de biomassa) e de rações e à existência das caldeiras a biomassa para aquecimento das áreas produtivas.

A biomassa, combustível utilizado nesta instalação apresenta elevado poder calorífico, mas, simultaneamente, apresenta baixa inflamabilidade, pelo que o seu armazenamento não encerra especial risco, desde que se encontre afastado de qualquer fonte de combustão.

É de salientar que todas as construções serão realizadas de acordo com as normas de segurança vigentes, particularmente, no que respeita às instalações elétricas, de forma a reduzir os riscos de ocorrência de incêndios e explosões.

Nestas circunstâncias, considera-se que os fatores de risco de incêndio resultam de procedimentos inadequados dos utilizadores dos edifícios ou de mau funcionamento dos equipamentos. Como tal, deverá ser dada adequada formação aos operadores e efetuada uma manutenção adequada desses equipamentos de modo a minimizar esse risco.

Em conclusão, pode afirmar-se que os riscos de incêndio nesta instalação são reduzidos, sem prejuízo de a instalação vir a ser equipada com adequados meios de resposta de emergência.

A ocorrência de ruturas ou fugas no sistema de condução de águas residuais às fossas sépticas poderá conduzir à libertação das águas residuais para os solos e/ou águas superficiais, podendo vir a atingir os aquíferos no local. Uma vez em contacto com as águas subterrâneas e superficiais, os poluentes presentes nos lixiviados poderão ser transportados, para pontos mais ou menos distantes do local da instalação, contaminando linhas de água, furos ou poços de abastecimento e podendo colocar em causa a utilização do meio hídrico.

Para fazer face à possibilidade de contaminação dos solos e águas subterrâneas, por fugas ou ruturas no sistema de condução das águas residuais, prevê-se uma manutenção e vigilância da tubagem de condução.

As águas residuais, proveniente da lavagem dos pavilhões, serão conduzidas para as fossas sépticas estanques, onde são sujeitas a estabilização e, em seguida, serão encaminhadas para valorização agrícola na exploração. Importa referir que a produção de chorume (água residual proveniente da lavagem dos pavilhões), será esporádica, ocorrendo em média 6 vezes por ano, coincidindo com a saída dos bandos, e as fossas estão devidamente dimensionadas para o adequado armazenamento e tratamento dos mesmos.

Relativamente às águas residuais domésticas produzidas em instalações sanitárias, são conduzidas às fossas sépticas, sendo, periodicamente, encaminhadas para ETAR municipal. Prevê-se uma produção de baixo volume deste efluente.

A ocorrência de falhas ou deficiências no funcionamento das fossas poderá conduzir à descarga de efluentes com qualidade inferior à exigida.

As falhas ou deficiências de funcionamento deste sistema podem ser provocadas por diversos fatores, entre os quais se destacam:

- Afluência de águas residuais com características ou em quantidades diferentes daquelas para as quais o sistema foi dimensionado;
- Operação inadequada do sistema.

As características e quantidade de chorume produzidas na instalação são pouco contaminadas e equiparam-se a águas residuais domésticas, e o tratamento preconizado adapta-se bem ao tipo de efluente gerado, uma vez que este é unicamente composto por matéria orgânica e partículas. Deverá ser feita a manutenção periódica, prevenindo também qualquer tipo de anomalia ou mau funcionamento.

Assim, não são expectáveis alterações ou desvios às características e volumes produzidos de águas residuais.

Nestas condições, considera-se que o risco de mau funcionamento das fossas sépticas devido a alterações de qualidade ou de quantidade das águas residuais é reduzido.

Outro risco de mau funcionamento das fossas está, então, associado à operação do sistema.

No entanto, admite-se que esta situação não seja crítica nem conduza a riscos ambientais significativos, essencialmente, devido às seguintes razões:

- o sistema funciona em regime de abandono e sem adição de reagentes;
- as operações de manutenção são simples e de reduzida dimensão, uma vez que não tem equipamento eletromecânico, nem reagentes.

Ainda que na proximidade da zona em estudo não tenham sido identificados quaisquer furos ou poços, com exceção da captação própria, os poluentes infiltrados poderão ser transportados, através do sistema de aquíferos, para pontos mais ou menos distantes do local da exploração, contaminando furos ou poços de abastecimento.

Na área de construção do pavilhão 2 não existe qualquer linha de água, existindo na propriedade uma linha de drenagem natural temporária, sem interferência direta na área de exploração. Desta forma, não se prevê a contaminação direta de recursos hídricos superficiais.

No entanto, a construção com materiais adequados e em cumprimento do dimensionamento feito em projeto, e uma adequada manutenção de todo o sistema (recolha, condução e tratamento) garantirá que o risco de contaminação dos recursos hídricos subterrâneos é muito baixo e a contaminação será, caso suceda, muito reduzida dado tratar-se de produção esporádica e de fácil contenção em caso de anomalia. Assim sendo, é fundamental apostar na manutenção e vigilância de todo o sistema.

7.2 Meios de deteção e alarme

O diretor do PMEPCV é Presidente da Câmara Municipal de Viseu e é sua intenção que sejam levadas a cabo as ações de prevenção, socorro, assistência e recuperação apropriadas a cada situação, recorrendo, para tanto, à CMPC, ao SMPC, aos demais serviços municipais e aos organismos e entidades de apoio.

Em caso de impedimento, o Presidente de Câmara Municipal de Viseu é substituído pelo Vereador com competência delegada na área da Proteção Civil.

Em caso de ativação do Plano Distrital de Emergência e Proteção Civil de Viseu, em cada um dos municípios afetados pelo acidente grave ou catástrofe, que determina a ativação do Plano, é constituído um Posto de Comando Operacional, denominado de PCMun, que garante a gestão exclusiva da resposta municipal ao evento e é responsável pela gestão de todos os meios disponíveis na área do município e pelos meios de reforço que lhe forem enviados pelo escalão distrital. O PCMun Viseu é montado com apoio do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e reporta operacional e permanentemente ao Posto de Comando Operacional Distrital de Viseu (PCDis), representando um setor deste. O responsável pelo PCMun é o Coordenador da Proteção Civil Municipal, quando por inerência for o Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais de Viseu. Em caso de ativação do

PMEPCV sem ativação do PDEPCV, a criação do PCMun. segue as mesmas guidelines de funcionamento.

O COM/CPCM depende hierárquica e funcionalmente do Presidente da Câmara, a quem compete a sua nomeação, no Município de Viseu o COM/CPCM é por inerência o Comandante dos Bombeiros Municipais de Viseu (nas faltas e impedimentos do COM/CPCM, a sua substituição deverá ser assegurada por um elemento com competências na área da Proteção Civil com ligação ao Município de Viseu). De referir que a área de atuação do COM/CPCM se restringe à área do Município de Viseu.

Ao Comandante Operacional Municipal/ Coordenador da Proteção Civil Municipal, no âmbito das suas atribuições, compete nomeadamente:

- a) Acompanhar em permanência as operações de proteção e socorro que ocorram na área do município de Viseu;
- b) Promover e acompanhar a elaboração dos Planos Prévios de Intervenção e restantes planos de emergência com vista à articulação de meios face a cenários previsíveis;
- c) Promover reuniões periódicas de trabalho sobre matérias de âmbito exclusivamente operacional, com o comando da Associação Viseense de Bombeiros Voluntários de Viseu;
- d) Dar parecer sobre o material mais adequado à intervenção operacional no respetivo município;
- e) Comparecer no local do sinistro sempre que as circunstâncias o aconselhem;
- f) Assumir a coordenação das operações de socorro de âmbito municipal, nas situações previstas no Plano de Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu, bem como quando a dimensão do sinistro requeira o emprego de meios de mais de um corpo de bombeiros;
- g) Assumir a coordenação e funcionar como agente facilitador entre todas as entidades envolvidas nas operações de socorro de âmbito municipal de forma a possibilitar uma articulação operacional o mais funcional possível, nas situações previstas no Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu;
- h) Sem prejuízo da dependência hierárquica e funcional do Presidente da Câmara Municipal de Viseu, o COM/CPCM, deverá manter uma articulação permanente com o Comandante Operacional Distrital de Viseu.

A mobilização de meios será prioritariamente efetuada com recursos a meios públicos e/ou privados existentes no município, que atuarão de acordo com as prioridades identificadas nas Áreas de Intervenção. Os critérios fundamentais para a mobilização rápida, eficiente e ponderada de meios e recursos, são os seguintes:

- Utilizar meios e recursos adequados ao objetivo, não excedendo o estritamente necessário;
- Preferência na utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Preferência à utilização de meios e recursos detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização, sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Obedecer a critérios de proximidade e de disponibilidade na utilização de meios e recursos, privilegiando os meios existentes nas freguesias menos afetadas pelo acidente grave ou catástrofe.

Os meios e recursos pertencentes aos agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio serão colocados à disposição do Posto de Comando Municipal, que fará a gestão destes de acordo com as necessidades.

A notificação operacional rege-se a três níveis:

- i. Notificação do SMPC para o exterior;
- ii. Notificação à CMPC;
- iii. Notificação da CMPC para o exterior.

Em caso de receção de informação acerca de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o SMPC desencadeia um conjunto de notificações operacionais com o objetivo de intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências.

No nível I, o SMPC, assume-se como o elo de ligação entre o CDOS e os meios de difusão local de informação (Serviços Municipais, Agentes de Proteção Civil, Organismos e Entidades de Apoio, Juntas de Freguesia, População, Média), difundindo os alertas e avisos provenientes das entidades competentes. O SMPC terá uma dupla função neste nível, o de receção das notificações operacionais por parte do escalão superior e posterior difusão. Agindo também como agente produtor de informação para o escalão imediatamente superior.

No nível II, o SMPC, após solicitação do Diretor do PMEPCV comunica a todos os membros da CMPC a necessidade de convocação extraordinária e no mais curto espaço de tempo possível, utilizando para isso os contactos preferencialmente móveis, constantes na Parte III do presente plano.

No nível III, a CMPC, apoiada no SMPC, difunde a informação ao CDOS, aos agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio julgados pertinentes face à tipologia de ocorrência que desencadeou o referido estado de alerta e atenta a gravidade e dimensão da ocorrência e a sua tipologia específica.

No caso de ativação do PMEPCV, a informação pertinente será disseminada periodicamente a todas as entidades intervenientes pelos meios apropriados (rede telefónica fixa e móvel, correio eletrónico, etc.).

A exploração avícola, por sua vez, também, dispõe de mecanismos automáticos de controlo e funcionamento da parte produtiva, nomeadamente controlo de temperatura e ar do pavilhão, e este sistema terá ainda mecanismos de alerta para anomalias.

Complementarmente, o principal meio de deteção e alarme aplicável aos riscos identificados, e que serão contemplados na exploração, dadas as dimensões e tipos de riscos, são a vigilância assegurada pelos operadores da exploração que terá entre as suas atribuições, a verificação das instalações para deteção de situações de emergência, nomeadamente de incêndios, a manutenção e vigilância dos sistemas de recolha, condução e tratamento de águas residuais.

7.3 Riscos sobre a instalação associados às alterações climáticas

Para além de todos os riscos descritos anteriormente, considera-se também importante avaliar os riscos que as alterações climáticas poderão ter na exploração avícola em estudo e que influenciam e potenciam outros riscos.

Os principais riscos das alterações climáticas são, sobretudo, a alteração da temperatura e da precipitação, havendo uma tendência para o aumento da temperatura média anual, principalmente da máxima, o que leva ao aumento da intensidade e da frequência das ondas de calor, e para uma diminuição da precipitação média anual, com períodos de seca mais frequentes e mais longos.

Os efeitos das alterações climáticas na temperatura podem:

- Aumentar a probabilidade de incêndio florestal e afetar diretamente a instalação, levando à perda de bens e consequente diminuição dos volumes de produção;
- Aumentar a necessidade de ventilação e arrefecimento das instalações, nomeadamente dos pavilhões avícolas, levando a um aumento do consumo energético e consequente aumento dos custos;
- O aumento do número das ondas de calor e de frio pode levar a uma subida do número de animais mortos na instalação avícola, provocando uma diminuição na produção.

Os efeitos das alterações climáticas na precipitação podem:

- Aumentar a probabilidade de secas severas e diminuir a disponibilidade de água, afetando o abeberamento das aves (matéria-prima) e outras atividades importantes, como o processo de abate;
- Aumentar o preço da água ou os métodos de obtenção alternativos à rede pública;
- Aumentar a frequência de fenómenos extremos, com precipitação intensa, provocando danos nas infraestruturas.

7.4 Medidas de Prevenção e Minimização de Riscos e Atuação em situação de Emergência

Com o objetivo de prevenir e minimizar a ocorrência de riscos com eventuais consequências sobre os descritores ambientais, a instalação deverá implementar e manter, durante a exploração da instalação, as seguintes ações:

- A organização deve possuir procedimentos e planos para prevenir, investigar e responder a situações de emergência que conduzam ou possam conduzir a impactes ambientais negativos;
- A empresa deve garantir a formação contínua dos seus funcionários, no sentido de conhecerem os meios e métodos de prevenção de riscos e de atuações face a situações de emergência;
- A empresa deve garantir as boas condições físicas das fossas existentes e respetiva rede de drenagem no sentido de evitar situações acidentais derrame de águas residuais;
- A empresa deve garantir a periodicidade adequada de limpeza das fossas;
- A empresa deve certificar-se que o transporte de estrume é efetuado por transportadores devidamente legalizados (com licença emitida para a viatura

- de transporte de subprodutos de origem animal não destinados a consumo humano);
- A empresa deve certificar-se que o transporte dos cadáveres de aves é efetuado por transportadores devidamente legalizados (com licença emitida para a viatura de transporte de subprodutos de origem animal não destinados a consumo humano);

8 Impactes Cumulativos

Com a implementação do projeto não são previsíveis impactes cumulativos nos vários descritores.

Contudo, será importante considerar que o projeto, caso não respeite as medidas cautelares relativas ao tratamento e destino final dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos gerados com a atividade do projeto, poderá por em causa a qualidade de água do Rio Asnes e, conseqüentemente, do rio Dão e Rio Mondego, afetando áreas bastante além da área de intervenção.

9 Medidas de Minimização dos Impactes Identificados

9.1 Clima

Atendendo à inexistência de significado dos impactes microclimáticos identificados, não se considera relevante recomendar medidas de minimização.

9.2 Geologia.

As medidas de minimização a adotar quer na fase de construção, quer na fase de exploração, são as seguintes:

- ☐ De forma a evitar a escorrência de derrames acidentais de óleos, ou combustíveis, as operações de manutenção de toda a maquinaria serão efetuadas em local apropriado dentro de uma área impermeabilizada e definida para o efeito;
- ☐ Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra;
- ☐ Será limitada ao mínimo e indispensável a área necessária à movimentação e acesso de maquinaria, de forma a reduzir a área de solos exposta aos processos erosivos;
- ☐ Estabilização de taludes de modo adequado às condições existentes no local ou com muro de suporte em pedra aparelhada;
- ☐ Os estaleiros devem localizar-se no interior da área intervenção, para evitar ou minimizar a ocupação de áreas exteriores;
- ☐ Estabilização do terreno com espécies de crescimento rápido e mistura de herbáceas e arbustivas;
- ☐ Sistema de drenagem eficaz, com colocação de tubos de meia cana em cimento pré-fabricado, nas zonas marginais das acessibilidades internas.
- ☐ Proceder à desativação da área afeta aos trabalhos para a execução da obra, e sua limpeza, com remoção de todos os equipamentos, maquinaria de apoio e depósito de materiais.

9.3 Solos e Capacidade do Uso do Solo

As medidas de minimização a adotar na fase de construção, são as seguintes:

- Assegurar o correto armazenamento temporário dos resíduos produzidos, de acordo com a sua tipologia e em conformidade com a legislação em vigor;
- Limitar ao mínimo a área necessária à movimentação e acesso de maquinaria, de forma a reduzir a área de solos exposta aos processos erosivos;
- A circulação de maquinaria pesada apenas se deve efetuar nas vias existentes para tal;
- Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da área a intervir;
- Proceder à requalificação da área afetada, em termos de ocupação do solo.
- Todos os materiais suscetíveis de contaminar o solo devem ser manuseados com cuidado e em local impermeabilizado. Na eventualidade da ocorrência de um derrame, com contaminação de áreas impermeabilizadas, é necessário promover a sua remediação através de técnicas apropriadas, ou com a sua remoção para destino adequado;
- Os locais de apoio à obra deverão ficar estritamente confinados à área definida, devendo ser estritamente proibida a utilização das áreas marginais.
- Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afetos à obra, de forma a manter as normais condições de funcionamento;
- Proceder à manutenção das áreas intervencionadas, nomeadamente taludes, para garantir a sua estabilização e revegetação;
- Proceder à desativação da área afeta aos trabalhos para a execução da obra, com a remoção de todos os equipamentos, maquinaria de apoio, depósitos de materiais, entre outros. Proceder à limpeza destes locais.

No que reporta a fase de exploração, verifica-se que através da adoção das medidas de gestão de estrumes e subprodutos, que o promotor irá desenvolver, não se prevê a contaminação dos solos pelos resíduos de estrumes.

A manipulação e a manutenção dos equipamentos existentes na instalação, nomeadamente, do trator, deverão ser realizadas por forma a minimizar os riscos de derrames acidentais. Durante as intervenções de manutenção com a manipulação de lubrificantes, evitar o seu derrame e contentorizá-los, separadamente, devido a terem características diferentes e consequentemente, tratamentos diferentes.

Na eventualidade de ocorrência de um derrame acidental de grandes proporções, pouco expectável, ou de pequenos derrames que, de forma contínua, tenham provocado a contaminação extensa dos terrenos, é necessário promover a sua remoção através de técnicas apropriadas.

9.4 Qualidade da Água

- Criação de um sistema de drenagem eficaz nas zonas marginais das acessibilidades automóveis dentro da propriedade, com colocação de tubos de meia cana em cimento pré-fabricado, no topo e na base dos muros de suporte de terras em pedra aparelhada, de forma a evitar os efeitos da erosão. A água será conduzida de forma ordenada e localizada para uma

cota inferior e desse ponto haverá uma ligação até ao encontro da drenagem natural do terreno;

- De forma a evitar a escorrência de derrames acidentais de óleos, ou combustíveis, as operações de manutenção de toda a maquinaria serão efetuadas em local apropriado, dentro da área destinada aos estaleiros;
- Colocação de toutvenant nos caminhos internos de circulação rodoviária de exploração com o objetivo de evitar fenómenos erosivos.
- O sistema de drenagem pluvial deverá ter uma limpeza e manutenção periódica, de modo a evitar qualquer obstrução no sistema;
- Irá ser efetuada uma manutenção às fossas (séptica e estanque) para assegurar o seu bom funcionamento;
- Garantir a manutenção e inspeção periódica de toda a rede de abastecimento de água às instalações de forma a detetar e corrigir eventuais fugas;
- Deverá ser efetuada a limpeza e manutenção do sistema de abeberamento de modo a evitar desperdício de água e minimizar o consumo da mesma;
- Deve assegurar-se que todas as águas residuais produzidas nas instalações, existentes e a construir, sejam encaminhadas para as fossas sépticas;
- Garantir as boas condições físicas das fossas sépticas no sentido de evitar situações acidentais derrame de águas residuais;
- Garantir a periodicidade adequada de trasfega das águas residuais da fossa;
- Na eventualidade de ser necessária a realização de captações de água adicionais, deverá proceder-se ao seu licenciamento, junto da ARH;
- Manter em funcionamento um adequado sistema de gestão de resíduos que permita o seu correto armazenamento e encaminhamento para destino final adequado, evitando a contaminação, não só dos recursos hídricos, mas também dos solos.

9.5 Qualidade do Ar

- Não realizar queimas a céu aberto de qualquer tipo de materiais residuais da obra;
- Racionalizar e limitar a circulação de veículos e de maquinaria de apoio, organizando-os por forma a reduzir na fonte, a emissão de poluentes;
- Proceder ao humedecimento periódico, através de aspersão controlada de água, dos locais onde poderão ocorrer maiores emissões de poeira (caminhos não asfaltados, zonas de trabalho, etc.) durante a realização dos trabalhos, em especial, durante o período seco do ano, em que as emissões de poeiras são mais significativas (Maio a Setembro).
- Assegurar a manutenção e a revisão periódica de todos os veículos e de toda a maquinaria de apoio à exploração avícola;
- Na fase de exploração, e tal como referido anteriormente, as medidas adotadas nas instalações existentes relacionadas com a limitação da emissão de odores permitem já uma atenuação significativa do impacto sobre a qualidade do ar associado à mesma, não se considerando de momento necessária a preconização de medidas adicionais.
- Utilização de filtros de ar para a captação de poeiras em fontes fixas de emissão de gases a par da monitorização das emissões da caldeira e da utilização preferencial de biomassa para o aquecimento.

- Deverão ser efetuadas ações de limpeza frequentes no exterior, nas zonas adjacentes ao sistema de ventilação (ventiladores), para remoção de plumas, de modo a evitar o seu arrastamento por ação do vento;
- O tráfego automóvel dentro das instalações deverá ser condicionado única e exclusivamente às viaturas afetas às atividades inerentes ao normal funcionamento da unidade avícola;
- Deverá efetuar-se a manutenção periódica das caldeiras de aquecimento e dos geradores de emergência de modo a que estes funcionem corretamente, otimizando os consumos de combustível, minimizando as emissões atmosféricas.
- Deverá ser instalado um sistema de lavagem permanente, à saída da exploração, dos rodados dos camiões de transporte de matéria-prima.
- Acondicionar, cobrir (de acordo com o código das Estradas) especialmente em dias secos e ventosos, os estrumes a quando à sua retirada da instalação avícola, para evitar a sua queda e espalhamento na via pública aquando do seu transporte;
- Plantação de espécies autóctones do local na envolvente da exploração e especialmente junto a todo o perímetro da vedação sanitária.

Tal como referido anteriormente, a empresa de exploração avícola – objeto do presente estudo – não prevê a desativação da instalação em causa. No entanto, caso esta venha a ocorrer, são preconizadas as seguintes medidas de minimização:

- Durante as ações de demolição, as superfícies dos terrenos que fiquem a descoberto e não compactadas devem ser humedecidas a fim de minimizar a dispersão de poeiras por ação do vento e da operação das máquinas e veículos afetos à obra. A ressuspensão de poeiras, sobretudo em zonas não pavimentadas da obra deve ser minimizada, igualmente pela aspersão periódica de água. Esta medida reveste-se de primordial importância nas imediações da zona habitacional, bem como de áreas agrícolas existentes na zona em estudo.
- O transporte de resíduos resultantes das demolições e as terras deve ser efetuado com as adequadas coberturas das terras de forma a minimizar a emissão de poeiras durante o transporte.
- As operações de queima a céu aberto, na zona de obra, são interditas, em consonância com a legislação em vigor.
- Os veículos e máquinas de obra devem ser sujeitos a uma cuidada manutenção a fim de evitar as emissões excessivas e desnecessárias de poluentes para a atmosfera, provocadas por uma carburação ineficiente.

9.6 Ambiente Sonoro

- Os trabalhos de construção apenas se deverão realizar no horário normal de trabalho e a circulação de veículos deverá ser feita a baixa velocidade
- São interditas cargas e descargas fora das horas normais de funcionamento, esta medida visa igualmente proporcionar uma condição de bem-estar animal das aves.
- Manutenção dos equipamentos mecânicos de toda a exploração de forma a evitar situações anómalas de emissão de ruído.
- Deverá ser mantida a cortina arbórea na envolvente da exploração.

9.7 Sistema Ecológicos

Visto os impactes apresentados serem de magnitude reduzida e pouco significativos, apresentam-se de seguida as medidas globais para as diversas fases do projeto:

- ✓ Os acessos e outras construções deverão ser as localizadas, de forma a preservar as áreas de matos das zonas de defesa;
- ✓ A área estaleiro de obra deverá situar-se na plataforma de implantação do pavilhão e dentro da exploração e restringir os acessos ao estritamente necessário e projetado;
- ✓ Os trajetos a utilizar pelos equipamentos móveis deverão ser previamente definidos e sinalizados, evitando que a circulação e o estacionamento dos equipamentos se efetue fora dos acessos e dos locais para tal definidos;
- ✓ Na eventual necessidade de novos locais de deposição (terras, e/ou produtos) utilizar como um dos principais critérios de seleção as zonas atualmente desprovidas de vegetação e em locais próprios.
- ✓ O uso de regas nos acessos destinados a viaturas afetas à obra minimizará o efeito gerado pelas poeiras;
- ✓ Minimizar o acesso de pessoas às zonas que não sejam intervencionadas;
- ✓ Utilizar caminhos ou estradas já existentes para o acesso à obra;
- ✓ Remoção de todos os desperdícios e materiais não utilizados durante a fase de construção;
- ✓ O caminho deverá ser mantido em bom estado de conservação e com um pavimento semipermeável e compactado que evite a dispersão de poeiras em quantidade significativa.

A implantação de material vegetal, procura atingir os seguintes objetivos:

- ✓ Melhorar a qualidade visual da zona sujeita a intervenção;
- ✓ Estabilização e consolidação do terreno a montante;

9.8 Paisagem

- Toda a vegetação arbustiva e arbórea existente nas áreas não atingidas pela intervenção deve ser convenientemente protegida, de modo a não ser afetada com o movimento de máquinas e viaturas;
- Repovoamento das áreas de estaleiros e áreas de depósito de materiais, com adequados planos de sementeira de acordo com a fitossociologia da região;
- De forma a integrar os pavilhões que constituem as células operativas da unidade industrial avícola na paisagem e de modo a inverter o impacto sentido na fase de exploração, propõe-se a plantação de uma cortina arbórea em todo o perímetro da instalação de forma a minimizar o impacto visual;
- Realização dos trabalhos de limpeza, conservação e diversificação da área reflorestada de acordo com as normas do regime florestal em vigor de modo a aumentar a biodiversidade e reduzindo os riscos de incêndio;

9.9 Património

As medidas de minimização têm como objetivo a preservação integral de todas as ocorrências de valor patrimonial identificadas na área afeta ao projeto e a

salvaguarda de toda a informação arqueológica, patrimonial e etnográfica que eventualmente poderá ser afetada.

Ainda que nada haja a opor, em termos patrimoniais, à concretização do projeto, recomenda-se as seguintes medidas de minimização de carácter geral:

- Prospeção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatção até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento Arqueológico de todas as ações de revolvimento de terras até ao substrato rochoso ou arqueologicamente estéril na área do projeto, incluindo as zonas de empréstimo, vazadouro e estaleiro. Todas as zonas de estaleiro, vazadouro e empréstimo, a serem utilizadas durante o projeto, deverão ser prospetadas pelo arqueólogo responsável pelo acompanhamento arqueológico da obra.
- Deve ter-se em conta que, devido à extensão do projeto, sempre que existam duas ou mais máquinas de remoção de terras a trabalhar ao mesmo tempo e no espaço de mais de 20m entre ambas, deverá existir um segundo Arqueólogo / Técnico de Arqueologia de forma a assegurar esse trabalho.
- Deverão ser realizados Relatórios de Progresso / Notas Técnicas - sempre que necessário / solicitado pelo dono de obra ou pela tutela - e um Relatório Final. Este relatório deverá incluir um estudo sumário / caracterização do espólio recolhido.

9.10 Socioeconomia

Com o objetivo de minimizar os impactes negativos na componente socioeconómica, preconizam-se as medidas de minimização que se descrevem seguidamente, a implementar durante a fase de exploração da instalação:

- as diversas entidades responsáveis pelo fornecimento de animais, pela ração e pela recolha dos ovos e dos resíduos gerados, devem efetuar preferencialmente um percurso rodoviário que atravesse o menor número possível de zonas habitacionais;
- efetuar diligências no sentido de manter e potenciar o coberto vegetal da envolvente da instalação;
- potenciar a contratação de mão-de-obra local, sempre que se evidencie necessário, contribuindo para a melhoria dos níveis socioeconómicos locais (da freguesia e do concelho).

Ainda, no que reporta a minimização dos impactes na saúde humana, as medidas de minimização implementadas na Exploração deverão ser mantidas, nomeadamente:

- Realização de testes pré-movimentação aos animais a alojar na exploração, de acordo os programas de controlo oficiais obrigatórios, estabelecidos e regulados pela Entidade oficial. Estas medidas asseguram, o devido controlo de zoonoses, doenças que afetam os animais, e, são transmissíveis aos humanos. Desta forma, apenas animais saudáveis são alojados na exploração.
- Manutenção do adequado equipamento de controlo zootécnico e sanitário dos animais.
- Formação a todos os colaboradores da exploração pecuária e distribuição de equipamentos de proteção individual.

- Todos os animais destinados a abate devem ser encaminhados para um estabelecimento de abate devidamente autorizado onde são realizadas todas as ações de controlo ante-mortem e pos-mortem, por um médico veterinário responsável.
- Implementação de um plano de monitorização da qualidade da água destinada ao abeberamento animal.

9.11 Ordenamento do Território

9.11.1 Plano de Ordenamento Florestal Do Centro Litoral

Uma vez que não existem impactes nesta figura de ordenamento, não se preconizou medidas de minimização.

9.11.2 Plano Diretor Municipal

Uma vez que não se verifica qualquer impedimento por parte deste documento legislativo à ampliação do aviário em análise, não se preconizou medidas de minimização.

9.11.3 Reserva Agrícola Nacional (RAN)

Uma vez que não existem impactes nesta figura de ordenamento, não se preconizou medidas de minimização.

9.11.4 Carta de Reserva Ecológica Nacional (REN)

Uma vez que a área de ampliação da exploração avícola em estudo não intersecta solos incluídos na REN pode-se concluir que não existem impactes nesta figura de ordenamento e, como tal, não se preconizou medidas de minimização.

9.11.5 Carta de Condicionantes

Uma vez que se concluiu que não existem condicionantes à ampliação do aviário, não se preconizou medidas de minimização.

9.11.6 Rede Nacional de Áreas Protegidas

Uma vez que se concluiu que não existem condicionantes à ampliação do aviário, não se preconizou medidas de minimização.

10 Matriz Síntese de Impactes

A análise desenvolvida no presente Estudo de Impacte Ambiental permitiu caracterizar os principais fatores de notório interesse ambiental, face ao objeto em estudo se tratar de uma instalação existente de exploração avícola, tendo sido avaliados os impactes na atual fase de exploração e previstos, em alguns casos, os impactes decorrentes da desativação da instalação (que, contudo, não se encontra prevista). Para cada descritor ambiental em que se aferiu a ocorrência de impactes negativos ou a sua possibilidade, foi indicado um conjunto de medidas de minimização consideradas adequadas e ajustadas à instalação em apreço.

No quadro seguinte, são apresentadas globalmente e, sumariamente, as principais afetações da instalação sobre o ambiente e as respetivas medidas de minimização (já implementadas ou preconizadas).

DESCRIPTOR DO AMBIENTE	IMPACTE	FASE DE OCORRÊNCIA	ÁREA DE OCORRÊNCIA	CARACTERÍSTICAS DO IMPACTE	MEDIDAS MINIMIZADORAS PRECONIZADAS
Clima	Não foram considerados impactes	Construção/ Exploração	Área de implantação da instalação avícola	Impactes Nulos	--
	Em caso de desativação (não prevista) ocorrerão impactes associados a revegetação do espaço construído	Desativação	Área de implantação da instalação avícola	Impacte positivo, direto, permanente, de magnitude reduzida e pouco significativo	
Geologia	Movimentação de terras	Construção	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	- As operações de manutenção de toda a maquinaria serão efetuadas em local apropriado dentro de uma área impermeabilizada e definida para o efeito; - Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da obra; - Limitar ao mínimo e indispensável a área necessária à movimentação e acesso de maquinaria, de forma a reduzir a área de solos exposta aos processos erosivos; - Estabilizar taludes de modo adequado às condições existentes no local ou com muro de suporte em pedra aparelhada; - Os estaleiros devem localizar-se no interior da área intervenção, para evitar ou minimizar a ocupação de áreas exteriores; - Estabilização do terreno com espécies de crescimento rápido e mistura de herbáceas e arbustivas; - Sistema de drenagem eficaz, com colocação de tubos de meia cana em cimento pré-fabricado, nas zonas marginais das acessibilidades internas. - Proceder à desativação da área afeta aos trabalhos para a execução da obra, e sua limpeza, com remoção de todos os equipamentos, maquinaria de apoio e depósito de materiais.
	Ligeira alteração da morfologia na área de intervenção				
	Em caso de desativação da instalação (não prevista) ocorrerão impactes associados à realização de escavações e aterros e à circulação de maquinaria.	Desativação	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	
Solos	Ocupação dos solos devido ao aumento do pavilhão	Construção	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	- Assegurar o correto armazenamento temporário dos resíduos produzidos, de acordo com a sua tipologia e em conformidade com a legislação em vigor; - Limitar ao mínimo a área necessária à movimentação e acesso de maquinaria, de forma a reduzir a área de solos exposta aos processos erosivos; - A circulação de maquinaria pesada apenas se deve efetuar nas vias existentes para tal; - Privilegiar o uso de caminhos já existentes para aceder aos locais da área a interencionar; - Proceder à requalificação da área afetada, em termos de ocupação do solo. - Todos os materiais suscetíveis de contaminar o solo devem ser manuseados com cuidado e em local impermeabilizado. Na eventualidade da ocorrência de um derrame, com contaminação de áreas impermeabilizadas, é necessário promover a sua remediação através de técnicas apropriadas, ou com a sua remoção para destino adequado; - Os locais de apoio à obra deverão ficar estritamente confinados à área definida, devendo ser estritamente proibida a utilização das áreas marginais. - Proceder à manutenção e revisão periódica de todas as máquinas e veículos afetos à obra, de forma a manter as normais condições de funcionamento; - Proceder à manutenção das áreas intervencionadas, nomeadamente taludes, para garantir a sua estabilização e revegetação; - Proceder à desativação da área afeta aos trabalhos para a execução da obra, com a remoção de todos os equipamentos, maquinaria de apoio, depósitos de materiais, entre outros. Proceder à limpeza destes locais.
	Compactação dos solos				
	Derrames acidentais de combustíveis, lubrificantes e tintas				
	Compactação dos solos	Exploração	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, permanente, de magnitude reduzida e pouco significativo	
	Impactes associados à gestão do estrume retirado das instalações.				
	Em caso de desativação da instalação poderá ocorrer a contaminação local de solos pela deposição de resíduos decorrentes das atividades de demolição	Desativação	Área de implantação da instalação avícola	Impacte nulo devido à definição de um plano de gestão de resíduos.	

DESCRIPTOR DO AMBIENTE	IMPACTE	FASE DE OCORRÊNCIA	ÁREA DE OCORRÊNCIA	CARACTERÍSTICAS DO IMPACTE	MEDIDAS MINIMIZADORAS PRECONIZADAS
Recursos Hídricos e Qualidade da Água	Alteração da drenagem natural da área do projeto	Construção	Área de implantação	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	- Criação de um sistema de drenagem eficaz nas zonas marginais das acessibilidades automóveis dentro da propriedade, com colocação de tubos de meia cana em cimento pré-fabricado, no topo e na base dos muros de suporte de terras em pedra aparelhada, de forma a evitar os efeitos da erosão. A água será conduzida de forma ordenada e localizada para uma cota inferior e desse ponto haverá uma ligação até ao encontro da drenagem natural do terreno; - De forma a evitar a escorrência de derrames acidentais de óleos, ou combustíveis, as operações de manutenção de toda a maquinaria serão efetuadas em local apropriado, dentro da área destinada aos estaleiros; - Colocação de toutvenant nos caminhos internos de circulação rodoviária de exploração com o objetivo de evitar fenómenos erosivos. - O sistema de drenagem pluvial deverá ter uma limpeza e manutenção periódica, de modo a evitar qualquer obstrução no sistema; - Efetuar uma manutenção às fossas (séptica e estanque) por forma a garantir as boas condições físicas das fossas sépticas no sentido de evitar situações acidentais derrame de águas residuais; - Garantir a manutenção e inspeção periódica de toda a rede de abastecimento de água às instalações de forma a detetar e corrigir eventuais fugas; - Limpeza e manutenção do sistema de abeberamento de modo a evitar desperdício de água e minimizar o consumo da mesma; - Deve assegurar-se que todas as águas residuais produzidas nas instalações, existentes e a construir, sejam encaminhadas para as fossas sépticas; - Garantir a periodicidade adequada de trasfega das águas residuais da fossa; - Na eventualidade de ser necessária a realização de captações de água adicionais, deverá proceder-se ao seu licenciamento, junto da ARH; - Manter em funcionamento um adequado sistema de gestão de resíduos que permita o seu correto armazenamento e encaminhamento para destino final adequado, evitando a contaminação, não só dos recursos hídricos, mas também dos solos.
	Alteração da qualidade da água subterrânea				
	Alteração da qualidade da água de escoamento/ superficial				
	Derrames acidentais				
	As águas residuais geradas nas instalações são direcionadas para uma fossa séptica com poço absorvente, bem como para a fossa estanque existentes no recinto.	Exploração	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	
	Captação/abastecimento - consumo				
	Impactes associados à gestão do estrume retirado das instalações.				
	No cenário (não previsto) de desativação da instalação poderá ocorrer a contaminação local de solos pela deposição de resíduos decorrentes das atividades de demolição	Desativação	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	
Remoção das infraestruturas e tratamento do solo.	Impacte Positivo, direto, permanente, de magnitude reduzida e pouco significativo				
Qualidade do Ar	Emissões de partículas, óxidos de azoto, hidrocarbonetos, dióxido de enxofre resultantes dos vários trabalhos e atividades envolvidos na construção,	Construção	Área de construção	Impacte negativo, direto, temporário, magnitude reduzida e pouco significativo.	- Não realizar queimas a céu aberto de qualquer tipo de materiais residuais; - Racionalizar e limitar a circulação de veículos e de maquinaria de apoio, - Proceder ao humedecimento periódico, dos locais onde poderão ocorrer maiores emissões de poeira (caminhos não asfaltados, zonas de trabalho, etc.) - Assegurar a manutenção e a revisão periódica de todos os veículos e de toda a maquinaria de apoio à exploração avícola; - Utilização de filtros de ar para a captação de poeiras em fontes fixas - Deverão ser efetuadas ações de limpeza frequentes no exterior, nas zonas adjacentes ao sistema de ventilação (ventiladores), - Manutenção periódica das caldeiras de aquecimento e dos geradores de emergência - Plantação de espécies autóctones do local na envolvente da exploração
	Degradação da qualidade do ar pelas emissões devidas ao sistema de aquecimento (caldeiras) e emissões provenientes da exploração avícola	Exploração	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	

DESCRIPTOR DO AMBIENTE	IMPACTE	FASE DE OCORRÊNCIA	ÁREA DE OCORRÊNCIA	CARACTERÍSTICAS DO IMPACTE	MEDIDAS MINIMIZADORAS PRECONIZADAS
Qualidade do Ar	O acesso de veículos às instalações, no decorrer da sua atividade, gera a emissão de gases de combustão e partículas	Exploração	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	- Durante as ações de demolição, as superfícies dos terrenos que ficarem a descoberto e não compactadas devem ser humedecidas a fim de minimizar a dispersão de poeiras por ação do vento e da operação das máquinas e veículos afetos à obra. - O transporte de resíduos resultantes das demolições e as terras deve ser efetuado com as adequadas coberturas das terras de forma a minimizar a emissão de poeiras durante o transporte. - As operações de queima a céu aberto, na zona de obra, são interditas, em consonância com a legislação em vigor. - Os veículos e máquinas de obra devem ser sujeitos a uma cuidada manutenção a fim de evitar as emissões excessivas e desnecessárias de poluentes para a atmosfera, provocadas por uma carburação ineficiente.
	Em caso de desativação da instalação (não prevista) a execução da demolição dos edifícios, escavações e a circulação de máquinas constituem as atividades que potencialmente originam alguma degradação da qualidade do ar da zona envolvente com consequente incomodidade para as populações que habitam nas imediações da exploração.	Desativação	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	
Ambiente Sonoro	Aumento dos níveis de ruído devido à movimentação dos veículos e funcionamento dos equipamentos mecânicos	Construção	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	- Os trabalhos de construção apenas se deverão realizar no horário normal de trabalho e a circulação de veículos deverá ser feita a baixa velocidade - São interditas cargas e descargas fora das horas normais de funcionamento, esta medida visa igualmente proporcionar uma condição de bem-estar animal das aves. - Manutenção dos equipamentos mecânicos de toda a exploração de forma a evitar situações anómalas de emissão de ruído. Deverá ser ainda implementada uma cortina arbórea na envolvente da exploração
	Aumento dos níveis de ruído devido à movimentação dos veículos provenientes da atividade laboral	Exploração			
	Aumento dos níveis de ruído devido à movimentação dos veículos com os resíduos de demolição	Desativação			
Sistemas Ecológicos	Remoção do coberto vegetal, movimentação de terras e presença de homens e máquinas	Construção	Área de implantação da instalação avícola.	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	- Os acessos e outras construções deverão ser as localizadas, de forma a preservar as áreas de matos das zonas de defesa e Os trajetos a utilizar pelos equipamentos móveis deverão ser previamente definidos e sinalizados, evitando que a circulação e o estacionamento dos equipamentos se efetue fora dos acessos e dos locais para tal definidos; - A área estaleiro de obra deverá situar-se na plataforma de implantação do pavilhão e dentro da exploração e restringir os acessos ao estritamente necessário e projetado; - Na eventual necessidade de novos locais de deposição (terras, e/ou produtos) utilizar como um dos principais critérios de seleção as zonas atualmente desprovidas de vegetação e em locais próprios. - O uso de regas nos acessos destinados a viaturas afetas à obra minimizará o efeito gerado pelas poeiras; - Minimizar o acesso de pessoas às zonas que não sejam intervencionadas; - Utilizar caminhos ou estradas já existentes para o acesso à obra; - Remoção de todos os desperdícios e materiais não utilizados durante a fase de construção; - O caminho deverá ser mantido em bom estado de conservação e com um pavimento semipermeável e compactado que evite a dispersão de poeiras - A implantação de material vegetal para melhorar a qualidade visual da zona sujeita e estabilização e consolidação do terreno a montante;
	Destruição de habitats e da vegetação natural; das áreas adjacentes às instalações e à pressão exercida pelo tráfego de veículos que dão acesso às mesmas	Exploração	Área de implantação da instalação avícola.	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	
	Em caso de desativação da instalação (não prevista) a promoção de atividades que promovem a recuperação da flora e fauna inicialmente existente na área	Desativação	Área de implantação da instalação avícola.	Impactes positivo, direto, permanente, magnitude reduzida e pouco significativo	

DESCRIPTOR DO AMBIENTE	IMPACTE	FASE DE OCORRÊNCIA	ÁREA DE OCORRÊNCIA	CARACTERÍSTICAS DO IMPACTE	MEDIDAS MINIMIZADORAS PRECONIZADAS
Paisagem	Introdução de um novo elemento na paisagem	Construção/ exploração	Área de implantação da instalação avícola	Impacte negativo, direto, permanente, de magnitude reduzida e pouco significativo	- Toda a vegetação arbustiva e arbórea existente nas áreas não atingidas pela intervenção deve ser convenientemente protegida, de modo a não ser afetada com o movimento de máquinas e viaturas; - Repovoamento das áreas de estaleiros e áreas de depósito de materiais, com adequados planos de sementeira de acordo com a fitossociologia da região; - De forma a integrar os pavilhões que constituem as células operativas da unidade industrial avícola na paisagem e de modo a inverter o impacte sentido na fase de exploração, propõe-se a plantação de uma cortina arbórea em todo o perímetro da instalação de forma a minimizar o impacte visual; - Realização dos trabalhos de limpeza, conservação e diversificação da área reforestada de acordo com as normas do regime florestal em vigor de modo a aumentar a biodiversidade e reduzindo os riscos de incêndio
	Em caso de desativação da instalação (não prevista) o desenvolvimento de atividades que promovem a recuperação do espaço anteriormente ocupado pelas instalações do aviário	Desativação	Área de implantação da instalação avícola	Impacte positivo, direto, permanente, de magnitude reduzida e significativo	
Património Arqueológico	Não foram considerados impactes	Construção Exploração Desativação	Área de implantação da instalação avícola	----	--
Socioeconomia	A exploração da instalação avícola tem efeitos positivos ao nível da economia regional uma vez constitui uma empresa com algum interesse económico para a região constituindo, uma garantia de emprego da mão-de-obra local.	Exploração	Região onde se localiza a instalação avícola	Impacte positivo, indireto, permanente, de magnitude moderada e significativo	- As diversas entidades responsáveis pelo fornecimento de animais, pela ração e pela recolha dos ovos e dos resíduos gerados, devem efetuar preferencialmente um percurso rodoviário que atravesse o menor número possível de zonas habitacionais; - Efetuar diligências no sentido de manter e potenciar o coberto vegetal da envolvente da instalação; - Potenciar a contratação de mão de obra local sempre que se evidencie necessário, contribuindo para a melhoria dos níveis socioeconómicos locais (da freguesia e do concelho) - Realização de testes pré-movimentação aos animais a alojar na exploração, de acordo os programas de controlo oficiais obrigatórios, estabelecidos e regulados pela Entidade oficial. Estas medidas asseguram, o devido controlo de zoonoses, doenças que afetam os animais, e, são transmissíveis aos humanos. Desta forma, apenas animais saudáveis são alojados na exploração. - Manutenção do adequado equipamento de controlo zootécnico e sanitário dos animais. - Formação a todos os colaboradores da exploração pecuária e distribuição de equipamentos de proteção individual. - Todos os animais destinados a abate devem ser encaminhados para um estabelecimento de abate devidamente autorizado onde são realizadas todas as ações de controlo ante-mortem e pos-mortem, por um médico veterinário responsável. - Implementação de um plano de monitorização da qualidade da água destinada ao abeberamento animal.
	o transporte de matérias-primas, de subprodutos gerados e produtos finais da instalação.		Envolvente da Instalação avícola	Impacte negativo, direto, temporário, de magnitude reduzida e pouco significativo	
Áreas Regulamentares	Não foram considerados impactes	Construção Exploração Desativação	--	--	--

11 Monitorização

Tendo por base a avaliação produzida e, na ausência de recetores sensíveis na envolvente da exploração, não tendo sido identificados impactes diretos e indiretos sobre recetores sensíveis, não se considera necessário, para nenhum dos fatores ambientais avaliados, proceder à sua monitorização sistemática.

12 Lacunas de Conhecimento

As principais dificuldades encontradas durante a realização do presente estudo, deveram-se, essencialmente, à inexistência de dados e informações de base necessárias, para uma adequada caracterização de determinados aspetos ambientais. No entanto, de forma geral, considera-se que a falta de alguma informação de base, mais atualizada, não prejudicou ou condicionou o decurso dos trabalhos de elaboração deste EIA, considerando-se que foi possível reunir a informação necessária para avaliar os impactes decorrentes deste estabelecimento.

13 Conclusão

O presente Estudo de Impacte Ambiental (EIA) incidiu sobre o Projeto de Ampliação da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, sita monte de Boi/Portela, em S. Cipriano, freguesia de S. Cipriano e Vil de Souto, concelho de Viseu.

A exploração avícola em análise iniciou a sua atividade em 2012 com a construção de um pavilhão. O atual núcleo de produção é composto por dois pavilhões avícolas, construídos entre 2013 e 2014. O atual projeto pretende a ampliação da exploração através do aumento do efetivo existente e da construção de um novo pavilhão.

Esta empresa, de carácter familiar, assegura um conjunto de postos de trabalho de 2 funcionários, e potencia a economia local e regional, não só por via da atividade que desenvolve, como pelas relações comerciais estabelecidas com várias empresas da fileira da produção de frango.

Havendo evidências das necessidades de produção (decorrentes da procura de mercado) e tendo em conta a sustentabilidade e a solidez da empresa proponente, justifica-se a necessidade de existência desta instalação avícola, que apresenta uma capacidade total atual de aproximadamente 116.500 frangos/ciclo encontrando-se abrangida pelo Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro que estabelece, no Anexo II, a obrigatoriedade de sujeição a Avaliação de Impactes Ambientais (AIA), às explorações com um efetivo animal igual ou superior a 40 000 aves.

No âmbito do presente estudo, foi caracterizada a situação ambiental atual e analisados os impactos decorrentes da atividade avícola da instalação (ou seja, da designada fase de exploração). Apesar de não se encontrarem previstos, pelo proponente, foram também analisados os impactos expectáveis de uma eventual desativação da instalação avícola.

De forma geral, foi possível reunir ou produzir a informação suficiente para a elaboração do estudo e consolidação da avaliação de impactos efetuada.

Este projeto insere-se num território marcadamente rural e com baixa dinâmica social e económica, representando, atualmente, uma unidade de referência local, apesar de ser uma empresa de pequena dimensão, com uma dimensão de exploração e um volume de negócios relevante que, após a ampliação, assumirá um papel ainda mais importante.

No que reporta ao património há que salvaguardar que a descoberta de quaisquer vestígios arqueológicos durante o acompanhamento nas áreas de intervenção obriga à suspensão imediata dos trabalhos no local e à sua comunicação ao órgão competente da Tutela e demais autoridades, em conformidade com as disposições legais em vigor. Esta situação pode determinar a adoção de medidas de minimização complementares pelo que deve ser apresentada uma Nota Técnica com a descrição, avaliação do impacto, registo gráfico e uma proposta de medidas a implementar. Deve ser tido em consideração que as áreas com vestígios arqueológicos conservados e que venham a ser afetados de forma irreversível têm que ser integralmente escavados.

Ainda, a recolha de espólio móvel deve ocorrer de forma a prevenir qualquer perigo imediato para os bens, assim como, deve ser executada sem que em momento algum seja colocada em perigo a integridade dos bens e assegurar a sua preservação a longo prazo empregando técnicas e métodos não destrutivos, em conformidade com a legislação em vigor (DL nº 164/2014, de 4 de Novembro).

De acordo com a análise e interpretação das informações compiladas, bem como das observações e considerações efetuadas no decurso deste EIA, podem ser extraídas as conclusões que se assinalam:

- Não foram identificados impactos negativos significativos ou muito significativos, em qualquer fator ambiental, passíveis de tornar inviável o projeto de ampliação;
- Foram propostas um conjunto de medidas de minimização para melhorar o desempenho ambiental do projeto nas fases de construção e exploração;
- Sendo uma instalação sujeita a Licença Ambiental, estão assegurados mecanismos de acompanhamento ambiental específicos (Relatório Ambiental Anual, MIRR e PRTR);
- A utilização de equipamentos adequados a este tipo de instalações e a utilização das MTD aplicáveis ao sector permitem reduzir a produção de resíduos, subprodutos e efluentes pecuários;
- O encaminhamento dos resíduos e subprodutos produzidos na exploração para instalações de tratamento adequado permite uma diminuição dos impactos sobre o ambiente;

- São expectáveis impactes positivos nomeadamente ao nível socioeconómico e territorial, contribuindo para a dinamização económica local e ocupação de um território em progressivo abandono.

Por último, refira-se a importância local deste estabelecimento e da sua adequação ambiental face aos normativos legais em vigor, com óbvias repercussões positivas quer no desenvolvimento económico e social da própria empresa, quer indiretamente no meio social e económico em que está inserida.

14 Referências Bibliográficas

Clima e Meteorologia

FERREIRA, H M; PEIXOTO J; SANTO, T 1965 - Balanço Hídrico e Clima de Portugal Continental, Universidade de Lisboa, Lisboa.

https://www.ipma.pt/bin/file.data/climate-normal/cn_81-10_VISEU_CC.pdf

<http://www.ipma.pt/pt/>

Geologia

BARBOSA, B.P., (1981) Notícia explicativa da folha número, 18 - A da Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000. Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa. Papelaria Fernandes, S.A.R.L. (Composição e impressão).

CARTA TECTÓNICA DE PORTUGAL ESCALA 1 000 000 (1972). Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

CASTRO, L.F. MENDIA (1967) Carta Litológica de Portugal escala 1/1 000 000. Notícia explicativa. Agronomia Lusitânia, Lisboa.

FERREIRA, A. DE BRUM, (1978) Planaltos e Montanhas do Norte da Beira – Estudo de Gemorfologia. Centro de Estudos Geográficos. Lisboa.

GONZÁLEZ, V. (1990) A Indústria Extractiva e o Ambiente – Boletim de Minas, vol. 27(3), Lisboa.

Almeida C., Mendonça, J.L., Jesús M.R. & Gomes A.J. (2000) – Sistemas aquíferos de Portugal Continental. INAG. 640 pp;

ARH Centro (2011) – Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos Rios Vouga, Mondego e Lis, integrados na Região Hidrográfica 4. Relatório Técnico para efeitos de Consulta Pública. Administração de Região Hidrográfica do Centro, I.P. Coimbra, 2011. 390 pp;

SGP, (1992) – Carta Geológica de Portugal Continental à escala 1:500 000. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa, 1992;

https://geoportal.ineg.pt/pt/dados_abertos/cartografia_geologica/cgp50k/17-A

Solos

COSTA, Joaquim Botelho da – 1973 – Caracterização e Constituição do Solo (3ª Ed.), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

CARDOSO, José V. J. de Carvalho; – "Os Solos de Portugal – Sua classificação, Caracterização e Génese. Secretaria de Estado da Agricultura, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas; Lisboa 1965.

Martins Afonso; "Solos do Nordeste de Portugal", 1987.

Instituto Superior de Agronomia; - "Solos de Portugal Continental". Cadeira de Pedologia, 1980/1981

Diaz, Rafael M. Jiménez, Espinosa, Jaime Lamo de; - "Agricultura Sostenible". Coedición agrofuturo life, Ediciones Mundi- prensa, 1998

http://www3.uma.pt/alfa/biogeografia/artigo_biogeog_pt_JCCosta.pdf

<http://geoportal.ineg.pt/geoportal/mapas/index.html>

<http://www.apambiente.pt/index.php?ref=19&subref=174>

<http://www.rcaap.pt/>

<http://www.spcs.pt/>

<http://www.fao.org>

Recursos Hídricos e Qualidade da Água

ANTUNES, P. B.; LEMOS, L. T.; dezembro 1998 – “Caracterização do sector Avícola na Perspetiva Ambiental”, Viseu.

DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE RECURSOS HÍDRICOS (DIVISÃO DE RECURSOS SUBTERRÂNEOS), fevereiro 1997 – “Definição, Caracterização e Cartografia dos Sistemas Aquíferos de Portugal Continental”, Lisboa.

DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS E APROVEITAMENTOS HIDRÁULICOS, 1981 – “Índice Hidrográfico e Classificação decimal dos Cursos de água de Portugal”, DGRAH, Lisboa.

JESUS, JÚLIO DE, PARTIDÁRIO, MARIA DO ROSÁRIO, 1994 – “Avaliação do Impacte Ambiental, Conceitos, procedimentos e aplicações”, CEPGA, Lisboa.

DECRETO-LEI N.º 236/98, de 1 de agosto – Estabelece normas, critérios e objetivos de qualidade com a finalidade de proteger o meio aquático e melhorar a qualidade das águas em função dos seus principais usos.

LEI DA ÁGUA, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva-Quadro da Água (Diretiva n.º 2000/60/CE, de 23 de outubro), estabelece o enquadramento para a gestão das águas superficiais, designadamente as águas interiores, de transição, costeiras e subterrâneas.

ARH – Administração da Região Hidrográfica do Centro, I.P. (outubro 2011) - Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas (PBGH) do rio Douro. Relatório Técnico para efeitos de Participação Pública.

<http://www.snirh.pt/>

Qualidade do ar

DGQA – Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente. Projeto CORINAIR – Emissões de Poluentes Atmosféricos nas Unidade Territoriais. Lisboa, Portugal, 1991.

AGÊNCIA PORTUGUESA DE AMBIENTE (APA) – A Qualidade do Ar em Portugal – Base de Dados Online sobre Qualidade do Ar – 2019.

<https://qualar.apambiente.pt/>

Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de abril - Estabelece os valores limite e os limites de alerta para as concentrações de determinados poluentes do ar ambiente,

<https://www.google.com/maps>

Ambiente Sonoro

NP ISO 1996-1:2019

NP ISO 1996-2:2019

PE 001_RA:01-11-2021

Anexo I do Decreto-Lei nº 9/2007

Guia Prático para medições de ruído ambiente da APA de outubro de 2011 – no contexto do Regulamento Geral do Ruído tendo em conta a NP ISO 1996.

Sistemas Ecológicos

FLORA

ALBUQUERQUE, J. de Pina Manique - Carta Ecológica de Portugal (1:500 000), 1954, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas.

AGUIAR, C.; & CARVALHO, A. – Querecetea – Vol 0, 1998; Associação Lusitana de Fitossociologia (ALFA)

GONZALEZ, G.L.; La Guia de ICAFO de Los Arboles Y Arbustos De La Península Ibérica, 1993, INCAFO

HUMPHRIES, C.J; PRESS, J.R., SUTTON, D.A. Árvores de Portugal e Europa, 1996, FAPAS, Porto

PINHO, R., LOPES, L., LEÃO, F., MORGADO, F., Conhecer as Plantas nos seus Habitats – Coleção Educação Ambiental, 2003, Plátano.

FAUNA

ALMEIDA, N.F.; ALMEIDA, P.F.; ALMEIDA, F.F.; GONÇALVES, H.; SEQUEIRA, F.; TEIXEIRA, J.; Anfíbios e Répteis de Portugal, 2001, FAPAS, Porto;

CATRY, P.; CAMPOS, A. R.; Guia das Aves Comuns de Portugal, 2001, SPEA.

HOFMANN, H. Mamíferos – Como identificar, Classificar e Proteger os Mamíferos. Coleção: Mundo Verde, s.d. Everest Editora.

ICN, 1999 – Guia dos Mamíferos Terrestres de Portugal Continental, Açores e Madeira, Lisboa. 199pp;

MULLARNEY, K.; SVENSSON, L.; ZETTERSTROM, D.; GRANT, P.J.; Guia de Aves – Guia de Campo das Aves de Portugal e Europa, 2003, ASSIRIO & ALVIM, SPEA.

PARTIDÁRIO, M.R. e Jesus, J. 1994 – Avaliação de Impacte Ambiental, CEPGA, Lisboa, 589 pp.;

SNPRCN, 1990 - Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal. Vol. I. Mamíferos, Aves, Répteis e Anfíbios. SNPRCN, Lisboa. 219pp;

Legislação

Decreto – Lei nº 316/89 de 22 de setembro (CONVENÇÃO DE BERNA);

Resolução do Conselho de Ministros nº 142/97 de 28 agosto que aprova a Lista Nacional de Sítios (1ª fase);

Decreto - Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, que transpõe para a legislação nacional, as Diretivas 79/409/CEE de 2 de Abril (DIRECTIVA AVES) e 92/43/CEE de 21 de Maio (DIRECTIVA HABITATS)

Paisagem

ANDERSEN, M.T.L.M.B., The Assessment of Landscape Quality, department of Landscape Architecture and Regional Planning, 1984.

ANDERSEN, M.T.L.M.B., Para a Crítica da Paisagem, Univ. de Aveiro, 1992.

CABRAL, Francisco Caldeira e TELLES, Gonçalo Ribeiro - A Árvore em Portugal, Ed. 541, 1999, Lisboa.

LYNCH, Kevin - A Imagem da Cidade, Ed. 70, 1990, pág. 140.

UNIVERSIDADE DE ÉVORA, Coordenação: CANCELA D'ABREU, Alexandre e PINTO CORREIA, Teresa, OLIVEIRA, Rosário - Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, Vol.III, 2004, Edição Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

Património - arqueologia

AZEVEDO, R. (1954), A inscrição de Lamas de Moledo, Beira Alta;

CORREIA, A. (1995), Castro Daire. Roteiro Turístico

GIRÃO, Aristides de Amorim (1924) - Monumentos pré-históricos do Concelho de Viseu. In O Arqueólogo Português. Lisboa. 1ª série: 26, p. 282-288.

RAMALHO, Américo da Costa (1954) - A inscrição de Lamas de Moledo (Castro Daire). In Humanitas. Coimbra. nova série, 23, p. 40-42.

VAZ, J. L. I., ALVES, A., CORREIA, A. (1995), Castro Daire;

VAZ, J. L. I., PEDRO, I. S. S., ADOLFO, J. (1994), Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão Lafões

VIEIRA, Marina Afonso (2000). Alto Paiva. Povoamento nas épocas romanas e altomedieval. Coimbra: 19.

Enquadramento Legal

DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n. 117/97, 111/97 SÉRIE I-A*, Ministério da Cultura, Quarta-feira, 14 de maio de 1997, Pág. do DR 2352 a 2358;
DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Decreto-Lei n.º 164/2014*, de 04 de novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos);
DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Lei n.º 107/01, 209/01 SÉRIE I-A*, Sábado, 8 de setembro de 2001, Assembleia da República, Pág. do DR 5808 a 5829;
DIÁRIO DA REPÚBLICA, Série I-A, *Resolução da Assembleia da República n.º 71/97*, DR 289/97 SÉRIE I-A de 1997-12-16;
DGPC, Circular de 10 de setembro de 2004, *Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental*;
DGPC, Circular de 01 de setembro de 2010, *Documentação Fotográfica a Constar nos Relatórios de Trabalhos Arqueológicos*;
DGPC, Circular de 24 de maio de 2011, *Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico, para Atualização do Endovélico*.
DGPC, Circular de 27 de dezembro de 2011, *Documentação Gráfica*.

www.earth.google.com (consultado a 07.10.19)

www.arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=home (consultado a 07.10.19)

www.patrimoniocultural.gov.pt/pt (consultado a 07.10.19)

www.patrimoniocultural.pt/flexviewers/Atlas_Patrimonio/default.htm (consultado a 07.10.19)

www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx (consultado a 07.10.19)

Áreas Regulamentares

PDM de Viseu

https://fogos.icnf.pt/infoPMDFCI/PMDFCI_PUBLICOlist.asp?pageno=4

<https://icnf.pt/florestas/prof/profemvigor>

PROF Centro Litoral - Documento estratégico - capítulo F

Socioeconomia

INE- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Dados Comparativos 2001-2021

Plano Diretor Municipal da Câmara Municipal de Viseu

<http://www.bombeiros.pt/corpos-de-bombeiros/>

<https://www.cm-viseu.pt/pt/> – Sítio da Câmara Municipal de Viseu

<http://www.freguesiasciprianovildesouto.pt/>

<https://www.visitarportugal.pt/images/mapas/18.gif>

<https://cm-viseu.pt/pt/municipio/freguesias/>

<https://maps.google.pt/maps>

www.infarmed.pt – Sítio da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P.

Plano Local de Saúde (PLS) AceS Dão Lafões – 2018 a 2020

<https://www.centrosdesaude.pt/procurar/>

Gestão de resíduos

www.planaltobeira.pt

https://planaltobeirao.pt/documentos_financeiros/ic1tqihdstw848sokw.pdf